

PESQUISAS EM TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS

VOLUME 5

EDNILSON SERGIO RAMALHO DE SOUZA
(EDITOR)



PESQUISAS EM TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS

VOLUME 5



Copyright © 2021 da edição brasileira
by RFB Editora

Copyright © 2021 do texto
by Autores

Todos os direitos reservados



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es).

Obra sob o selo *Creative Commons*-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA (Editor-Chefe)

Prof.^a Dr.^a. Roberta Modesto Braga - UFPA

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo - UFMA

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida - UFOPA

Prof.^a Dr.^a. Ana Angelica Mathias Macedo - IFMA

Prof. Me. Francisco Robson Alves da Silva - IFPA

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Gomes Souza - UFPA

Prof.^a Dr.^a. Neuma Teixeira dos Santos - UFRA

Prof.^a Me. Antônia Edna Silva dos Santos - UEPA

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa - UFMA

Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho - UFSJ

Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti - UFPE

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares - UFPI

Prof.^a Dr.^a. Welma Emidio da Silva - FIS

Diagramação e design da capa:

Priscila Rosy Borges de Souza

Imagens da capa:

www.canva.com

Revisão de texto:

Os autores

Bibliotecária:

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

Gerente editorial:

Nazareno Da Luz



Home Page: www.rfbeditora.com

Email: adm@rfbeditora.com

WhatsApp: 91 98885-7730

CNPJ: 39.242.488/0001-07

R. dos Mundurucus, 3100, 66040-033, Belém-PA

Ednilson Sergio Ramalho de Souza
(Editor)

Volume 5

PESQUISAS EM TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS

Edição 1

Belém-PA



2021

<https://doi.org/10.46898/rfb.9786558891611>

**Catálogo na publicação
Elaborada por RFB Editora**

P474

Pesquisas em temas de ciências humanas / Ednilson Sergio Ramalho de Souza
(Editor) – Belém: RFB, 2021.

(Pesquisas em temas de ciências humanas, V.5)

Livro em PDF

3.600 KB., il.

ISBN: 978-65-5889-161-1

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611

1. Ciências Humanas. I. Souza, Ednilson Sergio Ramalho de (Editor). II. Título.

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

I. Ciências Humanas.

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros digitais de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
Prof. Dr. Édnilson Sergio Ramalho de Souza	
CAPÍTULO 1	
O CIÚME PATOLÓGICO PRESENTE EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS.....	11
Maria Eduarda Teodoro Ferreira Borges Karolaine Ferreira Cardoso da Cruz DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.1	
CAPÍTULO 2	
O TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENRALIZADA E A TERAPIA COGNITI- VO COMPORTAMENTAL: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES.....	29
Karolaine Ferreira Cardoso da Cruz Maria Eduarda Teodoro Ferreira Borges Michelle Vieira de Olivera Amanda Silva Jhordana Myckaelle Borges Silva Aryessa Oliveira Rossi Alves Caroline Silva Oliveira Oliveira Emanuela Ribeiro Sousa Elizandra Cerqueira Gama DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.2	
CAPÍTULO 3	
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM ESTUDO TRANSVERSAL DA MU- LHER QUE DENUNCIA A VIOLÊNCIA EM ITUMBIARA/GO.....	41
Amanda Silva Aryessa Oliveira Rossi Alves Caroline Silva Oliveira Elizandra Cerqueira Gama Emanuela Ribeiro Sousa Jhordana Myckaelle Borges Silva Maria Eduarda Teodoro Ferreira Borges DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.3	
CAPÍTULO 4	
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A RELAÇÃO BRASIL-ORIENTE MÉDIO.....	55
Wallace Moacir Paiva Lima DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.4	
CAPÍTULO 5	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES: O LUGAR SOCIAL DO FE- MININO	67
Karoline Andrade Gama Palloma Pimenta Pires Joana Grazziele Bomfim Ribeiro Jakson Luis Galdino Dourado Fabiana Maria de Souza DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.5	

CAPÍTULO 6

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO AOS SURDOS 85

Amanda Silva
Adriana Rocha Nogueira Garcia
Anderson Araújo de Oliveira
Aryessa Oliveira Alves Rossi
Caroline Silva Oliveira
Ellen Gonçalves Pereira
Matheus Silva Santos
Michelle Vieira de Oliveira
Rodrigo Henrique Cardoso
Taciane Oliveira Tenorio
Yasmin Batista Ferreira
DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.6

CAPÍTULO 7

ELITES POLÍTICAS EM TEMPOS DE REDES SOCIAIS: A MANUTENÇÃO DO CORONELISMO NO SÉCULO XXI 97

Wallace Moacir Paiva Lima
DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.7

CAPÍTULO 8

AS TECNOLOGIA DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO NO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS PANDÊMICOS 115

Katuo Okabayashi
Alessandro Lubiana
Edney Costa Souza
DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.8

CAPÍTULO 9

DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19 131

Amarildo da Silva Cunha
DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.9

CAPÍTULO 10

ALEXANDER HAMILTON: O FEDERALISTA E O PLANO FINANCEIRO..... 139

Sofia Vicente Vagarinho
DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.10

CAPÍTULO 11

SOB O OLHAR DA VIRGEM, FESTEJANDO UMA IGREJA TRANSFERIDA: O SANTO, MAGNO E DOGMÁTICO CONCÍLIO PALMARIANO (1980-1992) 155

Pedro Luiz Câmara Dantas
DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.11

CAPÍTULO 12

PARA QUE AS COISAS MUDEM E NÃO FIQUEMOS PARA TRÁS: UMA ETNOGRAFIA SOB ÓTICA DA PERFORMANCE 171

Rebeca Guimarães Barbosa
Eriosvaldo Lima Barbosa
DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.12

CAPÍTULO 13

SANTIFICANDO UM REGIME: O CULTO AO DITADOR FRANCISCO FRANCO BAHAMONDE NA IGREJA PALMARIANA 185

Pedro Luiz Câmara Dantas

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.13

CAPÍTULO 14

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FRENTE ÀS INFLUÊNCIAS DA MÍDIA NA FORMAÇÃO DA CULTURA DAS CLASSES 203

Wesley Vieira da Silva

Ricardo Pessoni

Telma Vieira Lopes Soares

Joelma Vieira Lopes

Kênya Maria Vieira Lopes

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.14



APRESENTAÇÃO

Prezad@s,

Satisfação! Esse é o sentimento que vem ao meu ser ao escrever a apresentação deste magnífico livro. Não apenas porque se trata do volume 5 da Coleção Pesquisas em Temas de Ciências Humanas, publicado pela RFB Editora, mas pela importância que essa área possui para a promoção da qualidade de vida das pessoas.

Segundo a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), fazem parte dessa área: Filosofia, Teologia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política. Tal área suscita, portanto, uma gama de possibilidades de pesquisas e de relações dialógicas que certamente podem ser relevantes para o desenvolvimento social brasileiro.

Desse modo, os artigos apresentados neste livro - em sua maioria frutos de árduos trabalhos acadêmicos (TCC, monografia, dissertação, tese) - decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões na área de Ciências Humanas; pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que vêm sendo debatidos nas principais universidades brasileiras e que refletem o interesse de pesquisadores no desenvolvimento social e científico que possa melhorar a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Acredito, verdadeiramente, que a ampla divulgação do conhecimento científico de qualidade pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Esse livro é parte singela da materialização dessa utopia.

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza

Editor-Chefe

RFB Editora



CAPÍTULO 1

O CIÚME PATOLÓGICO PRESENTE EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

PATHOLOGICAL JEALOUSY PRESENT IN ABUSIVE RELATIONSHIPS

Maria Eduarda Teodoro Ferreira Borges¹
Karolaine Ferreira Cardoso da Cruz²

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.1

¹ Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara. ILES/ULBRA ITUMBIARA. E-mail: mariaeduardateodoro21@gmail.com

² Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara. ILES/ULBRA ITUMBIARA. E-mail: karolaineferreira003@gmail.com

RESUMO

Este artigo aponta uma revisão da literatura a respeito do ciúme em relacionamentos abusivos, descrevendo algumas características dessa problemática. O objetivo deste estudo foi discutir as consequências de vivenciar relacionamentos abusivos em decorrência de ciúme patológico e também quais as contribuições da psicoterapia para essas vítimas. Foram utilizadas pesquisas baseadas no banco de dados Scielo, PubMed e Medline, contando com artigos que descreviam sobre as palavras chaves do tema proposto. Ainda que os maiores índices de ciúme patológico venham do sexo masculino, devemos deixar claro que o sexo feminino também é suscetível a isso. A análise desses resultados, podemos concluir que as consequências do ciúme para quem sofre podem ser irreversíveis, pois na maioria dos casos resultam a homicídio, e quando não venha a isso, deixam marcas mentais ou físicas que são para o resto da vida, promove-se neste estudo que a psicologia é importantíssima para que consiga preencher todas as lacunas psicológicas da vítima e também colaborar para o tratamento do agressor. Portanto, pôde-se concluir que o ciúme patológico cessa o relacionamento amoroso que ambos possuíam, além de destruir a vida futura devido aos comportamentos violentos provocados e as consequências que trazem para a vida.

Palavras-chave: Ciúme patológico. Relacionamento abusivo. Femicídios.

ABSTRACT

This article points out a literature review about jealousy in abusive relationships, reporting some characteristics are irreversible in this problem. In addition, it also highlights the consequences of the problem for the victim, whether mental or physical. The aim of this study was to analyze and understand the consequences that pathological jealousy can bring to the victim's life, in addition to understanding about jealousy in the human psyche. Research was used based on the Scielo, PubMed and Medline databases, with articles describing the key words of the proposed theme. Although the highest rates of pathological jealousy come from the male sex, we should make it clear that the female sex is also susceptible to this. The analysis of these results, we can conclude that the consequences of jealousy for those who suffer are irreversible, because in most cases they result in homicide, and when it does not come to this, they leave mental or physical marks that are for the rest of life, it is promoted in this study that psychology is very important so that it can fill all the psychological gaps of the victim and also collaborate for the treatment of the aggressor. Therefore, it was concluded that pathological jealousy ceases

the loving relationship they both had, in addition to destroying the future life due to the violent behaviors provoked and the consequences they bring to life.

Keywords: Jealousy pathogen. Abusive relates. Femicides.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, ocorreu um aumento nos casos de feminicídios no país, envolvendo relacionamentos abusivos que a característica deles era o ciúme patológico. Um dos traços desses relacionamentos, é perceptível na sociedade moderna, sendo um dos fios para a relação abusiva e mesmo sendo isso, ainda é bastante romantizada na mídia, sendo visto como algo “essencial” nos relacionamentos (BANACO, 2005).

O sentimento ciúme é conhecido por todas as pessoas. É passível de observação nas relações de pessoas ao redor, em romances, em versos poéticos e possivelmente todos já experimentaram ou experimentarão em algum momento de suas vidas. Há casos, entretanto, que o ciúme pode adquirir uma intensidade extremada, o que vem a se tornar um problema, revelando uma patologia (MALLMANN, 2015).

Ballone (2010) destaca que de maneira ampla, há a hipótese de que o ciúme pode ter ultrapassado o limite de normalidade quando apresenta características como suspeitas sem fundamento, desperta sofrimento nas duas pessoas, ocorre inspeção obsessiva, repetitiva e prolongada de objetos pessoais e da vida íntima do parceiro ou parceira, frequente perda de controle com atitudes violentas quando ocorrem crises de ciúme, perda do controle com facilidade e atitudes violentas quando desencadeadas crises de ciúmes.

De acordo com Barreto (2015) ciúme e possessividade exagerados, controle sob as ações e decisões do outro, ser violento fisicamente e ou verbalmente, vontade de isolar o parceiro, dentre outros, são indicadores de um relacionamento abusivo. A autora explica que nessas relações predominam o poder demasiado sobre o parceiro, a necessidade de “possuir o parceiro para si” e de controla-lo, o que causa bastante adversidade e mal-estar.

Outros autores manifestam sobre ele, simplificando que é um algo natural pela sensação de perda afetiva, o indivíduo que sente o ciúme vive das exigências como: um amor possessivo, medo ou objeção da perda do que ele ama. Sempre está relacionando pela intimidação de perder o parceiro e o medo de existir mais alguma pessoa na relação, sendo assim, ele desenvolve um sentimento negativo causando dor psicológica e isso em excesso torna-se o ciúme patológico, trazendo consequên-

cias e ultrapassando os limites, levando a distorções de interpretação do que o parceiro relatar, acreditará em fantasias que a mente irá criar, partirá para a violência, abusando do poder que desconfia ter sobre a pessoa amada (SEO, 2006).

A partir deste cenário, o presente estudo apresenta como tema central o ciúme patológico presente em relacionamentos abusivos. Nesta direção, problematiza-se: como são e quais consequências trazem as manifestações de ciúme em relacionamentos abusivos? Neste sentido, o objetivo geral do presente trabalho é discutir as consequências de estar em tais relações na perspectiva de quem a sofre e possíveis intervenções da psicologia para este cenário. Elencando-se como objetivos específicos: explicar a diferença entre o ciúme normal e o patológico; esclarecer como se dá os ciúmes no relacionamento e no psiquismo humano e examinar a relação entre ciúme, violência e poder.

No tocante à justificativa social, nota-se que este é um tema bastante discutido na sociedade brasileira, o que justifica estudos a respeito, para que mais informações científicas possam chegar ao alcance da população, proporcionando esclarecimentos e entendimentos. Quanto à justificativa científica, considera-se que a mesma é embasada no fato que a pesquisa poderá proporcionar maior interesse no assunto proposto, o que pode desencadear mais pesquisas a respeito, podendo trazer assim novas descobertas. Já a justificativa pessoal reside no fato de haver o interesse pessoal em compreender melhor o assunto proposto, considerando que um maior saber sobre o tema pode agregar para a atuação da carreira profissional.

Como metodologia realizou-se através de uma pesquisa bibliográfica, destacando artigos científicos que vão ao encontro do assunto proposto. Destacou-se relacionamentos abusivos, dando ênfase ao ciúme e a violência associada. Para elaboração desta pesquisa, foram realizadas consultas em artigos através do Google Acadêmico, intermediando diversos bancos de dados existentes como Scielo, Pubmed e Medline. O procedimento da coleta ocorreu mediante a leitura de artigos, livros e alguns periódicos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Ciúme Patológico

A literatura científica permite relatar sobre os tipos de ciúme: o normal e o patológico. Para Goldberg (2000), existe uma linha muito tênue para separar o normal do patológico “a vontade de proteger se transforma facilmente em possessividade; o cuidado, em controle; o interesse, em obsessão” (p.19).

Então o ciúme patológico, pode ser caracterizado como um transtorno afetivo grave, sendo um distúrbio total, sofrendo com a confiança, tranquilidade, sua necessidade de dominação e de posse. O ciúme destrói as próprias raízes. É visto como uma perturbação na qual o indivíduo sente-se com excesso de uma carga emocional negativa constantemente. E isso, torna-se imprevisível de se ver referente a grandeza das emoções e as reações que podem aparecer de repente, frente a uma crise de ciúme (BOTTURA JUNIOR, 2003).

Durante o ciúme patológico, passa por várias emoções, dúvidas, perturbações, ideias obsessivas ou alucinóginas sobre infidelidade, sendo realizado a busca incessante sobre a maneira de agir do parceiro que muitas vezes são cenas criadas na mente do abusador. Os sentimentos que podem se manifestar são: raiva, culpa, depressão, humilhação, insegurança, rejeição, desejo de vingança, presunção excessiva e infundada, gerando prejuízo no relacionamento e principalmente, prejudicando o indivíduo que está sofrendo com o abusador (ROSA, 2005).

Mesmo com todas essas emoções e reações, ele não fica restrito somente ao presente do parceiro:

Pode se dirigir ao passado da mulher e, no caso, o homem fica remoendo acontecimentos sobre os quais não tem nem controle, por serem passados e antigos. De forma geral, nenhuma explicação racional consegue acalmar um ciúme patológico, pois se trata de uma recusa da realidade em que se vive." (HIRIGOYEN, 2006, p.34).

E essa atitude de investigar o passado, muitas vezes está mais caracterizado pelo sexo feminino, sobre a curiosidade de saber quem foi a primeira pessoa com quem seu parceiro se relacionou e realizar comparações consigo mesma (CENTEVILLE, 2008).

O grande problema é que muitas vezes o abusador não aceita tratamento, pois ele considera normal tudo que ele sente e que este problema vem do outro que faz com que ele se sinta assim, muitas vezes as crises de ciúme levam a homicídios, seguidas de suicídio (HIRIGOYEN, 2006).

O ciúme pode apresentar por diversos modos seja ele mais intensificado ou não. Entretanto, ele não é exclusividade masculina, mesmo que ocorra mais através do sexo masculino, ele pode ocorrer inversamente, a parceira agir contra seu parceiro (GUERRA, 2004).

Do ponto de vista médico, mais específico psiquiátrico, existem variados tipos de ciúme, que são caracterizados em transtornos, como: psicoses delirantes, para-

nóia, psicoses alucinatórias, parafrenias, esquizofrenia, alcoolismo, embriaguez patológica, toxicomania e psicopatia (RANGEL, 2004).

O medo da separação e perda do parceiro, significa uma ruptura na própria estrutura do eu, promovendo um temor iminente nessa perda, portanto aspectos patológicos do ciúme são ressaltados em agressividade exacerbada, prevalência da pulsão até mesmo de morte. Promove uma necessidade de destruir a parceira (MATARAZZO, 2005).

2.2 Ciúme no relacionamento amoroso

O ciúme é uma manifestação de um complexo de desvantagem da personalidade de alguém, imaturidade e um excessivo falta de amor próprio, pois ele sente-se incapaz de dominar a pessoa amada ou de afastar uma terceira pessoa que ele acredita existir, sentindo-se humilhado (ALVES, 2001).

O ciúme dentro do relacionamento amoroso, apresenta um desempenho do ponto de vista positivo e também do negativo. Quando ele é apresentado levemente como um detector de alerta, é possível prever sendo uma demonstração de amor e tentando preservar o relacionamento, normalmente quando há ausência desse sentimento o parceiro pode sentir indiferença. Já do ponto de vista negativo, que seria esse sentimento em excesso, causa dor psicológica, afastando a outra pessoa, prejudicando e destruindo o relacionamento que existe, pois muitas vezes a cobrança e a desconfiança excessiva provoca atitudes irracionais, ocorrendo ameaças e perseguição que sufoca a relação (PICCININ, 2014).

Quando esse sentimento evolui para o patológico, pode-se levar a agressões físicas ou verbais, perseguições doentias, discussões, conflitos, pressão psicológica, homicídios e suicídios. Todos esses quesitos torna-se a relação tensa e sufocada, pois as limitações pelo ciúme patológico são altas (ECKER, 2012).

As características de ciúme vão depender da pessoa e o tipo de relacionamento envolvido. Considera-se grave a consequência que isso pode trazer, por isso, na maioria dos casos, é fundamental tratamento psicológico e/ou psiquiátrico (OLIVEIRA; GOMES, 2009).

Os sinais para saber se você está nesse tipo de relacionamento abusivo podem ser:

1. Ciúme, desconfiança e possessividade: o agressor observa sua parceira como propriedade e tentar controlar todos os seus passos;
2. Isolamento: o agressor faz com que a parceira viva em isolamento tanto

- do convívio familiar quanto do meio social com os amigos, promovendo a solidão, deixando a pessoa mais frágil e com mais dificuldade para sair do relacionamento;
3. Controle sobre a vida do outro: o agressor exige toda atenção do parceiro, desde de roupa até os perfis em redes sociais, finanças e atividades de lazer;
 4. Superioridade: o agressor sempre está certo, fala alto, grita, xinga, ofende, de um modo que a parceira se sinta enfraquecida e ele fique no comando. Recusa-se ajuda, pois acha que está correto.
 5. Humilhação: o agressor ressaltava e expõe os erros da parceira seja em particular ou em público.
 6. Manipulação: o agressor convence que a parceira está errada e tudo que está ocorrendo é culpa dela.
 7. Mudanças de humor: o agressor torna-se amoroso após cometer o abuso no relacionamento.
 8. Desprezo: o agressor não deixa a parceira expressar sua opinião ou sentimentos.
 9. Jogos emocionais: o agressor utiliza-se de frases como “eu me descontrolo, porque eu amo muito você”, “eu só faço essas coisas pois você insiste em usar essa roupa”.
 10. Punição: o agressor quando está contrariado, castiga a sua parceira até conseguir o que quer (BOLDT, 2018).

Em muitos casos, admitir o problema é complicado, com isso, o parceiro sempre tenta seguir com o relacionamento negligenciando e negando toda a situação em que ocorre, sendo até difícil mostrar isso pro parceiro, por isso, é sempre necessário a avaliação de um profissional para que não ocorra nenhuma divergência maior, procurando auto avaliar o relacionamento, o autoconhecimento e a autocompreensão das atitudes que o parceiro está levando, sempre questionando os fatos no relacionamento, procurando resolver caso algo esteja incomodando (BRASIL, 2009).

2.3 Ciúme no psiquismo humano

A consciência humana é considerada o fenômeno mais complexo do mundo. Por meio dela, somos seres únicos, construímos uma personalidade e diversificamos uma história. A evolução do psiquismo humano se dá pela influência da cultura em que ele vive, ou seja, pelos objetivos e apropriação realizado pelo ser humano, em certos momentos da sua vida (CAROPRESO, 2006). O psiquismo é um processo que ocorre de maneira igualitária entre a objetivação e a apropriação, através da consciência que funda o psiquismo, como “personalidade”. O ciúme faz parte da constituição do psiquismo de qualquer indivíduo. Ele guarda em si a angústia e o medo da perda. Representa em sua essência uma identificação mental, onde é que o sujeito se identifica (LEITE, 2005).

O ciumento, tem a necessidade de se sentir único e insubstituível, sendo que a imaginação viaja na possibilidade de a pessoa ser a totalização da vida do outro. Ele acredita que talvez não é o objeto total do outro, não porque isso não seja possível, e sim porque há outro alguém que o “rouba”. Não suporta com a satisfação do outro, ele quer e procura privar tudo que a outra pessoa gostaria de fazer ou ter, ou seja, narcisismo total e absoluto (MOLLON, 2003).

Os conceitos relacionados ao narcisismo, idealização e a escolha para compreensão do ciúme, esclarecem a importância do outro na constituição do sujeito, ou seja, é necessária essa correlação entre o narcisismo e o Completo de Édipo, pois é onde encontramos a falha na estruturação narcísica (PORTO, 2010).

Para Freud (1908), narcisismo caracteriza-se como “uma fase do desenvolvimento das pessoas. É um estágio em que se verifica a passagem do autoerotismo, ou seja, do prazer que é concentrado no próprio corpo, para eleição de outro ser como objeto de amor”, com este conceito, podemos entender que significa mais um investimento libidinal sobre a sua própria imagem.

Além disso, o ciúme na maioria dos casos pode se relacionar também com o egoísmo. Quando relacionado a isso, está ligado a uma privação dos desejos do parceiro, considerando que na medida que a outra pessoa queira ter um convívio social e o parceiro limita esse contato, impondo maneiras para o comportamento da pessoa e principalmente para entender o outro como “seu”, ao invés de ver como uma parceira proporcionando momentos de qualidade para ambos. Dessa forma, pessoas ciumentas e egoístas, não serão empáticas ao sofrimento e aos sentimentos do próximo, estará somente priorizando suas próprias necessidades.

É necessário identificar atitudes dessa maneira, indicando a expressão do ciúme e do egoísmo, pois um parceiro que possui uma manifestação exagerada de ciúme e desproporcional aos estímulos, tentará forçar o máximo o seu controle, alegando que o comportamento é motivado pelo amor, porém o que ele entende por amor, é simplesmente a posse que ele necessita (ALMEIDA; VANNI, 2013).

Para Hintz (2003), diante do ciúme excessivo, ele passa a ser instável emocionalmente, considerando o outro como um objeto pertencente a si mesmo. Quando o amor passa a ser confundido com posse, ele já não é um sentimento de satisfação com a parceira, mais um sofrimento que é administrado diariamente. Com isso, o ciúme exerce alguns momentos de respostas excessivas como violência verbal ou física.

2.4 A relação entre ciúme, violência e poder

Existe uma forte relação entre esses três itens: ciúme, violência e poder. Onde há uma mistura entre a ficção e a realidade, reconhecendo facilmente o ciúme patológico. O ciúme é definido como elemento deflagrador da violência relacionado as vítimas de agressão pelo parceiro íntimo (SOPHIA, 2008).

Violência contra a mulher pela Organização das Nações Unidas, é definido como: “Qualquer ato de violência baseada em gênero que resulte ou possa resultar em danos mentais ou sexuais, ou sofrimento para a mulher, incluindo ameaças, como atos de coerção ou privação arbitrária de liberdade seja na vida pública ou privada” (ONU, 2005, p. 6).

Toda relação humana tem um único fim: a busca incessante pelo poder. Podendo ser classificadas como autoridade, força e dominação e isso sempre está relacionado dentro do ciúme patológico e relacionamentos abusivos. A predominância de “quem domina quem” é relacionada sempre dentro da sociedade no sentimento de territorialidade que podem resultar em violência. De acordo com Foucault, o poder não existe, o que existe são as relações de poder. Que são classificadas como um poder estático, onipresente, servindo para alimentar uma visão negativa do poder (MARINHO, 2008).

Segundo Freud (1930), “A violência é inerente ao homem. A violência tem mobilidade, pode circular, pode estar delegada ao Estado ou retornar ao homem, mas é destrutiva se contenta em submeter o homem, não em matá-lo”. Podemos classificar então que a ideia de dominação, culpa e humilhação está absolutamente ligado nos casos de ciúme patológico. Pois para o ciumento não haverá limites nítido entre o erro e o delírio psicológico.

Esses itens sempre influenciará a mente humana a desenvolver o relacionamento abusivo quando classificado o abusador com ciúme patológico, são erros que a mente dele irá acreditar que não são errados (GABBARD, 2016).

O ciúme patológico vive sob sofrimento psíquico intenso, pois sempre haverá uma ambivalência nas decisões e no psicológico, sempre buscam termos que fará a vítima parecer errada na história criada na mente do abusador (GUERRA, 2004).

Toda relação entre dois indivíduos é uma relação caracterizada como poder. Correlacionando palavras como dominação, autoridade, força e poder, podemos caracterizar praticamente o ciúme.

A violência é um fenômeno extremamente complexo, enraizado nas relações de poder, sendo baseados em gênero, sexualidade e na auto identidade. Em diversas sociedades, ainda existe a predominância que o sexo masculino domina o sexo feminino. Para definir a violência podemos utilizar: a violência física que ocorre quando alguém consegue causar dano corporal por meio de força física, violência psicológica que causa danos a autoestima, ao desenvolvimento pessoal, através de chantagem, humilhações, privação da liberdade, e por fim, a violência sexual, quando o indivíduo é obrigado por meio de força física a práticas sexuais (NOGUEIRA, 2016).

As definições dessas três formas de violências estão relacionadas quando acontece o ciúme patológico ou excessivo. Muitas pessoas na sociedade, ainda define ciúmes como um sentimento saudável, como um sinal de interesse, carinho e afeto. Porém, a maioria não sabe que este sentimento pode-se levar a perda de controle psicológico, afetando significativamente o relacionamento em que se encontra (BARRETO, 2015).

Após o avanço tecnológico, percebe-se que a divulgação sobre a violência contra a mulher tem aumentado e sido mais divulgado do que antigamente. Com isso, ficou nítido que todas as pessoas tem o simples conhecimento de saber como funciona o ciúme em um relacionamento abusivo no caso, principalmente as violências significativamente afetam a vida dessas pessoas. Em casos que o ciúme, leva a esses tipos de violência, sempre estão relacionadas a mulheres com dependência financeira e as responsabilidades maternas, que não conseguem sair destes relacionamentos, causando transtornos familiares e danos irreparáveis, principalmente quando ocorre dentro do âmbito familiar que possui filhos pequenos e que futuramente estarão traumatizados por ter vivenciado cenas de violência e poder autoritário do pai para a mãe (VASCONCELLOS, 2016).

Ainda assim, alguns autores acreditam que quando a mulher interrompe uma relação abusiva em que vive, faz com que ela perca a sua única fonte de reforçadores. Elas começam a perceber o momento em que os excessos começaram a surgir, gerando desconforto e mal estar (CARMO; MOURA, 2010).

3 METODOLOGIA

O trabalho foi feito por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. De acordo com Gil (2018) a pesquisa bibliográfica é aquela realizada baseando-se em materiais já publicados como livros, teses, revistas, dissertações, anais de eventos científicos, material disponível na internet, dentre outros. O autor des-

taca ainda que a vantagem fundamental da pesquisa bibliográfica se encontra na circunstância de proporcionar ao pesquisador a abrangência de vários fenômenos muito mais extensiva do que a poderia investigar de maneira direta.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a maior parte das pesquisas bibliográficas possuem cunho exploratório, não dispendo como propósito proporcionar uma resposta determinada ao problema, porém sim ao seu aprimoramento.

As fontes consultadas referem-se a livros e artigos científicos que elucidam e explicam sobre o tema dessa pesquisa, em base de dados como: scielo, Pubmed e Medline.

As palavras-chave usadas para a procura dos artigos foram: Ciúme patológico. Relacionamento abusivo. Femicídios.

Os critérios de inclusão foram artigos que abordavam qualitativamente o tema proposto.

Os critérios de exclusão foram artigos que não traziam análises qualitativas e fugiam do assunto da pesquisa.

Não foi delimitado intervalo de tempo dos artigos utilizados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A violência física é bastante frequente em relações abusivas. Ela pode provocar lesões corporais e danos neurológicos. O abuso psicológico, por sua vez, não causa lesões físicas, mas pode ser tão prejudicial quanto a violência física. Os sintomas normalmente encontrados são: sentimentos de humilhação, impotência, solidão/culpa, depressão, agressividade, medo e dependência de um outro alguém para todas as atividades que irá realizar (RODRIGUEZ; JARABO *apud* MOLINA; GOMES, 2002).

Ele afeta a saúde mental da mulher, levando a distorção da autoimagem e descrença pela própria competência. Uma das consequências, é o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), que está relacionado como uma condição de incapacitação psicossocial que desenvolve após um ou mais eventos de estresses traumáticos, visto que os abusos são considerados como situações traumática e ela continuaria exposta a diversos eventos traumáticos dependendo do abusador (ROVINSK, 2004). As outras consequências para a saúde da vítima podem ser:

1. Estresse, pelo constrangimento em que ela viveu;

2. Aumento da pressão arterial, pelo medo de vivenciar mais situações que ela passou, desenvolvendo Síndrome do Pânico;
3. Depressão, com a constância de abusos sofridos, refletindo em angústia por não conseguir sair da relação (GENTIL; LOTUFO, 1986).

Para a vítima conseguir lidar com essas situações abusivas, recomenda-se ajuda psicológica como valorização, valorização pessoal, ajuda familiar que é essencial o apoio, além da denúncia necessária em relação ao abusador, desempenhando o papel de acolhida, escuta e orientação, podendo resgatar a vítima da condição de sujeito, das vontades e desejos, reconstruindo sua autonomia, recuperando a capacidade de enfrentar as consequências que o abuso trouxe (HANADA *et. al.*, 2010).

A vítima da relação abusiva, deve procurar afastar do relacionamento, buscando ajuda terapêutica visto que o abusador procura usar jogos mentais manipulando a vítima e ameaçando. Para a vítima, é necessária uma reconstrução da autoestima, pois após toda a pressão psicológica abala completamente todo o relacionamento e a maneira de viver da vítima (FREUD, 1976).

Esses relacionamentos causam estragos profundos para a vítima, pois provocam medo de tentarem outro relacionamento com outra pessoa, provoca medo de sair de casa para não encontrar o abusador e causa outros distúrbios psicológicos (MALLMAN, 2015).

Percebe-se que a vítima que vivencia um relacionamento abusivo tem tendência em aceitar e justificar todas as atitudes do parceiro, adiando a exposição e as atitudes abusivas praticadas por ele, até o agravamento máximo da situação. O psicólogo possui um papel essencial pois muitas vezes a vítima ainda não consegue identificar o abuso do agressor, se sentindo culpada pelo o que está vivenciando rotineiramente. Em primeiro lugar, ele auxiliará e ajudará a vítima analisar todos os momentos em que ela viveu, demonstrando o relacionamento abusivo, após isso, ela irá ajudar ao rompimento desse relacionamento, podendo ajudar a vítima a retomar o curso normal da sua vida, voltando a ter convívio social e eliminando o medo que aquilo poderia retornar para seu cotidiano (LIMA; WERLANG, 2011).

Além de todo tratamento necessário, é importante a criação de uma rede de apoio para o atendimento da vítima, visando sua integralidade, promovendo ações de combate e prevenção da violência dentro do relacionamento abusivo. Ressaltando, um atendimento psicológico eficaz, é necessário que haja uma decisão concreta da vítima, onde um atendimento contraria não lhe trata nenhum benefício (PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018).

Essa demanda deve ser considerada uma questão de saúde pública, visto que o número desses relacionamentos só vem aumentando, englobando a pessoa também com sua própria integralidade e não fragmentando as violências sofridas.

Uma das alternativas que podem ser utilizadas nas consequências sofridas por essas vítimas, é a Terapia Cognitiva Comportamental (TCC). Essa abordagem se baseia nas cognições influenciando o comportamento e as emoções. Além disso, é uma terapia focada nas soluções dos problemas, visando o treinamento de habilidades devido identificar os pensamentos e as crenças centrais e intermediárias (MOREIRA, 2014).

Visto, que independente da abordagem do psicólogo, é necessário que ele consiga estabelecer um vínculo terapêutico com a vítima. Trabalhando o resgate de condição de sujeito, autoestima, desejos e necessidades da vítima, que ficaram “escondidos” durante o período do relacionamento abusivo (SANTI, 2010).

Há estudos que demonstram a eficácia da Terapia Cognitiva Comportamental no tratamento de vítimas de violência, principalmente nas que desenvolveram estresse pós-traumático, pois o profissional pressupõe que a vítima interpreta as situações devido seus sentimentos e comportamentos. Contudo, as crenças desenvolvidas pelas vítimas colaboram para a visão negativa que ela propõe sobre si própria e pelo senso responsável que assumem por tudo que ocorreu, como se auto se culpasse pela violência sofrida (GOMES, 2012).

De acordo com Aaron Beck, o desenvolvedor do modelo cognitivo, os problemas vivenciados no relacionamento na maioria dos casos podem estar relacionados a cognições disfuncionais de ambos os parceiros. Destacando-se o papel negativo dos pensamentos e crenças no relacionamento (RANGÉ, 2008).

Com isso, a TCC mostra que as variáveis cognitivas, comportamentais e emocionais estão correlacionadas, sendo assim o tratamento pode identificar e modificar esses pensamentos disfuncionais, comportamentos problemáticos a fim de conseguir mudanças em direção ao empoderamento, auxiliando a vítima a não aceitar as violências sofridas (LIMA, 2018).

Os objetivos da TCC no atendimento, pauta de reestruturações cognitivas, manejando as emoções, modificando os padrões de comunicação disfuncionais e promovendo o desenvolvimento das estratégias para resolver os problemas cotidianos (MOREIRA, 2014).

Essa reestruturação cognitiva tem o embasamento em detectar os pensamentos disfuncionais, a fim de orientar o terapeuta no entendimento do funcionamento cognitivo da vítima. Normalmente, utiliza-se de um diário para que sejam registrados os pensamentos automáticos, para que a vítima observe e questione de forma a reduzir a ansiedade (GUIMARÃES, 2016).

Além da TCC apresenta uma forma positiva para vítima, também pode ser importante para os agressores, reeducando as formas de pensar e comportar-se, promovendo técnicas de relaxamento e respiração. Podendo ser trabalhada em casal, o objetivo é promover habilidades que possam reduzir conflitos (COLOSSI, 2013).

O trabalho fornecido do psicólogo para a vítima deve ser realizado através de miniaulas, recomendação de leituras como a Lei Maria da Penha e outras literaturas, a fim de ajudar a vítima enxergar tudo que ocorreu com ela e que ela tem proteção e segurança através disso. Pois muitas vezes, a vítima sempre se culpa de toda a violência sofrida, de tanta manipulação mental do agressor (BARRETO, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo evidenciaram que as consequências sofridas pela vítima podem ser irreversíveis, pois quando não leva a morte, pode deixar marcas físicas e mentais, fazendo com ela fique “remoendo” todo o sofrimento que passou com o agressor e sempre com medo de reencontra-lo.

Também foi possível observar que ciúme, a violência e o poder são representações que andam em conjunto. Encontrou-se na revisão de literatura trabalhos que abordam esses três itens, porém de forma superficial, evidenciando a necessidade de pesquisas mais aprofundadas abordando estas temáticas conjuntamente.

Com isso, podemos concluir que o papel do psicólogo a atendimento a essa vítima, é acolher, orientar, auxiliar para que ela consiga reconhecer todo os erros que foram cometidos, trabalhando o psicológico para recuperar o enfrentamento e superar as consequências dos abusos, sendo imprescindível o papel do profissional que trabalhará em prol da garantia do bem estar e direitos da vítima.

Sugere-se mais pesquisa que abordem este tema sejam feitas, principalmente que descrevam detalhadamente as formas mais eficientes de condução de tratamento para vítimas acometidas por essas formas de relacionamento, a fim de se efetivar o bem-estar das mesmas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T., VANNI, G. **Amor, ciúme e infidelidade** - Como estas questões afetam sua vida. 1. Ed, 2013, São Paulo: Letras do Brasil.
- ALVES, Roque de Brito. **Ciúme: Crime e Loucura**. Rio de Janeiro: Forense, 2001
- BALLONE, Geraldo José. **Histórias de Ciúme na patologia: Identificação e Tratamento**. 1 ed. Barueri: Manole, 2010.
- BANACO, R. A. **Ciúme e inveja**. 2005. Palestra proferida no I Congresso Brasileiro de Psicologia Clínica e da Saúde. Londrina, PR
- BARRETO, Raquel Silva. **Relacionamentos abusivos: uma discussão dos entraves ao ponto final**. Gênero. Niterói, p. 142-154, 1. sem/2018
- BARRETTO, R.S. **Psicóloga explica relacionamento abusivos: o que é e como sair dessa situação**. 2015. Entrevista. UNESP, São Paulo, 2015. Disponível em: < <http://reporterunesp.jor.br/2015/08/20/psicologa-explicarelacionamentos-abusivos-o-que-e-e-como-lidar-com-essa-situacao/>>. Acessado em: 31/03/2020.
- BOLDT, Marilha. **Identifique se o seu relacionamento é abusivo**. 2018. Disponível em: <http://www.superacaovd.com.br/2019/01/identifique-se-seu-relacionamento-e.html>. Acesso em 01 nov. 2020.
- BOTTURA JUNIOR, W. **Ciúme - entre o amor e a loucura**. SP: República Literária, 2003.
- BRASIL, A. **Psicopatologia da vida amorosa**. 2009. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Ciúmes), Porto Alegre, n. 37, 9-21.
- CARMO, Perla Cristina da Costa Santos do; MOURA, Fernanda Gomes de Andrade de. **Violência Doméstica: A Difícil Decisão De Romper Ou Não Com Esse Ciclo**. *Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. 2010, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 9. Recuperado em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278278656_ARQUIVO_VIOL_NCIADOMESTICAADIFICILDECISAODEROMPEROUNAOCOMESSECICLO.pdf
- CAROPRESO, F. S. **A natureza do psíquico e o sentido da metapsicologia na psicanálise freudiana**. Tese de doutorado, São Carlos: UFSCAR, 2006.
- CENTEVILLE, Valéria. **Ciúme patológico masculino: Reflexões sob a ótica junguiana**. Dissertação Mestrado em Psicologia Clínica. 149f. Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- COLOSSI, Patrícia Manozzo; FALCKE, Denise. **Gritos do Silêncio: A violência Psicológica no Casal. Psico**. São Leopoldo, RS, v. 44, n. 3, p. 310-318. set. 2013.
- ECKER, W. **Non-delusional pathological jealousy as an obsessivecompulsive spectrum disorder: Cognitive-behavioural conceptualization and some treatment**

suggestions. *Journal of Obsessive-Compulsive and Related Disorders*, v.1, p. 203-210, 2012.

FREUD, S. [1905] Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade;(1907 [1906]) Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen; [1913] Totem e tabu; [1913] História de uma neurose infantil e outros trabalhos; [1930] O mal estar na civilização;[1922] Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranoia e no homossexualismo; Sobre a crueldade das crianças. **Obras Completas**. Ed. Standard Brasileira, vols.VII, IX, XIII, XVII, XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. “**Gradiva” de Jensen e outros trabalhos**. In: Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1908 – 1976/1996, v. IX.

FREUD, S. Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo (1922). In: **Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos** (1920-1922). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 269-281. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).

GABBARD, Glen O. **Psiquiatria psicodinâmica na prática clínica**. Trad. Fernando de Siqueira Rodrigues. 5ª. ed. [Atualizado segundo a DSM 5] Porto Alegre : Artmed, 2016.

GENTIL, V. e LOTUFO NETO, F. (org.). **Pânico, fobias e obsessões**. Edusp, 2a. Edição, São Paulo, 1996.

GOLDBERG, J. G. **Tenho raiva**– o papel positivo das emoções negativas nos relacionamentos. São Paulo: Mercuryo, 2000.

GOMES, Rilzeli Maria. **Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Transtorno de Estresse Pós-Traumático: um enfoque cognitivo comportamental**. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 4, n. 2, p. 672-680, Passo Fundo, dez. 2012

GUERRA, C. **Violência conjugal e intrafamiliar: alguns dados de mundo, Brasil, Minas Gerais e Uberlândia**. Estudo da Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

GUIMARÃES, Fabrício Lemos; DINIZ, Glauca Ribeiro Starling; ANGELIM, Fabio Pereira. “Mas ele diz que me ama...”: Duplo-Vínculo e Nomeação da Violência Conjugal. **Psicologia Clínica e Cultura**. V. 33, p. 1-10, 2016.

Hintz, H. C. **O Ciúme no processo amoroso**. *Pensando Famílias*, 2003, pág: 45-55.

HIRIGOYEN, M. F. **A violência no âmbito familiar com o casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LEITE, I. **Emoções, Sentimentos e Afetos (uma reflexão sócio-histórica)**. Araraquara: Junqueira e Marins editores, 2005.

LIMA, G. Q., & Werlang, B. S. G. **Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise**. 2011. *Psicologia em Estudo*.

LIMA, Thiago Cavalcante. **Mulher vítima de violência psicológica: contribuições clínicas da terapia cognitivo-comportamental.** Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v. 07, n. 01, p. 114-119, 2018.

MALLMANN, Cleo Jose. **Ciúmes: do normal ao patológico.** Revista Estudos de Psicanálise. Belo Horizonte, n. 43 p. 43-50, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n43/n43a04.pdf>. Acessado em: 31/03/2020.

MARINHO, E.R. **As relações de poder segundo Michel Foucault.** E-Revista Facitec, v.2, n.2, dezembro, 2008.

MATARAZZO, M. **Encontros e reencontros.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

MOREIRA, Aline C. **Revisão Bibliográfica da terapia Cognitivo Comportamental e a Violência Conjugal no Brasil.** Trabalho de conclusão do curso. Especialização de Psicologia Clínica em Terapia Cognitivo Comportamental – CETCC. São Paulo, 2014

NOGUEIRA, E. E. (2016). *Algumas considerações sobre Análise do Comportamento, violência doméstica e o ciclo da violência.* Disponível em: <http://abpmc.org.br/arquivos/textos/1505253574c40bb41beb.pdf>

OLIVEIRA, K.; GOMES, R. **Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros.** Ciência&Saúde Coletiva, n. 16. p. 2401-2413, maio 2009.

ONU, 2005, p. 6) **Combater a violência baseada em gênero: Uma chave para alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio.** Retirado em 7 de setembro de 2015 do website http://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-combating_gbv_por.pdf

PEREIRA, Daniely Cristina de Souza; CAMARGO, Vanessa Silva; AOYAMA, Patricia Cristina Novaki. Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 20, n. 2, p. 10-25, 6 ago. 2018

PICCININ, Andréia; SEHNEM, Scheila Beatriz. **O Ciúme: Suas Causas e Consequências nos Relacionamentos Conjugais.** Psicologado, [S.l.]. (2014). Disponível em <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-clinica/o-ciume-suas-causas-e-consequencias-nos-relacionamentos-conjugais>. Acesso em 29 Mai 2020.

PORTO, L. **Um Monstro de Olhos Verdes: reflexões sobre o ciúme sob a perspectiva da psicanálise freudiana.** 99f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

RANGÉ, Bernard Pimentel. Terapia Cognitivo Comportamental com casais: uma revisão. **Rev Bras Ter Cogn.** v. 04, n. 1. Rio de Janeiro, 2008.

RANGEL, L. **Entre o ciúme e o doentio amor: a explicação do maior enigma da vida a dois.** São Paulo: DPL, 2004.

MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia.** 4. Ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 86-87.

ROSA, U. **Mais amor, menos ciúme doentio**: 450 reflexões para amar mais e melhor. São Paulo: Idéia e Ação, 2005.

SANTI, Liliane Nascimento de; NAKANO, Ana Márcia Spanó; LETTIERE, Angelina. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. **Texto Contexto Enferm.** Florianópolis, julh/set. 2010.

SEO, Khallin. **Manifestações de ciúme patológico e suas consequências, na dinâmica de relacionamento conjugal**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/41.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2020.

SOPHIA, Eglacy Cristina. **Amor patológico**: aspectos clínicos e de personalidade. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2008.

VASCONCELLOS, N. M. A. **A violência contra o sexo feminino**: uma análise dos desdobramentos da denúncia na cidade de Vitória/ES. 2016. 89 f. Tese (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fiocruz, Rio de Janeiro. 2016.

CAPÍTULO 2

O TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENRALIZADA E A TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES

GENERALIZED ANXIETY DISORDER AND COGNITIVE BEHAVIORAL THERAPY: POSSIBILITIES OF INTERVENTIONS

Karolaine Ferreira Cardoso da Cruz¹
Maria Eduarda Teodoro Ferreira Borges²
Michelle Vieira de Olivera³
Amanda Silva⁴
Jhordana Myckaelle Borges Silva⁵
Aryessa Oliveira Rossi Alves⁶
Caroline Silva Oliveira Oliveira⁷
Emanuela Ribeiro Sousa⁸
Elizandra Cerqueira Gama⁹

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.2

¹ Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara. ILES/ULBRA ITUMBIARA. E-mail: karolaineferreira003@gmail.com

² Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara. ILES/ULBRA ITUMBIARA. E-mail: mariaeduardateodoro21@gmail.com

³ Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara. ILES/ULBRA ITUMBIARA. E-mail: mi.psic@rede.ulbra.br

⁴ Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara. ILES/ULBRA ITUMBIARA. E-mail: mandisilvaa@gmail.com

⁵ Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara. ILES/ULBRA ITUMBIARA. E-mail: borgesjhordana.11@gmail.com

⁶ Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara. ILES/ULBRA ITUMBIARA. E-mail: aryessa2010@hotmail.com

⁷ Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara. ILES/ULBRA ITUMBIARA. E-mail: carol.oliveira@rede.ulbra.br

⁸ Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara. ILES/ULBRA ITUMBIARA. E-mail: manur.sousa@hotmail.com

⁹ Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara. ILES/ULBRA ITUMBIARA. E-mail: elizandra.gama15@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica acerca do transtorno de ansiedade generalizada e o tratamento deste a partir da terapia cognitivo-comportamental. Objetivou-se identificar intervenções utilizadas pela abordagem para a remissão dos sintomas deste transtorno. A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica de literatura, analisando-se os dados de forma qualitativa. Os resultados demonstram que a terapia cognitiva tem bons resultados no tratamento do transtorno de ansiedade generalizada, e que os resultados se intensificam em casos mais graves quando é feito de como combinado com medicação psiquiátrica. A principal estratégia de intervenção para a remissão dos sintomas é a reestruturação cognitiva das crenças nucleares relacionadas à preocupação, como vulnerabilidade, ameaça e incapacidade. Considera-se que a principal característica deste transtorno é a preocupação patológica e que a terapia cognitiva é uma abordagem com bons resultados para a remissão dos sintomas. Além disso, sugere-se mais pesquisas que orientem o tratamento desde transtorno quando vem acompanhado de comorbidades do grupo de transtornos de humor, em decorrência da alta prevalência em que isto ocorre.

Palavras-chave: Transtorno de Ansiedade Generalizada. Terapia Cognitivo-Comportamental. Tratamento da Ansiedade.

ABSTRACT

The present research is a literature review about generalized anxiety disorder and its treatment from cognitive-behavioral therapy. The objective of this study was to identify interventions used by the approach to remission the symptoms of this disorder. The methodology used was the literature review, analyzing the data qualitatively. The results show that cognitive therapy has good results in the treatment of generalized anxiety disorder, and that the results intensify in more severe cases when it is done as combined with psychiatric medication. The main intervention strategy for symptom remission is the cognitive restructuring of nuclear beliefs related to concern, such as vulnerability, threat and disability. It is considered that the main characteristic of this disorder is pathological concern and that cognitive therapy is an approach with good results for the remission of symptoms. In addition, more research is suggested to guide treatment since a disorder when it is accompanied by comorbidities of the group of mood disorders, due to the high prevalence in which this occurs.

Keywords: Generalized Anxiety Disorder. Cognitive Behavioral Therapy. Anxiety Treatment.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Leahy (2011) vive-se a Era da ansiedade. Uma criança média atualmente possui os mesmos níveis de ansiedade de um paciente psiquiátrico dos anos 50. Pessoas com transtornos de ansiedade podem apresentar prejuízos em diversas áreas da vida, como trabalho, vida pessoal, sono, e em alguns casos podem até mesmo precisar de hospitalização.

Beck e Clark (2012) explicam que a ansiedade é um estado de apreensão e de excitação física, onde a pessoa pensa não ser capaz de prever ou controlar eventos futuros possivelmente perigosos. E que apesar de todas as pessoas sentirem ansiedade em algum momento da vida, quando ela se apresenta de forma excessiva e desligada da realidade, ela deixa de ser normal e começa a se tornar um problema.

Para os mesmos autores, pode ser difícil diferenciar a ansiedade normal da patológica. Desta forma a avaliação detalhada de um profissional de saúde mental pode ser útil para determinar se a ansiedade do indivíduo se enquadra em um transtorno de ansiedade. Quando identifica-se tratar de um transtorno, o acompanhamento com um profissional é indispensável para o tratamento correto.

De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5.^a edição (DSM-5) os transtornos de ansiedade diferenciam-se pelos tipos de situações ou objetos temidos ou evitados e pelo conteúdo dos pensamentos ou crenças envolvidas. Além disso, uma pessoa pode ter mais de um transtorno de ansiedade ao mesmo tempo.

O transtorno de ansiedade generalizada (TAG) é um dos transtornos de ansiedade mais prevalentes na clínica psicológica. E apesar de ser visto como um transtorno mental leve, constata-se que ele traz diversos prejuízos individuais e sociais ao indivíduo, além de frequentemente estar associado a comorbidades (ANDREATTINIA; BOERNGEN-LACERDA; ZORZETTO FILHO, 2001).

As principais características deste transtorno estão relacionadas a preocupação excessiva e difícil de controlar em diversas áreas da vida. Além disso, existe um foco exagerado em ameaças futuras, dificuldade de lidar com incertezas e tentativas infrutíferas em diminuir a preocupação (BECK; CLARK, 2014).

Está bem estabelecido na literatura científica que as terapias cognitivas e comportamentais possuem a maior eficácia para o tratamento dos transtornos de ansiedade (CUIJPERS et al., 2016) Nesse sentido, problematiza-se: como é conduzido o tratamento do transtorno de ansiedade generalizada a partir da terapia cognitiva?

O trabalho apresenta como objetivo geral examinar as intervenções utilizadas pela abordagem no tratamento do TAG. Elencando-se como objetivos específicos: explicar as principais características de cada transtorno de ansiedade, especialmente o transtorno de ansiedade generalizada, descrever os principais aspectos da terapia cognitivo-comportamental e narrar as etapas do tratamento de um transtorno de ansiedade a partir da TCC.

O que será apresentado neste estudo é relevante pois como citado inicialmente, trata-se de um transtorno bastante prevalente na clínica de psicologia, portanto compreender a condução correta do tratamento pode subsidiar tanto alunos quanto profissionais na tomada das melhores decisões a fim de se conseguir os melhores resultados para os pacientes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Transtornos de Ansiedade

Estatisticamente falando, os transtornos de ansiedade acometem mais mulheres do que homens (proporção de aproximadamente 2:1) Além do mais, podem surgir na infância e perdurar se não receber tratamento adequado (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Descreve-se a seguir os transtornos de ansiedade existentes e suas características principais:

Ansiedade de separação: o sujeito é ansioso ou apreensivo quanto à separar-se das figuras de apego até um ponto em que é impróprio para o nível de desenvolvimento. Há intensa preocupação com a possibilidade de dano às figuras de apego. Existe muita relutância em se afastar dessas pessoas. Pesadelos e sintomas físicos de sofrimento também são frequentes. Este transtorno costuma acometer principalmente crianças (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

O mutismo seletivo é outro transtorno de ansiedade mais frequente na infância. Nele é comum o fracasso em falar em situações onde existe a expectativa para que se fale (exemplo: escola) mesmo que o indivíduo fale em outras circunstâncias. Tal dificuldade pode gerar prejuízos em contextos acadêmicos, profissionais e sociais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

A fobia específica, por sua vez, trata-se de um medo intenso de um estímulo determinado (pode ser um objeto, animal ou situação específica). Exemplos de “objetos” dessa ansiedade: cobras, insetos, morcegos, lugares altos, raios, sangue, espaços abertos, espaços fechados, avião, etc (LEAHY, 2011).

O transtorno de ansiedade social ou fobia social refere-se ao medo de ser julgado pelos outros, principalmente em situações sociais. Tensão extrema ou até mesmo paralisia, preocupação exagerada com interações sociais, tendência ao isolamento e solidão são sintomas comuns (LEAHY, 2011).

No transtorno de pânico, o sujeito tem frequentemente ataques de pânico inesperados. Existe intensa preocupação em sofrer novos ataques. Um ataque de pânico é um ataque repentino, intenso e desconfortável, que possui sintomas físicos e cognitivos, e atinge seu pico em poucos minutos. Um ataque de pânico pode surgir em qualquer transtorno de ansiedade, assim como em outros transtornos mentais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Os indivíduos com agorafobia possuem temem estar em locais em que seja difícil escapar ou que não possuam auxílio disponível caso manifeste sintomas de de pânico ou outros sintomas constrangedores ou incapacitantes. Essas situações provocam intensa ansiedade, geralmente são evitadas ou necessitam de alguém que acompanhe (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

O transtorno de ansiedade generalizada (TAG) refere-se a uma tendência em preocupar-se com diversas coisas. Os indivíduos estão constantemente pensando sobre possíveis desfechos negativos e em maneiras de evitá-los. Sintomas de estresse são bastante comuns, como tensão muscular, problemas gastrointestinais, insônia. Acomete cerca de 9% da população (LEAHY, 2011).

Beck e Clark (2012) complementam que o transtorno de ansiedade generalizada tem como característica uma preocupação patológica. E que apesar de preocupações ser algo comum na vida das pessoas, a preocupação presente no TAG é excessiva, grave, duradoura e incontrolável. Portanto é muito mais grave do que a preocupação normal.

A preocupação tende a ter um curso crônico, durante diversos meses, anos ou até mesmo décadas. Além disso, as pessoas que sofrem deste transtorno costumam sentir-se mais frustradas, tensas, distraídas, cansadas, inquietas e insones. Este estado de ansiedade generalizada geralmente traz prejuízos em seu funcionamento diário normal (BECK; CLARK, 2014).

O TAG costuma acometer mais mulheres do que homens, em uma proporção 2:1, e seus sintomas costumam iniciar na adolescência ou no início da vida adulta. E apesar de o TAG não estar associado a eventos estressores da vida do sujeito, acredita-se que o aumento de responsabilidades pode facilitar seu surgimento (RANGÉ et al., 2011).

Existe uma alta taxa de comorbidade do TAG com outros transtornos de ansiedade e com transtornos de humor, sendo rara a manifestação do quadro em sua forma simples. Ademais, pessoas com TAG relatam menor satisfação com a vida familiar, com as atividades do cotidiano e com o bem-estar de um modo geral (RANGÉ et al., 2011).

Frequentemente, o indivíduo com TAG pode não conseguir se concentrar no trabalho por estar preocupado com sua vida financeira, e também não conseguir aproveitar momentos de lazer em decorrência de preocupações com os afazeres da semana seguinte, o que acarreta em prejuízos em diversas áreas da sua vida (RANGÉ et al., 2011).

Outro aspecto relevante deste transtorno é a dificuldade de quem o possui de lidar com incertezas. Existe uma grande tendência de buscar se reassegurarem sobre o futuro. Estão buscando a todo momento reduzir a incerteza sobre o futuro refletindo sobre o que pode ser mais provável de acontecer. O processo de preocupação é guiado por uma necessidade de “prever” o futuro, visando reduzir a incerteza (BECK; CLARK, 2014).

2.2 A terapia cognitivo-comportamental

Na década de 1960 Aaron Beck criou uma forma de psicoterapia ao qual denominou como “terapia cognitiva”. Atualmente este termo é usado como sinônimo de “terapia cognitivo-comportamental”. Trata-se de uma psicoterapia estruturada, voltada para o presente, de curta duração e com foco no problema (BECK, 2013).

Outra característica da terapia cognitivo-comportamental é que ela tem foco na modificação de pensamentos e comportamentos disfuncionais. Esta terapia sofreu adaptações com o passar do tempo, todavia os pressupostos teóricos mantiveram-se os mesmos. O tratamento é baseado em uma formulação cognitiva, as crenças e estratégias comportamentais do transtorno do sujeito (BECK, 2013).

Wenzel (2018) esclarece que os terapeutas desta abordagem auxiliam o paciente a identificar aspectos de seus pensamentos que podem estar contribuindo para

um nível intenso de sofrimento mental. Esses pensamentos podem vir na forma de ideias ou imagens em determinadas situações.

A autora ainda relata que a terapia cognitiva, portanto, tem foco na forma como o sujeito interpreta os eventos em sua vida. Deste modo, ela visa ajudar o paciente a modificar suas crenças, reagir de forma adaptativa a desafios e adversidades, a participar de atividades que considerem relevantes e lhe deem senso de capacidade.

Beck (2013) explica que os terapeutas desta abordagem trabalham com as crenças básicas do paciente sobre si, os outros e o futuro, para que haja uma mudança duradoura no comportamento e no humor do paciente, pois são as modificações nas crenças disfuncionais do paciente que garantirão uma mudança a longo prazo. Além das intervenções cognitivas, trabalha-se também com mudanças emocionais e comportamentais.

No cenário científico internacional, é evidente que a TCC tem uma forte base empírica, demonstrando estar relacionada a desfechos positivos comparados a não receber nenhuma intervenção e receber tratamento placebo, como aqueles com mínimo contato com profissionais de saúde mental. Além disso, a TCC é a psicoterapia mais ensinada para estudantes de pós graduação e doutorado de psicologia (WENZEL, 2018).

2.3 A terapia cognitivo-comportamental nos transtornos de ansiedade

Beck e Clark (2014) detalham que os atendimentos para transtornos de ansiedade dentro da terapia cognitiva normalmente iniciam-se com sessões semanais, gradualmente espaça-se para quinzenalmente e posteriormente para mensalmente. O tratamento é dividido em três fases:

Avaliação. Nas primeiras sessões o objetivo é avaliar a natureza do problema de ansiedade. O terapeuta investigará sobre a história da ansiedade, os sintomas e como se manifestam no cotidiano e as estratégias de enfrentamento que o paciente vem utilizando. O objetivo da avaliação é entender a natureza da ansiedade, planejar um plano de tratamento que funcionará para aquele paciente (BECK; CLARK, 2014)

De acordo com Beck (2013) na sessão de avaliação, o terapeuta buscará compreender a respeito de diversos aspectos do passado e presente do paciente, além de buscar desenvolver um bom vínculo terapêutico e guiar o paciente na definição de objetivos claros. Todavia, a avaliação não é limitada aos primeiros atendimentos.

O terapeuta deverá continuar coletando dados do paciente, a fim de se confirmar, acrescentar ou alterar a avaliação feita.

A próxima etapa dos atendimentos é a de intervenção. Esta é vista como a etapa principal da terapia, onde o terapeuta buscará identificar o pensamento problemático que provoca a ansiedade, corrigir tais pensamentos, auxiliar o paciente a descobrir uma nova perspectiva sobre a ansiedade e estruturar planos de ação que modificarão seu modo de reagir aos episódios de ansiosos (BECK; CLARK, 2014).

Beck (2013) enfatiza a importância desta etapa da terapia ao dizer que na maioria das vezes, descrever um problema ou identificar pensamentos disfuncionais relacionados ao problema não resultam na melhora do paciente, por isso o terapeuta deve auxiliar o paciente a responder aos seus pensamentos disfuncionais, resolver parcial ou totalmente problemas e definir exercícios de casa para ajudar o paciente a se sentir menos angustiado.

A etapa seguinte da psicoterapia é relacionada ao seu término, e ocorrerá com menos frequência. Ela buscará promover no paciente habilidades para lidar com o retorno ocasional da ansiedade, o que é chamado na terapia como prevenção de recaída. O objetivo é que o paciente tenha habilidades de se tornar o seu próprio terapeuta (BECK; CLARK, 2014).

Mesmo após o término do tratamento, é recomendado fazer sessões de reforço, para discutir com o paciente como ele vem lidando com suas dificuldades e avaliar se não haveria uma forma melhor de lidar com elas (BECK, 2013).

Além disso, o terapeuta poderá verificar se crenças disfuncionais modificadas no tratamento foram reativadas, e em caso positivo, o terapeuta deverá fazer a reestruturação cognitiva na sessão e elaborar a continuação do trabalho sobre a crença em casa (BECK, 2013).

Apesar de haver divergências a respeito do rigor deste formato de sessões, todos estes elementos (ou a maioria) estarão presentes na maior parte das sessões de terapia para ansiedade. Além disso, o terapeuta adotará um estilo terapêutico que acreditar que pode oferecer um bom contexto para que o paciente aprenda a lidar com sua ansiedade (BECK; CLARK, 2014).

3 METODOLOGIA

O trabalho foi feito por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo. Para Gil (2017) a pesquisa bibliográfica é aquela feita a partir de materiais já

publicados como livros, teses, revistas, dissertações, anais de eventos científicos, material disponível na internet, dentre outros.

Ainda de acordo com o mesmo autor, as pesquisas descritivas, por sua vez, visam descrever características de determinado fenômeno ou população, descobrir a existência de associação entre variáveis ou levantar opiniões.

As fontes consultadas referem-se a livros de pessoas referências no tema proposto e artigos científicos que elucidam e explicam sobre o tema dessa pesquisa, em base de dados como: scielo, Pubmed e Medline.

As palavras-chave utilizadas para a procura dos artigos foram: transtornos de ansiedade. Transtorno de Ansiedade Generalizada. Terapia Cognitivo-Comportamental.

Os critérios de inclusão foram artigos que abordavam qualitativamente o tema proposto.

Os critérios de exclusão foram artigos que não traziam análises qualitativas e fugiam do assunto da pesquisa.

Não foi delimitado intervalo de tempo dos artigos e livros utilizados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O foco principal da terapia cognitiva para o TAG é modificar as crenças disfuncionais relacionadas a preocupação patológica, visto que os indivíduos possuintes deste transtorno tendem a adotar uma orientação negativa aos problemas (reais ou imaginários), acreditando que não haver solução para suas preocupações (BECK; CLARK, 2012).

A terapia cognitivo-comportamental vem se mostrando bastante eficiente para o tratamento deste transtorno. Ademais, as evidências científicas demonstram que o tratamento farmacológico pode ser eficaz na diminuição dos sintomas de ansiedade, mas não se verifica efeitos positivos sobre a preocupação, que é a principal característica do TAG. Desta forma, a combinação de fármacos e psicoterapia cognitivo-comportamental parece trazer os melhores resultados (RANGÉ et al., 2011).

No transtorno do TAG, pode ser bastante útil uma avaliação cognitiva para identificar os esquemas mal adaptativos centrais de ameaça, intolerância a incerteza, vulnerabilidade e crenças sobre as preocupações que estão relacionadas com a preocupação crônica do sujeito (BECK, CLARK, 2012).

É interessante que o terapeuta busque identificar o que representa segurança em cada uma das situações preocupantes primárias do paciente, quais os indícios que sinalizariam que o indivíduo estaria seguro (segundo ele) e também questioná-lo se ele consegue se lembrar de um tempo que existia uma sensação de paz e segurança nessa área da vida (BECK; CLARK, 2012).

O terapeuta também pode identificar com o paciente as soluções encontradas para determinada situação preocupante. Pode também perguntar o quanto ele acredita de 0 a 100 que uma boa solução para esse problema poderá ser encontrada, se ele se sente frustrado pelos esforços em resolver o problema e se ele acredita que esse problema continuará ir-se resolver ou continuará indefinidamente sem solução (BECK; CLARK, 2012).

O paciente pode chegar a conclusão de que não há nada que ele possa fazer para eliminar 100% de suas incertezas, que se trata de um esforço em vão, mesmo com os esforços para tentar solucionar o problema (BECK; CLARK, 2012).

Beck e Clark (2012) esclarecem que as metas da terapia cognitiva para o tratamento deste transtorno podem ser normalizar a preocupação, corrigir crenças de ameaças tendenciosas de questões preocupantes, eliminar a preocupação sobre a preocupação, reduzir a confiança em estratégias de controle da preocupação disfuncionais e promover respostas de controles adaptativas à preocupação.

Outras metas também podem ser melhorar a confiança na capacidade de solucionar problemas, aumentar o controle percebido sobre a preocupação, intensificar o senso de segurança e autoconfiança para lidar com problemas futuros, aceitar o risco e tolerar resultado incerto de situações e eventos futuros, assim como elevar a tolerância a emoção negativa.

Técnicas cognitivas de exposição imaginária, a análise de custo-benefício e as técnicas comportamentais de automonitoramento, solução de problemas e relaxamento muscular demonstram ser efetivas no tratamento, especialmente quando trabalhadas conjuntamente (RANGÉ et al., 2011).

Prevenção de preocupação, intolerância a incerteza, assim como a reestruturação das crenças positivas e negativas acerca da preocupação também demonstram ser intervenções eficientes para este transtorno (RANGÉ et al., 2011).

Beck e Clark (2012) ressaltam alguns componentes terapêuticos úteis na terapia cognitiva para o TAG: diferenciar preocupação produtiva e improdutiva, teste

empírico da hipótese de avaliações e crenças de ameaças tendenciosas sobre preocupação, indução e descatastrofização da preocupação.

Para os mesmos autores, também pode ser útil a expressão da preocupação repetida com prevenção de respostas de estratégias ineficazes de controle da preocupação, processamento forçado autodirigido de sinais de segurança, inserção de riscos e incertezas, tratamento de solução de problemas construtiva e processamento elaborativo do presente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs como objetivo geral investigar as intervenções utilizadas pela terapia cognitivo-comportamental para o tratamento do transtorno de ansiedade generalizada. Os resultados demonstram que a reestruturação de crenças nucleares é a maior aposta de intervenção para remissão de sintomas, principalmente o de preocupação patológica.

Além disso, outros componentes terapêuticos, como promover tolerância a incerteza e a emoções desconfortáveis, aumentar o senso de capacidade de resolução de problemas, vantagens e desvantagens da preocupação, assim como diferenciar preocupações úteis e inúteis demonstram ser eficazes como forma de tratar o TAG.

Deste modo, compreende-se que a presente pesquisa respondeu ao problema proposto e ampliou a compreensão sobre o problema. Todavia, salienta-se que o estudo não almejou esgotar o tema proposto.

Foi notado durante a pesquisa que o transtorno do TAG apresenta alta prevalência de comorbidades do grupo de transtornos de humor, como depressão e ou distímia, por isso sugere-se novas pesquisas a respeito de formas eficientes de intervenções em casos em que o sujeito possua ansiedade e um transtorno de humor.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDREATINI, Roberto; BOERNGEN-LACERDA, Roseli; ZORZETTO FILHO, Dirceu. Tratamento farmacológico do transtorno de ansiedade generalizada: perspectivas futuras. **Revista brasileira de psiquiatria**. Curitiba, v. 23, n. 4, p.233-242, 2001.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BECK, Aaron T; CLARK, David A. **Terapia cognitiva para os transtornos de ansiedade**. 1 Edição. Artmed, Porto Alegre. 2012.

BECK, Aaron T; CLARK, David A. **Vencendo a ansiedade e a preocupação com a terapia cognitivo-comportamental**: manual do paciente. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CUIJPERS, Pim et al. How effective are cognitive behavior therapies for major depression and anxiety disorders? A meta-analytic update of the evidence. **Rev. Journal of Anxiety Disorders**, v. 43, p. 79-89 [S.I.], 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEAHY, Robert L. **Livre de ansiedade**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RANGÉ, Bernard et al. **Psicoterapias cognitivo comportamentais**: um diálogo com a psiquiatria. 2 Edição. Artmed, Porto Alegre, 2011.

WENZEL, Ami. **Intervenções em terapia cognitivo-comportamental**: intervenções estratégicas para uma prática criativa. Porto Alegre: Artmed, 2018.

CAPÍTULO 3

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM ESTUDO TRANSVERSAL DA MULHER QUE DENUNCIA A VIOLÊNCIA EM ITUMBIARA/GO

VIOLENCE AGAINST WOMEN: A CROSS-SECTIONAL STUDY OF WOMEN DENOUNCING VIOLENCE IN ITUMBIARA/GO

Amanda Silva¹

Aryessa Oliveira Rossi Alves²

Caroline Silva Oliveira³

Elizandra Cerqueira Gama⁴

Emanuela Ribeiro Sousa⁵

Jhordana Myckaelle Borges Silva⁶

Maria Eduarda Teodoro Ferreira Borges⁷

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.3

1 Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO. E-mail: mandisilvaa@gmail.com. lattes.cnpq.br/3114110991894809

2 Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO. E-mail: aryessa2010@hotmail.com. lattes.cnpq.br/3842206258689786

3 Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO. E-mail: carol.oliveira@rede.ulbra.br. lattes.cnpq.br/2966622460534928

4 Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO. E-mail: elizandra.gama15@gmail.com. lattes.cnpq.br/5066840594719039

5 Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO. E-mail: manur.sousa@hotmail.com. lattes.cnpq.br/8605882501920224

6 Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO. E-mail: borgesjhordana.11@gmail.com. lattes.cnpq.br/9505086703464939

7 Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO. E-mail: mariaeduardateodoro21@gmail.com. lattes.cnpq.br/5098840971749849

RESUMO

A pesar de ser um termo recente, “relacionamentos abusivos”, como são denominados relacionamentos onde há violência física e/ou psicológica na atualidade, já haviam sido relatados e descritos desde os primórdios, em romances, poemas, lendas e até mesmo na bíblia. Com isso, a intenção do artigo é investigar o perfil sócio-demográfico da mulher que denuncia a violência sofrida, na cidade de Itumbiara, localizada no estado de Goiás, através de uma pesquisa descritiva-documental-transversal, de cunho quantitativo, destacando, também, diferentes violências sofridas pelas mulheres dentro de seus relacionamentos conjugais. Buscou-se esclarecer, também, o que é relacionamento abusivo, e quais os tipos de violência que uma mulher pode sofrer em um relacionamento. Contudo, há uma necessidade de criação de políticas públicas visando principalmente o empoderamento da mulher para que esta adquira autonomia e emancipação tornando-se um ser ativo de transformação e mudança. As informações foram obtidas através de um recorte da pesquisa apresentada no artigo de Magali Gláucia Fávaro, destacando o tipo de relacionamento da vítima com o agressor, a etnia das vítimas, e violência sofrida, ou seja, os dados sociodemográficos pertinentes, capazes de trazer um vislumbre de quão diversificadas ou não, são as vítimas de violência por parte dos parceiros.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Violência doméstica. Saúde mental da mulher.

ABSTRACT

Despite being a recent term, “abusive relationships”, as they are called relationships where there is physical and/or psychological violence today, had been reported and described since the beginning, in novels, poems, legends and even in the Bible. Thus, the intention of the article is to investigate the socio-demographic profile of the woman who denounces the violence suffered, in the city of Itumbiara, located in the state of Goiás, through a descriptive-documentary-cross-sectional research, of a quantitative nature, also highlighting different violence suffered by women within their conjugal relationships. We also sought to clarify what is abusive relationship, and what types of violence a woman can suffer in a relationship. However, there is a need to create public policies aimed mainly at empowering women so that they acquire autonomy and emancipation becoming an active being of transformation and change. The information was obtained through an analysis of the research presented in the article by Magali Gláucia Fávaro, highlighting the type of relationship of the victim with the aggressor, the ethnicity of the victims, and vio-

lence suffered, that is, the pertinent sociodemographic data, capable of bringing a glimpse of how diverse or not the victims of violence on the part of the partners are.

Keywords: Violence against women. Domestic violence. Women's mental health.

1 INTRODUÇÃO

A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos é caracterizada pelo predomínio do excesso de poder sobre o outro (NOVAIS, 2015 apud. BARRETTO, 2015)¹. O tema abordado é relativo ao desejo do agressor de controlar o parceiro, de tê-lo para si. Esse comportamento, geralmente se inicia de modo sutil e, aos poucos, ultrapassa os limites causando sofrimento e mal-estar. Portanto, qualquer ação ou ameaça que resulte em algum tipo de dano ou sofrimento é considerada como violência (BARRETTO, 2015).

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração na cultura ocidental. O conceito enraizado da dominação masculina se tornou impensada e naturalizada, investindo no homem uma posição de poder e domínio de pessoas. (MINAYO, 2005).

Na sociedade há uma supervalorização do gênero masculino, que repassou, por gerações, a crença de que estes são superiores às mulheres. Essa crença da inferioridade do gênero feminino é denominada machismo. O machismo está presente desde os primórdios em todos os setores, “[...] manifestações de violência e ações agressivas têm se tornado quase esperadas dos homens e têm sido justificadas como produtos desejáveis serem duros e “machos” pela sociedade, mascarando uma série de violências verbais, emocionais e físicas (WALKER, 2005)”.

A Organização da Nações Unidas (2014) conceituou a violência contra a mulher como “qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos à mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade seja na vida pública ou privada”.

A partir do contexto histórico de discriminação da mulher, o presente artigo têm como objetivo geral investigar o perfil predominante das mulheres que fizeram denúncia de violência na cidade de Itumbiara, Goiás. Foram coletadas informações de um bimestre do ano de 2017 e um bimestre do ano de 2019, através de uma pesquisa transversal, a partir da qual os objetivos específicos foram investigar os dados fornecidos por essas mulheres, durante a denúncia, descrevendo os tipos de agres-

¹ Informações fornecidas por Raquel Silva Barreto psicóloga graduada na Universidade Federal Fluminense e mestranda em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz, na subárea Violência e Saúde e colaboradora voluntária no site Livre de Abuso durante uma entrevista com a repórter Moema Novais para o Repórter Unesp em agosto de 2015.

sões que prevalecem, etnia, relacionamento com o agressor; e apresentar as leis e políticas públicas no que tange a promoção da igualdade e equidade de direitos que existiam e que atualmente existem, no Brasil. Além disso, buscou-se descrever quais são os passos que as mulheres podem seguir juridicamente caso sejam vítimas de violência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O termo violência tem como eixo de significação a ideia de força, opressão que se impõe de um pólo sobre outro. É possível, também, distinguir um nível de violência perceptível por sua ação destrutiva nos corpos, no ambiente e em objetos materiais. Outro plano da violência ocorre de modo pouco perceptível e de difícil mensuração, porque atinge um universo simbólico dos indivíduos.

Definir violência é uma tarefa complexa, basicamente porque a ideia é associada ao imprevisível, à ausência de norma, a um acontecimento sem regularidade ou estabilidade, onde tudo pode acontecer a qualquer momento. Sempre que se tenta enquadrar esse fenômeno nos limites de uma definição, dissimula-se a divergência e a heterogeneidade de cada grupo humano (NORONHA; DALTRO, 1991).

Costa (1986) afirma que:

O caráter específico da violência é o desejo de causar mal, humilhar, fazer sofrer o outro. O ato violento porta a marca de um desejo, o emprego deliberado da agressividade. Não há, portanto, violência instintiva, porque falar de violência é falar de uma intenção de destruir (COSTA, 1986 apud. VILHENA; MAIA, 2002, p. 220).

É datado desde os tempos bíblicos a violência contra a mulher, que desde então eram privadas de seus direitos devido aos costumes e a cultura da sociedade na qual o sujeito está inserido, em diferentes tempos, transmitindo a quem quer que faça parte deste meio a subordinação da mulher ao homem. O sexo biológico feminino, a princípio, era mais comparado como animal do que humano; se igualava a sombra do homem, tido um objeto de reprodução, não possuindo privilégio algum seja moral e socialmente (SANTOS, 2014).

Atualmente, ser homem e ser mulher ainda implica assumir determinados comportamentos e condutas, e em inúmeros contextos socioculturais o homem ser violento para com a mulher é considerado algo legítimo e até digno de virilidade masculina. Em contrapartida, a mulher deve permanecer passiva a essa relação, sendo a mesma silenciada e induzida a permanecer no relacionamento (BARROSO, 2007).

A violência contra as mulheres foi assim denominada por ser praticada contra pessoa do sexo feminino (crianças, jovens, adultas e idosas) apenas por sua condição biológica de ser mulher. Conhecida também por violência de gênero, por resultar, em parte, da condição de subordinação vivida pela mulher (NASCIMENTO, 2013). Ao comentar o termo gênero, compreende-se que na visão social e psicológica ele é relativo a diferenciação coletiva, ou seja, “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 2012. p. 21). “Por ser um papel social, o gênero pode ser construído e desconstruído, ou seja, pode ser entendido como algo mutável e não limitado, como define as ciências biológicas” (KOLECHA, 2016).

Barroso (2007) salienta também que, a violência contra a mulher assume caráter perverso entre ambos os papéis de gênero, pois em muitas relações há o consentimento da parceira na subordinação e dominação sofrida, e que geralmente essas violências começam a ser sofridas no namoro, e permanecem posteriormente, na vida conjugal, sendo a mulher, assim, mantenedora também da violência da qual sofre.

De acordo com Dias (2010 apud VALADARES, 2017) na contemporaneidade o menosprezo às mulheres está arraigado na crença dos indivíduos, sendo este um dos motivos de homicídios cometido por seus parceiros. No ano de 1968 junto ao protesto das ativistas que buscavam os direitos das mulheres, houve também o genocídio de várias outras, estas eram queimadas em piras funerárias ao lado dos cônjuges falecidos ou influenciadas a cometerem suicídios se houvessem sofrido violência sexual, a fim de salvar a honra da família. Os agressores não sofriam indagações mesmo se eles fizessem parte da instituição familiar.

A desigualdade de gêneros seguiu até mesmo na época das Grandes Revoluções e séculos mais recentes, quando as mulheres eram encarregadas de somente tomar conta dos filhos e prover mantimentos ligados à subsistência do marido. Um exemplo disso é o Código Civil de 1916, onde, segundo ele, a mulher só poderia trabalhar com a autorização do marido. (BLAY, 2003 apud VALADARES, 2017).

Somente a partir da Segunda Guerra Mundial a mulher obteve independência diante dos homens, buscando desfazer a imagem de fragilidade impregnada pela cultura. Com isso, foi evidenciada a busca pela igualdade de gênero e a participação feminina na sociedade. Entretanto, mesmo com essa autonomia, a mulher ainda é discriminada pela conquista dos direitos que os homens se negam a aceitar (LEITE; NORONHA. 2015).

Em 2003 o Governo Federal publicou uma cartilha intitulada “Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero – Construindo políticas públicas”, citando que violência de gênero pode ser caracterizada como qualquer violência contra a mulher, que pode ocorrer no mundo inteiro atingindo o sexo feminino em todas as idades, graus de instrução, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual (BRASIL, 2003).

Os aspectos acerca da violência contra a mulher são divididos em: violência de gênero (comportamento capaz de causar morte, prejuízo ou consternação física, sexual e/ou psicológica); violência intrafamiliar (ação ou omissão capaz de impedir o bem estar, o rigor físico, psicológico ou a autonomia de um membro familiar); violência doméstica (violência, negligência e abandono cometidos por membros de outros grupos, além do familiar); física (detrimento da dignidade do corpo da vítima), sexual (relação sexual sob coação ou força física no casamento ou outros relacionamentos); psicológica (detrimento da autoestima, identidade ou ao desenvolvimento da vítima); econômica/financeira (roubo, destruição de bens pessoais ou deixá-la sem provimentos e cuidados) e institucional (ação ou omissão dos serviços públicos relativo ao poder desigual entre usuários e profissionais) (BRASIL, 2006). Independente do tipo da violência acometida, todas tem como base comum as desigualdades predominantes na nossa sociedade.

A violência de gênero engloba diversas formas como: assédio sexual no trabalho, tratamento desumano de agentes comunitários de saúde, ou até mesmo tráfico nacional e internacional de mulheres. Pode ser conhecida também como violência doméstica e sexual. Com a existência de tantas formas de violência, necessita-se um investimento maior em pesquisas e medidas legislativas adequadas (BRASIL, 2003).

No ano de 2006, foi sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, a Lei n.º11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que possui intuito de impedir e prevenir a violência doméstica, bem como preservar a saúde física e mental da mulher, punindo os agressores seja através do pagamento de cestas básicas ou valores em dinheiro, seja com a solicitação de medidas protetivas.

Mesmo com o sancionamento da lei, de acordo com os dados levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou que no ano de 2018, uma média de

“59% da população averbaram ter visto mulheres sendo agredidas fisicamente, ou seja, houve uma redução de 10% em relação a 2016; 43% dos brasileiros viram homens abordando mulheres na rua de forma desrespeitosa, mexendo, passando

cantadas, dizendo ofensas; 37% viram homens humilhando, xingando ou ameaçando namoradas ou ex-namoradas, mulheres ou ex-mulheres, companheiras ou ex-companheiras; 20% viram meninas, moças ou mulheres adultas que residem na sua vizinhança sendo agredidas por parentes como pai, padrasto, irmão, tio, cunhado, avô, etc; 28% viram mulheres que residem na sua vizinhança sendo agredidas por maridos, companheiros, namorados ou ex-maridos, ex-companheiros, ex-namorados. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018)".

Apesar de constar uma redução nas exposições de mulheres agredidas desde 2016, a narração de uma vitimização sobre mulheres atacadas é crescente (ALVES, 2018). Uma reportagem feita pelo G1, consta que o número de mulheres vítimas de homicídio caiu 6,7% no ano de 2018 em relação ao ano de 2017, porém, é retratado um aumento de 12% no número de registros de feminicídio, ou seja, uma mulher é morta a cada duas horas no Brasil² (CAESAR; REIS; VELASCO, 2019).

O feminicídio é caracterizado como o homicídio doloso praticado contra a mulher por "razões da condição de sexo feminino", ou seja, desprezando, menosprezando, desconsiderando a dignidade da vítima enquanto mulher, como se as pessoas do sexo feminino tivessem menos direitos do que as do sexo masculino (ORTEGA, 2016). Sancionada em 2015 pela então presidenta Dilma Vana Rousseff, a lei federal transformou em hediondo o assassinato de mulheres motivado justamente por serem mulheres (BRASIL, 2015).

A Lei do Feminicídio não é a primeira empregada com o intuito de defender os direitos das mulheres, como visto quando foi citada a Lei Maria da Penha. Além disso, a lei Maria da Penha tornou-se complementar com a criação da Lei do Feminicídio, pois na maioria dos casos as mulheres que são assassinadas provêm de uma violência doméstica.

No que tange ao suporte às mulheres que sofrem essa violação de direitos há uma rede intersetorial de serviços como os Centros Especializados de Atendimento à Mulher os quais oferecem acolhimento/atendimento psicológico e social (orientação e encaminhamento à assistência jurídica) a fim de superarem a situação de violência, ou seja, as empoderando e ajudando-as a se tornarem autônomas; Casas Abrigo que em caso de risco de vida da vítima, oferece moradia protegida e atendimento integral até estarem seguras para seguirem o curso de suas vidas (temporário e sigiloso); Casas de Acolhimento provisório, onde as mulheres podem estar acompanhadas ou não de seus filhos e não devem estar correndo risco de vida iminente (estadia de 15 dias, não sigiloso), não se restringe apenas à vítimas de violência doméstica; Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM's) de

² Título de reportagem feita por Clara Velasco; Gabriela Caesar e Thiago Reis. Publicada no site do G1. Ver em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/cai-o-no-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-mas-registros-de-feminicidio-crescem-no-brasil.ghtml>.

caráter preventivo e repressivo, respeitando os direitos humanos; Núcleo ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns; Defensorias Públicas e Defensorias da Mulher (Especializadas), responsáveis por cidadãs sem condições econômicas de contratar um advogado, oferecendo acompanhamento adequado; Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Promotorias e Promotorias Especializadas, que além de promover a ação penal nos crimes de violência contra as mulheres, também fiscaliza os serviços da rede de atendimento; Casa da Mulher Brasileira, que realiza o acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes; Serviços de Saúde Geral e Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violências sexual e doméstica (SILVA, 2011).

A vítima de violência deve ter seus direitos garantidos desde o primeiro suporte, a qual na maioria das vezes é feito em uma delegacia não especializada em atendimento à mulher (HANADA; et al. 2010)

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo

O tipo de pesquisa empregada no artigo foi quantitativa, além de descritiva- documental-transversal. Esse tipo de pesquisa, de acordo com Severino (2007), ocorreu sob a forma de dados pesquisados em boletins de ocorrências que, quando recolhidos, por ora não receberam nenhum olhar crítico, foram apenas insumos dos quais foram necessários para desenvolver a apuração e estudo, quantificando relatos para compreender e ressaltar com lógica as experiências desses sujeitos.

3.2 Local

Para obter informações do grupo em questão, o estudo foi realizado na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Itumbiara/GO (DEAM/DEPAI) a fim de recolher dados capazes de demonstrar a etnia, tipo de relacionamento que as vítimas tinham com seus agressores, além da violência sofrida através de um recorte que foi feito no período que foi de agosto a setembro do ano de 2017, e agosto e setembro do ano de 2019, onde a quantidade determinada teve como finalidade delimitar gráficos estatísticos, relacionando-os de acordo com o que estas tinham em comum.

3.3 Critérios

Foram analisadas as denúncias do Livro de Registro de Inquérito Policial e do Sistema de Procedimentos Policiais do Estado de Goiás referentes, com recorte nas denúncias feitas por mulheres no período dos meses de agosto e setembro do ano de 2017 e agosto e setembro de 2019, quanto aos aspectos: etnia, tipo de relacionamento com o agressor e violência sofrida. Foram excluídos registros em que não constam os referidos dados.

Os instrumentos e métodos dessa pesquisa foram parcialmente replicados, sendo aplicados anteriormente no estado do Espírito Santo por Magali Gláucia Fávoro Oliveira e André Filipe Pereira Reid dos Santos. Não houve um critério de elegibilidade específico, pois, as informações coletadas geralmente constam em quaisquer documentos relacionados a violência doméstica.

3.4 Procedimento

Foram selecionados os registros de mulheres que denunciaram ter sofrido violência de parceiros, ex-parceiros, e também de violência de familiares dos quais se aplicaram a Lei Maria da Penha nos meses de agosto e setembro dos anos de 2017 e 2019. Através das informações coletadas foram elaborados gráficos estatísticos contendo as informações significativas à pesquisa, informações essas que são um recorte de uma análise já realizada no estado do Espírito Santo. Após a coleta dos dados da etnia, qual o tipo de violência sofrida e qual o relacionamento que a vítima tinha com o agressor, elaboramos gráficos quantificando e delimitando um perfil predominante da mulher que denuncia violência na cidade de Itumbiara, Goiás.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Tipo de relacionamento com o agressor

A violência contra a mulher passou a ganhar notoriedade e ser considerada um problema de saúde pública após a Organização das Nações Unidas criar uma comissão denominada “Comissão de Status da Mulher” entre os anos de 1949 e 1962. Na ocasião, a ONU considerou documentos dos quais afirmavam que os direitos femininos e masculinos deveriam ser aplicados da mesma forma. A Comissão também influenciou a criação de políticas e ações para atuar na prevenção desta problemática, efetivando assim a proteção da mulher e promoção do seu empoderamento (PINAFI 2012 apud LIMA et al, 2016). Segundo Lima et al. (2016):

Em 1985, há a implantação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) no Bra-

sil. Esses dispositivos foram importantes, muito embora essa questão para o estado brasileiro fosse vista apenas sob o ponto de vista da justiça e da segurança pública (Santos & Marques, 2014). Desde então, têm sido criados mecanismos com vista ao fortalecimento das políticas de combate à violência contra a mulher. (LIMA et al 2016, p.141).

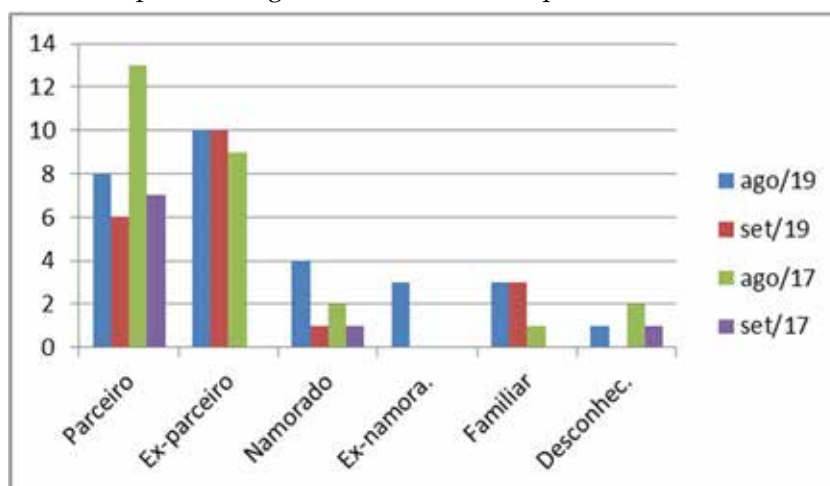
O autor afirma, também, que ocorreram inúmeros avanços no que diz respeito às políticas voltadas à proteção da mulher. Porém, os dados ainda

mostram que a prevalência da violência doméstica é alta, sendo cometida em sua maior parte pelo parceiro íntimo.

De acordo com Lettiere e Nakano (2011) mulheres sofrem mais violência nos seus relacionamentos amorosos ou familiares do que com relação a desconhecidos, levando em conta também que o agressor, em grande parte, ou na maioria das vezes, é o seu parceiro ou cônjuge.

A pesquisa realizada pelo presente artigo, confirma, em tese, o que esses teóricos afirmam, demonstrando que a maioria das agressões feitas às mulheres que denunciaram violência em Itumbiara/GO correspondem a 40% dos companheiros e 34% ex-companheiros, conforme mostra o gráfico abaixo:

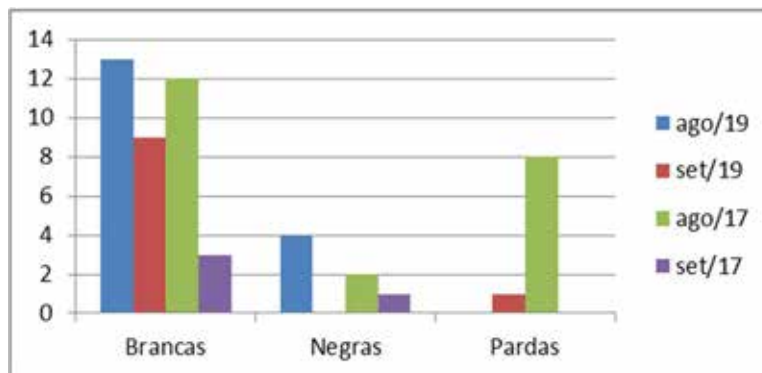
Gráfico 1 - Número e perfil dos agressores denunciados por mulheres de em Itumbiara/GO.



4.2 Etnia das vítimas

No que se refere a etnia das vítimas, a pesquisa demonstrou que 69% das mulheres que denunciam são brancas, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Etnia das vítimas agredidas que realizaram denúncia contra seus agressores, em Itumbiara/GO.



Romio (2013) afirma não ser uma tarefa fácil para a mulher acreditar que é violada, e para as mulheres negras a complexidade aumenta, pois há um histórico de violência das quais elas sofrem, tanto de racismo quanto da estrutura patriarcal da nossa sociedade, tendo elas mais riscos de sofrerem violência.

Romio (2013) apud White (2002) afirma ainda que:

Mulheres que sofrem violência tendem a colocar as suas necessidades em segundo plano e esta é uma das características fortes e presentes nas mulheres negras em virtude de sua condição histórica. A autora revela ainda que estas mulheres são geralmente conservadoras em relação ao amor e às relações românticas. Quando investem tudo em uma relação, esperam ser protegidas e apoiadas por seus parceiros, não medindo esforços para manter a relação. Estas mulheres tendem a se auto culpar pela agressão que sofreram, levando-as a proteger o seu agressor. Segundo a autora, um desafio para esta mulher negra agredida é, por exemplo, reconhecer que seu companheiro está sendo violento e que nenhuma mulher merece e precisa ser vítima de violência, seja ela de que tipo for ou de quem venha (WHITE 2002, apud ROMIO 2013 p. 135).

Romio (2013 apud Collins 2000, p. 137) afirmam que “todas as mulheres negras compartilham a comum experiência de comporem uma sociedade que as desprivilegiam”. Com isso faz-se necessário o questionamento acerca do que vem sendo feito nas ações e nos programas de proteção à mulher, e que empoderamento feminino vem sendo promovido visto que as mulheres negras são as maiores vítimas do patriarcado.

4.3 Tipo de violência sofrida

A Lei 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, define os tipos de violência contra a mulher, que são elas a física, psicológica, moral, patrimonial e sexual (FONSECA et al, 2012):

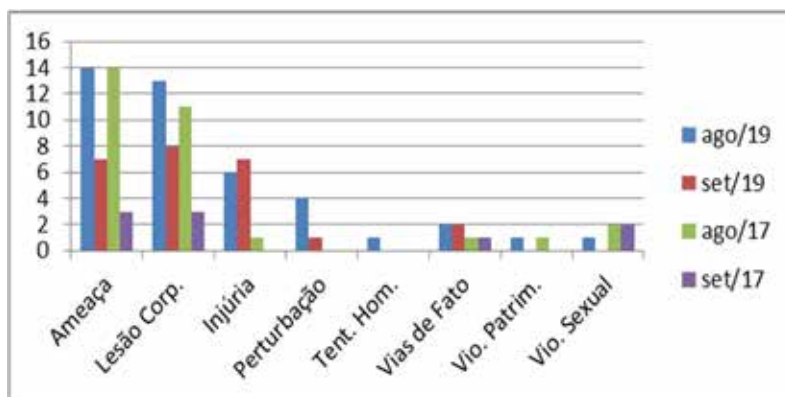
A Violência física implica ferir e causar danos ao corpo e é caracterizada por tapas, empurrões, chutes, murros, perfurações, queimaduras, tiros, dentre outros; Violência patrimonial refere-se à destruição de bens materiais, objetos, documentos de outrem; Violência sexual, entre outros tipos de manifestação, ocorre quan-

do o agressor obriga a vítima, por meio de conduta que a constranja, a presenciar, manter ou a participar de relação sexual não desejada;

Violência moral constitui qualquer conduta que caracterize calúnia, difamação ou injúria e a Violência psicológica ou emocional é a mais silenciosa, deixando marcas profundas, por não ter um caráter momentâneo e ter efeito cumulativo, sendo caracterizada por qualquer conduta que resulte em dano emocional como a diminuição da autoestima, coação, humilhações, imposições, jogos de poder, desvalorização, xingamentos, gritos, desprezo, desrespeito, enfim, todas as ações que caracterizem transgressão dos valores morais” (FONSECA et al 2012, p. 308).

O gráfico a seguir demonstra os tipos de violência recorrentes nas denúncias feitas pelas mulheres da presente pesquisa:

Gráfico 3 - Tipos de violência sofrida pelas mulheres, segundo os dados coletados.



Fonseca et al (2012) afirma que, dentre os tipos de violência, a física e psicológica são as mais comuns, sendo a violência psicológica denominada também de emocional como a mais encontrada. (FONSECA et al, 2012).

Esse tipo de violência ocorre primariamente, e perdura durante todo o ciclo de violência; somando-se a essa, com o passar do tempo outras formas de violência vão sendo incorporadas. Dessa forma, a violência psicológica ocorre sempre a priori. Observa-se nas vítimas sofrimento psíquico, segundo elas mais intenso do que a violência na forma de agressão física. Admitem seu caráter silencioso, crônico, comprometedor da saúde psicológica da mulher” (FONSECA et al 2012, p. 310).

O presente estudo demonstrou que o delito de ameaça, considerado pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340) como violência psicológica, persiste nos inquéritos correspondendo a 36%, seguido do delito de lesão corporal que corresponde a 33%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi apresentado na estrutura deste artigo o contexto histórico acerca da imagem do gênero feminino no decorrer das eras; como se fez necessário o estabeleci-

mento de leis; e os avanços relacionados às políticas públicas que buscam apoiar às mulheres vítimas de violência conjugal. Apesar destas evoluções ainda há barreiras a serem rompidas como, por exemplo, uma maior conscientização da imensa maioria da população que ignora as leis e abordagens acerca do assunto, mantendo um pensamento primitivo sobre o que significa ser mulher. Neste sentido, podemos dizer que temos uma consecução de metas, devido a isso buscou-se colaborar para o campo de pesquisa e disseminação da informação, gerando uma compreensão de que a permanência de mulheres em relacionamentos adoecidos perpassa uma crença de vitimização.

Denunciou-se a necessidade de apoio psicológico, para mulheres vítimas de violência possam se tornar capazes de tomar decisões acerca de sua saúde física e mental. Ao estudar sobre a saúde da mulher é de suma importância compreender a relevância do trabalho em rede, pois, é a partir dele, que todas as instâncias acerca das necessidades das vítimas são supridas.

Não podemos esquecer o questionamento sobre o porquê da pesquisa ter apontado que a mulher branca corresponde a maioria das denúncias feitas, sendo que os índices nacionais apontam a mulher negra como a que sofre mais violência em seus relacionamentos conjugais. A que tipo de mulher está sendo direcionada às políticas públicas de prevenção de violência e proteção da mulher? O empoderamento e a emancipação feminina que vem sendo promovidos chegam a mulher negra? Porque as mulheres negras não são maioria nas denúncias?

O psicólogo deve procurar continuamente conscientizar a sociedade, seja através de palestras ou movimentos, pois, os preceitos morais e culturais da segregação da diferença prejudicam o sentimento de pertencimento do outro. É imprescindível gerenciar de que forma será abordada a questão da desigualdade de gênero, visto que o assunto ainda é um tabu e a divergência de ideias por vezes gera conflito uma vez que o menosprezo do sexo biológico feminino está arraigado em uma crença de eras.

Por fim, acreditamos que há muitos paradigmas a serem quebrados. Em virtude disso, esperamos que o estabelecimento de uma visão igualitária dos gêneros seja um plano a ser concretizado em longo prazo, onde serão enfrentados avanços e retrocessos no decorrer dessa construção. Para haver mudança, se faz necessária a reflexão primária a respeito da objetificação da mulher, trabalhando essa realidade, tornando mais fácil e eficaz a disseminação dos serviços sociais estabelecidos a fim de auxiliar a mulher na compreensão dos seus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paloma Palmiere. Atlas da Violência 2018. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2018/>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

BARRETTO, Raquel Silva. Psicóloga explica relacionamentos abusivos: o que é e como lidar com essa situação. Disponível em: <<http://reporterunesp.jor.br/2015/08/20/psicologa-explica-relacionamentos-abusivos-o-que-e-e-como-licar-com-essa-situacao/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BARROSO, Zélia. Violência nas Relações Amorosas. Edições Colibri. Lisboa. 2007. Disponível em: <<http://historico.aps.pt/vicongresso/pdfs/597.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

BERRY, B. D. (2000). The domestic violence sourcebook: Everything you need to know. Los Angeles: Lowel House.

BRASIL. Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: A Secretaria, 2003. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/programa-de-prevencao-assistencia-e-combate-a-violencia-contr-a-mulher- plano-nacional/at_download/file>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília – DF, ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 22 ago. 2018.



CAPÍTULO 4

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A RELAÇÃO BRASIL-ORIENTE MÉDIO

*BRAZILIAN FOREIGN POLICY AND THE BRAZIL-
MIDDLE EAST RELATIONSHIP*

Wallace Moacir Paiva Lima

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.4

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a política externa brasileira e a relação Brasil-Oriente Médio. Para o desenvolvimento do conteúdo, foi adotada uma metodologia alinhada aos objetivos propostos por este estudo. Neste sentido, a construção do material visa alcançar resultados que respondam o problema levantado, observando um acontecimento ou fato, sendo este presente no cotidiano ou não. Assim, o objetivo geral, busca abordar a política externa brasileira e a relação Brasil-Oriente Médio. Os objetivos específicos buscam apresentar e conceituar o que é a política externa brasileira, bem como apresentar e conceituar a exploração de petróleo no Brasil, elucidar as questões sobre as relações entre o Brasil e o Oriente Médio, e por fim, destacar as principais questões referente ao choque do petróleo. Por fim, o presente trabalho levanta questionamentos, propondo que no futuro se realize uma nova pesquisa, visando a contextualização dos temas aqui abordados. Juntamente com esta nova pesquisa, sugere-se a realização de um estudo de caso, para o qual propõe-se uma avaliação das principais parcerias diplomáticas firmadas entre os governos em questão.

Palavras-chave: Política; Relações internacionais; Brasil; Oriente Médio.

ABSTRACT

The present work has as its theme the Brazilian foreign policy and the Brazil-Middle East relationship. For the development of the content, a methodology that was in line with what was proposed to achieve the objectives of this study was adopted. In this sense, the construction of the material aims to achieve results that respond to the problem raised, observing an event or fact, whether it is present in everyday life or not. Thus, the general objective seeks to address Brazilian foreign policy and the Brazil-Middle East relationship. The specific objectives seek to present and conceptualize what Brazilian foreign policy is, as well as present and conceptualize oil exploration in Brazil, elucidate issues about the relations between Brazil and the Middle East, and finally, highlight the main issues regarding to the oil shock. Finally, the present work leaves the theme open, proposing that in the future a new research be carried out, in order to contextualize the themes addressed here. Along with this new research, it is suggested to carry out a case study, for which an evaluation of the main diplomatic partnerships signed between the governments in question is proposed.

Keywords: Policy; International relations; Brazil; Middle East.

1 INTRODUÇÃO

Política externa, são objetivos gerais que orientam as atividades e relações de um Estado em suas interações com outros Estados. O desenvolvimento da política externa é influenciado por considerações domésticas, políticas ou o comportamento de outros Estados, ou planos para desenvolver projetos geopolíticos específicos. Leopold von Ranke enfatizou a primazia da geografia e das ameaças externas na formulação da política externa, mas escritores posteriores enfatizaram fatores domésticos. A diplomacia é um instrumento da política externa e a guerra, as alianças e o comércio internacional podem ser manifestações disso.

A política externa de um país consiste em estratégias de interesse próprio escolhidas pelo Estado para salvaguardar seus interesses nacionais e atingir seus próprios objetivos por meio das relações com outros países. As abordagens são estrategicamente empregadas para interagir com outros países.

Nos últimos tempos, devido ao aprofundamento do processo de globalização e das atividades transnacionais, os Estados também têm de interagir com atores não estatais. A interação mencionada é avaliada e monitorada com o objetivo de maximizar os benefícios da cooperação internacional multilateral. Como os interesses nacionais são primordiais, as políticas externas são elaboradas pela cúpula do Governo central de cada país. As realizações de interesse nacional podem ocorrer como resultado de cooperação pacífica com outras nações ou por meio da exploração.

A política externa moderna tem crescido em complexidade, sendo que, no passado, esta tinha o foco principal em políticas relacionadas majoritariamente a temas militares e tratados. Atualmente, a política externa abrange comércio, finanças, direitos humanos, meio ambiente e questões culturais. Todas essas questões, de alguma forma, afetam a forma como os países interagem entre si e como eles buscam seus interesses nacionais em todo o mundo.

Normalmente, a criação da política externa é designada ao Chefe do Governo e ao ministro das Relações Exteriores (ou equivalente). Em alguns países, o legislativo também exerce uma supervisão considerável. A política externa de um país é um reflexo direto dos valores tradicionais deste e das políticas nacionais gerais, suas aspirações e autopercepção.

Dentro deste contexto o presente trabalho buscará por meio de seu objetivo geral, abordar a política externa brasileira e a relação Brasil-Oriente Médio. Os ob-

jetivos específicos buscarão apresentar e conceituar o que é a política externa brasileira, bem como apresentar e conceituar a exploração de petróleo no Brasil, elucidar as questões sobre as relações entre o Brasil e o Oriente Médio, e por fim, destacar as principais questões referentes ao choque do petróleo.

Esta pesquisa é justificada mediante sua possível contribuição para o meio acadêmico, onde a partir de sua contextualização será capaz de enriquecer e agregar junto à temática abordada. Além disso, esta pesquisa pode servir como fonte de contribuição para o conhecimento e entendimento do tema por leitores que não sejam especialistas sobre a temática.

O método que foi utilizado na elaboração do presente trabalho, consiste na pesquisa e análise dos principais assuntos sobre a temática abordada, existentes na bibliografia já publicada.

Para o estudo, foram utilizadas pesquisas relacionadas ao tema em artigos que apresentam o tema em questão, teses, dissertações, artigos e citações traduzidas. Foi realizada uma leitura seletiva do material selecionado, tendo a finalidade de verificar se o material contribui para o alcance dos objetivos propostos. Também foi realizado o registro das fontes utilizadas na fundamentação desta pesquisa, especificando o nome e ano de publicação. Por fim, utilizou-se uma leitura analítica, a fim de ordenar todo o material construído para obter a resposta do problema aqui levantado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Política externa brasileira

A política externa brasileira é reconhecida internacionalmente, em termos comparativos, por sua estabilidade, continuidade e alto grau de previsibilidade, que pode ser observada ao longo dos diferentes períodos em que foi categorizada. O engajamento internacional do país, desde sua independência em 1822 até a Proclamação da República em 1889, foi guiado por um padrão de comportamento coerente em moldes liberais-conservadores (FRANÇA et al., 2010).

No período subsequente, iniciado com a derrubada da monarquia e estendido até 1930, os interesses que alimentavam o engajamento do país no exterior se entrelaçaram fortemente com os da elite agroexportadora. Com a transição hegemônica neste período, o Brasil deslocou-se da esfera de influência britânica para a norte-americana (SOUZA, 2006).

O período que se iniciou em 1930 e se estendeu até o fim da Guerra Fria constituiu um novo modelo de inserção internacional. Nesse modelo, o engajamento internacional do país assumiu um caráter suplementar em relação à estratégia nacional de desenvolvimento econômico, e sua política externa passou a ser concebida e formulada com alto grau de instrumentalidade como parte das aspirações de aprofundamento do processo de industrialização (ARDISSONE, 2011).

A adaptação do Brasil ao contexto internacional pós-Guerra Fria foi um processo complexo, mas é possível detectar uma estratégia relativamente homogênea durante essas décadas, que informou o engajamento externo de governos marcados por ideologias distintas (SILVA et al., 2010).

Com o crescimento da academia especializada a partir da década de 1990, houve o impulsionamento da produção científica voltada para questões internacionais em geral, e em relação à política externa em particular. Também é importante ressaltar a ideia de que a estabilidade e a coerência da política externa brasileira fazem parte de uma narrativa produzida tanto por diplomatas quanto por acadêmicos, e que tem sido reproduzida de forma intensa na literatura especializada ao longo dos anos (DINIZ et al., 2008).

Essa narrativa facilitou o surgimento de uma certa noção de excepcionalismo da política externa brasileira, proposição esta usada por diferentes tradições de análise da política externa para justificar a noção de perenidade e continuidade das ações internacionais do país. É possível verificar a partir dessa narrativa a proposição de que existem princípios, ideias e valores que organizam as estratégias de inserção internacional e que dão coerência a uma identidade internacional (SILVA et al., 2010).

A historiografia da política externa brasileira é marcada por três fases bem distintas. A primeira se estende desde a fundação dos estudos históricos no Brasil, na década de 1840, até meados da década de 1940. Nessa fase, surgiram livros publicados por agentes do Estado (principalmente diplomatas e figuras militares) (DINIZ et al., 2008).

A primeira edição do Ribeiro 1936, sobre as relações exteriores do Brasil, datada de 1844, é provavelmente a primeira obra inteiramente dedicada à política externa. Lima 1902 apresenta uma história de rigor positivista. Calógeras 1927 introduz inovações conceituais e metodológicas nos escritos da história diplomática. O estudo do delineamento das fronteiras nacionais surge como objeto de investigação sistemática com a publicação de Accioly 1938. (FRANÇA et al., 2010).

Um esforço de compreensão metódica da formação da diplomacia brasileira é apresentado em Mendonça 1945, livro originalmente publicado no México e que só recentemente teve sua primeira edição brasileira. Uma segunda fase da historiografia foi iniciada no contexto da constituição da diplomacia acadêmica no Brasil, com o Instituto Rio Branco, instituição que deu origem a muitos professores de história do Brasil e que motivou o aprofundamento dos estudos realizados sobre a diplomacia (DINIZ et al., 2008).

A historiografia desta fase, caracterizada por uma motivação nacionalista e apologética, é essencialmente descritiva, mas também possui rigor científico. Viana 1958 e Carvalho 1959 são marcos importantes desse período. A terceira fase da historiografia da política externa teve início na década de 1960, quando o sistema universitário nacional se expandiu e se consolidaram os primeiros cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), assim como a pesquisa em história no nível universitário (SOUZA, 2006).

Nesse momento, o centro de produção se deslocou para as universidades, com a introdução de novos focos e métodos modernos de pesquisa. Alguns trabalhos seminais resultaram de pesquisas pioneiras, como Cervo 1981, sobre Parlamento Nacional e Relações Exteriores (ARDISSONE, 2011).

A historiografia especializada produzida em universidades dos Estados Unidos e da Europa também se expandiu de forma consistente a partir da década de 1960, quando o acesso a fontes documentais brasileiras foi facilitado para pesquisadores estrangeiros e obras seminais como Burns 1966 foram publicados. Hilton 1975 apresenta interpretações inovadoras da inserção do Brasil no sistema internacional de domínio britânico ou norte-americano (SILVA et al., 2010).

2.2 A exploração de petróleo no Brasil

Por muitos anos dependente de importações, o Brasil conquistou sua independência petrolífera em 2007, contando com a exploração de seus recursos offshore, incluindo a chamada área do “pré-sal”. A história da exploração e produção de petróleo (E&P) e os papéis de seus principais atores, incluindo a empresa nacional Petrobras, informam essa conquista (MARTINS, 2006).

Com isso o Brasil passou de uma difícil exploração de petróleo sem resultados muito convincentes para grandes descobertas offshore cuja produção deve crescer nas próximas décadas, colocando o Brasil entre os oito maiores produtores mundiais em 2040 de acordo com o 2017 World Energy Outlook (WEO). As etapas

decisivas desse desenvolvimento foram a criação da empresa pública Petrobras, a abertura do setor *upstream* à iniciativa privada e a grande inovação da perfuração em grande profundidade (ZAMITH, 2005).

O primeiro registro de exploração de petróleo no Brasil ocorreu no século XIX. Durante o período imperial, o Decreto nº 3.352-A foi lançado no dia 30 de junho de 1864, que concedeu permissão Thomas Denny Sargent ao extrato de turfa, petróleo e outros minerais, por ele próprio ou através de uma empresa, na Camamu e Ilhéus distritos, província da Bahia, por 90 anos (MOREIRA, 2005).

Em 1892, Eugênio Ferreira de Camargo adquiriu um terreno que incluía uma antiga concessão de carvão em Bofete, São Paulo. Camargo então contratou um cientista belga, Auguste Collon, para fazer análises com ele e relatar as perspectivas do petróleo. Guiado por perspectivas favoráveis, delineadas em um desses relatórios, a Camargo adquiriu uma sonda e perfurou um poço de 488 metros de profundidade, do qual foram produzidos dois barris de óleo. Foi uma iniciativa totalmente privada. A Camargo arcou com todos os custos técnicos e logísticos da operação e financiou a investigação geológica a partir da perfuração. No entanto, ele se deparou com os limites de uma geologia difícil e altos custos de exploração (XAVIER, 2011).

Em 1934, por meio do Decreto n. 23.979, o Serviço de Promoção da Produção Mineral (DNPM) foi criado com o objetivo de promover a produção mineral do país. A criação do DNPM foi uma das primeiras iniciativas brasileiras voltadas para uma política específica para o desenvolvimento da atividade mineral em território brasileiro. Como não tinha expertise na exploração de bacias sedimentares brasileiras, o DNPM contratou especialistas em petróleo dos Estados Unidos para pesquisar e identificar potenciais territórios produtores. (MOREIRA, 2005).

Em 1941, o governo aprovou o Código do Petróleo para regular o regime jurídico das jazidas brasileiras de petróleo e gás natural, e para prever a possibilidade de o governo reservar áreas presumidas de petróleo, nas quais não haveria autorização para pesquisa e mineração. Esse código contribuiu para o fortalecimento do CNP como entidade fiscalizadora, uma vez que as atividades de pesquisa e desenvolvimento de petróleo e gás natural dependiam de autorização prévia deste Conselho (XAVIER, 2011).

Após as descobertas na Bahia, a perfuração continuou em pequena escala, apesar da crescente demanda por petróleo e derivados no país. A produção nacional nessa época era de apenas 2.700 barris por dia, enquanto o consumo era de aproxi-

madamente 170.000 barris por dia, a maior parte importada na forma de derivados (MARTINS, 2006).

A origem do setor de petróleo no Brasil é caracterizada por campanhas exploratórias de pequena escala, sem resultados satisfatórios e com pouco incentivo governamental, conforme relatado por ONIP / GEO, 2003; esse período foi marcado pelo início da industrialização brasileira, desenvolvendo-se a partir de sua base agroexportadora. Desta forma, é marcado por forte crescimento da demanda por energia, resultando no aumento das importações de petróleo principalmente fornecidas pelas grandes Companhias Internacionais de Petróleo (IOCs). Porém, neste período, as instituições relacionadas à indústria do petróleo estavam fragilizadas e a interferência do Estado na indústria ocorria regularmente (XAVIER, 2011).

2.3 Relações Brasil - Oriente-Médio

Os países que constituem o Oriente Médio e o Norte da África (MENA), são: Argélia, Bahrein, Egito, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Palestina, Catar, Arábia Saudita, Síria, Tunísia, Turquia, Emirados Árabes Unidos e Iêmen. O Oriente Médio é composto por pessoas de várias etnias, incluindo árabes, persas, turcos, curdos e armênios (SANTOS, 2009).

Os idiomas amplamente falados no Oriente Médio e no Norte da África incluem árabe, persa, turco, berbere, curdo, francês e inglês. O Oriente Médio tem sido referido como a encruzilhada do mundo, porque conecta os três continentes da Ásia, África e Europa. Mesma sendo uma região com relevante presença islâmica, a maioria dos muçulmanos não vive no Oriente Médio. Mais muçulmanos vivem no Sul da Ásia do que no Oriente Médio e Norte da África juntos (PIMENTEL, 2001).

O núcleo do Oriente Médio hoje consiste nos inúmeros países do sudoeste da Ásia e nas nações africanas do Egito e da Líbia. Tunísia, Argélia e Marrocos às vezes são incluídos na região. Afeganistão e Sudão são ocasionalmente incluídos. O Oriente Médio é uma região geográfica de grande importância na história desde os tempos antigos. O grande Oriente Médio contém cerca de dez por cento da população mundial. O mundo árabe em seu coração é de apenas 5%. A região inteira responde por apenas três por cento da economia global e não produz quase nada de interesse para o resto do mundo, exceto petróleo (SANTOS, 2000).

Para que o petróleo seja gerado, migrado, acumulado e preservado com sucesso, todos os elementos e processos do sistema petrolífero, incluindo rochas geradoras organicamente ricas e amadurecidas termicamente, rochas reservatório poroso-

-permeáveis, rochas de cobertura extensas eficazes e relações de tempo apropriadas entre a migração de óleo e a formação de armadilhas devem estar presentes. Obviamente, o Oriente Médio qualifica todas essas condições com alto grau e qualidade (WANG, 2003).

Desde a década de 1930, o Oriente Médio emergiu como a fonte de energia mais importante do mundo e a chave para a estabilidade da economia global. Essa região tumultuada produz hoje 37% do petróleo mundial e 18% do gás. Quando se trata de reservas, o Golfo Pérsico é rei. É o lar de 65% das reservas mundiais comprovadas de petróleo e 45% das reservas de gás natural. O Oriente Médio também controla uma parte significativa dos hidrocarbonetos que ainda não foram descobertos. De acordo com o US Geological Survey, mais de 50% das reservas não descobertas de petróleo e 30% do gás estão concentradas na região, principalmente na Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait, Emirados Árabes Unidos e Líbia (SILVA, 2003).

A concentração de tantos hidrocarbonetos do mundo nesta localização geográfica significa que, enquanto a economia moderna depender do fornecimento de petróleo e gás natural, o Oriente Médio terá um papel fundamental na política e economia globais. Do jeito que está, a maioria dos países do mundo depende fortemente do petróleo do Golfo Pérsico (PIMENTEL, 2001).

Em 2006, o Oriente Médio forneceu 22% das importações dos EUA, 36% da OCDE da Europa, 40% da China, 60% da Índia e 80% do Japão e da Coreia do Sul. Mesmo o Canadá, rico em petróleo, depende do Oriente Médio. Quarenta e cinco por cento das importações de petróleo do Canadá são originadas na região (EIA). Excluindo uma grande transformação tecnológica, a dependência global do Oriente Médio só tende a crescer (SANTOS, 2009).

De acordo com a Agência Internacional de Energia, de agora até 2030 o consumo mundial de petróleo aumentará cerca de 60%. O transporte será o setor consumidor de petróleo de crescimento mais rápido. Em 2030, o número de carros aumentará para bem mais de 1,25 bilhão de aproximadamente 700 milhões hoje. Conseqüentemente, o consumo global de gasolina pode dobrar

Os dois países com a maior taxa de crescimento no uso de petróleo são China e Índia, cujas populações somadas representam um terço da humanidade. Nas próximas 2 décadas, espera-se que o consumo de petróleo na China cresça a uma taxa de 7,5% ao ano e os 5,5% da Índia (em comparação com um crescimento de 1-3% para os países industrializados). Como resultado, até 2030 a Ásia.

O Oriente Médio ocupa uma posição geográfica e estratégica única. Portanto, não é por acaso que todas as grandes potências da história buscaram promover seus interesses na região. Além de sua singularidade geográfica e estratégica, o Oriente Médio é o berço e o centro espiritual das três religiões monoteístas mais importantes, ou seja, o Cristianismo, o Judaísmo e o Islã, bem como a maior reserva individual de petróleo (SANTOS, 2009).

Por último, mas não menos importante, devido à sua importância geopolítica, qualquer conflito interestatal e intra-estadual no Oriente Médio tem o potencial não só de desestabilizar a região como um todo ou perturbar o equilíbrio de poder regional, mas também de afetar a estabilidade global. Por essas razões, o Oriente Médio tem sido um importante centro dos assuntos mundiais; uma área econômica, política e culturalmente sensível (WANG, 2003).

O Brasil e os países do mundo árabe compartilham fortes laços humanos. A influência árabe notável pode ser encontrada na cultura e na sociedade brasileira. Isso pode ser visto na literatura, na culinária e nos nomes de alguns dos políticos e empresários proeminentes. Existem cerca de dez a doze milhões de brasileiros de ascendência árabe. As maiores populações de origem libanesa e síria fora desses países residem no Brasil. O Brasil também é o lar de uma comunidade judaica muito dinâmica. As comunidades árabes e judaicas estão totalmente integradas à sociedade e vivem harmoniosamente lado a lado (SANTOS, 2009).

A reação inicial do Brasil poderia ter dado motivos de esperança para uma abordagem mais equilibrada das questões de paz no Oriente Médio se não tivesse sido seguida pela postura de colocar a maior parte da culpa em Israel nos conflitos com os palestinos, e atirar contra os EUA por não terem feito mais para parar Israel. Os posicionamentos carregados de um viés das autoridades brasileiras também são indicativos de uma falta de compreensão real do Oriente Médio, que é preocupante em um governo que se propõe a se envolver (WANG, 2003).

O relacionamento cada vez mais próximo do Brasil com o Irã também foi motivo de preocupação no Departamento de Estado da era Bush. Um cabo de julho de 2008 preocupa que o “foco crescente do Brasil no Oriente Médio coincida com esforços agressivos por parte do Irã para estender sua influência na região além de Caracas para outros países da América Latina” e que “extrema sensibilidade do GOB em ser visto como tomador O lado de Washington levou a uma tendência consistente de expressar simpatia pelos países na mira de Washington, como o Irã e a Síria (SILVA, 2003).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa pode-se concluir que por meio de esforços diplomáticos, as autoridades brasileiras se engajaram ativamente no Oriente Médio durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O símbolo dessa estratégia é a Declaração de Teerã sobre a questão nuclear iraniana, copatrocinada com os governos turco e iraniano em maio de 2010. Pode-se então concluir que o Brasil tem sido um importante parceiro comercial estratégico para o Oriente Médio na América Latina, mas sempre houve mais nessa relação do que aparenta.

As relações entre o Oriente Médio e o Brasil passaram por várias fases distintas nas últimas décadas, às vezes refletindo mudanças gerais na política externa deste último, outras vezes assemelhando-se a uma relação mal definida baseada principalmente em interesses comerciais mútuos. A dinâmica do relacionamento também foi influenciada pelas personalidades de sucessivos líderes de ambos os estados, suas inclinações ideológicas e suas percepções do Ocidente.

REFERÊNCIAS

ARDISSONE, Carlos Maurício Pires e Albuquerque. **Ideias, instituições e lideranças na política brasileira de propriedade intelectual: uma abordagem comparada dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luz Inácio Lula da Silva (1995-2010).** Tese (Doutorado em em Relações Internacionais) Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), 2011.

DINIZ, Simone; RIBEIRO, Claudio. **The Role of the Brazilian Congress in Foreign Policy.** *Brazilian Political Science Review*, v. 2, p. 10-28, 2008.

FRANÇA, Cássio L. de; SANCHEZ BADIN, Michelle Ratton. **A inserção internacional do Poder Executivo nacional brasileiro.** Análises e Propostas, Friedrich Ebert Stiftung, 2010.

MARTINS, D. C. **A regulação da indústria do petróleo segundo o modelo constitucional brasileiro.** Belo Horizonte: Fórum 2006.

MOREIRA, Jordão Ribeiro; NIYAMA, Jorge Katsumi; BOTELHO, Ducineli Régis. **Estudo comparativo dos critérios de mensuração das reservas provadas, segundo SPE/WPC e SEC: o caso da PETROBRÁS.** 2005. 15 p.

PIMENTEL, José Vicente. **O padrão de votação brasileiro na ONU.** O autor foi diretor do Departamento de África e Oriente Próximo, do Itamaraty, até o início de 2001.

SANTOS, NB. **Brasil e Oriente Médio nas Nações Unidas: equidistância, pragmatismo e realismo.** In: LEWIN, H., coord. Agradecimento. In: Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 747-772.

SANTOS, Norma Breda dos (org.), **Brasil e Israel: diplomacia e sociedades**. Brasília: EdUnB, 2000; 264 p

SILVA, Elaini C. G. da; SPÉCIE, Priscila; VITALE, Denise. **Atual arranjo institucional da política externa brasileira**. Texto para Discussão (IPEA), v. 1.489, p. 7-47, 2010.

SILVA, Heloisa Conceição Machado. **Da substituição de importações a substituição de exportações: A política de comercio exterior brasileira de 1945-1979**. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2003, p. 583

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

WANG, Ana Beatriz Gaertner Marabuto. **Dilema energético e política exterior (os)**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2003, p. 123.

XAVIER, M. F. **Impacto ambiental da exploração de petróleo offshore no Brasil**. governo do estado do rio de janeiro secretaria de estado de ciência e tecnologia centro universitário estadual da zona oeste. 2011

ZAMITH, Maria Regina Macchione de Arruda. **A nova economia institucional e as atividades de exploração e produção onshore de petróleo e gás natural em Campos Maduros no Brasil**. 2005. 299 f. Tese (Doutorado em Energia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAPÍTULO 5

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES: O LUGAR SOCIAL DO FEMININO

DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN: THE SOCIAL PLACE OF THE FEMININE

Karoline Andrade Gama¹

Palloma Pimenta Pires²

Joana Grazziele Bomfim Ribeiro³

Jakson Luis Galdino Dourado⁴

Fabiana Maria de Souza⁵

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.5

1 Faculdade Irecê-FAI. karollwilles@gmail.com

2 Faculdade Irecê-FAI. pallomapimentapires@gmail.com

3 Faculdade Irecê-FAI. grabomri@hotmail.com

4 Faculdade Rebouças de Campina Grande-FRCG. jaksonpsi@gmail.com

5 Faculdade Irecê-FAI. fabiana.ms@hotmail.com

RESUMO

A violência contra mulher no âmbito doméstico acontece quando um homem (companheiro, pai, filho, irmão) agride a mulher, de forma física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial. Independente da categoria, todos os tipos de violência doméstica são prejudiciais à vítima e podem oferecer risco de morte. O presente trabalho tem o objetivo de analisar a relevância da psicologia e das políticas públicas enquanto intervenções eficazes nos contextos de violência doméstica contra mulheres. A pesquisa foi realizada com caráter bibliográfico, de cunho qualitativo, caracterizada como uma revisão integrativa da literatura, onde foram realizadas diversas consultas com base a acervos eletrônicos, bem como a livros físicos. Os principais resultados do trabalho indicam que as taxas de feminicídio vêm aumentando a cada dia, porém, apresentam enormes dificuldades em relação à publicação de dados oficiais, e a efetivação das políticas públicas colaboram na prevenção e combate à violência no ambiente doméstico e no meio social.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Feminicídio. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Domestic violence against women occurs when a man (partner, father, son, brother) attacks the woman, physically, psychologically, morally, sexually or patrimonially. Regardless of the category, all types of domestic violence are harmful to the victim and can pose a risk of death. This paper aims to analyze the relevance of psychology and public policies as an effective intervention in the context of domestic violence against women. The research was carried out with a bibliographic character, of a qualitative nature, characterized as an integrative literature review, where several consultations were held based on electronic collections, as well as physical books. The main results of the work indicate that the rates of femicide are increasing every day, but they present enormous difficulties in relation to the publication of official data, and the implementation of public policies collaborate in the prevention and fight against violence in the domestic environment and in the social environment.

Keywords: Domestic violence; Femicide; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

A mulher, por muitos anos, viveu subordinada aos homens, tanto aos pais, quanto aos maridos, e à cultura misógina (ódio à mulher). A violência doméstica se apresenta por atos violentos contra as mulheres no âmbito doméstico, compro-

metendo a saúde física e mental da vítima que vive tal experiência em seu recinto familiar. A violência doméstica é um fenômeno histórico que está enraizado economicamente, politicamente e culturalmente, atingindo todas as camadas sociais e intimamente vinculadas à desigualdade de gênero. Por isso, confere-se ao feminino o lugar de submissão, e a dominação o papel a ser perpetrado pelo masculino, delimitando o direito de escolha e tirando a autonomia das mulheres.

Mesmo essa temática sendo corriqueiramente discutida, os índices de violência doméstica contra mulheres continuam aumentando. Sabe-se que a violência transcende a agressão física, também sendo considerada como violência psicológica, moral, patrimonial e sexual, podendo trazer sérios prejuízos, como em casos de feminicídio. Compreende-se que o feminicídio apresenta um conjunto de situações e não apenas a violência decorrente na morte de mulheres. Através disso, a morte das mulheres representa uma etapa contínua de terror que inclui estupro, tortura, mutilação, abuso sexual, violência física e emocional (MENEGHEL; PORTELLA, 2017).

A pesquisa é bibliográfica de abordagem qualitativa, caracterizada como uma revisão integrativa da literatura. O levantamento bibliográfico realizou-se através de dados eletrônicos, tais como o Google Acadêmico, Scielo (Scientific Electronic), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC), assim como em bibliotecas física e digital. E para análise de dados a metodologia utilizada foi a de Bardin (2011).

O objetivo desse artigo é de analisar a relevância da psicologia e das políticas públicas enquanto intervenção eficaz nos contextos de violência doméstica contra mulheres. Por isso, é de grande relevância a discussão dessa temática para a propagação de informações que contribuam e incentivem mulheres, principalmente aquelas em situação de violência doméstica, a se fortalecerem e se posicionarem de forma proativa, lutarem pelos direitos judiciais, direitos de igualdade de gênero, não se submeterem a relacionamentos abusivos e, assim, quebrarem o ciclo da violência criada pela cultura machista.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gênero e violência de gênero

Meados do século XVII, o papel social da mulher era destinado à procriação, ao cuidado do lar, para agradar o outro. Durante os progressos das sociedades, é evidenciada a discriminação entre homem e mulher, atribuindo, assim, a desvalorização e a desigualdade de gênero a figura feminina (RODRIGUES, 2007). De acordo com Rousseau (apud GASPARI, 2003), a mulher é vista como incapaz de

agir como o homem. Nesse sentido, com o passar do tempo, depois de muita luta, as transformações sociais permitiram que as mulheres tivessem direito, como por exemplo, receber formação educacional, porém, focada nas habilidades artísticas e organizacionais da casa.

No século XVIII, a mulher é inserida no mercado de trabalho através da Revolução Industrial. Salientando que, as condições trabalhistas não eram valorizadas, jornadas de trabalho altas, insalubres e outros desmandos contra a mulher. Dessa forma, o século XIX foi marcado pela luta do direito ao voto e pela igualdade de gênero. Porém, como aponta Rodrigues (2007), uma emancipação plena ainda estava longe de acontecer. Enquanto isso, as maiorias dos homens contestavam contra o movimento como sendo em defesa da masculinidade e sua dominância (DAVIS, 2016).

Um fato importante para a mulher foi iniciado no século XX, o movimento feminista, logo depois, houve um avanço em igualdade de direitos políticos, jurídicos e econômicos. Citando apud Beauvoir (1980), Rodrigues (2007, p. 6) reforça que “uma mulher se torna plenamente humana quando tem oportunidade de se dedicar ao exercício de atividades públicas e quando puder ser útil à sociedade”. Portanto, a compreensão de gênero segundo Rodrigues (2007, p. 2 - 3) conduz a seguinte reflexão:

O documento é, portanto, um momento de reflexão sobre os caminhos que as mulheres traçaram em suas vidas, porque, para que haja um reconhecimento político-social feminino, não basta que as mulheres apenas se conscientizem de seus entraves sociais. Além disso, se faz necessário que os homens percebam que uma sociedade melhor requer o reconhecimento de várias opressões sociais e uma constante reflexão dialógica, para que as existências não sejam anuladas e para que as diferenças tenham o espaço necessário para serem negociadas. [...] Desvendar as relações entre a mulher e o grupo, procurando mostrar que ela, como ser social, articula-se com o fato social. As transformações da cultura e as mudanças nas ideias nascem das dificuldades de uma época, de um indivíduo, homem ou mulher.

Desde os primórdios da sociedade, a diferença de gênero e a predominância masculina fizeram com que a violência doméstica contra as mulheres fosse palco para se propagar atos violentos. A masculinidade tóxica, herança da cultura machista, ocorre corriqueiramente e muitas vezes não nos damos conta do quão é agressiva essa desigualdade de gênero (RITT e PORTO, 2008). O termo gênero é usado para identificar o feminino e o masculino, sem ter ligação no sentido biológico, mas, podem ser interpretadas a depender do período histórico como quem é o dominante (RITT e PORTO, 2008).

Embora violência doméstica, violência de gênero e violência contra a mulher tenham definições distintas, ambas estão relativamente interligadas. A definição de violência de gênero explanado por Ritt e Porto (2008), diz dos papéis impostos pela sociedade que são seletivos com as atividades direcionadas para homens e atividades que são impostas para as mulheres, assim desencadeando a violência de gênero.

A violência de gênero se apresenta como uma forma mais extensa e se generalizou como uma expressão utilizada para fazer referência aos diversos atos praticados contra mulheres como forma de submetê-las a sofrimento físico, sexual e psicológico, aí incluídas as diversas formas de ameaças, não só no âmbito intrafamiliar, mas também abrangendo a sua participação social em geral, com ênfase para as suas relações de trabalho, caracterizando-se principalmente pela imposição ou pretensão de imposição de uma subordinação e controle de gênero masculino sobre o feminino. A violência de gênero se apresenta, assim, como um 'gênero', do qual as demais são espécies (RITT; PORTO, 2008, p.9).

Vale ressaltar que a violência de gênero é apenas um dos precursores da violência doméstica. Em decorrência disto, é necessário observar em qual contexto histórico a mulher em situação de violência está inserida, porque todas essas situações seja ela a violência de gênero ou violência doméstica pode estar correlacionada com questões de classe, raça, crença, entre outros, assim perpetrando cada vez mais a situação de violência no âmbito doméstico sofrida por mulheres e causadas por seus parceiros (PETERSEN et al., 2019).

2.2 Violência doméstica e tipos de violência: qual lugar social feminino?

A violência contra mulher continua sendo uma problemática muito presente em nosso cotidiano. Basta verificar as notícias que são retratadas pela mídia para que sejamos apresentados às mais diversas agressões ocorridas no contexto familiar. Podendo ser física, psicológica ou socioeconômica (SOUZA; RODRIGUES, 2020). A violência é assimilada como uma violação dos direitos humanos, sendo um fenômeno multicausal e multifacetado. É tida através de atitude intencional da força física ou do poder, podendo resultar em lesão, morte, dano psicológico ou deficiência de desenvolvimento (OLIVEIRA et al., 2018).

A origem da palavra violência vem tanto do latim *violentia*, no qual denota abuso de força, como também da palavra *violare*, cujo sentido é o desrespeito de normas. Para o filósofo grego Aristóteles, a violência refere-se à repressão física em que o indivíduo é forçado a fazer algo contra a própria vontade (OLIVEIRA et al., 2018). É importante ressaltar que no decorrer de alguns anos o conceito de violência restringia-se apenas à integridade corporal, para “qualquer pessoa maltratada”. Mas hoje em dia, foram acrescentados os sofrimentos morais e psicológicos. Com

isso, as agressões domésticas abrangem a violência psicológica que é caracterizada por pressão moral e psicológica (OLIVEIRA et al., 2017).

A violência doméstica atinge mulheres de todas as classes sociais, raças e culturas, afetando o desenvolvimento pessoal e profissional, a segurança, e diminuindo a autoestima das mulheres, que tendem a ficar mais frágeis e inseguras. Observa-se que algumas causas que potencializam os atos violentos são o ciúme, a bebida alcoólica e o uso de drogas (OLIVEIRA et al., 2017). Considerando a complexidade desse fenômeno, a violência doméstica, é cometida por pessoas próximas ou íntimas e que convivem no mesmo ambiente doméstico, podendo ocorrer entre parceiros, pais e filhos. Porém, as agressões possuem três formas principais que são a física, a psicológica e a sexual (RAZERA; CENCI; FALCKE, 2014).

De acordo com o Documento de Referência para a Atuação de Psicólogos em Serviços de Atenção à Mulher em Situação de Violência do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013), a violência sofrida por mulheres no ambiente doméstico pode ser sexual, psicológica, patrimonial, moral e física. A violência sexual é considerada toda e qualquer prática sexual sem o consentimento do outro, com uso de força, intimidação, chantagem, ameaças entre outras formas que anulem a vontade pessoal do indivíduo (CFP, 2013).

A violência lesiona a vida da mulher de várias formas, tendo, assim, consequências graves na saúde da mulher, que demanda uma atuação multiprofissional qualificada (CFP, 2013). Contudo, o lugar social do feminino é um lugar de luta constante, mesmo que tenha conquistado um espaço na sociedade como o sufrágio e o direito de trabalhar. Segundo Coelho e Baptista (2009) enfatizam que ao longo das décadas a demanda de luta tem se propagado, e que diante disto, as mulheres têm conquistado os mais amplos espaços, isso comparado ao século XX.

Percebe-se que muita coisa ainda precisa ser conquistada em relação ao espaço de fala e escuta das mulheres, pois muitas denúncias de violência doméstica são ocultadas ou arquivadas, pelo estigma que foi criado em que “briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Independente da categoria de violência contra a mulher que ocorra, todas elas podem afetar diretamente os aspectos psicológicos, assim, podendo desencadear sérios traumas. Com isso, as Políticas Públicas buscam prevenção e enfrentamento das diversas violências, mostrando-se estratégias muito necessárias por desenvolverem alguns programas de suporte psicológico às mulheres.

2.3. Políticas públicas para mulheres vítimas de violência doméstica

Uma das preocupações para as Políticas Públicas de saúde são a prevenção e combate, à violência no ambiente doméstico e no meio social. Na década de 60, os movimentos feministas já lutavam para garantir os direitos à vida, liberdade, segurança, saúde e privacidade (OLIVEIRA et al., 2017). Porém, numa cultura machista, o homem tem papel de dominação e autoridade sobre as mulheres, enquanto a mulher é estigmatizada como sexo frágil, dependente e tendo que ser submissa aos desejos do homem (PETERSEN et al., 2019).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) retrata que a violência doméstica contra mulher é uma questão de saúde pública, pois são envolvidos por meios de políticas preventivas e afirmativas para o enfrentamento da violência contra a mulher (CFP, 2013). Souza e Rezende (2018), cita sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, sendo uma das políticas de estratégias para superação da violência de gênero. Com isso, as diretrizes estabelecem que os profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS necessitam estar orientados e capacitados para a atenção integral à saúde das mulheres, considerando as necessidades da população feminina (BRASIL, 2010).

Vale salientar sobre as unidades de apoio como os Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM), que são espaços de orientação jurídica, psicológica e social a todas as mulheres, principalmente as que sofrem violência doméstica ou estão em situação de vulnerabilidade. E o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) uma unidade pública onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Onde também se realizam grupos específicos para mulheres em situação de violência doméstica (BRASIL, 2017).

Desse modo, no Brasil há um serviço de utilidade pública gratuito/sigiloso, que é a “A Central de Atendimento à Mulher” (Ligue 180), no qual são recebidas notificações de violência e demandas sobre os serviços da rede de atendimento, orientando as mulheres sobre legislações e os seus direitos (LAWRENZ, 2018). Em 1985 foi criada uma delegacia especializada no atendimento de mulheres vítimas de violência, essa delegacia especializada foi uma experiência pioneira no mundo, e desde sua instalação ocupa posição central nos debates a respeito da violência contra a mulher. Avançava-se, portanto, na criminalização da violência (LIMA, 2020).

Por esse motivo, as instituições policiais são buscadas por mulheres que vivem situações de violência, esperando uma ação mediadora. Embora o que encontram

como resposta à expectativa de proteção à ação policial, às vezes são o descaso e a omissão em relação às situações de violência sofrida (LIMA, 2020). Essas buscas às instituições policiais são feitas com a esperança de achar um refúgio, uma tutela. A maioria das mulheres que procuram ajuda, tentam reduzir os riscos de feminicídio, embora, mesmo com essas buscas pela proteção, o são vistos altos índices de mortalidade de mulheres em decorrência de violência doméstica.

3 METODOLOGIA

3.1 Desenho da pesquisa e Amostra

Este estudo de abordagem qualitativa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura. Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que se chama de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da internet entre outras fontes (PIZZANI et. al., 2012). A amostra foi composta por trinta artigos e livros. Os artigos e livros foram coletados em base de dados eletrônicos listado, tais como o Google Acadêmico, Scielo (Scientific Electronic), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC), assim como em bibliotecas física e digital.

A coleta de dados foi realizada no período de março a agosto de 2020. Definimos os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos, resumos e livros coletados deverão constar em base de dados indexados; publicações com foco em violência doméstica; estudos sobre feminicídio, lei Maria da Penha, políticas públicas, e atuação do psicólogo; estudos realizados a partir de 2007. Quanto aos critérios de exclusão, definimos estes: artigos científicos, resumos e livros que não constem em base de dados indexada; estudos que não tenham correlação com os temas propostos pelo estudo.

3.2 Procedimentos

A revisão de literatura foi realizada entre os meses de março a novembro de 2020, a partir de pesquisas na base de dados eletrônicos do Google Acadêmico, Scielo (Scientific Electronic), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC), e livros. Quanto aos descritores, optamos por estes: violência doméstica, feminicídio, lei Maria da Penha, políticas públicas e intervenções psicológicas. Para tanto, selecionamos artigos e estudos publicados a partir do ano de 2007.

3.3 Análise de dados

A análise de conteúdo, atualmente, pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdos (verbais ou não verbais). Bardin (2011) propõe três etapas para essa técnica: a primeira fase, pré-análise, é desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas; a segunda fase, exploração do material, que consiste na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas; a terceira fase compreende o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (entrevistas, documentos e observação).

Para a análise dos dados, inicialmente, foi realizada leitura exploratória de todo o material selecionado, que consistiu em uma observação rápida, com o objetivo de verificar se a obra era de interesse para a pesquisa. Em seguida, procedeu-se à leitura seletiva, que a partir daí teve a identificação das partes importantes para a realização da análise.

Depois de feita essa seleção foi extraída informações pertinentes, tais como autores, ano, método, resultados e conclusões. Para a conclusão da etapa seletiva, decorreu-se à leitura analítica, cuja finalidade foi ordenar as informações contidas nas fontes bibliográficas para que possibilitassem a obtenção de respostas aos objetivos propostos (MANZATO; SANTOS, 2012).

Entretanto, a referida pesquisa foi elaborada a partir de material já publicado, como livros, os quais foram coletados em sites de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Google acadêmico, artigos periódicos, internet etc. Desta forma, utilizou-se os artigos que mais condiziam sobre o assunto retratado, com o propósito de identificar quais as mudanças qualitativas nas intervenções realizadas pela Psicologia no enfrentamento à violência doméstica contra mulheres.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a análise feita através da perspectiva de Bardin (2011), da Análise de Conteúdo, realizou-se uma investigação com base no tema proposto, tendo o objetivo de analisar a relevância da psicologia e das políticas públicas enquanto in-

tervenção eficaz nos contextos de violência doméstica contra mulheres. Diante das análises no qual foram encontradas as seguintes categorias: 1) Violência doméstica precursora do feminicídio, 2) Políticas de Enfrentamento à Violência doméstica, 3) Estratégias de enfrentamento e acolhimento: um novo lugar social.

4.1 Violência doméstica precursora do feminicídio

A análise dos dados compilados mostra que muitas mulheres sofrem ou já sofreram algum tipo de violência. Em consequência disto, Vieira e Garcia (2020) aborda que no Brasil os casos de homicídios no ano de 2019 somaram 3.739 sendo que, 1.314 foram categorizados como feminicídios. Isso equivale a dizer que, a cada sete horas, uma mulher é morta pelo fato de ser mulher. Com isso, Meneghel e Portella (2017), referem que o assassinato de mulheres, ocorre por serem submetidas ao controle do homem.

Diante dos impactos causados no ano de 2020, Vieira e Garcia (2020) trazem à tona, dados nos quais mostram o grande aumento da violência por conta do isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19. No Brasil, segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), houve crescimento de 18% no número de denúncias registradas pelos serviços Disque 100 e Ligue 180. Cordeiro *et al.* (2019) apontam no texto que 55,3% dos homicídios foram cometidos no ambiente doméstico, e 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas.

Segundo Cordeiro *et al.* (2019) ressaltam que as principais motivações dos feminicídios foram o desejo de separar dos seus companheiros, bem como os ciúmes e os desentendimentos. Na mesma pesquisa realizada com mulheres que sobreviveram ao intento de assassinato pelos parceiros íntimos relata o ciúme extremo, a violência, as brigas, o uso de drogas ou álcool, a infidelidade e a possessividade como as principais causas das tentativas de assassinato (CORDEIRO *et al.*; 2019).

Um dos maiores obstáculos para os estudos sobre feminicídio no Brasil é a falta de dados oficiais que permitem ter uma visão mais próxima do número de mortes e dos contextos em que elas ocorrem. Pasinato (2011) aponta a ausência de estatísticas desagregadas por sexo da vítima e de outras informações que permitam propor políticas de enfrentamento para esta e outras formas de violência que atingem as mulheres. Mas, conseqüentemente a isso, pensar no feminicídio a partir destes recortes sociais, traz a importância de debater estes temas com a sociedade, especialmente as mulheres que sofrem violência doméstica. Visto como, um empoderamento a essas mulheres para que assim, consigam sair dessa situação, buscan-

do ajuda necessária, pois muitas mulheres acabam não tendo o entendimento de que a violência doméstica vai além da violência física, a que deixa marcas visíveis, o que as levam “aceitar” o que não merece. Hoje em dia as políticas públicas apresentam muitos programas que contribuem na prevenção e combate à violência no ambiente doméstico e no meio social.

4.2 Políticas de Enfrentamento à Violência doméstica

Sabe-se a relevância das políticas públicas para a prevenção e acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica. A criação das políticas tem a intenção de promover normas e intervenções objetivando prevenir e combater a violência contra mulheres perpetradas por seus parceiros íntimos. Os principais aspectos que fundamentam as políticas públicas no enfrentamento da violência englobam: a saúde física, saúde mental, justiça, segurança, entre outros, que devem ser trabalhadas simultaneamente, para obter melhores resultados na aplicabilidade tanto no quesito de prevenção quanto no acolhimento de mulheres que já sofrem violência doméstica.

Os textos analisados abordam a eficácia da aplicabilidade das políticas públicas, porém, segundo Amaral *et al*, (2016) a violência contra mulher é um fenômeno e mesmo com as políticas públicas de prevenção, proteção e acolhimento a aplicabilidade funcional das mesmas é insuficiente, tendo em vista os números exorbitantes de violência. De acordo com Dias (2010) em estudos acerca da violência doméstica, não resta dúvida de que a Lei Maria da Penha nº 11.340/ 2006 é uma das Políticas Públicas mais bem aplicadas, constituindo assim objetivos importantes para a sociedade brasileira, representando ainda o marco histórico da proteção legal conferida às mulheres.

Nos dados analisados foram encontrados em 3 textos afirmações das estratégias das Políticas Públicas para acolher mulheres em situação de violência completando as falas de Lima (2020) sobre as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, a DEAMS foi pioneira no mundo, concordando assim com Moraes e Ribeiro (2012). Os atendimentos foram aprimorados e a maioria das mulheres que tinham receio de ir as delegacias por vergonha ou por sentir culpa, depois de acessar os serviços, perceberam-se em posição de vítima e com base nessa experiência elas desenvolveram novos discursos e subjetividades.

Os espaços que estão disponíveis para trabalhar programas desenvolvidos pela secretaria de políticas abordados por Alves *et al*, (2016) são o Centro de Referência de Atendimento a Mulher (CRAM), Centro de Referência Especializado de

Assistência Social (CREAS), e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), mas nem todos os municípios possuem todos esses órgãos públicos. Pois, dependem de investimentos financeiros para uma boa estruturação do espaço e equipe. As diretrizes estabelecem que os profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS necessitam estar orientados e capacitados para a atenção integral à saúde das mulheres, considerando as necessidades da população feminina (BRASIL, 2010).

O combate da violência doméstica contra a mulher só pode ser contemplado quando as políticas públicas forem bem aplicadas, assim como aborda Oliveira (2017) que uma das preocupações para as Políticas Públicas de saúde são a prevenção e combate, à violência no ambiente doméstico e no meio social. Complementa ALVES *et al*, (2016) que quanto mais acontece casos de violência doméstica mais investimento tem que ter para fazer o acolhimento das vítimas, e mais programas para trilharem a redução de danos.

Segundo os dados analisados, o desenvolvimento de políticas públicas tem ganhado cada vez mais espaço, de acordo com Moraes e Ribeiro (2012) são vastas as áreas no mundo nas quais as políticas têm se propagado, gerando grande relevância no que se refere a valores e ideias inovadoras. É notório perceber que o envolvimento dessas políticas públicas vem a cada dia ganhando forças, no que diz respeito à prevenção e o enfrentamento da violência, onde a mesma é considerada uma questão de saúde pública.

4.3 Estratégias de enfrentamento e acolhimento: um novo lugar social.

Para Lucena *et al*. (2017), a violência doméstica contra a mulher afeta direta e negativamente a qualidade de vida das mulheres, sendo estas, vitimadas em diversos aspectos, visto que interfere na saúde física e psicológica da mulher, acarretando consequências para o sistema de saúde e suas relações sociais na sociedade. Segundo Maia (2012), em contexto de consulta, a vítima aborda sua solidão, seus medos, ansiedade, falta de apoio emocional ou funcional, sendo a relação estabelecida com o agressor pautada por escassez de carinho, amor, compreensão, segurança e estabilidade (RIBEIRO, 2017).

Mulheres em situação de violência têm seis vezes mais a predisposição de desenvolver transtornos mentais, como transtorno de humor, transtornos de ansiedade, fobias, estresse pós-traumático (TEPT) e transtorno obsessivo compulsivo (TOC), e cinco vezes mais a probabilidade de cometer suicídio. Isso comparado a mulheres que não vivenciam experiências de violência doméstica (HABIGZANG, *et al*, 2019). Prejuízos sociais desencadeados por consequências psicológicas mais

recorrentes em mulheres que sofreram violência doméstica são fragilidade e vulnerabilidade, baixa autoestima, perda da autonomia, e da autoconfiança, se isolando por sentir vergonha ou culpa (BORTOLUZZI; SILVA, 2018).

A psicologia, independente da abordagem é uma das profissões que contribui para a promoção dos Direitos Humanos. Quando se trata da atuação dessa profissional na realidade das mulheres em situação de violência conjugal, a relação com as políticas públicas é quase que obrigatória, constituindo um diálogo entre o Estado e a sociedade, para atender os direitos fundamentais dos envolvidos (MACARINI; MIRANDA, 2018). O atendimento psicológico visa acolhimento e escuta sobre a experiência vivenciada pela mulher em situação de violência doméstica, objetivando estimular o empoderamento e assertividade frente à tomada de decisão sobre vida e consciência sobre seu papel no relacionamento (MACARINI; MIRANDA, 2018).

Ao longo dos tempos, foram várias conquistas que trouxeram às mulheres a um lugar de destaque, reconhecimento e valorização no cenário mundial. Conquistas como: direito ao acesso às faculdades, inserção aos partidos políticos, direito ao voto, prática do futebol, mais acesso ao mercado de trabalho, entre outros, contribuíram e muito para que elas pudessem ser inseridas, de fato, na sociedade. O sexo tido como frágil luta por uma sociedade justa e igualitária, não mede esforços para ser reconhecida e por sua competência. Contudo, é oprimida por uma legislação que colhe os frutos da injustiça e desigualdade social. Mas é percebida uma luta unilateral, no qual as mulheres vão ao combate para ter maior segurança e oportunidades (VALADARES; GARCIA, 2020).

Além disso, a mulher é orientada sobre os seus direitos legais enquanto vítima de violência e encaminhada aos serviços da rede multiprofissional conforme a necessidade verificada, como CREAS, Núcleo de Prevenção à Violência, Clínicas de Psicologia, Núcleos de Saúde da Mulher, Centros de Atendimento Psicossociais (CAPS), Defensoria Pública, Casas da Cidadania, entre outros (MACARINI; MIRANDA, 2018).

O trabalho do profissional em psicologia nesses serviços também é oferecer informações sobre a rede de atendimento para construir juntamente com a mulher um plano de enfrentamento à violência, e atos abusivos que violem todo e qualquer direito da mesma. Além de potencializar a crítica social sobre o lugar social do feminino, que por mais que tenha um avanço significativo, há uma luta constante por seu lugar na sociedade e por equidade, sendo imprescindível, o que afeta as formas que a sociedade cria para enfrentar a violência (CFP, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa feita, violência contra a mulher é um fenômeno permeado por questões sociais, culturais, educacionais, econômicas e políticas. Este artigo investigou o lugar social antes reservado a mulher, a construção e prática das políticas públicas, e as possíveis intervenções de enfrentamento à violência contra a mulher.

Por fim, é necessário que os profissionais de psicologia e os demais profissionais envolvidos saibam acolher e identificar situações de violência doméstica contra a mulher, oferecer apoio a essas mulheres em relação ao fato ocorrido, bem como estimular e promover o acesso da mulher violentada aos serviços de saúde e de proteção contra a violência doméstica, criando assim outro lugar onde não haja mais sofrimentos para as mulheres.

REFERÊNCIAS

BORTOLUZZI, Jussara Santana; SILVA, Adnilson José. Projeto Político Pedagógico: Um estudo sobre desencontros entre teoria e prática. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2311-6.pdf>> Acesso em: 19 de nov. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço/Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço/Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço/Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma Trajetória do Espaço Privado ao Público. Psicologia política. Vol. 9. Nº 17. Pp. 85-99. Jan. - jun. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência. 1. ed. Brasília: CFP, 2013. 120 p. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/5804_referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-em-programas-de-atencao-a-mulheres-em-situacao-de-violencia-2013> Acesso em: 20 jun. 2020.

DAVIS, Angela: Mulheres, raça e classe 1944; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

DIAS, M. B. A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

GARCIA, Leila Posenato. A magnitude invisível da violência contra a mulher. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 451-454, 2016. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222016000300451&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 20 jun. 2020.

GASPARI, Leni Trentim. Educação e Memória: Imagens Femininas nas “Gêmeas do Iguazú” nos anos 40 e 50. (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.

GUIMARAES, Maísa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. [online] *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 256-266, Aug. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822015000200256&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso: 20 jun. 2020.

GOMES, Rilzeli Maria. Mulheres vítimas de violência doméstica e transtorno de estresse pós-traumático: um enfoque cognitivo comportamental. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 4, n. 2, p. 672-680, 2012. Disponível em: < <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view> > Acesso em: 23 jun. 2020 .

HABIGZANG, Luísa Fernanda; PETERSEN, Mariana Gomes Ferreira; MARCIEL, Luísa Zamagna. Terapia Cognitivo-Comportamental para Mulheres que Sofreram Violência por seus Parceiros íntimos: Estudos de Casos Múltiplos. *Ciências Psicológicas*, 13(2), 149 – 264. Dóí: 10.22235/cp.v13i2.1882 (2019).

HERMANN, L. M. Maria da Penha Lei com Nome de Mulher: Violência doméstica e familiar, considerações à lei nº 11.340/2006 comentada artigo por artigo. Campinas: Servanda, 2008.

JANUÁRIO, Iara de Souza; MEDEIROS, Priscilla Brandão de. Como a gente lida? A atuação da estratégia de saúde da família em situações de violência conjugal. *Temporalis*, v. 18, n. 35, p. 339-354, 2018. Disponível em:< www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/pdf.> Acesso em: 02 jun. 2020.

LAWRENZ, Priscila et al . Violência contra Mulher: Notificações dos Profissionais da Saúde no Rio Grande do Sul. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília , v. 34, e34428, 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722018000100527&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun 2020.

LEI nº 11.340, de 7 de ago. de 2006. Lei Maria da Penha. Cria Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> . Acesso em: 19 jun. 2020.

LIMA, R. R. Segurança pública e violência contra a mulher: uma revisão narrativa. *Revista Eletrônica Acervo Científico*, v. 10, p. e2995, 12 jun. 2020.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de et al. Associação entre a violência doméstica e a qualidade de vida das mulheres. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 25, e2901, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692017000100348&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 07 agosto 2020.

MACARINI, Samira Mafioletti; MIRANDA, Karla Paris. Atuação da psicologia no âmbito da violência conjugal em uma delegacia de atendimento à mulher. *Pensando fam.*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 163-178, jun. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2018000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 jun. 2020.

MAIA, L. (2012). *Violência Doméstica e Crimes Sexuais*. Lisboa: Lidel.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Femicídio: conceitos, tipos e cenários. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 3077-3086, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017002903077&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 20 jun. 2020.

MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*. Recife: Guararapes, 1981. p.66.

OLIVEIRA, F. S. et al. Violência doméstica e sexual contra a mulher: revisão integrativa. *HOLOS*, v.8, p.275-284, 2017. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1903/pdf>> Acesso em: 20 jun. 2020.

OLIVEIRA, Carlos André Nogueira et al. A aplicabilidade da Terapia Cognitivo-comportamental para pacientes vítimas de Violência Doméstica. *HÍGIA REVISTA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DO OESTE BAIANO*, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://www.fasb.edu.br/revista/index.php/higia/article/view/261>> Acesso em: 20 jun. 2020.

PANASIEWICZ, Roberlei; BAPTISTA, Paulo Agostinho N. A ciência e seus métodos: Os diversos métodos de pesquisa. *Belo Horizonte*, p. 94, 2013. Disponível em <http://ppg.fumec.br/ecc/wp-content/uploads/2016/12/MethodCientifica_02.pdf>

PETERSEN, Mariana Gomes Ferreira et al. Psicoterapia cognitivo-comportamental para mulheres em situação de violência doméstica: revisão sistemática. *Psicologia Clínica*, v. 31, n. 1, p. 145-165, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33208/PC19805438v0031n01A07>> Acesso em: 16 jun. 2020.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view>> Acesso em: 02 jun. 2020.

RAZERA, Josiane; CENCI, Cláudia Mara Bosetto; FALCKE, Denise. Violência doméstica e transgeracionalidade: um estudo de caso. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 6, n. 1, p. 47-51, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.org/articulo>> Acesso em: 20 jun. 2020.

RIBEIRO, Celina Marques. Intervenção psicológica em mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista Brasileira de Psicologia*, 04(01), Salvador, Bahia, 2017.

RITT, Caroline Fockink; PORTO, Rosane Teresinha Carvalho. *Novos Desafios Na Promoção Dos Direitos Humanos Nas Relações De Gênero: Uma Abordagem Sobre Violência Doméstica Contra A Mulher Trabalho*. Publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em Brasília - DF nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2008.

RODRIGUES, Valéria Leoni. A importância da mulher. 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SARDENBERG, Cecília M. B. S, TAVARES, Márcia S. Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento, Salvador, v. 19, 335 p, 2016. Disponível: <<http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2019/08/violencia-de-genero-repositorio.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2020

Site do projeto Mulher 500 Anos Atrás dos Panos (Rede de Desenvolvimento Humano - REDEH). KRAUSE, C; KRAUSE, M. Educação de mulheres do período colonial brasileiro até a o início do século XX: do imbecilitus sexus à feminização do magistério. X Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental, 2016

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. Ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Marjane Bernardy; SILVA, Maria Fernanda Silva da. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. *Pensando fam.*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 153-166, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2019000100012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 nov. 2020.

SOUZA, Ana Paula; RODRIGUES, Bruna. Entenda o que é a violência doméstica. Disponível em :<<http://www2.eca.usp.br/njsaoremo/?p=2776>> Acesso em : 02 jun. 2020.

MANZATO, Antônio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. Departamento de Ciência de Computação e Estatística-IBILCE-UNESP, p. 1-17, 2012. Disponível em: <[www.inf.ufsc.br](http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIO) > ~verav > Ensino_2012_1 > ELABORACAO_QUESTIO> Acesso em: 02 jun. 2020.

TRUJILLO, Ferrari Alonso. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

VALADARES, Rafael da Silva; GARCIA, Janay. A Evolução dos Direitos da Mulher do Contexto Histórico e os Avanços no Cenário Atual. *Revista âmbito jurídico*, 2020. Disponível em : < <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/a-evolucao-dos-direitos-da-mulher-do-contexto-historico-e-os-avancos-no-cenario-atual>>. Acesso em: 01 dez.2020



CAPÍTULO 6

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO AOS SURDOS

PSYCHOLOGICAL CARE FOR THE DEAF

Amanda Silva¹
Adriana Rocha Nogueira Garcia²
Anderson Araújo de Oliveira³
Aryessa Oliveira Alves Rossi⁴
Caroline Silva Oliveira⁵
Ellen Gonçalves Pereira⁶
Matheus Silva Santos⁷
Michelle Vieira de Oliveira⁸
Rodrigo Henrique Cardoso⁹
Taciane Oliveira Tenorio¹⁰
Yasmin Batista Ferreira¹¹

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.6

1 ILES ULBRA - Itumbiara - GO. mandisilvaa@gmail.com
2 ILES ULBRA - Itumbiara - GO. adrianarochagarcia@gmail.com
3 ILES ULBRA - Itumbiara - GO. psicoliveiraraujo@gmail.com
4 ILES ULBRA - Itumbiara - GO. aryessa2010@hotmail.com
5 ILES ULBRA - Itumbiara - GO. carol.oliveira@rede.ulbra.br
6 ILES ULBRA - Itumbiara - GO. ellengp125@hotmail.com
7 ILES ULBRA - Itumbiara - GO. matheus.s.psicologia@gmail.com
8 ILES ULBRA - Itumbiara - GO. mi.psico@rede.ulbra.br
9 ILES ULBRA - Itumbiara - GO. psicologo@rede.ulbra.br
10 ILES ULBRA - Itumbiara - GO. tacianeoliveira2008@hotmail.com
11 ILES ULBRA - Itumbiara - GO. yasminbatistaferreira@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho aborda um tema um pouco esquecido e pouco defendido pela maioria dos órgãos de garantias de direitos dos deficientes, em principal, os surdos mudos. Apesar de encontrarmos na maioria das faculdades, placas em braille, e, pisos guias - pouco encontramos no que tange aos deficientes auditivos, e, quando falamos de “Não” encontrar auxílio para os deficientes auditivos, temos como principal barreira o preparo dos profissionais para atender esse tipo de clientela. Da recepção, ao, professor. Do atendente ao profissional liberal da maioria das áreas. Em especial, focamos nossa pesquisa nos profissionais de psicologia, pois, a psicologia é a área que cuida do bem estar mental. Pois bem, se o profissional do bem estar mental não estar preparado para cuidar desse déficit, significa que, o deficiente auditivo não tem direito de cuidar de seu sofrimento mental, causado pelo descaso e inoperância das políticas de promoção e amparo a esses cidadãos. Significa que, a sociedade contribui para o adoecimento, porém, nem os responsáveis por auxilia a cura ou amenizar o mal estão preparados, ou, foram preparados, desde a faculdade para atender esse demanda. Não é muito lembrar que todos nós sofremos para lidar com nossas emoções, e, circunstâncias da vida. Imaginemos a pessoa que nasceu com uma deficiência e percorrerá toda a sua vida, com os percalços que essa limitação o causará. Neste contexto citamos a limitação da comunicação social; o acesso com dignidade ao sistema e atendimento a saúde; o “quase nenhum” direito de comunicação na vida em sociedade.

Palavras-chave: Deficiência 1. Cidadania 2. Inclusão Social 3. Acessibilidade 4. Psicologia 5.

ABSTRACT

This work approaches a theme that is a little forgotten and little defended by most bodies that guarantee the rights of the disabled, especially the deaf and dumb. Although we find in most colleges, signs in Braille, and guide floors - we find little regarding the hearing impaired, and when we talk about “No” finding help for the hearing impaired, our main barrier is the preparation of professionals for serve this type of clientele. From reception to teacher. From the attendant to the liberal professional in most areas. In particular, we focus our research on psychology professionals, as psychology is the area that takes care of mental well-being. Well, if the mental well-being professional is not prepared to take care of this deficit, it means that the hearing impaired person has no right to take care of their mental suffering, caused by the negligence and ineffectiveness of policies to promote and support these citizens. It means that society contributes to illness, however, neither

those responsible for helping to cure or alleviate the ailment are prepared, or were prepared, since college to meet this demand. It's not so much to remember that we all struggle to deal with our emotions and circumstances in life. Let's imagine the person who was born with a disability and will go through his whole life, with the mishaps that this limitation will cause him. In this context we mention the limitation of the media; access with dignity to the health system and care; the "almost none" right of communication in life in society.

Keywords: Disability 1. Citizenship 2. Social Inclusion 3. Accessibility 4. Psychology 5.

1 INTRODUÇÃO

A população surda tem uma grande dificuldade de lidar com seus sentimentos, emoções, adversidades. Não pelo motivo de não ser ouvinte como os demais, mas pelo fato de não ter um acolhimento psicológico que se encaixe às suas necessidades. O atendimento psicológico aos surdos tem sido uma área de muita demanda, devido à falta de Psicólogos qualificados para atender essa população (GONÇALVES, 2019).

Ao discorrer sobre as transformações na psicologia no contexto brasileiro e o profissional psicólogo, precisa-se levar em consideração as transformações e as necessidades que aparecem no âmbito profissional, como, por exemplo, o atendimento às pessoas surdas. O psicólogo não deve ser restrito a técnicas a serem aplicadas. Os cursos devem introduzi-lo na pesquisa, e a formação deve desenvolver a capacidade de problematizar e buscar soluções (MALUF, 1994 apud CATTALINI; FORNAZARI, 2007).

O curso Superior de Psicologia tem oferecido aos seus alunos uma preparação adequada para atender a população com surdez? O presente trabalho tem como objetivo identificar se os cursos superiores de Psicologia no Brasil oferecem uma formação adequada aos alunos para atender a população com surdez. A partir do objetivo geral chegamos a quatro objetivos específicos, analisar a história da população surda; compreender a surdez em si; compreender a importância do atendimento psicológico aos surdos; verificar quantos Psicólogos estão aptos para atender a população surda.

Acredita-se que os cursos de Psicologia não tem oferecido meios para que os seus alunos se formem com habilidades suficientes para atender a demanda da população com surdez. Segundo a Lei 10.436 de 2002, a LIBRAS é reconhecida como

meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas do Brasil, sendo assim, a inclusão de LIBRAS nas grades dos Cursos de Psicologia é muito importante.

Se tratando da população surda, nota-se logo que existem muitas barreiras na comunicação que pode comprometer sua interação social, já que a falta de comunicação oral torna o surdo desintegrado da sociedade ouvinte, sendo assim, essa população passa a ter dificuldade em, por exemplo, usufruir dos serviços de saúde, já que os ouvintes também tem dificuldades em entender a língua dos sinais. Desta maneira aprender Libras abriu um caminho de acolhimento psicológico para aqueles que necessitam desse tipo de atendimento, promovendo acesso a saúde e qualidade de vida, reduzindo assim as barreiras da comunicação e beneficiando a inclusão social dessas pessoas (CHAVEIRO; BARBOSA; PORTO, 2008; SOUZA; PORROZZI, 2009).

Segundo Braz (2013), na Região do Grande ABC Paulista, possui 4 universidades de Psicologia que possui em suas grades matérias relacionadas a pessoa com surdez. Segue abaixo as 4 universidades:

1.1 Centro Universitário Fundação Santo André

A CUFSA possui estrutura anual, formação em 5 anos, turno matutino e noturno e possui uma disciplina nomeada “Psicologia e diversidade: Libras, Braille e Tecnologias Assistivas”, com carga horária de 72h no primeiro ano de curso.

1.2 Grupo Anhanguera Educacional

Na grade curricular do curso de Psicologia, há a disciplina “Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Inclusão”.

1.3 Universidade Metodista de São Paulo

A Metodista possui “Programa de Inclusão Pedagógica”, que consiste em oferecer a oportunidade ao aluno de rever conhecimentos fundamentais para suas áreas de estudo, para todos os calouros. Dentre os cursos oferecidos, há uma Oficina Básica de Libras, que pode ser cursado somente para alunos do 1º e 2º semestre.

Há também, em todas as grades dos cursos da universidade uma disciplina eletiva chamada “Eletiva de Formação Cidadã”, que a universidade define como um espaço privilegiado para refletir e discutir sobre importantes temas sociais. São obrigatórias e faz parte do currículo de todos os cursos, sendo por dois semestres. Dentre estas eletivas, há a eletiva “Por uma sociedade inclusiva: Libras” que propõe a reflexão de uma sociedade inclusiva que se respeita e valoriza a singularidade de

cada um. Põe isso como um desafio atual. Propõe a discussão dos aspectos da deficiência auditiva e as implicações na interação ouvintes/surdos, e discute a inclusão social das pessoas com deficiência, preparando profissionais sobre estratégias de comunicação, para a inclusão, pois inclusão é o exercício da cidadania.

1.4 Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Na USCS há a disciplina no 10º semestre de “Projetos de Psicologia diferencial e Políticas de inclusão” de 80h. As instituições do Grupo Anhanguera e a Metodista focam a Libras e o contexto político social do Surdo. Apesar de ser ótima temática, necessária aos alunos, ainda não abordam as questões particulares dos sujeitos Surdos. A Metodista oferece a disciplina de Libras de modo optativo. Já a USCS e a FSA tratam a Libras e o Surdo junto com as demais deficiências. É provável que a questão do surdo não é abordada de modo adequado. A FSA foca nas tecnologias assistivas para a pessoa com deficiência em geral.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A população surda constrói sua concepção de mundo através da visão, a partir de seus costumes, culturas e tradições. Denomina-se comunidade de surdo para todos aqueles que compartilham os mesmos interesses em um determinado local como federação de surdos, associação de surdos ou igrejas, que pode ser composta pela família, amigos, intérpretes ou professores. (STROBEL, 2009)

A história dos surdos pode ser dividida em 3 fases excepcionais. Na Revelação Cultural há relatos da dominância dos surdos na arte da escrita antes do Congresso do Milão, ou seja, não tinham problemas com a educação, além disso, também há relatos de pessoas surdas bem sucedidas, como professores, artistas e escritores surdos. No Isolamento Cultural, após o Congresso do Milão de 1880, observa-se um retraimento da comunidade surda pelo fato de concederem a proibição ao acesso da língua de sinais na educação dos surdos, fazendo com que estas comunidades resistam à imposição da língua oral. O despertar cultural acontece após muito sofrimento dos povos surdos, como a opressão ouvintista. Então a partir dos anos 60 inicia-se um novo período para o renascer da aceitação da língua de sinais e cultura surda. (STROBEL, 2009)

O auge da influência dos movimentos surdos brasileiro foi no ano de 1990 em que se iniciam debates sobre modelos clínicos-terapêuticos e socioantropológicos no ensino de surdos, bilinguismo, língua de sinais, presunções sobre a cultura surda e as forças desses estudos no preparo de uma educação bilíngue para surdos no Brasil. Esses movimentos serviram para que a legislação que regulamenta o Atendi-

mento Educacional Especializado – AEE em escolas garanta que a língua de sinais, forma de acessibilidade aos surdos, tenha a mesma significância que outras tecnologias assistivas para pessoas com deficiência. (FERNANDES; MOREIRA, 2014)

De acordo com Fernandes e Moreira (2014) o MEC/SEESP que é composto por pesquisadores e profissionais da área, instituiu um grupo de trabalho para a execução de um documento que determina contribuições para a Política Linguística de Educação Bilíngue: Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, resultando na seguinte definição:

A Educação Bilíngue de surdos envolve a criação de ambientes linguísticos para a aquisição da Libras como primeira língua (L1) por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado e similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua (L2). [...] O objetivo é garantir a aquisição e a aprendizagem das línguas envolvidas como condição necessária à educação do surdo, construindo sua identidade linguística e cultural em Libras e concluir a educação básica em situação de igualdade com as crianças ouvintes e falantes do português (BRASIL, 2014, p. 6).

Recentemente a sociedade, devido a todas as mudanças que ocorreram, tem se mobilizado de forma mais visível ao se preocupar em incluir os indivíduos com deficiências em diversos ambiente. Entretanto ainda se percebe muito preconceito. Antigamente, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência física aparente eram mortas, e os deficientes auditivos, cegos e mudos quando se notavam a deficiência eram excluídos e isolados do meio em que viviam, muitas vezes dentro da sua própria família e julgados como incapazes de viver normalmente. (BIANCHE-TTI, 1998).

Atualmente devido a precariedade do Sistema Único de Saúde ou por condições financeiras muitas pessoas com surdez tiveram um escasso ou nenhum acesso aos serviços psicológicos. Apesar de fundamental o trabalho terapêutico com os surdos é comum perceber a falta de interesse de profissionais pela aprendizagem da língua de sinais. (GONÇALVES, 2011).

A fim de retirar essas pessoas da invisibilidade é imprescindível reconhecer a diferença cultural e distinguir suas diferentes identidades e subjetividades (STROBEL, 2008).

De acordo com isto, torna-se notório que o psicólogo deva trabalhar com os surdos a aceitação, envolvendo e auxiliando o sujeito a ir além da deficiência biológica. É importante que o sujeito aceite e compreenda a si mesmo. Após essa desconstrução e aceitação o mesmo processo deve ser feito no contexto familiar e social. (BISOL, VALENTINI, 2011).

3 METODOLOGIA

A pesquisa deste projeto refere-se ao atendimento psicológico aos surdos, com o objetivo de identificar se os cursos superiores de Psicologia no Brasil oferecem uma formação adequada aos alunos para atender a população com surdez. A metodologia deste projeto dá-se pela pesquisa bibliográfica elaborada por meio de livros e também em ferramentas online como Google Acadêmico e Scielo, onde foi realizada através destes o levantamento e seleção de informações relacionadas à pesquisa.

Vale ressaltar que pesquisa bibliográfica dentro da visão de Castilho, Borges e Pereira (2014 p.19), e de acordo com os autores:

É baseada na consulta de todas as fontes secundárias relativas ao tema que foi escolhido para realização do trabalho. Abrange todas as bibliografias encontradas em domínio público como: livros, revistas, monografias, teses, artigos de internet, etc. É válido ressaltar que o que é pesquisado para o levantamento do referencial teórico não fará parte da pesquisa propriamente dita, pois o mesmo é a forma de comprovação que seu problema tem fundamento científico.

O projeto iniciado no segundo semestre de 2019 pelos graduandos do curso de Psicologia do ILES/ULBRA de Itumbiara - Goiás é viável diante da variedade de obras e artigos disponíveis que são capazes de sustentar a argumentação da resposta para o problema apresentado.

Os procedimentos utilizados na pesquisa serão estabelecidos através de uma pesquisa qualitativa, fazendo um levantamento sobre a história da população surda, compreendendo a surdez em si, a importância do atendimento psicológico aos surdos e verificar quantos Psicólogos estão aptos para atender a população surda, tendo como a disciplina específica Psicologia das Emoções, que foi a base para as pesquisas e conhecimentos sobre o tema trabalhado. Será abordada uma verificação sobre o tema definido, assim, se aprofundará na investigação sobre o objeto de pesquisa.

A viabilidade deste projeto não teve gastos, nem tampouco viagens investigatórias, já que os artigos e livros se encontram disponíveis nos sites e bibliotecas, bastando selecioná-los e fazer uma leitura profunda para verificar se atendem a expectativa dos objetivos propostos.

Quanto ao método de abordagem que é o conjunto de procedimentos ou técnicas a serem utilizados para a investigação dependerá do tipo de raciocínio utilizado. O dedutivo é o acesso das consequências, iniciando do raciocínio geral para o particular, chegando a uma conclusão particular. Indutivo é o acesso inverso a dedução, inicia do raciocínio particular para chegar a uma conclusão geral. O hi-

potético-dedutivo é um raciocínio que utiliza-se com afirmações que são hipóteses, que serão verificadas num momento posterior, inicia de considerações gerais, para chegar a um desfecho particular e suas conclusões são fundamentadas em fatos supostos, que não dão uma fidedignidade a finalização, mas sim uma possibilidade. E o dialético que é o método que investiga a realidade pelo estudo da sua ação mútua, da incompatibilidade de fenômeno e da mudança que acontece na natureza e na sociedade, não se estabelece a apenas questões ideológicas, geradoras de polemicas, em geral tudo é visto em mudança constante, pois há algo que sempre surge e se desenvolve, e algo desagrega e se transforma.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Braz (2013), na Região do Grande ABC Paulista, possui 4 universidades de Psicologia que possui em suas grades matérias relacionadas a pessoa com surdez. Segue abaixo as 4 universidades:

Centro Universitário Fundação Santo André

A CUFSA possui estrutura anual, formação em 5 anos, turno matutino e noturno e possui uma disciplina nomeada “Psicologia e diversidade: Libras, Braille e Tecnologias Assistivas”, com carga horária de 72h no primeiro ano de curso.

Grupo Anhanguera Educacional

Na grade curricular do curso de Psicologia, há a disciplina “Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Inclusão”.

Universidade Metodista de São Paulo

A Metodista possui “Programa de Inclusão Pedagógica”, que consiste em oferecer a oportunidade ao aluno de rever conhecimentos fundamentais para suas áreas de estudo, para todos os calouros. Dentre os cursos oferecidos, há uma Oficina Básica de Libras, que pode ser cursado somente para alunos do 1º e 2º semestre.

Há também, em todas as grades dos cursos da universidade uma disciplina eletiva chamada “Eletiva de Formação Cidadã”, que a universidade define como um espaço privilegiado para refletir e discutir sobre importantes temas sociais. São obrigatórias e faz parte do currículo de todos os cursos, sendo por dois semestres. Dentre estas eletivas, há a eletiva “Por uma sociedade inclusiva: Libras” que propõe a reflexão de uma sociedade inclusiva que se respeita e valoriza a singularidade de cada um. Põe isso como um desafio atual. Propõe a discussão dos aspectos da deficiência auditiva e as implicações na interação ouvintes/surdos, e discute a inclusão

social das pessoas com deficiência, preparando profissionais sobre estratégias de comunicação, para a inclusão, pois inclusão é o exercício da cidadania.

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Na USCS há a disciplina no 10º semestre de “Projetos de Psicologia diferencial e Políticas de inclusão” de 80h. As instituições do Grupo Anhanguera e a Metodista focam a Libras e o contexto político social do Surdo. Apesar de ser ótima temática, necessária aos alunos, ainda não abordam as questões particulares dos sujeitos Surdos. A Metodista oferece a disciplina de Libras de modo optativo. Já a USCS e a FSA tratam a Libras e o Surdo junto com as demais deficiências. É provável que a questão do surdo não é abordada de modo adequado. A FSA foca nas tecnologias assistivas para a pessoa com deficiência em geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados foi possível detectar que os cursos Superiores de Psicologia têm pouco a oferecer sobre uma preparação adequada aos seus alunos para atender à população com surdez. Depois de muita busca encontramos apenas 4 Universidades na Região do ABC Paulista que oferecem em suas grades matérias relacionadas a pessoas surdas. Também foi possível notar que existem poucos Psicólogos que depois de formados procuraram se especializar para atender as demandas da população surda.

Por meio de análises designamos que é primordial validar a necessidade da inclusão de meios de linguagem para atendimento psicológico aos surdos. Para isso, foi necessário mostrar as observações feitas por diversos autores sobre a surdez, a história da população surda e a importância do atendimento psicológico aos surdos e realizar pesquisas para legitimar que há muito a aprimorar nesta inclusão por parte das faculdades.

Essa pesquisa contribui de forma muito relevante para a Psicologia, pelo fato de provocar uma reflexão em todos que estão ligados a esta área. É imprescindível a acessibilidade à língua de sinais na graduação do curso para que não deparemos com situações constrangedoras quando estivermos aptos para exercer a função de psicólogo, pelo simples fato de não ter a formação necessária para atender um paciente surdo.

Na função de reforçar a plenitude da igualdade social, proporcionamos essa pesquisa para mostrar o quanto é indispensável o aprendizado de Libras na gradua-

ção para evitar qualquer barreira na comunicação que impeça uma interação social assistindo aos surdos, seus direitos garantidos por leis.

Esse Trabalho não visa solucionar a questão apresentada, e sim, constituir uma discussão sistematizada de todo o elaborado. Toda pesquisa possui um viés de questionamento e não aceitação. Sempre existirá algum questionamento entre o pró e o contra. Porém, o quê de mais benéfico em suscitar o pensamento? Fazer com que a massa acomodada, Pense... Reflita...?

Que possamos sair do comodismo e da hipocrisia, de levanta bandeiras, apenas quando as “câmeras” da mídia estão ligadas.

Que esta Pesquisa. Que este Árduo trabalho seja apenas, alicerce para a construção de novas Pesquisas e novos Pensamentos em de defesa das lutas e conquistas de sociedade Surdos e Mudos do Brasil.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Paulo Cesar da Silva. Atendimento Psicológico aos Surdos. Psicólogo. Edição 07/2019.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 417-422, 2005.

CATTALINI, A.; FORNAZARI, S. A. A experiência no tratamento psicológico com pessoas surdas: um estudo de caso. In: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO UNISALESIANO, 2007, São Paulo.

SANTOS, J. F.; ASSIS, M. R. As dificuldades do psicólogo no atendimento à pessoa com deficiência auditiva, 2015, Rio de Janeiro. Revista Conexões Psi v. 3, n. 1.

STROBEL, K. **História da Educação de Surdos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

FERNADES, SUELI; Ceretta Moreira, Laura. **Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro**. Educar em Revista, núm. 2, p. 51-69. Universidade Federal do Paraná, 2014.

Relatório do Grupo de Trabalho designado por Portaria Ministerial para elencar subsídios à **Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2014.

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos Históricos da Educação Especial**. Revista Brasileira de Educação Especial. Vol. 03, 1995

GONÇALVES, P. C. S. **Atendimento psicológico para surdos**. Petrópolis: Arara Azul, 2011.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

BISOL, C. A. & VALENTINI, C. B. **Surdez e Deficiência Auditiva - qual a diferença?** Objeto de Aprendizagem Incluir - UCS/FAPERGS, 2011.

Conselho Regional de Psicologia do Paraná/ CRP-PR. Lista de Psicólogos que atendem em Libras, 19 de março de 2019.

BRAZ, C. **Disciplina sobre comunidade surda e libras nos cursos de Psicologia do grande ABC Paulista**, 2013.





CAPÍTULO 7

ELITES POLÍTICAS EM TEMPOS DE REDES SOCIAIS: A MANUTENÇÃO DO CORONELISMO NO SÉCULO XXI

*POLITICAL ELITES IN TIMES OF SOCIAL
NETWORKS: THE MAINTENANCE OF
CORONELISM IN THE 21ST CENTURY*

Wallace Moacir Paiva Lima¹

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.7

¹ Centro Universitário Internacional (Uninter). wmpaivalima@gmail.com

RESUMO

Esse estudo delimita-se na análise do comando de oligarquias regionais, com os partidos sendo uma extensão das tradicionais famílias políticas. Como problema de pesquisa, tem-se a seguinte questão: até que ponto as oligarquias políticas se transformaram, convivendo com estratégias partidárias modernas, bem como com novas formas de arranjos políticos em face da mídia e do capital? Justifica-se esse estudo pela literatura sobre a institucionalização do sistema partidário brasileiro, a qual trata os partidos políticos como instituições consolidadas e afirmando que há certo grau de institucionalização no sistema brasileiro. Os estudos sobre o sistema partidário brasileiro têm centrado suas discussões em torno da consolidação do sistema partidário atual: a fragilidade ou não dos partidos, a fragmentação excessiva ou não do sistema partidário, o impacto de tais fatores sobre o funcionamento do governo democrático, sendo realizados estudos pertinentes para examinar os partidos políticos e o sistema partidário em suas arenas de atuação. Como objetivo geral busca-se analisar se o modelo derivado do coronelismo ainda é um processo vigente em nosso país, mesmo com o avanço da democracia e as fiscalizações rigorosas da Justiça. Por sua vez, ficou definido como objetivos secundários revisar parte da bibliografia da ciência política contemporânea sobre comportamento eleitoral – como os cidadãos se comportam frente ao “mundo político” e, sobretudo, como definem seu voto.

Palavras-chave: Instituições políticas. Coronelismo. Eleições.

ABSTRACT

This study delimits itself in the analysis of the command of regional oligarchies, with the parties being an extension of the traditional political families. As a research problem, there is the following question: to what extent have political oligarchies transformed, coexisting with modern party strategies, as well as with new forms of political arrangements in the face of media and capital? This study is justified by the literature on the institutionalization of the Brazilian party system, which treats political parties as consolidated institutions and asserts that there is a certain degree of institutionalization in the Brazilian system. Studies on the Brazilian party system have centered their discussions around the consolidation of the current party system: the fragility or not of the parties, the excessive or not fragmentation of the party system, the impact of such factors on the functioning of democratic government, being carried out pertinent studies to examine political parties and the party system in their arenas of action. As a general objective, we seek to analyze whether the model derived from coronelismo is still a process in force in our coun-

try, even with the advance of democracy and rigorous inspections by the Justice. In turn, it was defined as secondary objectives to review part of the bibliography of contemporary political science on electoral behavior – how citizens behave towards the “political world” and, above all, how they define their vote.

Keywords: Political institutions. Colonelism. Elections.

1 INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX, muito já se produziu em termos acadêmicos no que se refere ao comportamento eleitoral e suas possíveis motivações. O mesmo pode ser dito quanto ao exame de tais determinantes no caso específico de municípios brasileiros de grande porte das regiões Sul e Sudeste. Todavia, as cidades menos expressivas do Norte e Nordeste, mais afastadas de suas capitais parecem ainda sentirem o efeito das elites locais na política.

Algumas hipóteses podem ser sugeridas enquanto fatores que moldariam as preferências: a primeira delas é o *personalismo*, ou aquelas qualidades atribuídas ao candidato como carisma, honestidade, “ser trabalhador”, “ser competente” etc.; a segunda é o poderio econômico, isto é, o candidato que usufrui de uma dada estrutura de campanha (e administra bem esses recursos) irá se sobressair em relação aos outros concorrentes; em terceiro lugar está a ideia da ligação (e vantagens) do candidato ao campo político do Governo do Estado.

Justificamos a importância desta pesquisa pela fundamental relevância desta temática no âmbito da ciência política contemporânea, especialmente porque tentará suprir uma lacuna de estudos sobre comportamento eleitoral em municípios fora do eixo Sul-Sudeste.

Como objetivo geral busca-se analisar se o modelo derivado do coronelismo ainda é um processo vigente em nosso país, mesmo com o avanço da democracia e as fiscalizações rigorosas da Justiça. Por sua vez, ficou definido como objetivo secundários revisar parte da bibliografia da ciência política contemporânea sobre comportamento eleitoral – como os cidadãos se comportam frente ao “mundo político” e, sobretudo, como definem seu voto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para chegarmos ao atual modelo democrático que vicejou a partir do século XX, o mundo passou por diversos sistemas políticos, sendo que devemos realçar que este modelo ainda se encontra em constante aperfeiçoamento e não é unívoco em

todos os países. Neste modelo, a fim de garantir o Estado Democráticos de direitos, se faz necessário que seus governadores sejam eleitos pelo e para o povo, ocorrendo que para isso haja a necessidade de eleições regulares. A partir desta perspectiva, podemos inferir que com certeza os partidos políticos e os sistemas eleitorais são objetos de estudo indispensáveis para compreensão do estágio de desenvolvimento pluralista em que se encontram os Estados modernos.

Com o intuito de que haja um sistema eleitoral com transparência e seriedade é preciso que este siga normas claras, realçando assim a importância das regras eleitorais, assim como dos próprios partidos políticos, construído a partir do lento processo de estabelecimento do governo representativo, que logo evoluiria para o governo representativo partidário e democrático. Assim, nos modernos Estados Democráticos, as decisões políticas vinculantes são tomadas por organismos especializados, que se relacionam em conjunto com os cidadãos mediante relações de representação política intermediadas por partidos

Consideramos que a problemática em definir um modelo de sistema eleitoral reside nas definições muito amplas, o que provoca a inclusão de todo o Direito Eleitoral no estudo dos sistemas eleitorais. No entanto, para fins desse estudo adota-se a definição de Agra (2011, p.52) que afirma:

O sistema eleitoral é uma especificidade da reforma política porque esta enfoca todos os procedimentos voltados para a normatização das eleições e para a garantia de que a manifestação popular será, de fato, traduzida nas votações que apontarão os mandatários públicos. Abrange, ainda, os procedimentos inerentes às eleições e a formação dos representantes populares.

Durante o apogeu da representação liberal, por exemplo, a regra censitária para o exercício dos direitos políticos era constitutiva da quase totalidade dos sistemas eleitorais “democráticos” do período. A análise comparativa, repleta de valores históricos e culturais, torna-se, portanto, mais complexa, à medida que todo sistema eleitoral empírico manifesta, de certa forma, os objetivos políticos de um Estado específico, em um determinado momento histórico. O relativismo, portanto, parece ser um dos princípios basilares das investigações envolvendo os sistemas eleitorais, mesmo quando adotada acepção restrita, que associa os sistemas eleitorais às fórmulas de conversão de votos em mandatos (NICOLAU, 2006).

As variáveis locais não somente influenciam ou condicionam, como representam fatores de elevada relevância para a compreensão dos sistemas eleitorais empíricos. No tocante as eleições, de modo geral, comportam três modelos: 1) os majoritários, 2) os proporcionais e 3) os mistos, esse último combinam elementos dos outros dois. Nos sistemas majoritários, são eleitos os candidatos que obtive-

rem maior número de votos nos distritos (circunscrição eleitoral). A característica mais distintiva do sistema majoritário é a chamada “verdade eleitoral”: sempre e invariavelmente os candidatos mais votados são os eleitos, independentemente de que partido provenham. Neste modelo, também chamado de majoritário distrital, a circunscrição eleitoral (no caso brasileiro, o estado ou o município) seria subdividida em tantos distritos quantas fossem as cadeiras a serem ocupadas no Parlamento (NICOLAU, 2006).

O sistema majoritário permite eleger candidatos com menos de 50% dos votos válidos; portanto, esses candidatos não “representariam” a maior parte da população. Por exemplo, numa eleição para prefeito com três candidatos, o vencedor pode ter 40% dos votos válidos e os outros dois concorrentes terem, juntos, 60% dos votos. Então, pode-se argumentar que 60% da população (a maioria absoluta) não se sentem representados pelo vencedor do pleito. Nos sistemas proporcionais, os candidatos são eleitos em consonância com a proporção de votos obtidos pelos partidos, e nos sistemas mistos, uma parte dos candidatos ascende ao Legislativo pelo modelo majoritário, e outra parte, pela vertente proporcional (NICOLAU, 2015).

Como se observa, o sistema majoritário, repousa no princípio de que o candidato mais votado de uma dada circunscrição é que ascende ao Parlamento. Como consequência desse processo, os votos dados aos candidatos não eleitos dos demais partidos concorrentes no distrito são desconsiderados (*wasted votes*), o que é motivo de críticas ao sistema. De acordo com Agra (2011, p. 55):

A grande crítica que se faz a este sistema é que os votos dados aos outros candidatos ficam destituídos de importância. Infelizmente, deixa sem representação a minoria, que, de forma alguma, pode ser excluída do processo político. As forças políticas que não obtiveram sucesso no procedimento político não podem ser aleijadas das decisões. As minorias exercem papel imprescindível na vida pública, na formação da oposição que deve fiscalizar os atos governamentais e criticar a realização das ações governamentais. A extinção da minoria representa um golpe fatal no regime democrático, que não pode existir sem a dialética das posições políticas

A razão das críticas advém da frequente desproporcionalidade encontrada entre o número de votos conquistados pelos partidos nos diversos distritos e o total de cadeiras obtido no Parlamento. É comum ocorrer que um partido tenha muito mais votos do que representação no Legislativo, ou, até mesmo, que logre considerável votação nos distritos e fique sem representação nacional. Como o sistema se assenta no princípio majoritário de que o “ganhador fica com tudo”, somente os votos dos candidatos que venceram nos distritos são contados para a representação nacional, de sorte que os votos dos concorrentes, qualquer que seja a quantidade, são literalmente perdidos, não contam para nada. Logo, certo partido pode ter expressiva

votação em vários distritos¹, mas poucos dos seus candidatos ultrapassam a linha de chegada, gerando distorção entre votos e cadeiras (AGRA, 2011).

Outro sistema eleitoral é o proporcional, independentemente da modalidade –se aberta ou fechada –a filosofia do sistema proporcional repousa no princípio de que os assentos legislativos são ocupados em consonância com a proporção de votos obtida pelos partidos. A distribuição das cadeiras é feita através de fórmulas matemáticas que asseguram proporcionalidade entre votos obtidos e cadeiras conquistadas pelos partidos (AGRA, 2011).

O corolário desse pluralismo político é que os assentos legislativos sejam ocupados de acordo com a proporção de votos obtida pelos partidos, representantes dos grupos sociais, por meio dos seus candidatos mais votados. Assim, quanto maior a influência de determinada sigla partidária na sociedade, mais possibilidades tem essa sigla de eleger representantes ao Parlamento na proporção dos votos obtidos entre os eleitores. Por outro lado, as minorias também têm chance de representação, da mesma forma, na exata proporção de seu apoio eleitoral (NICOLAU, 2015). Em relação a esse sistema, Agra (2011, p. 57) conclui:

Dependendo da delimitação das circunscrições eleitorais, é possível privilegiar determinadas forças políticas em detrimento de outras. A circunscrição eleitoral designa uma zona ou etnia populacional que determina quantos serão os mandatários eleitos e quantos votos serão necessários para esta eleição. A priori pode-se afirmar que o sistema proporcional é mais benéfico porque facilita a representação da minoria, mas suas consequências, em decorrência da realidade enfocada, podem vir a ser perniciosas.

O mecanismo proporcional para eleições parlamentares é bastante difundido em boa parte do mundo, sendo hoje adotado pela maioria dos países da Europa, da América Latina e em algumas nações da África democrática e do Oriente Médio. Os sistemas proporcionais mais conhecidos utilizados pelos países podem ainda ser divididos em duas vertentes: sistema proporcional de lista aberta e sistema proporcional de lista fechada (AGRA, 2011).

No sistema de lista fechada, cujo modelo é largamente utilizado pela maioria dos países que adota a representação parlamentar proporcional, o eleitor vota numa lista de candidatos definida e ordenada pelos partidos. Na vertente bloqueada, o

1 Realçamos, que no Brasil não há voto distrital; no entanto, afim de contemplar a bibliografia indicamos o seguinte: Todo sistema eleitoral tem por base algum “distrito eleitoral”. No Brasil, os Municípios são as unidades territoriais usadas para a contabilização dos votos para a eleição de prefeitos e vereadores; os Estados, para a eleição de governadores, senadores, deputados estaduais e deputados federais; e o país, para a eleição do presidente da República. Onde prevalece a representação majoritária para o Legislativo, via de regra são criados “distritos” para propósitos eleitorais. Pelas regras atuais, um deputado pode se eleger com votos de qualquer lugar do seu Estado. No sistema majoritário, cada Estado é dividido em um número de distritos equivalente ao de cadeiras no Legislativo. Cada distrito tem um número equivalente de eleitores, podendo abranger vários municípios pequenos. Em cada distrito é eleito um representante pelo sistema majoritário. O critério pode ser a maioria simples dos votos, como nos Estados Unidos e Inglaterra, ou a maioria absoluta, assegurada pela eleição em dois turnos. A expressão “voto distrital”, portanto, designa um sistema de eleições majoritárias realizadas em pequenos distritos eleitorais de um só representante (LÁCERDA, 2018).

eleitor não tem poder de exercitar suas preferências e modificar a ordenação da lista preparada pelo partido (daí a denominação de “voto não preferencial”).

Deve-se ressaltar que, em alguns países, a concepção de lista fechada não é tão rígida, pois se adotam algumas variantes mais maleáveis que permitem certa liberdade ao eleitor, tal como votar em alguns nomes da lista e, até mesmo, reordená-la. São variantes chamadas de flexíveis ou livres (NICOLAU, 2015). No mecanismo de lista fechada, o eleitor escolhe e vota na legenda com a qual tem mais afinidade política, delegando à sigla a prerrogativa de preordenar a lista. Não há, como no modelo de lista aberta, vínculo direto entre o eleitor e o candidato.

O modelo de voto em lista fechada é acolhido na maior parte dos países que têm o parlamentarismo como forma de governo. Nesse modelo, os partidos políticos definem, anteriormente às eleições, uma lista fechada de candidatos, escalonados em certa sequência, restando ao eleitorado votar na legenda do partido e não diretamente em seu candidato (AGRA, 2011, p.59).

A questão das candidaturas diz respeito apenas ao partido que, nas suas instâncias internas, seleciona os candidatos que comporão a lista a ser submetida ao eleitorado. Mais que selecionar os candidatos, o partido tem a difícil tarefa política de indicar aqueles que se postarão nos primeiros lugares da lista, pois esses terão a primazia do mandato. Se determinado partido tiver direito a três vagas no pleito, os três primeiros da lista ascenderão ao Parlamento. O modelo de lista partidária fechada tem o condão de promover o fortalecimento dos partidos, que é o maior mérito do modelo, uma vez que o vínculo com o eleitor se dá por meio de apresentação de programas e propostas. Assim, a relação eleitor-candidato se materializa apenas de forma indireta (NICOLAU, 2006).

Na modalidade de lista aberta, cada partido define e apresenta uma lista de candidatos ao eleitor, que tem a liberdade de votar em um nome de sua preferência (daí dizer-se que o voto do eleitor é preferencial, diferentemente do voto não preferencial, característico do sistema de lista fechada, em que o eleitor não vota em nomes da lista, mas apenas na legenda). Assim, um traço distintivo desse sistema é que o eleitor tem a primazia de votar diretamente no candidato por ele escolhido, não delegando a partidos o direito de fazê-lo.

A soma total dos votos dados diretamente pelos eleitores aos candidatos de determinado partido é que vai servir de base para se distribuir os assentos parlamentares entre os postulantes desse partido. A ordem dos candidatos na lista, pós-eleição, para efeito de assunção ao Parlamento, é estabelecida de acordo com o número de votos alcançados no interior do partido: os candidatos mais votados ocuparão as cadeiras parlamentares. Convém enfatizar, mais uma vez, que os can-

didatos mais votados nos partidos e que ascendem ao Parlamento não necessariamente são aqueles mais votados na eleição.

Agra (2011, p. 60) estabelece um comparativo entre a modalidade aberta e fechada, concluindo que:

A vantagem do sistema de lista fechada é que ele propicia, inexoravelmente, o fortalecimento dos partidos políticos, diminuindo o personalismo e reforçando a vida partidária. A desvantagem é que este fortalecimento partidário pode forçar uma “ditadura partidária”, retirando o poder de escolha dos cidadãos e colocando nas mãos das instâncias partidárias.

Por fim, os sistemas mistos, que crescentemente vêm sendo adotados em vários países (NICOLAU, 2015), subdividem-se em duas modalidades: a de combinação ou superposição, em que a eleição majoritária nos distritos é independente da eleição proporcional nacional, e a de correção, na qual se utiliza o resultado proporcional para corrigir distorções havidas no segmento majoritário.

No Brasil, o sistema majoritário é adotado para a eleição de presidente da República, governador, senadores e prefeito. No caso da eleição para senadores, e para prefeitos em municípios de até 200 mil eleitores, há apenas um turno, com os candidatos majoritários sendo eleitos por maioria simples (ou relativa), isto é, pelo maior número de votos recebidos entre todos os candidatos. Já no que diz respeito às eleições para presidente da República, governador de Estado e governador do Distrito Federal, bem como de prefeito em municípios de mais de 200 mil eleitores, a eleição pode realizar-se em dois turnos. Nesse sistema, haverá o segundo turno, se nenhum dos candidatos obtiver a maioria absoluta dos votos válidos (metade dos votos mais um) no primeiro escrutínio (AGRA, 2011).

O sistema eleitoral adotado no Brasil desde 1945 para as eleições à Câmara dos Deputados, às Assembleias Legislativas (incluindo a Câmara do Distrito Federal) e às Câmaras de Vereadores é o proporcional de lista aberta². Na configuração eleitoral brasileira, faculta-se ao eleitor fazer uso do voto de legenda, o voto que se consigna apenas ao partido, distinto do voto nominal, que é sufragado ao candidato.

O fato de os eleitores poderem votar em um nome acaba dando a impressão de que o critério majoritário é empregado para preencher todas as cadeiras em uma eleição para deputado. Já fiz uma consulta informal em diversos ambientes e a maioria das pessoas acredita que a regra em vigor assegura a eleição dos nomes mais votados do estado até que as cadeiras sejam preenchidas, independente dos partidos dos candidatos (NICOLAU, 2015, p.106)

² O sistema de coligações para as candidaturas proporcionais, como vereador e deputados estadual e federal, deixará de existir nas eleições municipais de 2020. O sistema proporcional vai vigorar, com a diferença de que não terá coligações. As coligações vão ser possíveis somente para os cargos majoritários, ou seja, a disputa para prefeito nas próximas eleições. Com o fim das coligações vão se eleger os candidatos mais votados dentro dos seus partidos, desde que o partido consiga atingir o quociente eleitoral. Além desta regra que passará a vigorar a partir de 2020, já existe desde 2016 uma disposição que exige para eleição dos candidatos desempenho mínimo nas urnas, isto é, para se eleger, o candidato deverá atingir 10% dos votos do quociente eleitoral exigido para a referida eleição (STECK, 2016).

A intenção do legislador, ao permitir essa possibilidade, é certamente fortalecer os partidos e estabelecer um elo ideológico e programático entre esses e o eleitor. Entretanto, no contexto em que se dão as coligações proporcionais no País, a faculdade de se votar também na legenda traz sérias anomalias ao sistema, particularmente na destinação final do voto.

Outra distinção do modelo brasileiro é que a legislação eleitoral permite a celebração de alianças entre partidos. A partir destas alianças, os partidos celebram, para todos os efeitos legais, como se fora um partido, tendo como característica principal o fato de os mais votados da lista coligada ocuparem as cadeiras independentemente do partido a que pertençam.

A alta fragmentação tem trazido ainda dificuldades para a organização do trabalho parlamentar, já que cada partido necessita de gabinetes, assessores e acesso a outros recursos. O mesmo acontecendo nas campanhas eleitorais, onde o Fundo Partidário e o tempo do horário de propaganda eleitoral acabam se dispersando excessivamente entre as legendas. A hiperfragmentação partidária brasileira não deriva exclusivamente do sistema proporcional, mas um dos seus componentes - a possibilidade de os partidos coligarem-se nas eleições para deputados e vereadores - tem contribuído fortemente para isso (NICOLAU, 2015, p.107)

Diante do exposto nesse tópico, verifica-se que entre os tipos de representação proporcional, o modelo de lista aberta é o que mais estimula a competição entre os candidatos durante a campanha, e menos incentiva a propaganda partidária. Diferentemente da lista fechada, em que os eleitores só votam no partido, ou da lista flexível que direciona os votos de legenda para os primeiros nomes da lista, no modelo em vigor no Brasil o voto de legenda serve apenas para definir quantas cadeiras cada partido (ou coligação) receberá.

Visando ilustrar o sistema eleitoral brasileiro, o quadro 1 a seguir apresenta uma síntese do que foi visto nesse capítulo.

Quadro 1 - Sistema Eleitoral Brasileiro

SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO				
Majoritário	Senador	Prefeito	Governador	Presidente
Proporcional	Vereador	Deputado Federal	Deputado Estadual	

Fechando a análise, torna-se importante reter os seguintes aspectos mediante o evidenciado no quadro síntese, que o sistema eleitoral brasileiro é regido pelo sistema majoritário, para os cargos de executivo que são prefeitos, governadores e presidente da república. O cargo de senador corresponde ao legislativo, mas o processo de escolha é feito através do sistema eleitoral majoritário. No sistema proporcional de lista aberta, são eleitos os vereadores, deputados estaduais e deputados fede-

rais, nesse sistema o eleitor pode votar de duas formas, no candidato, no partido político ou coligação. Concluindo, embora saibamos que o modelo proporcional de lista aberta vigora no país desde 1945, conforme amplamente debatido, este modelo gera algumas distorções, por exemplo: 1) coligações sem ideológicos, apenas pragmáticas e eleitorais; 2) há a figura do puxador de votos, que acaba elegendo outros candidatos pouco expressivos; 3) há, ainda, a incoerente proibição de os partidos não disputarem sobras eleitorais se não atingiram o quociente eleitoral.

De qualquer modo, mesmo com essas distorções, foi o sistema vigente no país até as últimas eleições de 2018 por isso a importância de evidenciar esse modelo, pois servirá para interpretar visando reconstruir a eleição municipal de 2016, em São Francisco do Brejão, em que ainda vicejava esse outrora modelo. Ainda, a fim de esclarecer o modelo sucessório é importante recapitular que a partir das eleições de 2020 se materializará legalmente da seguinte maneira, especificamente, no tocante as eleições municipais, recapitulando conforme Streck (2016, p.1): 1) sistema de coligações para as candidaturas proporcionais, como vereador e deputados estadual e federal, deixará de existir nas eleições municipais de 2020; 2) o sistema proporcional vai vigorar, com a diferença de que não terá coligações; 3) as coligações vão ser possíveis somente para os cargos majoritários, ou seja, a disputa para prefeito nas próximas eleições; 4) com o fim das coligações vão se eleger os candidatos mais votados dentro dos seus partidos, desde que o partido consiga atingir o quociente eleitoral; 5) além desta regra que passará a vigorar a partir de 2020, já existe desde 2016 uma disposição que exige para eleição dos candidatos desempenho mínimo nas urnas, isto é, para se eleger, o candidato deverá atingir 10% dos votos do quociente eleitoral exigido para a referida eleição (STRECK,2016)

3 METODOLOGIA

Quanto a metodologia, esse artigo é de caráter qualitativo, pois pretendemos realizar uma pesquisa a partir de uma revisão bibliográfica acerca do tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Carreirão (2002) há três teorias principais do comportamento eleitor, sendo elas: a psicologia, a sociológica e a da escolha racional. Ainda, segundo o autor tais linhas de pesquisa analisam vários aspectos que envolvem desde questões internas, relacionadas ao imaginário e à vida do eleitor, quanto fatores externos a ele, tais como, cenário econômico, campanhas de marketing etc. As eleições presidenciais brasileiras são sistematicamente explicadas pelos determinantes do voto. Tais explicações têm contribuído para elucidar as razões das escolhas dos

eleitores. Avaliação da administração, ideologia, preferência partidária e bem-estar econômico são os determinantes costumeiramente utilizados.

Iniciando pela análise da teoria psicológica, nota-se, segundo Santos (2010, p.7) que ela tenta explicar a:

Escolha por determinado candidato de acordo com as percepções e atitudes do eleitor, pautadas em valores e conhecimentos. É essa corrente que esclareceria o voto partidário ou recorrente no mesmo candidato e a identificação ideológica do eleitor com a legenda ou o político.

Diante disso, pode-se afirmar que a escolha por partidos de esquerda ou direita, possui caráter ideológico, assim como, a “paixão” de determinados eleitores por determinado partido ou candidato. Os determinantes clássicos do voto, sugerido por abundante literatura, são: ideologia, preferência partidária, avaliação da administração e bem-estar econômico. Estes determinantes são utilizados no Brasil para explicar, sobremaneira, a tomada de decisão dos eleitores nas disputas presidenciais. Entretanto, são também utilizados fracamente para decifrar o comportamento dos eleitores em disputas majoritárias municipais e estaduais (OLIVEIRA, 2012).

Um “voto ideológico” a partir de uma concepção mais exigente de “ideologia” implicaria que o eleitor: i) formasse alguma opinião a respeito de vários temas (*issues*) políticos e que estas opiniões fossem razoavelmente coerentes entre si (do ponto de vista de um analista informado), ou seja, que o eleitor tivesse um “sistema de crenças estruturado”; ii) conhecesse as posições dos diferentes partidos e/ou candidatos quanto a estes temas: iii) escolhesse o partido (ou candidato) mais próximo de suas próprias posições. (CARREIRÃO, 2002, 41).

Em relação aos sentimentos, tem-se a premissa de que eleitores sentem saudades de certo ator político. Tal fato pode ser observado quando candidatos disputam a reeleição, quando competem novamente. Desse modo, se o competidor que disputa a reeleição vier a perdê-la, os eleitores poderão sentir saudades dele, não sentirão ou ficarão indiferentes. Se o candidato já tiver sido presidente da República e disputar novamente a eleição para a Presidência, uma parte expressiva dos eleitores poderá escolhê-lo novamente, por sentirem saudade, ou seja, eventos constroem sentimentos de entusiasmo.

Os indivíduos, diante das circunstâncias, nas quais estão os eventos, podem ter entusiasmo para fazer algo, no caso, agir, mas para tal ação ocorrer, a memória sobre algo precisa estar ativa, ou seja, existe uma predisposição. Nesse sentido, o agir entusiasmado pode consolidar hábitos (repetir a ação) e possibilitar novas ações. Se o entusiasmo estiver associado à memória, assim sendo, construímos a seguinte premissa: eleitores têm entusiasmo para votar em dado competidor. O entusiasmo advém, então, da memória positiva (boa lembrança) que parte dos eleitores tem em relação ao candidato. A memória positiva existe em virtude de que

o presidenciável foi um bom presidente da República, por exemplo, em contextos de reeleição, eleitores têm entusiasmo para votar em candidatos à reeleição caso estes provoquem boas lembranças aos sufragistas. Por outro lado, se a memória do eleitor referente ao candidato à reeleição incentivar más lembranças, os sufragistas adquirem entusiasmo para escolherem candidatos da oposição. Eventos ocorridos ou que estão para ocorrer podem provocar o sentimento de medo no indivíduo. Tal sentimento, assim como outros já apresentados, surgem da experiência ou do ouvir dizer (CAMARGO, 2001).

O medo sugere rejeição a algo que tenha ocorrido, que vigora no presente ou poderá existir. Medo sugere incerteza quanto à possível ocorrência de algo ou quanto à dúvida de que ele vai ocorrer. Por exemplo: medo de perder o emprego ou do aumento de impostos. A incerteza poderá existir entre os indivíduos em razão de uma experiência vivida que foi ruim e eles não desejam vivenciar novamente. Nesse sentido, diante da experiência negativa passada, os indivíduos passam a temer o futuro, e por isso, rejeitam a possibilidade de nova experiência. Portanto, sentir medo é temer um futuro perigoso, incerto. Tem-se a premissa, portanto, de que eleitores rejeitam, ou melhor, sentem medo de candidatos à presidência da República. Assim sendo, eleitores podem temer a reeleição do presidente ou a vitória da oposição. Se eleitores temem a reeleição do presidente, eles expressam receio quanto ao futuro em razão da experiência negativa com o presidente atual. Porém, caso eles expressem medo diante do sucesso eleitoral da oposição, ficam incertos quanto ao que virá, por exemplo, temem a perda de conquistas adquiridas no período do presidente não reeleito.

Carreirão (2002), assim como Santos (2010) e Camargo (2001), concordam que desde o início desse século os eleitores decidem os votos de acordo com o ponto de vista emocional, baseado na imagem dos candidatos, incluindo o caráter e a moral. É nesse contexto que se explica o peso do carisma do candidato em uma campanha. Muitos eleitores identificam-se com o político e esse fator deve ser levado em conta para a verificação do comportamento eleitoral. Carreirão (2002, p.34) destaca que este novo eleitor “tem baixa informação e saber político; suas ideias políticas são fragmentárias e logicamente desarticuladas, daí porque ele é incoerente do ponto de vista político e volúvel eleitoralmente”.

Por sua vez, a teoria sociológica do comportamento eleitoral se baseia nas características sociais e culturais do eleitor, e, para isso leva em consideração suas origens e seu modo de viver e se relacionar. De acordo com Santos (2010, p. 12), a teoria sociológica é mais abrangente que a psicológica “uma vez que engloba o

contexto social, histórico e cultural do eleitor e não apenas o individualismo como o gerador de suas atitudes”. A teoria sociológica leva em consideração vários aspectos, conforme já visto, dentre eles destacam-se as interações sociais e a identidade cultural, porém, outro aspecto levado em consideração e tendo grande importância é a questão das classes sociais.

Recentemente, os sentimentos e as emoções dos eleitores foram incluídos no rol de variáveis que podem também explicar o comportamento dos eleitores. Assim como o local de moradia do eleitor, índice de desemprego e homicídio ou aumento das passagens de ônibus (OLIVEIRA, 2012). Contudo, como bem mostra a literatura brasileira, os hábitos dos indivíduos ainda não foram considerados como variáveis que podem explicar seu comportamento na hora do voto.

A última corrente que tenta explicar o comportamento eleitoral é a da escolha racional. Esta teoria, segundo Santos (2010, p. 20):

(...) explica a decisão do voto levando em consideração o interesse individual do eleitor, que opta pelo candidato que ele acredita que lhe trará mais benefícios pessoais. O eleitor agiria como um juiz que decide se o político merece permanecer representando-o ou precisa ser trocado por outro, que lhe garanta melhores expectativas. A maioria absoluta dos estudos sobre comportamento eleitoral realizados no Brasil é pautada pela teoria da escolha racional.

Camargo (2001) esclarece que, os principais intelectuais da teoria da escolha racional são Antony Downs e V. O. Key Jr. Segundo o autor, Key foi um dos fundadores dessa corrente e suas investigações seguem a linha chamada de recompensa punição. Por sua vez, Carreirão (2002) esclarece que, na concepção de Key, o eleitor avalia e julga os resultados em geral do governo e não as políticas/meios adotados. Portanto, em sua tomada de decisão, a pessoa analisa a performance dos candidatos e não compara as propostas. Essa, para o autor, seja a principal diferença entre as linhas de investigação de Key e Downs, uma vez que este, de acordo com Carreirão (2002), observa que o resultado das eleições pode estar muito mais relacionado às políticas adotadas do que com o resultado delas. Assim sendo, pode-se dividir a teoria da escolha racional em duas outras linhas: voto retrospectivo (quando o eleitor examina as ações passadas do candidato) e o voto prospectivo (quando o eleitor avalia as propostas de atuação futura do candidato).

Camargo (2001) ao realizar uma análise da decisão dos eleitores durante a eleição presidencial de 1998 no Brasil, disputada por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), candidato à reeleição, e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O pleito foi vencido pelo primeiro e, para o autor, as questões econômicas daquele momento foram determinantes para esse resultado. Segundo o autor, a diferença entre a perspectiva

peçoal e sociotrópica³ está na observação geral do contexto econômico. Eleitores mais envolvidos com a política estariam também preocupados com questões que vão além do seu interesse particular.

Nossos dados demonstram que, no Brasil, em 1998, o peso das avaliações prospectivas foi maior do que o das retrospectivas, ou seja, o eleitor brasileiro, na hora do voto, está mais preocupado com o futuro do que com o passado. Além disso, exercem um impacto maior no voto de ambos os candidatos as variáveis de avaliação que o eleitor faz da situação nacional, e não as de avaliação da própria situação, sugerindo, com isso, que o eleitor brasileiro é menos preocupado com o próprio bolso do que o eleitor americano. (CAMARGO, 2001, 144)

Analisando a eleição presidencial de 1998, CAMARGO (2001) conclui que “o eleitor brasileiro decide a direção do seu voto olhando para o passado e construindo futuros possíveis caso um ou outro candidato vença a eleição” (CAMARGO, 2001, 143). Não se pode negar a importância das questões econômicas quando da avaliação para a decisão do voto, como defende a teoria da escolha racional. Embora bastante abrangente e com análises consistentes acerca do comportamento eleitoral durante uma eleição, a corrente da escolha racional deixa de lado questões que, como já apontado nos capítulos anteriores, também influenciam na direção do voto, como identificação ideológica e partidária, condições sociais e culturais e o envolvimento do eleitor com entidades de classe.

Dialogando com Santos, enfatizamos que para Oliveira (2012) o interesse por política varia de pessoa para pessoa e as atitudes do eleitor frente a ela é o ingrediente básico para se compreender determinado tipo de comportamento eleitoral. Conforme essa corrente, o ato de votar é resultado de forças atitudinais. A análise que o eleitor faz sobre ir ou não às urnas, participar ou não participar ativamente da política, também poderia ser explicada pela teoria psicológica.

Também realçam que crises representam instabilidades nos sistemas político e econômico. Especificamente no âmbito econômico, a crise é caracterizada, simplesmente, pelo declínio do crescimento econômico e aumento da taxa de desemprego. A crise tem o poder de tornar indivíduos inquietos, desejosos de mudança de uma ordem para outra ou possibilitar acomodação. É uma conjuntura crítica, onde mudanças/rupturas e revoluções podem ocorrer. 1) Nessa perspectiva eleitores reconhecem a existência de crise econômica? 2) Eleitores são tolerantes com os gestores em épocas de crise? 3) Crise interfere no julgamento do eleitor para com o gestor municipal? 4) Em ambiente eleitoral com crise econômica, eleitores punem prefeitos? Essas indagações elaboradas por Oliveira (2012) irão servir para respon-

³ É a valorização das relações interpessoais íntimas e é dependente de gratificações sociais, com ênfase em ser aceito e amado pelos outros, o segundo caracteriza-se pela personalidade autônoma, independência pessoal, obtém satisfação na liberdade de escolha, conquistas e aquisição pessoal.

der as questões sobre preferência voto, servindo inclusive de indicativo para a nossa pesquisa nessa monografia.

Concluindo este subcapítulo torna-se importante recapitular os seguintes pontos de fundamental importância para esta monografia: 1) a decisão do eleitor em quem votar, essa é uma escolha bastante complexa, como bem mostram as tentativas de explicá-la, apontadas nesse item; 2) constatação de que cada uma das três correntes tradicionais (psicológica, sociológica e da escolha racional) tem um foco próprio de análise do comportamento do eleitor; 3) a evidência da teoria sociológica que explica o voto a partir da interação social, por exemplo, a participação do eleitor em grupos específicos, dialoga com a teoria psicológica que mostra que a decisão por um candidato é vista como resultado da ideologia; e, 4) por fim a teoria da escolha racional, que o voto depende da atuação econômica do governo paralelamente aos benefícios financeiros que o eleitor teve ou terá com determinado candidato.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando esse estudo, pode-se dizer que o sistema eleitoral brasileiro não contempla as necessidades da nação, o que levou os parlamentares a aprovarem mudanças, sobretudo, nas eleições para deputados e vereadores. Privilegiou-se neste capítulo a literatura sobre a institucionalização do sistema partidário brasileiro, a qual trata os partidos políticos como instituições consolidadas e afirmando que há certo grau de institucionalização no sistema brasileiro.

Os estudos sobre o sistema partidário brasileiro têm centrado suas discussões em torno da consolidação do sistema partidário atual: a fragilidade ou não dos partidos, a fragmentação excessiva ou não do sistema partidário, o impacto de tais fatores sobre o funcionamento do governo democrático, sendo realizados estudos pertinentes para examinar os partidos políticos e o sistema partidário em suas arenas de atuação.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. A panaceia dos sistemas políticos. **Estudos Eleitorais**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 45-63, jan./abr. 2011.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um lugar chamado Brejão. **Em extensão**, Uberlândia, v. 6, 2007

CARNEIRO, Leandro P. e ALMEIDA, Maria H. T. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 2, 2008, pp. 403 a 432.

CARREIRÃO, Yan de Souza. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, n. 22, p. 179-194, jun. 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p.1997.

COSTA, Wagner Cabral da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: Quais os tempos da Oligarquia? In. SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002. p. 13-24.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. O voto em bloco individual no Brasil: notas de pesquisa sobre a eleição senatorial de duas vagas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 26. Brasília, maio - agosto de 2018, pp 107-130.

NICOLAU, Jairo. Como aperfeiçoar a representação proporcional no Brasil. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.4, n.7, janeiro-junho 2015

NICOLAU, Jairo. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 4, 2006, pp. 689 a 720.

OLIVEIRA, A. O estado da arte dos determinantes do voto no Brasil e as lacunas existentes. **Sociedade E Cultura**, 15(1), 2012

OLIVEIRA, Bruna K. V. e FERNANDES, Jean L. M. As eleições municipais no Nordeste: uma análise dos resultados eleitorais para as prefeituras (2000-2012). **TEORIA & PESQUISA. Revista de Ciência Política**. vol. 22, n. 2, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Bruna Karoline Vasconcelos. **Competição e ciclos políticos nos sub-sistemas partidários do Nordeste: um estudo de caso sobre CE, AL, BA, MA e PI**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2017.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e coronelismo no Brasil - uma história de poder**. São Paulo: A Girafa, 2008.

SANTOS, Edilene dos. **Decisão do voto: um debate sobre as teorias do comportamento eleitoral**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação lato sensu Comunicação Política e Imagem, Turma II, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista. Curitiba, 2010.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009.

STECK, Juliana Monteiro. Eleição de prefeito e vereador terá novas regras. **Senado Federal**. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/mate>

rias/2016/09/06/eleicao-de-prefeito-e-vereador-tera-novas-regras>. Acesso em 28 de fev. de 2021.

STECK, Juliana monteiro. Eleição de prefeito e vereador terá novas regras. **Senado Federal**. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/06/eleicao-de-prefeito-e-vereador-tera-novas-regras>>. Acesso em 28 de abril de 2019.



CAPÍTULO 8

AS TECNOLOGIA DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO NO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS PANDÊMICOS

*DIGITAL INFORMATION AND COMMUNICATION
TECHNOLOGY AS AN INSTRUMENT IN HIGHER
EDUCATION IN PANDEMIC TIMES*

Katuo Okabayashi ¹
Alessandro Lubiana²
Edney Costa Souza³

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.8

¹ Universidade de Taubaté. <https://orcid.org/0000-0001-6731-7596>. katuo@uol.com.br.

² Universidade do Vale do Itajaí. <https://orcid.org/0000-0002-4860-9953>. lubiana13@hotmail.com.

³ Universidade do Vale do Itajaí. <https://orcid.org/0000-0001-8188-7149>. professor_edney@hotmail.com.

RESUMO

Esta pesquisa discute as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) como principal meio de manutenção da educação no ensino superior devido a pandemia por covid-19. A inicial paralisação das atividades de ensino em Instituições de Ensino Superior demandou um redesenho das práticas pedagógicas que passaram, então, a utilizar intensamente as TDICs nas modalidades de ensino a distância. Por meio de pesquisa bibliográfica com revisão de literatura, este trabalho tem como objetivo geral: discutir as influências e os impactos das TDICs como instrumento para a continuidade do ensino superior. Nos objetivos específicos, esta pesquisa vai a) discutir sobre a sociedade da informação no ensino superior; b) analisar as diferenças entre as modalidades de ensino que utilizam TDICs e; c) refletir sobre os desafios no uso de TDICs no ensino superior. Os resultados alcançados apontam que as TDICs representam o principal instrumento para a manutenção das atividades no ensino superior, pois possibilita a relação entre discentes, ensino e docentes. Além disso, foi possível concluir que após o fim da pandemia, o uso desses instrumentos continuará possível, considerando o fato de que servem como possibilidade de relação entre distantes possibilidades de conhecimento e o uso desses foi solidificado no período pandêmico.

Palavras-chave: Ensino Superior. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. Pandemia. Covid-19.

ABSTRACT

This research discusses Digital Information and Communication Technologies (TDICs) as the main means of maintaining education in higher education due to the covid-19 pandemic. The initial stoppage of teaching activities in Higher Education Institutions demanded a redesign of pedagogical practices, which then started to make intensive use of TDICs in distance learning modalities. Through bibliographic research with literature review, this work has as its general objective: to discuss the influences and impacts of TDICs as an instrument for the continuity of higher education. In the specific objectives, this research will a) discuss about the information society in higher education; b) to analyze the differences between the teaching modalities that use TDICs and; c) reflect on the challenges in the use of TDICs in higher education. The results achieved point out that TDICs represent the main instrument for maintaining activities in higher education, as it enables the relationship between students, teaching and teachers. In addition, it was possible to conclude that after the end of the pandemic, the use of these instruments will continue to be possible,

considering the fact that they serve as a possibility of a relationship between distant knowledge possibilities and their use was solidified in the pandemic period.

Keywords: University education. Digital Information and Communication Technologies. Pandemic. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou mundialmente a existência de uma pandemia por Covid-19, doença provocada pelo vírus Sar-CoV-2 pertencente à família coronavírus (*Coronaviridae*). Uma pandemia acontece a partir da disseminação mundial de uma nova doença, quando uma epidemia ou surto que afeta uma região se espalha por todos os continentes do mundo e ganha transmissão de pessoa para pessoa.

Desde então, considerando o fato de a principal forma de contaminação pelo vírus ser o contato social, diversas medidas de distanciamento foram implantadas junto à sociedade. O distanciamento social causou grandes impactos na vida de todos, com a proibição e o fim das aglomerações cotidianas da vida, como reuniões, festas, missas e aulas presenciais em todos os níveis de ensino.

Assim com em todos os segmentos da sociedade afetados pelas normas de isolamento social, os dirigentes de IES precisaram adaptar seus processos à realidade que se impôs. Nesse ambiente de adaptações, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), tão populares nos dias atuais, como os smartphones, as câmeras e microfones, tornaram-se requisitos para o processo de ensino e aprendizagem, considerando que promovem a conexão e a participação de todos nas atividades, reuniões e construções de conhecimento, mesmo que a grande distância física.

Nessa pesquisa, a questão norteadora refere-se às contribuições das TDICs para o ensino superior, principalmente em tempos de impossibilidade de contato físico social. No que se refere aos objetivos, de modo geral, esta pesquisa objetiva discutir as influências e os impactos das TDICs como meio para a continuidade do ensino superior. De modo específico, objetiva: a) discutir sobre a sociedade da informação no ensino superior; b) analisar as diferenças entre as modalidades de ensino que utilizam TDICs; e c) refletir sobre os desafios no uso de TDICs no ensino superior.

Para esta pesquisa, adotou-se a revisão de literatura como caminho para a reunião de informações produzidas na área de estudo. Nesse sentido, essa pesquisa foi desenvolvida a partir da leitura de produções acadêmicas, sendo possível com-

preender e interpretar as partes do próprio processo de entendimento da realidade e também do objetivo de investigação¹.

Este artigo está dividido em 5 itens principais: o primeiro resume todas as informações introdutórias da pesquisa; o segundo, discute os desafios enfrentados na gestão de tecnologias para o ensino; o terceiro item discute a influência da pandemia por Covid-19 no ensino superior no âmbito brasileiro. Por fim, o quarto item reúne os resultados principais a partir da pesquisas realizadas para essas discussões; e o quinto item consiste nas considerações finais estabelecidas após as discussões desta pesquisa, precedidas pelas referências da pesquisa.

2 OS DESAFIOS DA GESTÃO DAS TDICS NO ENSINO SUPERIOR

Com o avanço e crescimento do uso de TDICs no ensino superior brasileiro, surge a necessidade de discutir os desafios no manuseio dessas ferramentas. Nas discussões sobre o tema, Maia² estabelece que o principal desafio na gestão das TDICs no ensino a distância consiste no desenvolvimento de uma linguagem pedagógica adequada para o ensino e a aprendizagem por esses meios.

Nessa modalidade, é essencial uma equipe técnica especializada que colabore e oriente o uso de TDICs como pedagogia de ensino. Nas colocações de Maia e Meirelles³, os principais desafios da gestão de TDICs no EaD são: manutenção dos alunos motivados; incentivo à interação entre os alunos e entre professores e alunos; avaliações constantes e mutáveis; o professor como sujeito central dos processo educacional e base no lema “aprender e aprender”.

Na concepção de Pozo⁴, os principais desafios no EaD estão na capacidade de desenvolvimento, por parte das instituições de ensino, na transformação da informação em conhecimento. Ainda de acordo com o autor, outro desafio é o de “[...] colocar a maneira presencial de interação com a maneira de aprender a distância [...] já que as TDICs estão mais presentes nas vidas das pessoas [...] e isso é um fator incontestável”⁵.

Nessa discussão, Azzolino e Nabarretti⁶ afirmam que esses desafios se referem ao fato de que as IES precisam de uma nova configuração que considere as TDICs

1 MINAYO, M. C. S. Fundamentos, percalços e expansão das abordagens qualitativas. In: SOUZA, D. N.; COSTA, A. P.; SOUZA, F. N. (orgs.). *Investigação qualitativa: Inovação, dilemas e desafios*. Aveiro: Ludomedia, 2016.

2 MAIA, M. C. *O Uso da Tecnologia de Informação para a Educação a Distância no Ensino Superior*. 2003, 294 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - FGV-EAESP, São Paulo, 2003.

3 *Ibidem*.

4 POZO, J. I. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. In: SALGADO, Maria. *Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC: guia do cursista*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação à Distância, 2008.

5 *Idem*, p. 13.

6 AZZOLINO, A. P.; NABARRETTI, C. P. Gestão nas IES privadas: capacitação do corpo docente e os paradigmas das tecnologias da informação e comunicação no ensino a distância. *Revista de Ciências Gerenciais*, vol. 12, n. 16, 2008.

na educação, a partir de um redesenho dos métodos, técnicas e educadores, tornando-as capazes no preparo dos alunos à sociedade e eficazes para absorverem e filtrarem as informações disponíveis em nossa sociedade.

Nesse debate, alguns desafios na gestão das TDICs no ensino a distância das Universidade e Faculdades são resumidamente dois: o primeiro, gira em torno da potencialização do uso das TDICs no enriquecimento e facilitação dos processos de ensino e aprendizagem. Já o segundo refere-se às capacitações dadas as pessoas para o uso das TDICs⁷.

3 A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA POR COVID-19 NO ENSINO SUPERIOR

Em 2020, a pandemia por Covid-19 fez com que 91% dos estudantes em todo o mundo tivessem suas atividades educacionais presenciais interrompidas⁸. Esse cenário demandou e acelerou o desenvolvimento de mudanças nas Instituições de Ensino Superior para os próximos anos.

No âmbito do Ensino Superior, as normativas do Ministério da Educação enfatizam a adoção de atividades por meio digitais e o uso de ambientes virtuais de aprendizagem, como meio de substituição das atividades presenciais, permitindo a continuidade do ensino mesmo no ambiente de pandemia. Essas atividades, ainda de acordo com os documento, mesmo não sendo presenciais, são consideradas para o alcance da carga horária mínima anual, tornando desnecessária a reposição de tais horas após o fim da pandemia.

Desse cenário de alteração das aulas presenciais nas IES públicas e privadas surge a necessidade de criação de métodos alternativos para o ensino, como os sistemas digitais. Essas possibilidades tentem a criar novos problemas, tais como a falta de suporte psicológico aos docentes, a baixa qualidade de ensino, oriunda da falta de planejamento de atividades em meios digitais, a sobrecarga de trabalho concedida aos docentes, a insatisfação dos discentes e o acesso limitado dos discentes aos recursos necessários.

Nesse sentido, a pandemia por Covid-19 exige que as IES decidam acerca do manuseio dos processos de ensino e aprendizagem, de modo que seja possível que sujeitos envolvidos nesses processos – discentes, docentes, servidores em geral –

7 VIEIRA, R. S. O papel das tecnologias da informação e comunicação na educação a distância: um estudo sobre a percepção do professor/tutor. *Revista Brasileira de Aprendizagem aberta e a distância*, v. 10, p. 66-72, 2011.

8 UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANISATION - UNESCO. COVID-19 Educational disruption and response. Paris: Unesco, 2020a. Disponível em: <http://www.iiep.unesco.org/en/covid-19-educational-disruption-and-response-13363>. Acesso em: 22 maio 2020.

mantenham-se protegidos do vírus⁹. No entanto, apesar dessa modalidade também se servir do cenário on-line para o ensino dos componentes curriculares, é preciso considerar as diferenças do Ensino a Distância em suas características e possibilidades de desdobramentos para o ensino e a aprendizagem.

De todo modo, as mudanças e adaptações nos sistemas de ensino são mais que necessárias nos tempos em que vivemos. Não é possível mais aguardar o fim dessa crise sanitária, considerando que pesquisas concluíram a duração de crises como essas por mais dois anos¹⁰, eliminando a possibilidade de aglomeração de pessoas em uma sala de aula ou *campi*.

Considerando as condições de todos os sujeitos envolvidos nesses processos, é preciso definir o que precisa ser garantido no ensino superior e o que pode ser ensinado nesse momento¹¹, estabelecendo pontos de partida para que o ensino emergencial no ensino superior seja mais planejado e, por isso, de melhor qualidade.

4 AS TDICS COMO INSTRUMENTO NO ENSINO SUPERIOR

Com o início da pandemia por coronavírus, o sistema educacional brasileiro foi submetido a total paralisação. As medidas de afastamento acarretaram a desestruturação do sistema regular e presencial de ensino¹².

Conforme lembrado por Pasini, Carvalho e Almeida¹³, essas trocas de conhecimento realizados a distância foram intensificadas a partir do surgimento da internet. No meio brasileiro, a comunicação digital teve ainda mais força após os anos de 1995, quando apareceram os canais de pesquisa e de conversas, o que seria um protótipo das redes sociais de atualmente. Nesse mesmo movimento, a oferta de cursos na modalidade virtual se torna cada vez mais comum¹⁴.

A variedade de softwares, aplicativos e ferramentas que podem ser usadas no ensino submetem a educação presencial a modificações na atuação de discentes e docentes, processo que se tornou ainda mais acelerado devido a pandemia por Covid-19, nas palavras de Pasini, Carvalho e Almeida¹⁵. Conforme o entendimento de Rabello e Tavares¹⁶, as TDICs são a resposta às necessárias alterações na vida coti-

9 HODGES, C. *et al.* The difference between emergency remote teaching and online learning. *Educause Review*, Washington, mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 29 abr. 2020.

10 KISSLER *et al.*, 2020, *op. cit.*

11 OCDE, 2020

12 PASINI, C. G. D.; CARVALHO, E.; ALMEIDA, L.H. C. *A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações*. Brasília, DF: Observatório Socioeconômico da COVID-19 (OSE), 2020.

13 *Ibidem.*

14 *Ibidem.*

15 Pasini, Carvalho e Almeida, 2020, *op. cit.*

16 RABELLO, C. R. L.; TAVARES, K. C. A. *Tecnologias digitais no ensino superior:*

diana, pois permitem a elaboração e novos modos e cenários para a aprendizagem, emergindo a possibilidade para o ensino mais aberto e flexível.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou-se da revisão e análise de vasta literatura presente em artigos, livros, teses e dissertações, metodologia pela qual discutiu sobre a sociedade da informação no ensino superior, abordando a entrada e adoção das tecnologias no âmbito do ensino superior, verificando que ambas as modalidades colaboram para a continuidade da educação durante tempos de isolamento social; refletiu acerca dos desafios no uso das TDICs no ensino superior demanda capacidade técnica e de adaptação das metodologias a nova modalidade.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pandemia por Covid-19 motivou a adaptação dos processos educacionais em todos os níveis. No ensino superior as adaptações foram possíveis por meio do uso das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs), como ferramenta principal para continuidade da educação superior.

Em nível mundial, os sistemas de educação foram atingidos consideravelmente pela pandemia, com o fechamento de escolas, creches, faculdades e universidades. No Brasil, 81% (56, em números) das universidades federais brasileiras suspenderam suas atividades de graduação e 18% (13) funcionaram parcialmente ou totalmente, segundo informações do Ministério da Educação¹⁷.

Com tantas restrições ao contato físico, torna-se necessário adaptar os processos de ensino e aprendizagem, movendo a busca por novas tecnologias de ensino e o aperfeiçoamento de instrumentos tecnológicos utilizados até então. Para isso, são necessárias adequações em planos de desenvolvimento institucional, projetos pedagógicos de cursos e ementas, para administrar o cenário pandêmico¹⁸.

Nesse ambiente de necessidade de adaptações, as IES precisaram modificar e atualizar seus até então tradicionais modelos de ensino, por meio do uso de instrumentos tecnológicos e ambientes virtuais de aprendizagem que mesmo utilizados anteriormente, tornaram-se a única possibilidade de continuar os estudos durante os tempos pandêmicos¹⁹.

17 BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino remoto na educação superior: desafios e conquistas em tempos de pandemia**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020a. Disponível em: <https://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/06/ensino-remoto-na-educacao-superior/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

18 GUSSO, H. L. et al. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e238957, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302020000100802&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 jan. 2021.

19 Brasil, 2020a, *op. cit.*

As novas tecnologias promoveram inovações que se popularizaram entre as sociedades a partir da década de 1980, fato que se tornou ainda mais forte a partir da década de 1990, década conhecida como fase da gravação da informação em meios digitais, tornando-se a era das telecomunicações e do computador²⁰. Nesse sentido, o uso de tais tecnologias nos processos educativos tornou-se ainda mais forte a partir de políticas públicas para a integração do cenário educacional brasileiro²¹.

Historicamente, a oferta de cursos a distância no ensino superior brasileiro cresceu proporcionalmente ao uso das TDICs, conforme mostra Mendonça²²

Tabela 1 - Quantidade de cursos superiores ofertados (2000 e 2010)

ANO/CURSO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PRESENCIAL											
PÚBLICA	4021	4401	5252	5662	6262	6191	6549	6596	6772	8228	8821
PRIVADA	6564	7754	9147	0791	12382	14216	15552	16892	17947	19599	19756
TOTAL	10585	12155	13499	16453	18644	20407	22101	23488	24719	27827	28577
A DISTÂNCIA											
PÚBLICA	-	-	37	35	36	62	103	107	256	400	424
PRIVADA	-	-	9	17	71	128	246	301	391	444	506
TOTAL	-	-	46	52	107	189	349	408	647	844	930
SEMPRESENCIAL											
PÚBLICA	-	-	137	153	145	171	184	180	124	31	9
PRIVADA	-	-	414	524	529	543	468	429	381	259	216
TOTAL	-	-	551	677	674	714	652	609	505	290	255
TOTAL GERAL	10585	12155	14096	17182	19425	21310	23102	24505	25871	28961	29732

Fonte: Mendonça²³

O oferecimento de cursos superiores presenciais, conforme mostra a Tabela 1, cresceu 169% de 2000 a 2010, enquanto os cursos a distância cresceram ainda mais de 1.921% de 2002 a 2010. Tal crescimento está diretamente ligado à inserção de TICs na educação superior e às mudanças na legislação educacional brasileira²⁴. Esse cenário ocorre devido à popularização do acesso à internet. De acordo com o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação - CETIC²⁵, o acesso à internet nas zonas urbanas brasileiras foi de 20% para 44% entre

20 SANTOS, P. K. **Permanência na Educação Superior: desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Cátedra UNESCO e Juventude, Educação e Sociedade, 2020.

21 MENDONÇA, J. R. C. *et al.* **Competências Eletrônicas de Professores para Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil: discussão e proposição de modelo de análise**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

22 *Idem*, p. 2.

23 *Idem*, p. 2.

24 Mendonça, 2013, *op. cit.*

25 CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO - CETIC. **TIC Domicílios 2012**. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil. São Paulo: CETIC, 2013. Disponível em: <http://www.cetic.org.br>

os anos de 2008 a 2012, sendo realizada majoritariamente por pessoas com nível superior (95%).

Além disso, é fundamental destacar o aumento do acesso à internet pelos celulares e smartphones devido às redes sociais. O uso dessas informações tecnológicas e da cultura digital no ensino superior é aspecto bastante discutido entre todos os agentes envolvidos nesse processo sendo, inegavelmente, um acontecimento irreversível no âmbito educacional²⁶.

No mês de abril de 2020, as projeções indicavam que as medidas de contenção ao vírus poderiam durar de dois a três meses, mas o que se viu foi a crescente necessidade de ampliação das restrições sociais e do distanciamento, fazendo com que as atividades presenciais essenciais fossem realizadas com os riscos de contágio controlados²⁷.

O Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (COE-MEC), foi criado aproximadamente um mês após a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional devido ao Covid-19²⁸. Esse comitê publicou as portarias nº 343/2020 (alteradas posteriormente pelas Portarias nº 345/2020 e nº 395/2020) e uma Medida Provisória (nº 934/2020), pelas quais fica autorizado substituir aulas presenciais por aulas que utilizam tecnologias digitais de informação e comunicação, com exceção dos estágios curriculares, práticas de laboratório e internatos.

Esse comitê também autorizou flexibilização dos dias letivos, desde que mantida a carga horária mínima dos cursos (200 dias)²⁹. Esses documentos permitem que as IES, durante o período de quarentena, suspendam as atividades presenciais ou substituam-nas por aulas remotas. Apesar dessas previsões legais, já havia, mesmo antes da pandemia por Covid-19, a possibilidade de oferta, nos cursos de graduação, de atividades desenvolvidas na modalidade EaD. Nesse caso, as atividades EaD podem ser de até 40% da carga horária total das atividades do curso, respeitando as indicações curriculares de cada curso³⁰.

26 BRAGA; TAVARES, 2015

27 KISSLER, S. M. *et al.* Projecting the transmission dynamics of SARS-CoV-2 through the postpandemic period. *Science*, v. 368, n. 6493, p. 860-868, maio 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32291278/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

28 BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Secretaria Executiva. Súmula do Parecer CNE/CP n. 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de computo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. *Diário Oficial da União*, ed. 83, seção 1, Brasília, DF, p. 63, 04 maio 2020b. Disponível em: br/en/web/dou/-/sumula-do-parecer-cne/cp-n-5/2020-254924735. Acesso em: 21 jan. 2021.

29 BRASIL. Ministério da Educação. **Coronavírus**: monitoramento das instituições de ensino. Portal do Ministério da Educação. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 02 maio 2020.

30 Brasil, 2019, op. cit.

Apesar dessa possibilidade e considerando o cenário pandêmico, tornou-se necessário alterar as atividades não presenciais por meios digitais e o limite de carga horária, fazendo com que o CNE emitisse o Parecer nº 5/2020, que apresentou orientações para a reorganização dos calendários escolares – da educação infantil a superior, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial – e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período pandêmico, assim como a consideração dessas atividades no cômputo das horas para o ano letivo³¹.

A partir das normativas brasileiras sobre o sistema educacional, a pandemia acarretou a suspensão das aulas presenciais tanto no setor público quanto no setor privado. Em maio de 2020, aproximadamente 89% das universidades federais estavam com suas atividades de ensino suspensas³². Já as atividades de pesquisa, extensão e a parte administrativa continuam de modo remoto. No campo das instituições privadas, de acordo com dados da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior³³, 78% das IES privadas permaneceram com aulas digitais e 22% delas suspenderam suas aulas.

Em um movimento de retorno à normalidade, instituições de ensino superior em todo país executaram, utilizando experiências do Ensino a Distância, o Ensino Remoto Emergencial, criando, mesmo que de modo improvisado, novas possibilidades para o uso de tecnologias já conhecida por grande parte dos sujeitos envolvidos.

O crescimento da Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) possibilita inovações no sistema de educação brasileiro, historicamente realizado por meio de encontros presenciais. Numa tentativa de conceituar as tecnologias que dominam nosso cotidiano, pode-se definir as TDICs como os instrumentos de comunicação, por meio da digitalização e da comunicação para a captação, transmissão e distribuição de informações em formato de texto, imagem, vídeo ou som. O uso dessas tecnologias por organizações públicas ou privadas, indivíduos e setores da sociedade colaborou para a criação da ‘sociedade da informação’³⁴.

Essas ferramentas colaboram para que a tecnologias convencionais, a exemplo de projetores, slides e computadores, sejam ainda mais úteis para os processos de ensino, considerando o fato de que são gratuitos. A seguir estão

31 Brasil, 2020b, *op. cit.*

32 *Idem.*

33 ASSOCIACAO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR - ABMES. **Educação Superior**: O que pensam os alunos e como sua IES deve se preparar? Relatório de pesquisa - Onda 2. **EducaInsights**, 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/pesquisas/pesquisaabmeseduca05052020.pdf>. Acesso em: 08 maio 2020.

34 MAIA, M. C. **O Uso da Tecnologia de Informação para a Educação a Distância no Ensino Superior**. 2003, 294 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - FGV-EAESP, São Paulo, 2003.

escritas algumas TDICs, suas aplicações e funcionalidades, com base no estudo elaborado por Pasini, Carvalho e Almeida³⁵:

Tabela 2 - Quantidade de cursos superiores ofertados (2000 e 2010)

NOME	USOS	FUNÇÕES
Sistema Moodle	Organização de disciplina; Cursos Online.	Criar cursos online, páginas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem; disponível em 75 línguas diferentes; gratuita e com capacidade para vídeos e arquivos.
Google Classroom	Organização de disciplina; Cursos e aulas online.	Gratuito para alunos e professores; após a conexão, a turma deve organizar tarefas online. É possível criar páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem.
YouTube	Transmissão de aulas; Repositório de vídeos.	Compartilha e transmite vídeos; o docente pode criar um canal a ser seguido e assistido pelos discentes;
Facebook	Transmissão de aulas; Informações em grupos.	Para o ensino médio e superior, é possível criar grupos específicos nos quais podem ser feitas perguntas; é possível incluir arquivos e fazer 'lives' que permanecem gravadas.
Stream Yard	Transmissão online; Videoconferências.	Estudo online e gratuito para fazer 'lives' que podem ser as aulas e demais exposições.
OBS Estúdio	Transmissão online; Videoconferência	O Open Broadcaster Software também é um estudo de transmissão de 'lives' e pode realizar gravação ou transmissões online.
Google Drive	Armazenamento de arquivos em nuvens.	Economiza a memória do computador; compartilha arquivos da internet com alunos e permite editá-los online e conjuntamente.
Google Meet	Videoconferência.	Videoconferência online, com até 100 participantes com duração de 1 hora. Há versões pagas.
Jitsi Meet	Videoconferências.	Para videoconferências online, funciona no Moodle e se assemelha ao anterior.

Fonte: Adaptado de Pasini, Carvalho e Almeida³⁶.

Ainda de acordo com esses autores, com esse atual cenário, as TDICs são consideradas mais que necessárias, motivo pelo qual estão sendo intensamente utilizadas e ajudando o desenvolvimento dos semestres letivos.

Já na pesquisa elaborada por Limeira, Batista e Bezerra³⁷, para identificar as tecnologias utilizadas no ensino remoto de estudantes durante a pandemia em uma IFES, foi possível concluir que 95% dos alunos-sujeitos da pesquisa indicaram o uso de celulares smartphones; 53% indicaram notebook; 6% o computador e 1% a televisão, sendo possível marcar mais de uma alternativa. Essa grande indicação dos

35 *Ibidem*.

36 *Ibidem*.

37 LIMEIRA, G. N.; BATISTA, M. E. P.; BEZERRA, J. de S. Desafios da utilização das novas tecnologias no ensino superior frente à pandemia da COVID-19. *Society and Development*, v. 9, n. 10, p. e2219108415, 2020.

celulares smartphones ocorreu por esse ser um instrumento individual, portátil e de fácil uso, sendo amplamente utilizados no meio discente³⁸.

Nessa mesma pesquisa os estudantes foram arguidos acerca de como participam nas aulas remotas, sendo possível assinalar mais de uma opção ofertada. Entre os resultados, 84% informou que participavam pelo envio de materiais de estudo pelos docentes; 82% por meio de videoconferências; 65% por aulas gravadas e 1% pelo WhatsApp.

No que se refere às plataformas e ambientes virtuais utilizadas para o ensino remoto, 90% dos discentes-participantes mencionaram o *Google Meet*; 79% o *Google Classroom*; 25% o Ensino Online; 17% o *Moodle* e 1% mencionou *Zoom*, *Webex*, *WhatsApp* e *Team Link*. Já entre os docentes, 77% mencionaram *Google Meet*; 55% o *Google Classroom*; 5% o Ensino Online, 9% o *Moodle*, 8% o *WhatsApp* e 1% mencionou o *Jitsi*³⁹.

No entendimento de Bhabha⁴⁰, esse contato com as novas tecnologias causa, inicialmente, um estranhamento, pois tudo que é novo fomenta esse sentimento de “estranho”. Nesse raciocínio, após a pandemia e no retorno ao presencial, haverá um momento de ‘estranhamento’, considerando ainda ser necessário manter proporcionalmente o uso de dessas tecnologias digitais.

Verifica-se a importância da interculturalidade existente na educação, sobretudo pelas restrições sociais impostas pela pandemia por Covid-19⁴¹. Nesse cenário pandêmico, a educação mais uma vez vai suscitar discussões culturais, sociais e de saúde que vão ecoar no cotidiano de todos os agentes envolvidos nesses processos, considerando o fato de que procedimentos como distanciamento, diminuição de contato físico e isolamento serão medidas cada vez mais comuns no ambiente acadêmico.

O advento da cibercultura, representada pela explosão das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no cotidiano da humanidade, permite a aplicação desse universo às diversas necessidades da sociedade, fazendo surgir então a sociedade da informação. Nesse contexto de informação, o ensino superior é demandado pela sociedade a mudar e trazer para dentro de seus processos de ensino e aprendizagem novos métodos e instrumentos tecnológicos com base nessa sociedade informatizada.

38 LEAL, R. M. D. F. **Tecnologia em educação**: A utilização do dispositivo digital móvel smartphone como recurso pedagógico. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado da Bahia UNEB, Salvador, 2018.

39 Limeira, Batista e Bezerra, 2020, *op. cit.*

40 BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. 5. reimpressão. Belo Horizonte: EUFMG, 2010.

41 Pasini, Carvalho e Almeida, 2020, *op. cit.*

As TDICs consolidaram-se na educação superior e as consequências dessa união são debatidas em diversas áreas, na tentativa de listar as possibilidades de uso dessas tecnologias digitais no cenário educacional, fato que representa desafios para os sujeitos envolvidos nesse processo, considerando a expectativa de que o ensino e a aprendizagem sejam efetivos.

As tecnologias são cada vez mais fundamentais na vida universitária moderna, porque facilitam todos os processos administrativos e aperfeiçoam as práticas educativas, tanto na organização quanto nos métodos, de modo que é possível às universidades responderem satisfatoriamente aos desafios impostos pela contemporaneidade⁴². Nesse sentido, são instrumentos fundamentais para o compartilhamento de conhecimentos instigados pelo espírito sustentável e solidário⁴³, sendo possível compartilhar esses conhecimentos com pessoas em outros países e continentes⁴⁴.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todas as discussões realizadas nesta pesquisa, é possível considerar que o sistema educacional brasileiro estava em uma lenta mudança quando no início de 2019, o cenário de uma pandemia motivou a paralisação de todas as atividades e a reconfiguração de todos os modelos tradicionais de ensino. O ERE adveio no ensino superior brasileiro e alterou todas as atuações em sala de aula, determinando novas posições e ações em meio aos processos de ensino e aprendizagem, considerando, além do caráter educacional, que a pandemia por Covid-19 influenciou também nas relações sociais, familiares e de comunicação.

Nesse sentido, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) tornaram-se instrumentos que colaboram no despertar do interesse dos discentes, ajudam no processo de ensino-aprendizagem e possuem grande adesão de muitas faixas etárias. Nos próximos anos, mesmo com o amenizar da pandemia, todos os participantes dos processos de educação estarão mais preparados para a educação por meio das TDICs, o que não substitui, obviamente, o ensino presencial. As TDICs colaboram para a diminuição das distâncias entre o saber e os discentes e entre discentes e docentes, preparando e qualificando seus alunos para o mercado de trabalho moderno que se instala ano após ano.

42 BATES, A. W.; SANGRÀ, A. **Managing technology in higher education: strategies for transforming teaching and learning**. San Francisco: Jossey-Bass, 2011.

43 UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANISATION - UNESCO. **Repensar a educação: rumo a um bem comum mundial?** Brasília, DF: UNESCO Brasil, 2016.

44 SANTOS, 2020, *op. cit.*

Por fim, foi possível verificar as diversas colaborações das TDICs no ensino superior, considerando o cenário atual de pandemia, sendo possível estabelecer o intenso uso das TDICs como instrumento imprescindível para a continuidade do ensino durante tempos de isolamento social e como um instrumento de ensino perfeitamente possível de contínuo uso pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

ASSOCIACAO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR - ABMES. **Educação Superior: O que pensam os alunos e como sua IES deve se preparar?** Relatório de pesquisa – Onda 2. **EducaInsights**, 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/pesquisas/pesquisaabmeseduca05052020.pdf>. Acesso em: 08 maio 2020.

AZZOLINO, A. P.; NABARRETTI, C. P. Gestão nas IES privadas: capacitação do corpo docente e os paradigmas das tecnologias da informação e comunicação no ensino a distância. **Revista de Ciências Gerenciais**, vol. 12, n. 16, 2008.

BATES, A. W.; SANGRÀ, A. **Managing technology in higher education: strategies for transforming teaching and learning**. San Francisco: Jossey-Bass, 2011.

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. 5. reimpressão. Belo Horizonte: EUFMG, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Secretaria Executiva. Súmula do Parecer CNE/CP n. 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de computo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**, ed. 83, seção 1, Brasília, DF, p. 63, 04 maio 2020b. Disponível em: br/en/web/dou/-/sumula-do-parecer-cne/cp-n-5/2020-254924735. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino remoto na educação superior: desafios e conquistas em tempos de pandemia**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020a. Disponível em: <https://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/06/ensino-remoto-na-educacao-superior/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coronavírus: monitoramento das instituições de ensino**. Portal do Ministério da Educação. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 02 maio 2020.

BRASIL. Ministerio da Educacao. Conselho Nacional de Educacao/Conselhos Estaduais de Educacao. Parecer CNE/CEB n. 19/2009, de 2 de setembro de 2009. Consulta sobre a reorganizacao dos calendarios escolares. **Diário Oficial da União**, secao 1, Brasilia, DF, p. 52, 13 out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb019_09.pdf. Acesso em: 05 mai. 2021.

BRAGA, N.G.S.; TAVARES, C.Z. Práticas docentes na cultura em um centro universitário na cidade de São Paulo. **Revista Triângulo**. V. 8, n. 2, p. 147 - 162, jul - dez, 2015.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO – CETIC. **TIC Domicílios 2012**. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil. São Paulo: CETIC, 2013. Disponível em: <http://www.cetic.br/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

GUSSO, H. L. et al. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e238957, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302020000100802&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 jan. 2021.

HODGES, C. et al. The difference between emergency remote teaching and online learning. **Educause Review**, Washington, mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 29 abr. 2020.

KISSSLER, S. M. et al. Projecting the transmission dynamics of SARS-CoV-2 through the postpandemic period. **Science**, v. 368, n. 6493, p. 860-868, maio 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32291278/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

LEAL, R. M. D. F. **Tecnologia em educação: A utilização do dispositivo digital móvel smartphone como recurso pedagógico**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado da Bahia UNEB, Salvador, 2018.

LIMEIRA, G. N.; BATISTA, M. E. P.; BEZERRA, J. de S. Desafios da utilização das novas ecnologias no ensino superior frente à pandemia da COVID-19. **Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e2219108415, 2020.

MAIA, M. C. **O Uso da Tecnologia de Informação para a Educação a Distância no Ensino Superior**. 2003, 294 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - FGV-EAESP, São Paulo, 2003.

MAIA, M.; MEIRELLES, F. S. Educação a Distância e o Ensino Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, p.1-19, dez., 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que é coronavírus?**. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em 01 mai. 2021.

MENDONÇA, J. R. C. et al. **Competências Eletrônicas de Professores para Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil: discussão e proposição de modelo de análise**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

MINAYO, M. C. S. Fundamentos, percalços e expansão das abordagens qualitativas. In: SOUZA, D. N.; COSTA, A. P.; SOUZA, F. N. (orgs.). **Investigação qualitativa: Inovação, dilemas e desafios**. Aveiro: Ludomedia, 2016.

OCDE [ORGANISATION DE COOPERATION ET DE DEVELOPPEMENT ECONOMIQUES]. **A framework to guide an education response to the COVID - 19**

pandemic of 2020, [s. l.], 2020. Disponível em: https://www.hm.ee/sites/default/files/framework_guide_v1_002_harward.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

PASINI, C. G. D.; CARVALHO, E.; ALMEIDA, L.H. C. **A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações**. Brasília, DF: Observatório Socioeconômico da COVID-19 (OSE, 2020).

POZO, J. I. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. In: SALGADO, Maria. **Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC: guia do cursista**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação à Distância, 2008.

RABELLO, C. R. L.; TAVARES, K. C. A. Tecnologias digitais no ensino superior: implementação e avaliação de um curso on-line de formação docente. **Revista Linguagem e Ensino**, v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15244>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SANTOS, P. K. **Permanência na Educação Superior: desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Cátedra UNESCO e Juventude, Educação e Sociedade, 2020.

TAYLOR, Dena; PROCTER, Margaret. **The literature review: a few tips on conducting it**. Toronto: Utoronto, 2001.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANISATION – UNESCO. **COVID-19 Educational disruption and response**. Paris: Unesco, 2020. Acesso em: 21 Jan. 2021.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANISATION – UNESCO. **COVID-19 Educational disruption and response**. Paris: Unesco, 2020a. Disponível em: <http://www.iiep.unesco.org/en/covid-19-educational-disruption-and-response-13363>. Acesso em: 22 maio 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANISATION – UNESCO. **Repensar a educação: rumo a um bem comum mundial?** Brasília, DF: UNESCO Brasil, 2016.

VIEIRA, R. S. O papel das tecnologias da informação e comunicação na educação a distância: um estudo sobre a percepção do professor/tutor. **Revista Brasileira de Aprendizagem aberta e a distância**, v. 10, p. 66-72, 2011.

VILARINHO, L.R.G. Práticas pedagógicas em ambientes virtuais de aprendizagem: um desafio da educação na cibercultura. In: **Práticas Pedagógicas, Linguagem e Mídias Desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões**. Organizadores: Helena Amaral de Fontoura e Marco Silva. Coleção ANPEDd Nacional Rio de Janeiro. p. 132 – 143, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Global research on Coronavirus disease (COVID-19)**. Geneva: World Health Organization, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novelcoronavirus-2019/global-research-on-novel-coronavirus-2019-ncov>. Acesso em: 20 maio 2020.



CAPÍTULO 9

DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19

DEPRESSION IN ADOLESCENTS IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC

Amarildo da Silva Cunha¹

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.9

¹ Instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Tocantins - IFTO - Campus Paraíso do Tocantins - TO, amarildo.cunha@ifto.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/2751995462594093>.

RESUMO

A pandemia da COVID-19 vem impactando significativamente a saúde mental da população mundial, em especial os adolescentes. O presente estudo teve por objetivo, investigar a depressão na adolescência em circunstância da pandemia da COVID-19. Para tal fim, a pesquisa utilizou-se da revisão bibliográfica, utilizando-se de produções científicas publicadas sobre essa temática, buscando responder a seguinte pergunta: Quais os fatores relacionados à depressão na adolescência no contexto pandêmico atual? Uma recente revisão integrativa da literatura evidenciou que o público infanto-juvenil que já apresentava transtornos psiquiátricos antes da pandemia, quando inseridos em situação de afastamento e isolamento social, apresenta indício de prognóstico deletério em relação a populações saudáveis (RIBEIRO, 2021). É necessário que os adolescentes ao apresentarem manifestações depressivas, receba suporte daqueles que estão à sua volta, em especial a família e outros que fazem parte do seu convívio social.

Palavras-chave: Adolescência. Depressão. COVID-19. Pandemia.

ABSTRACT

The pandemic of COVID-19 has been significantly impacting the mental health of the world's population, especially adolescents. The present study aimed to investigate depression in adolescence under the circumstance of the COVID-19 pandemic. To this end, the research used a bibliographic review, using scientific productions published on this theme, seeking to answer the following question: What are the factors related to depression in adolescence in the current pandemic context? A recent integrative literature review evidenced that the children and teenagers who already presented psychiatric disorders before the pandemic, when placed in a situation of social isolation and withdrawal, present a deleterious prognosis in relation to healthy populations (RIBEIRO, 2021). It is necessary that adolescents, when presenting depressive manifestations, receive support from those around them, especially the family and others who are part of their social life.

Keywords: Adolescence. Depression. COVID-19. Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2020, a COVID-19 causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), foi considerada pela OMS (Organização Mundial da Saúde), uma pandemia, surgindo um dos maiores problemas de Saúde no mundo. “Mesmo mantidos os serviços essenciais, as crianças e os adolescentes foram afastados do convívio social e

forçados ao isolamento (FIOCRUZ, 2020, p. 7)". Mediante a esse fato, a pandemia da COVID-19 vem impactando significativamente a saúde mental da população mundial, em especial os adolescentes. Pois, é uma fase da vida humana que os púberes ficam mais vulneráveis aos eventos estressores, desenvolvendo problemas de ordem psicológicas e psiquiátricas.

A vista disso, o presente estudo teve por objetivo, investigar a depressão na adolescência em circunstância da pandemia da COVID-19. Para tal fim, a pesquisa utilizou-se da revisão bibliográfica de produções científicas publicadas sobre essa temática, buscando responder a seguinte pergunta: Quais os fatores relacionados à depressão na adolescência no contexto pandêmico atual?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em 2020, a Covid-19 a COVID-19 causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), foi considerada pela OMS, uma pandemia, surgindo um dos maiores problemas de Saúde no mundo. De acordo com a OMS, é considerado situação pandêmica a disseminação mundial de uma doença nova, que afeta uma região e espalha-se por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. Portanto, mesmo mantidos os serviços essenciais, às crianças e os adolescentes foram afastados do convívio social e forçados ao isolamento (FIOCRUZ, 2020, p. 7)". Mediante a esse fato, a pandemia da COVID-19 vem impactando significativamente a saúde mental da população mundial, em especial os adolescentes. Pois, é uma fase da vida humana que os púberes ficam mais vulneráveis aos eventos estressores, desenvolvendo problemas de ordem psicológicas e psiquiátricas.

O Ministério da Saúde sugere como referência a Organização Mundial de Saúde (OMS), que estabelece a adolescência no período etário entre 10 e 19 anos. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), orienta que a adolescências inicia-se a partir dos doze até aos dezoito (BRASIL, 1990).

No que tange à adolescência, Baptista e Assunção Jr. (1999), destaca que é uma fase em que ocorrem mudanças, inquietações, dúvidas e conseqüentemente, alterações no comportamento. Assim, a adolescência pode ser caracterizada como um período em que se desenvolve um conjunto de mudança evolutiva que está ligado à maturação física, biológica, ajustamento psicológico e social do indivíduo. Portanto, a adolescência é por si só, um período de muitos conflitos, associado à conjuntura da pandemia da COVID-19. Esse período do desenvolvimento humano tende a ser mais confuso e propiciando o surgimento de sintomatologia depressiva.

Estudos da Fiocruz (2020), apontam que o impacto da pandemia na infância e adolescência tem efeitos diretos e indiretos, dentre os impactos diretos destacam-se: O estresse (e sua toxicidade associada) que afeta enormemente a saúde mental de crianças e adolescentes, gerando um claro aumento de sintomas de depressão e ansiedade. Bahls (2004), deixa claro que vários são os fatores que colaboram com o desenvolvimento da depressão na adolescência. Dentre eles, podemos citar como fundamental as mudanças que ocorrem nesse período, como as variações hormonais e conseqüentemente as alterações morfológicas, fatores sociais, afetivos, familiares e outros. Nesse sentido, as particularidades citadas por Bahls (2004), associados às vivências em situação pandêmica, em especial o distanciamento e isolamento social, podem favorecer o adoecimento mental de adolescentes (MILIAUSKAS & FAUS, 2020).

“Experiências internacionais alocam as pandemias ao lado das catástrofes naturais, guerras e acidentes como desastres, sendo estes explicados como eventos traumáticos em larga escala capazes de alterar os sujeitos individual e coletivamente” (FIOCRUZ, 2020 apud HOWEN; AMSEL; TYANO, 2019).

Tendo em vista essa perspectiva, Rego e Maia (2021) destacam que os adolescentes estão demasiadamente expostos a estressores psicossociais provocado pela pandemia, pois, “uma vez que medidas de contenção da população para reduzir a disseminação do vírus sejam necessárias, eles podem ser potencialmente afetados pela interrupção na rotina da vida diária (REGO e MAIA, 2021, P. 2).”

Diante deste cenário, (SILVA e ROSA, 2021 p.193) destaca que:

Essa emergência de saúde pública gera medo e pode desencadear maior desconforto emocional e conseqüências psicológicas, que vão desde respostas de angústia, como ansiedade, depressão, e abuso de substâncias, até mudanças comportamentais, como dificuldade para dormir e alterações alimentares.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa, trata-se da revisão bibliográfica, dispondo-se de produções científicas publicadas sobre essa temática nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico e Scielo. A revisão bibliográfica é baseada em: “levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites (FONSECA, 2002, p. 31).”

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após alguns meses que a Organização Mundial de Saúde (OMS), elevou o estado de contaminação à pandemia da COVID-19, observou-se vários estudos apontarem a elevação de casos de depressão, estresse e outras sintomatologias de

ordem psiquiátrica e psicológica, associadas a esse contexto. Corroborando com essa constatação, podemos apontar os seguintes estudos: (MILIAUSKAS & FAUS, 2020; BARROS, et. al, 2020;).

Gomes et al. (2021), aponta na sua pesquisa realizada na cidade de Niterói-RJ, com adolescentes do ensino médio de uma escola pública, os seguintes resultados: “As emoções expressas pelos adolescentes escolares diante da pandemia foram cansaço (63,6%), tristeza (45,5%), saudades do colégio e dos amigos (45,5%), falta das aulas presenciais (18,2%), indiferença (27,3%) e depressão (9,1%) (GOMES et al. 2021, p. 3)”. Nessa pesquisa foi observado a prevalência de sintomas depressivos, como cansaço e tristeza, além dos 9,1% que apresentaram depressão. A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID 10, de 1996, faz uso de critérios para o diagnóstico da depressão (leve, moderada e grave), em que o indivíduo habitualmente apresenta humor deprimido, perda de interesse, prazer, energia reduzida, fadigamento (fadiga, cansaço) e diminuição das atividades habituais.

Uma recente revisão integrativa da literatura evidenciou que o público infanto-juvenil que já apresentava transtornos psiquiátricos antes da pandemia, quando inseridos em situação de afastamento e isolamento social, apresenta indício de prognóstico deletério em relação a populações saudáveis (RIBEIRO, 2021). Ainda o mesmo estudo aponta que a situação pandêmica gera consequências físicas, sociais e psicológicas traumáticas em toda população e em especial nos indivíduos infanto-juvenil.

Além desta situação, Oliveira et al. (2020) indica no seu estudo a violência doméstica com outro fator de vulnerabilidade como possível causa de adoecimento nessa faixa etária:

violência doméstica no contexto familiar também podem aumentar durante o período de distanciamento social. A partir do momento que as escolas foram fechadas, os adolescentes puderam ficar mais próximos de figuras parentais abusivas que utilizam castigos físicos ou práticas de punição física para controlar comportamentos indesejados (p.7)

Nesse sentido, GOMES et al. (2021), salienta que as relações sociais e vínculos, têm uma influência significativa na preservação do estado emocional de adolescente. Com o advento da pandemia, tanto as relações pessoais, quanto aos vínculos, foram prejudicadas, contribuindo com surgimento de quadro depressivo e outras sintomatologias relacionadas com o adoecimento mental. Ainda, Almeida e Junior (2021) destacam que o isolamento e o distanciamento empregado para a contenção da transmissão da COVID-19, impactou negativamente no bem-estar físico e mental

de crianças e púberes. Deste modo, “houve um aumento de casos de ansiedade e depressão na população infantil e adolescente, os quais sofreram com sentimentos como solidão, incerteza, estresse, medo, frustração e irritabilidade” (ALMEIDA E JÚNIOR, 2021, p. 8)“.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados, é possível identificar que as implicações de medidas de contingenciamento, assim como o distanciamento social e a suspensão de atividades diárias presenciais, podem desencadear elevado desconforto emocional e aumento do risco de doenças psiquiátricas, em especial a depressão em adolescentes. Pois, além de passarem pelos conflitos específicos do desenvolvimento dessa faixa etária, tiveram que vivenciar o medo, estresse e desamparo advinda da pandemia da COVID-19. Além da depressão, outros transtornos de ordem psiquiátricos, como estresse pós-traumático, transtornos de ansiedade, bem como sintomas relacionados ao sentimento de luto, foram observados nesse contexto.

Ainda de acordo com o resultado, foi possível observar que as relações sociais e vínculos, prejudicados com a pandemia, influenciam diretamente no estado emocional dos adolescentes, contribuindo para o surgimento de sintomas depressivos e outros quadros de adoecimento mental.

Assim é necessário que os adolescentes ao apresentarem manifestações depressivas, receba suporte daqueles que estão à sua volta, em especial a família e outros que fazem parte do seu convívio social. Além disso, é importante a busca de profissionais qualificados para auxiliar no tratamento do processo de adoecimento desse público.

Fundamentado no exposto, é importante a promoção de mais estudos com objetivo de avaliar tanto os impactos à curto e à longo prazo das estratégias de contenção da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isadora Maria Gomes; JÚNIOR, Auvani Antunes da Silva . Os impactos biopsicossociais sofridos pela população infantil durante a pandemia do COVID-19 . **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. 10, 2021. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12286>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BARROS, et. al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epide-**

miol. Serv. Saude. Brasília, 29(4):e2020427, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ress/2020.v29n4/e2020427/pt/>. Acesso em: 29 de set. de 2021.

BAPTISTA, M. N.; ASSUMPCÃO JR, F. B. **Depressão na adolescência: Uma visão multifatorial.** São Paulo: Pedagogia e Universitária LTDA, 1999.

BAHLS, S.C. **A depressão em crianças e adolescentes e seu tratamento.** São Paulo: Lemos Editorial, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília, 2010a. 132 p. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf. Acesso em: 02 de ago. de 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 18 de ago de 2021.

FIOCRUZ. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. COVID-19 e Saúde da Criança e do Adolescente. Ago., 2020. Disponível em: http://www.iff.fiocruz.br/pdf/covid19_saude_crianca_adolescente.pdf. Acesso em: 05 de ago. de 2021.

FONSECA, João José Saraiva. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em 02 de ago 2021.

GOMES, Aline Dias, et al. Emoções manifestas por adolescentes escolares na pandemia COVID-19. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e47110313179, 2021. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13179>. Acesso em: 25 de set. 2021.

MILIAUSKAS, Claudia Reis; FAUS, Daniela Porto. Saúde mental de adolescentes em tempos de Covid-19: desafios e possibilidades de enfrentamento. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 30(4), e300402. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/W578M6SCTxdZQxCCtFJSbrH/?lang=pt>. Acesso em: 8 de ago. de 2021.

SILVA, Simone Martins da; ROSA, Adiane Ribeiro. O impacto da covid-19 na saúde mental dos estudantes e o papel das instituições de ensino como fator de promoção e proteção. **Revista Prâksis**. n. 2, 189–206, 2021 Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/download/2446/2856> . Acesso em: 07 de ago. de 2021.

REGO, Kahena de Oliveira.; MAIA, Juliana Leal Freitas. Ansiedade em adolescentes no contexto da pandemia por COVID-19. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 6, p. e39010615930, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15930> . Acesso em: 12 de ago. de 2021.

RIBEIRO, Bruna Luísa Ferlin. **COVID-19: Repercussões do isolamento social na saúde mental infantojuvenil**. 2021. Trabalho de conclusão de curso (especialização) - Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/219074>. Acesso em: 30 de set. de 2021.

Organização Mundial da Saúde. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde: CID-10 Décima revisão**. Trad de Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. Vol 2, 3 ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; et al. A saúde do adolescente em tempos da

COVID-19: scoping review. **Card. de Saúde Pública (online)**; 36(8): e00150020, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/HFr6JFJ7SqTLk8KLBPgTQ-ZP/?lang=pt>. Acesso em 15 de ago. de 2021.

Revisão textual

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

CAPÍTULO 10

ALEXANDER HAMILTON: O FEDERALISTA E O PLANO FINANCEIRO

ALEXANDER HAMILTON: THE FEDERALIST AND THE FINANCIAL PLAN

Sofia Vicente Vagarinho¹

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.10

¹ St. Peter's International School, sofia.vagarinho@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-8037-0674>

RESUMO

Este trabalho explora as duas grandes obras de Alexander Hamilton, isto é, *O Federalista* e o plano financeiro. A primeira destaca-se, pelo facto de defender cinco palavras básicas: federalismo, equilíbrio, separação de poderes, pluralismo e representação. A segunda, apresenta uma engenharia financeira constituída por quatro itens: financiamento da dívida, criação de um fundo de amortização, receita fiscal e Banco dos Estados Unidos. Este estudo permitiu concluir que, Alexander Hamilton não só mudou a estratégia, o pensamento, a organização política e económica da América, como também iniciou aquilo que hoje conhecemos como a maior potência mundial.

Palavras chave: Alexander Hamilton. *Federalista*. Plano financeiro

ABSTRACT

This research explores the two-great works of Alexander Hamilton, *The Federalist* and the financial plan. The first stands out because it defends five basic words: federalism, balance, separation of powers, pluralism and representation. The second presents the design of financial engineering consisting of four items: debt financing, creation of an amortization fund, tax revenue and the Bank of the United States. This study allowed us to conclude that Alexander Hamilton not only changed America's strategy, thinking, political and economic organization but also started what we today know as the greatest world power.

Keywords: Alexander Hamilton. *The Federalist*. Financial plan.

1 INTRODUÇÃO

Por volta do século XVII, os ingleses iniciaram a colonização da América, a qual se dividia em duas regiões, o norte e o sul (Smith, 2019).

As colónias do Norte ou Nova Inglaterra eram povoadas por europeus fugidos das atormentações religiosas, maioritariamente Ingleses, que tinham como objetivo transformar aquela região num local habitável, de pequenas propriedades, com uma economia baseada no comércio para consumo interno e a mão-de-obra era livre. As colónias do Sul eram exploradas pela Inglaterra com base no pacto colonial, com grandes propriedades de monocultura, possuíam mão-de-obra escrava e exportavam para as cidades inglesas. Estas duas regiões formavam treze colónias, controladas por Inglaterra para obterem lucros e recursos não disponíveis na Europa (Wahrman, 2001).

A rivalidade entre França e Inglaterra manifestou-se na Guerra dos Sete Anos pela posse de territórios do Norte, onde a Inglaterra ganhou (Junqueira, 2008). Para pagar o prejuízo da guerra, aumentaram os impostos e criaram leis que enfraqueciam as liberdades do povo (lei do chá, do selo e do açúcar), o que originou protestos e manifestações contra a Inglaterra por parte dos colonos. Destes protestos, surgem revoltas e posteriormente desencadeia-se a guerra da independência (também chamada de Revolução Americana), a qual é vencida pelos Americanos com o apoio da França (Kitayama, Park, Sevincer, Karasawa, & Uskul, 2009).

A Revolução Americana de 1776, tal como a Revolução Francesa, estava inserida em movimentos liberais da burguesia do século XVIII motivados por teóricos racionalistas como John Locke e Rousseau erguendo uma nova estrutura e configuração do poder político onde a monarquia e nobreza foram afastadas, nascendo um Estado (posteriormente com uma constituição) (Greene, 2000; Forsdick e Høgsbjerg, 2014; Taylor, 2020).

Embora se mudasse o quadro existente, o Estado era construído à imagem da burguesia para manter os seus privilégios que praticamente ignoravam os direitos da liberdade, igualdade, separação de poderes, criavam uma codificação de leis e realizavam julgamentos “publicitários” (Chatterjee, 2020). Apesar de não existir rei absoluto na América para ser derrubado, nem uma classe aristocrática hereditária nesta sociedade, os revolucionários Americanos, o que pretendiam na verdade, era transferir o lucrativo e atrativo comércio das 13 colônias britânicas da burguesia Inglesa para a burguesia Americana (Gordon, 2017). As teorias de John Locke através dos seus tratados (Governo Civil e Constituição) para os governos dos 13 Estados soberanos deram lugar ao *Contrato Social* de Rousseau, onde existia uma assembleia pública e o povo se reunia para fazer as suas próprias leis, ou seja, existia um comprometimento com a democracia, um governo questionado pelo domínio legislativo, com forças políticas progressistas e representado por antifederalistas (Chatterjee, 2020; Starr, 2019). Do outro lado, estavam os federalistas, onde na base eram adeptos de um executivo forte com forças políticas conservadoras liberais burguesas (Taylor, 2020).

Este trabalho é um resultado de uma investigação realizada em torno das duas obras mais importantes de Alexander Hamilton. Durante a pesquisa, constatou-se que diversos autores realizaram trabalhos de enorme qualidade, contudo muito particulares, isto é, apenas uma das obras e por vezes partes específicas das mesmas.

A investigação realizada em torno destas duas obras nota a ausência de trabalhos menos divididos, por essa razão, o objetivo desta pesquisa é apresentar uma

visão de ambos, rompendo assim, com relatos individualistas e consolidando tudo num único trabalho.

2 METODOLOGIA

O trabalho realizado, apresenta um estudo descritivo, elaborado com recurso à revisão da bibliografia, a qual seguiu uma estratégia de seleção de informação científica tendo em conta os seguintes critérios, i) estarem presentes em vários repositórios científicos para garantir a diversidade, o máximo de qualidade e rigor do trabalho; ii) os repositórios utilizados possuem impacto significativo na ciência pela sua reputação na publicação de artigos e na sua consulta para elaboração de novos trabalhos científicos; iii) terem sido publicados preferencialmente após o ano de 2000, para que, fossem os mais atuais possíveis.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Breves dados biográficos e principais obras

Alexander Hamilton nasceu na ilha de Nevis (Nash, 2019) e após ter ficado órfão foi adotado por um mercador que o ensinou um pouco de Economia e Direito (Presser, 2006).

Através de ligações com Cruger e Knox em Nova Iorque e Nova Jersey, Hamilton deixa a ilha e chega a Boston por volta do ano de 1772 (Boschman, 2019). Durante a Guerra da Independência passou por vários cargos como capitão, tenente-coronel e comandante-chefe do exército rebelde (Nash, 2019).

Após a guerra, viajou para Nova Iorque e depois para Nova Jersey, onde iniciou os seus estudos de direito sob a responsabilidade de dois políticos da Nova Inglaterra (William Livingstone e Elias Boudinot), posteriormente exerceu a respetiva profissão (Martínez, 2005).

Em seguida, juntou-se a um grupo que defendia o oposto ao interesse do governo atual (Nash, 2019) e é neste contexto que surge a primeira obra a analisar neste trabalho, *O Federalista*, de Alexander Hamilton, James Madison e John Jay, a qual possui um conjunto de artigos publicados em jornais sobre os princípios do governo e que, tiveram uma importância determinante na edição da Constituição dos Estados Unidos da América (Vermeule, 2012a; Newman e Zacek, 2014; Boschman, 2019).

Os autores referidos em torno de Hamilton, assinalam um acontecimento entusiasmante da história política e da economia norte-americana, na medida em que,

O *Federalista*, tocou em temas políticos e humanos intemporais¹ numa perspectiva político-filosófica² ocidental. Trata-se, por isso, de uma obra que aborda uma sociedade justa e boa, adicionando a construção de uma sociedade política gigantesca, que, em conjunto / num todo, originaria o estado da nação americana, portanto, relata princípios do Direito Constitucional (Vermeule, 2012b).

Alexander Hamilton não se destacou apenas por *O Federalista*, o qual permitiu ser considerado por muitos o Pai da Constituição dos EUA, mas também por outras obras igualmente importantes, principalmente no campo da história econômica, no período que foi secretário do tesouro (Presser, 2006), em particular, na definição de um plano para as finanças da nação (obra 2 deste trabalho), em especial, desenhou um dos maiores sucessos da história de programas financeiros, constituído por quatro elementos, que eram o financiamento da dívida nacional, a criação de um fundo de amortização, a garantia de receita fiscal e a criação do primeiro Banco dos Estados Unidos³ (Cowen, 2000; Bordo & Végh, 2002).

3.2 Análise das duas principais obras

3.2.1 *O Federalista*

Os artigos federalistas ou *O Federalista* são constituídos por um conjunto de 85 princípios do governo elaborados por James Madison, Alexander Hamilton e John Jay com o objetivo de ratificar a Constituição, foram publicados em diferentes jornais de Nova Iorque de forma anónima, sob o pseudónimo Publius (Frank, 2009), aludindo a Publius Valerius Publicola⁴ do século VI a.C., o salvador da República Romana (Stadter, 2011).

De acordo com Godman (2008), Alexander Hamilton escreveu 50 artigos, James Madison, que escreveu 27 artigos, John Jay escreveu 5 artigos. Porém, três artigos foram escritos por Madison e supervisionados atentamente por Hamilton, tal como mostra o sublinhado a amarelo na tabela 1.

1 Significa que não se situa num determinado tempo (Santos & Simeão, 2020, p. 1).

2 Preocupa-se com diversas questões que surgem do convívio social como forma de se organizarem ou agruparem (Heck, 2000, pp. 6-15).

3 Hoje é o banco central dos Estados Unidos (FED - Federal Reserve System), cujo edifício é propriedade de vários bancos (não é propriedade do estado). Possui várias funções, como por exemplo, estabilizar a inflação, criar o maior número de empregos possível, manter as taxas de juro moderadas, regular os bancos privados, fortalecer a economia dos EUA a nível mundial, entre outras.

4 Famoso pela sua competência em expressar-se, dignidade e dedicação a causa republicana (Stadter, 2011, p. 202).

Tabela 1 - Autores dos artigos d'O Federalista, adaptado de (Goldman, 2008).

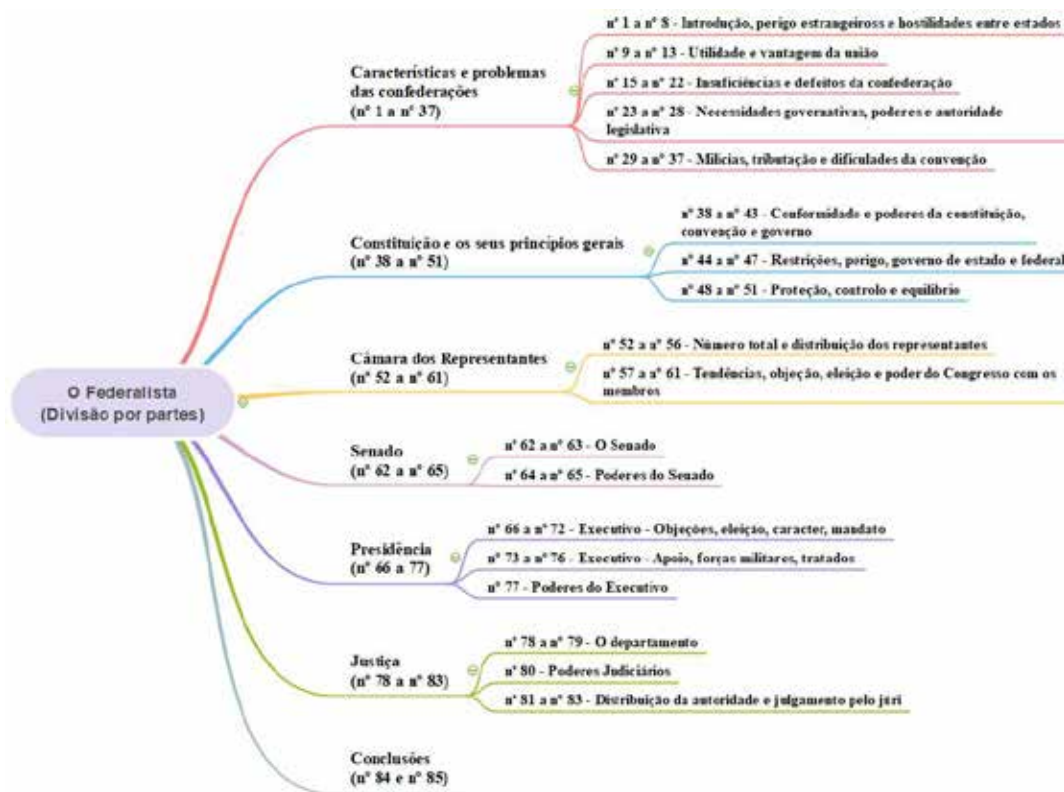
Principal autor dos artigos	Identificação dos artigos realizados
Alexander Hamilton	1, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 59, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85
James Madison	9, 10, 14, 18, 19, 20, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62 e 63
John Jay	2, 3, 4, 5 e 64

Os documentos possuem uma enorme importância a nível da disputa entre Federalistas e Antifederalistas por uma nova Constituição e, pelo entendimento alcançado na construção do constitucionalismo nos EUA, ou seja, uma generosidade teórica e prática que mudou a história mundial (Boschken, 1982; Lacroix, 2010).

Estavam divididos em sete partes de acordo com temas relacionados (cada parte possuía um conjunto de artigos), os temas tinham como título as características e problemas das confederações (nº 1 a nº 37), a constituição e os seus princípios gerais (nº 38 a nº 51), Câmara dos Representantes (nº 52 a nº 61), Senado (nº 62 a nº 65), Presidência (nº 66 a 77), Justiça (nº 78 a nº 83) e conclusões (nº 84 e nº 85) (Frank, 2009).

Cada parte é constituída por temas, como mostra a figura 1.

Figura 1 - Partes e temas dos artigos “Os Federalistas”, adaptado de (Frank, 2009).



Parte 1 - Características e problemas das confederações

Na visão dos Federalistas, tal ratificação era necessária pelas crises que ocorriam desde a declaração de independência das treze colónias britânicas, tornando-se estados independentes e com adoção de um regime federado (Martínez, 2005). Apesar de existir um governo central, era permitido demasiada autonomia em cada estado em termos políticos e jurídicos (Lee, 2020), portanto, era excessivamente descentralizado, desunido, com dificuldades em alterar as leis e implementá-las, pelo que, era difícil o país se organizar como um todo e isso fragilizava a economia, a justiça, a força militar e a segurança das pessoas devido à instabilidade instalada (Lacroix, 2010; Webster, 2016), pelo que, poderia originar uma guerra civil entre os Estados, estavam demasiado expostos a uma invasão externa (britânica ou de outras potências) em um ou mais estados americanos, existiam disputas políticas entre estados, assistia-se a disputas comerciais entre estados, era necessária uma força própria militar em cada estado para se defender, pelo que, punha em causa os direitos e liberdades cívicas (Martínez, 2005).

Parte 2 - Constituição e os seus princípios gerais

Por estes motivos, na visão de Alexander Hamilton, a solução era criar um novo sistema político em que existisse um poder central forte, uma autonomia legislada nos estados e um poder jurídico (Kritsch, 2011), isto é, uma clara separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (O'Hara, 2008).

Ou seja, tinha de existir uma organização política por níveis com união, uma justiça eficaz, dar voz ao povo e uma forma de tributação de impostos sobre importações, assim, a América poderia desenvolver-se economicamente e dar segurança aos seus cidadãos e à governação (Gamper, 2005; Frank, 2009).

Parte 3 - Câmara dos representantes⁵

A ideia era distribuir o poder político em duas partes, o governo central (que representava a união ou federação) e um conjunto de unidades (13 estados) em que existisse uma organização política por níveis, a qual envolvia a eleição de um Presidente e membros para um sistema bicameral composto pela Câmara dos representantes e pelo Senado (Lee, 2020). Existia uma constituição federal base vinculante para todos e em complemento os estados administravam o seu próprio território de acordo com as suas competências administrativas e fiscais (Kritsch, 2011). No sistema bicameral as leis eram aprovadas por maioria de 2/3 (Miller, 2007).

Parte 4 - Senado⁶

O Senado era necessário para garantir relações duradouras com as outras nações estrangeiras; garantir estabilidade e liberdade do povo americano controlando as pessoas com atitudes violentas; permitir ao Presidente realizar tratados desde que possua o consentimento do senado em 2/3 (assim o Senado garante que os Estados recebem voto igual na criação do tratado e controla o poder do Presidente) e, utilizar o Senado como um tribunal de impeachment⁷ (Bailey, 2008). Por outro lado, um membro do senado deveria de possuir um conjunto de características como ser americano pelo menos há 9 anos e ter idade superior a 30 anos; a nomeação do senador era votada nas legislaturas de estado, assim, mantinha o Senado exclusivo de um grupo de indivíduos selecionados, enquanto vinculava os dois grupos governamentais - Governo de estado e Governo nacional; a igualdade de representação no Senado, pretende regular o poder da Câmara dos Deputados e para tal dá igual poder a todos os estados do Senado, para que isto seja possível, cada Estado

⁵ Membro nacional eleita por todo o povo, uma vez que a sua formação não é por decisão dos Estados (Lee, 2020, pp. 30-66).

⁶ Ou Câmara Alta do Congresso, que em conjunto com a Câmara baixa (Câmara dos Representantes) formam a legislatura (assembleia com autoridade para fazer as leis)

⁷ Também conhecido por "impedimento" é o processo pelo qual o órgão legislativo faz uma ou mais acusações contra um funcionário do governo para que posteriormente seja levado a julgamento (Bailey, 2008).

possui dois senadores e cada um deles possui um voto; os senadores eram eleitos para mandatos de 6 anos para terem tempo de assumir responsabilidades pelos atos realizados (Greene, 2000). As objeções específicas ao poder do Senado para julgar os casos de impeachment eram quatro, a saber (Bailey, 2008; Goldman, 2008) i) a confusão das autoridades legislativas com as judiciárias que estavam no mesmo órgão, violavam a separação entre os diferentes departamentos do poder, mas Hamilton justifica tal necessidade como um equilíbrio nos poderes do presidente; ii) os opositores reclamavam que o Senado contribuía para um acúmulo indevido de poder nesse órgão e por isso tende a dar ao governo uma figura nobre, distinta e intocável mas Hamilton argumenta que a câmara alta podia atuar como contrapeso sobre o Senado por causa dos poderes exclusivos como por exemplo o poder do impeachment; iii) os senadores não serão capazes de julgar imparcialmente os presidentes, uma vez que foram eles que votaram a confirmação da sua nomeação, Hamilton justifica dizendo que o Senado baseia-se apenas em evidências de culpa; iv) os senadores não poderão julgar com imparcialidade pelo papel que desempenham na ratificação de tratados estrangeiros, Hamilton argumenta que o senado não se nomearia para a posição de lidar com os tratados estrangeiros mas sim contra aqueles que fazem corrupção e traição na formação dos tratados).

Parte 5 - Presidência

O Presidente só poderia nomear membros⁸ que não estejam diretamente nomeados na Constituição atual ou que será nomeado no futuro, sem ter de primeiro consultar o Senado, mas em seguida tem de obter a aprovação do Senado para sua nomeação. A eleição do presidente era realizada através de um processo eleitoral indireto⁹ no Colégio Eleitoral e no caso de uma votação empatada a Câmara dos Representantes faria a escolha, portanto o povo elegia os eleitores para o Colégio e estes seriam os mais capazes para analisar as qualidades adaptadas à posição. A eleição do Vice-presidente era igual à do presidente e o mandato de ambos era de 4 anos (Edling, 2007). No âmbito das forças militares, a decisão de guerra, era coletiva do grupo do gabinete presidencial, o qual era nomeado pelo Presidente, no entanto, a decisão final era feita pelo presidente, ou seja, o presidente tinha a capacidade de conduzir a guerra como entender ser mais adequado (Coleman, 2008).

Parte 6 - Justiça

A justiça tinha dois campos de atuação, por um lado, garantir a Constituição, isto é, as leis eram criadas por quem representava o povo mas esses representantes

8 Como embaixadores, ministérios públicos e cônsules, juizes da Suprema Corte ou outro qualquer membro.

9 Em vez dos cidadãos votarem no presidente diretamente, votam num representante.

não possuíam autorização para contrariar a Constituição, pelo que, o controlo dos limites da constituição evitava o excesso de poder (Goldman, 2008), por outro lado, era necessário julgar quem não cumprisse a lei (sistema judicial) (Karmis, 2020).

Hamilton, defendia uma democracia representativa em que o povo era soberano (dar voz ao povo) para evitar abuso de poder, pelo que, a sua representação estava presente na Câmara dos Representantes e no Senado (Soares, 1998).

Parte 7 - Conclusões

Esta parte apresenta resumo geral da Constituição. Descreve e chama a atenção para os perigos de uma nação sem um governo nacional, tal situação é afirmada de terrível. Fornece também uma contestação à oposição ativa para com a ratificação, apela para que não seja feita qualquer tentativa de revisão da Constituição proposta e foca-se nas operações do governo como os desafios na execução das leis bem como nas reformas necessárias para criar uma maior responsabilidade, eficiência e produtividade (Light, 2011).

3.2.2 O plano financeiro

Antes de 1790, os Estados Unidos estavam efetivamente falidos, na medida em que, grande parte da sua dívida foi contraída para sustentar a Guerra Revolucionária e não tinham um sistema bancário nem um mercado de capitais regular de suporte. O dinheiro do governo dependia da eficácia dos 13 estados em recolher e dividir a receita tributária. O governo era incapaz de pagar aos veteranos de guerra e muito menos pagar dívidas públicas (a governos estrangeiros e investidores internos) assim, era necessário e urgente um plano financeiro (Bordo & Végh, 2002). Esse plano financeiro foi desenhado por Hamilton quando George Washington foi empossado como presidente e o convidou para Secretário do Tesouro (Dogan & Bilgili, 2014).

O plano, incluía quatro componentes, que, na perspetiva de Hamilton, eram essenciais para reforçar a nova arquitetura financeira americana, as quais eram descritas como o financiamento da dívida nacional, a criação de um fundo de amortização, a garantia de receita fiscal e a criação do primeiro Banco dos Estados Unidos (Ellison & Scott, 2020).

Em concreto, o Relatório sobre o crédito público explica como era possível criar um mercado de capitais que permitisse o governo criar mecanismos para pagar e amortizar dívida através da conversão de antigos produtos financeiros nou-

tros de longo prazo¹⁰, ao mesmo tempo que se criavam novos produtos financeiros que permitiam o governo financiar-se e, com tudo isto, os juros a pagar e a dívida baixavam (Dogan & Bilgili, 2014).

Contudo, esta não era a única forma idealizada por Hamilton para financiar o governo, a criação de um fundo de amortização de dívida que era alimentado pela venda de terras públicas nos territórios ocidentais, por impostos sobre as importações e de receitas extraordinárias garantiam a credibilidade do seu programa de financiamento (Edling, 2007).

O governo tinha de ter a capacidade suficiente para cobrar as receitas fiscais, e estas, serem suficientes para “servir” continuamente a dívida. A dívida era fundamental para criar as condições para que o mercado de capitais de longo prazo funcionasse bem, este mercado, era considerado essencial para o futuro desenvolvimento económico e para o sucesso das finanças públicas (em vez de aumentar os impostos, o suficiente para pagar as dívidas) (Bordo e Végh, 2002; Edling e Kaplanoff, 2004).

O último componente era o Banco dos Estados Unidos, o primeiro banco, e que, era fundamental no pacote financeiro de Hamilton, um banco monopolista, inspirado no Banco da Inglaterra (Cowen, 2000). A função do banco central funcionaria como uma espécie de agente fiscal, que ajudava a guardar o dinheiro dos impostos, gestão da dívida, emitir moeda, forneceria empréstimos ao governo e privados (portanto controlava a oferta de dinheiro – gestão de crédito) e regulamentava o sistema bancário, de âmbito limitado. Enquanto os empréstimos ao governo seriam feitos quando existissem eventuais défices nas receitas fiscais, para o setor privado impulsionaria o desenvolvimento económico (Sylla & Cowen, 2019). Hamilton acreditava que através do fornecimento de dinheiro, com recurso à sua produção controlada pelo banco, seria capaz de fornecer o crescimento do país com a liquidez suficiente, no entanto, a emissão de moeda deveria ser controlada para evitar abusos (Cowen, 2000). O banco era criado com um capital dividido, ou seja, 20% seriam do estado e 80% do setor privado. Os 20% pertencentes ao estado permitiam ter um conselho de administração na instituição e dar o poder ao secretário do tesouro para auditar as contas (Sylla & Cowen, 2019).

¹⁰ Um exemplo desta prática foi quando o estado federal assumiu a dívida de todos os outros estados e a transformou por títulos da dívida. Esta “nova dívida” permitiu financiar o desenvolvimento de infraestrutura do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os federalistas concentravam-se nos riscos, em particular, na fraqueza militar descentralizada excessivamente, na instabilidade da democracia popular sem restrições e na insegurança dos direitos de propriedade, como argumento para defesa dos seus artigos.

Hamilton descreve O Federalista como um tratado sobre um governo livre, em paz e segurança, com base numa democracia constitucional, com um pensamento político ocidental clássico e um legislador da constituição, portanto, três grandes componentes (separadas) estavam presentes, ou seja, a legislação, o executivo e a justiça. Ele, pretendia que o governo central legislasse e executasse tudo o que era necessário e apropriado para cumprir as tarefas do país, pelo que, essas leis tinham mais influência do que as leis dos estados (Gamper, 2005) e o governo tinha os poderes necessários a uma tributação com sucesso (Bordo & Végh, 2002). Hamilton acreditava que, estes princípios, colocariam o governo numa posição intacta às agitações populares e tornariam os Estados Unidos comercialmente forte internamente e, posteriormente, externamente.

O modelo político que existe em Portugal, na sua organização, tem semelhanças com aquele que foi criado por Hamilton, isto é, um governo central, o qual está representado na Assembleia da República, uma representação distrital, outra autárquica (câmaras municipais) e o nível mais baixo, mas mais perto dos cidadãos – a junta de freguesia.

Em Portugal e muitos outros países, também existe uma separação de poderes, isto é, o legislativo (faz as leis), o executivo (gestão das leis) e o judicial (aplica as leis).

Hamilton criou, aquilo que hoje chamamos de função pública, com várias áreas de atuação e que atualmente chamados de ministérios.

Por outro lado, o plano financeiro de Hamilton permitiu pôr em prática uma reforma que originou num sistema de financiamento de dívida pública; uma máquina fiscal para cobrar receita; um mercado de capitais regulado para emitir dívida, pagá-la e atrair investidores de todo o mundo; e um banco nacional para sustentar não só o governo, mas também a economia americana.

O mesmo princípio de funcionamento está presente em muitos países com o financiamento da dívida assegurada por um produto chamado de obrigações do tesouro, um mercado de capitais regulado e internacional através da bolsa de valores

e um Banco principal local como regulador do sistema bancário e que contribui para sustentar a economia nacional de forma mais robusta possível.

Alexander Hamilton propôs a divisão do dólar em cents, tal ideia foi seguida, por exemplo, pela União Europeia com o Euro e pela Inglaterra com libra esterlina (1971).

Por fim, salientar que o plano financeiro de Hamilton permitiu equilibrar as finanças públicas, possuir um sistema financeiro forte o que originou na elaboração de um plano moderno e eficaz que permitiu o desenvolvimento industrial.

REFERÊNCIAS

Bailey, J. (2008). The New Unitary Executive and Democratic Theory: The Problem of Alexander Hamilton. *American Political Science Review*, 102(4), 453-465.

Bordo, M., & Végh, C. (2002). What if Alexander Hamilton had been Argentinean? A comparison of the early monetary experiences of Argentina and the United States. *Journal of Monetary Economics*, 49(3), 459-494.

Boschken, H. L. (1982). Organization Theory and Federalism: Interorganizational Networks and the Political Economy of The Federalist. *Organization Studies*, 3(4), 355-373.

Boschman, B. (2019). *Alexander Hamilton and the early Abolition Movement: The complexity behind Alexander Hamilton and his viewpoints on slavery and abolition*. Tese de Mestrado, Radboud University.

Breton, A. (2000). Federalism and Decentralization: Ownership Rights and the Superiority of Federalism. *Publius: The Journal of Federalism*, 30(2), 1-16.

Chaput, E. (2009). Michael I. Meyerson, Liberty's Blueprint: How Madison and Hamilton Wrote the Federalist Papers, Defined the Constitution, and Made Democracy Safe for the World. *Law and History Review*, 27(1), 213-215.

Chatterjee, M. (2020). Lockean Copyright versus Lockean Property. *Journal of Legal Analysis*, 12, 136-182.

Coleman, A. (2008). "A Second Bounaparty?" A Reexamination of Alexander Hamilton during the Franco-American Crisis, 1796-1801. *JSTOR*, 28(2), 183-214.

Cowen, D. (2000). The First Bank of the United States and the Securities Market Crash of 1792. *The Journal of Economic History*, 60(4), 1041-1060.

Dogan, İ., & Bilgili, F. (2014). The non-linear impact of high and growing government external debt on economic growth: A Markov Regime-switching approach. *Economic Modelling*, 39, 213-220.

- Edling, M. (2007). "So Immense a Power in the Affairs of War": Alexander Hamilton and the Restoration of Public Credit. *JSTOR*, 64(2), 287-326.
- Edling, M., & Kaplanoff, M. (2004). Alexander Hamilton's Fiscal Reform: Transforming the Structure of Taxation in the Early Republic. *JSTOR*, 61(4), 713-744.
- Ellison, M., & Scott, A. (2020). Managing the UK National Debt 1694–2018. *American Economic Journal: Macroeconomics*, 12(3), 227-257.
- Forsdick, C., & Høgsbjerg, C. (2014). Sergei Eisenstein and the Haitian Revolution: 'The Confrontation Between Black and White Explodes Into Red'. *History Workshop Journal*, 78(1), 157–185.
- Frank, J. (2009). Publius and Political Imagination. *Political Theory*, 37(1), 69-98.
- Gamper, A. (2005). A "Global Theory of Federalism": The Nature and Challenges of a Federal State. *German Law Journal*, 6(10), 1297-1318.
- Goldman, L. (2008). *The Federalist Papers / Alexander Hamilton, James Madison, and John Jay*. (L. Goldman, Ed.) New York: Oxford University Press.
- Gordon, M. (2017). *British Colonial Violence in Perak, Sierra Leone and the Sudan*. Tese de Doutorado, Royal Holloway, University of London.
- Greene, J. (2000). The American Revolution. *American Historical Review*, 105(1), 93–102.
- Heck, J. (2000). Justiça e Direito: Uma abordagem Politico-Filosofica. *Revista Jurídica*(2), 6-20.
- Junqueira, M. (2008). Charles Wilkes, a U. S. Exploring Expedition e a busca dos Estados Unidos da América por um lugar no mundo (1838-1842). *Revista Tempo*(25), 120-138.
- Karmis, D. (2020). Patriotism and Federalism. Em M. Sardoč, *Handbook of Patriotism* (pp. 839-854). Springer.
- Kincaid, J. (2014). The Federalist and V. Ostrom on Concurrent Taxation and Federalism. *Publius: The Journal of Federalism*, 44(2), 275–297.
- Kitayama, S., Park, H., Sevincer, A., Karasawa, M., & Uskul, A. (2009). A cultural task analysis of implicit independence: Comparing North America, Western Europe, and East Asia. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97(2), 236–255.
- Kritsch, R. (2011). República representativa, pluralismo e sistema social e institucional de checks and balances em 'Os artigos federalistas'. *Revista Espaço Acadêmico*, 11(121), 74-86.
- LaCroix, A. (2010). The Authority for Federalism: Madison's Negative and the Origins of Federal Ideology. *Law and History Review*, 28(2), 451-505.

- LaCroix, A. (2012). Federalists, Federalism, and Federal Jurisdiction. *Law and History review*, 30(1), 205-244.
- Lee, S. (2020). The real promise of federalism: A case study of Arendt's international thought. *European Journal of Political Theory*, 30-66.
- Light, P. (2011). Federalist No. 85: Has the National Government Become an "Awful Spectacle"? *PAR*, 71(1), 155-159.
- Martínez, M. (2005). Alexander Hamilton Los Orígenes Del Nacionalismo Político Contemporáneo. *Revista de Estudios Políticos*, 1(127), 25-55.
- Miller, F. (2007). The Rule of Reason in Plato's Statesman and the American Federalist. *Social Philosophy and Policy*, 24(2), 90-129.
- Nash, A. (2019). *In search of a father: Alexander Hamilton and his father figures*. Tese de Mestrado, Southern New Hampshire University.
- Newman, S. P., & Zacek, N. (2014). Settler Society in the English Leeward Islands, 1670-1776. *The American Historical Review*, 119(4), 1314-1315.
- O'Hara, J. (2008). Aristocratic and Confederate Republicanism in Hamiltonian Thought and Practice. *Publius: The Journal of Federalism*, 38(1), 56-80.
- Presser, S. (2006). Alexander Hamilton. *Journal of American History*, 93(1), 192-193.
- Santos, D., & Simeão, Á. (2020). Direitos Fundamentais: Suas dimensões. *Revista Processus*, 1(1), 1-7.
- Scherr, A. (2020). Alexander Hamilton and the Sedition Act: A Founder's Ambivalence on Freedom of the Press. *Journalism History*, 46(1), 50-73.
- Smith, R. (2019). Lockean Liberalism and American Constitutionalism in the Twenty-First Century: The Declaration of Independence or "America First"? *American Political Thought*, 8(2), 1-8.
- Soares, M. (1998). Federação, democracia e instituições políticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 44, 137-165.
- Stadter, P. (2011). Alexander Hamilton's Notes on Plutarch in His Pay Book. *The Review of Politics*, 73(2), 199-217.
- Starr, G. (2019). Securing the Main Chance: Prudential Belief from Tillotson to De-foe. *Literature and Theology*, 33(1), 69-89.
- Sylla, R., & Cowen, D. (2019). Hamilton and the U.S. Financial Revolution. *Journal of Applied Corporate Finance*, 31(4), 10-15.
- Taylor, B. (2020). Philosophical Solitude: David Hume versus Jean-Jacques Rousseau. *History Workshop Journal*, 89, 1-21.

Vermeule, A. (2012a). Precautionary Principles in Constitutional Law. *Journal of Legal Analysis*, 4(1), 181-222.

Vermeule, A. (2012a). Precautionary Principles in Constitutional Law. *Journal of Legal Analysis*, 4(1), 181-222.

Vermeule, A. (2012b). Introduction: Political Risk And Public Law. *Journal of Legal Analysis*, 4(1), 1-6.

Vermeule, A. (2012b). Introduction: Political Risk And Public Law. *Journal of Legal Analysis*, 4(1), 1-6.

Wahrman, D. (2001). The English Problem of Identity in the American Revolution. *JSTOR*, 106(4), 1236-1262.

Webster, G. (2016). The Purpose, Structure and Limitations of the Electoral College. *The Geography Teacher*, 13(3), 101-105.

CAPÍTULO 11

SOB O OLHAR DA VIRGEM, FESTEJANDO UMA IGREJA TRANSFERIDA: O SANTO, MAGNO E DOGMÁTICO CONCÍLIO PALMARIANO (1980-1992)

UNDER THE EYE OF THE VIRGIN, CELEBRATING A TRANSFERRED CHURCH: THE HOLY, GREAT AND DOGMATIC PALMARIAN COUNCIL (1980-1992)

Pedro Luiz Câmara Dantas¹

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.11

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN - Brasil), pluizcd@gmail.com

RESUMO

A Igreja Cristã Palmariana dos Carmelitas da Santa Face é uma instituição religiosa espanhola que fundamenta suas origens nas aparições marianas acontecidas e registradas pela primeira vez no dia 30 de março de 1968, que reuniram centenas de devotos e curiosos no pequeno povoado sevilhano de El Palmar de Troya. Seu fundador, Clemente Domínguez y Gómez, que era cego e dizia ter visões celestiais, proclamou-se legítimo Papa Católico com o nome de Gregório XVII dez anos depois, no dia 6 de agosto de 1978, afirmando que a Santa Sé havia sido transferida da cidade de Roma para a pequena aldeia do Palmar de Troya. Em janeiro de 1980, no início do segundo ano do seu pontificado, Clemente Domínguez convocou um grande concílio para deliberar sobre questões doutrinárias e litúrgicas que norteariam os rumos de sua Igreja. Essa reunião, marcada de pompa e de apelo ao espetáculo, durou doze anos e demarcou a total cisão entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Palmariana, estabelecida com um papado paralelo e rival ao já existente no Vaticano. Com base nesses acontecimentos, o presente trabalho sugere uma pesquisa histórica e reflexiva dentro do campo da História das Religiões, buscando entender os processos de formação e de organização da Igreja Católica Palmariana através dos agentes diretamente envolvidos nos mesmos. Uma ampla quantidade de documentos originais e de arquivos fotográficos provenientes dos acervos de ex-seguidores dessa religião foi adicionada ao alicerce documental deste estudo, proporcionando o entendimento dos eventos e doutrinas resultantes deste concílio.

Palavras-chave: Igreja Palmariana. El Palmar de Troya. Concílio.

ABSTRACT

The Christian Palmarian Church of the Carmelites of the Holy Face is a Spanish religious institution that fundamentals its origins on the Marian apparitions that took place and were first registered on March 30, 1968, which brought together hundreds of devout and curious ones in the small Sevillian village of El Palmar de Troya. Its founder, Clemente Domínguez y Gómez, who was blind and reported to have celestial visions, self-proclaimed the legitimate Catholic Pope named Gregory XVII ten years later, on August 6, 1978, claiming that the Holy See had been transferred from the city of Rome to the small village of Palmar de Troya. In January 1980, at the beginning of the second year of his pontificate, Clemente Domínguez called a great council to deliberate on liturgical and doctrinal matters that would guide his church's path. This meeting, marked by pomp and appeal to the spectacle, lasted for twelve years and the utter schism between the Roman Apostolic Catholic Church

and the Palmarian Church, established by a parallel and rival to the existing Vatican papacy. Based on these events, this paper suggests historical and reflexive research within the History of Religions field, seeking to comprehend the formation processes and the organization of the Christian Palmarian Church through the agents directly involved in them. A wide range of original documents and photographic archives were added to the documental groundwork of this study, providing an understanding of the events and doctrines resulting from this council.

Keywords: Palmarian Church. El Palmar de Troya. Council.

1 INTRODUÇÃO

Em 30 de março de 1968, no pequeno povoado espanhol de *El Palmar de Troya*, localizado no interior da Província de Sevilha, quatro meninas¹ residentes da localidade relataram aos seus pais e vizinhos terem visto Maria sob uma pequena árvore² em um terreno próximo da zona habitada. Nesse dia, foram registradas as primeiras aparições marianas do local. O lugar, um grande campo a céu aberto, se chamava *La Alcaparrosa* e, segundo as crianças, a visão sobrenatural era a Virgem do Carmo. Esta e outras histórias similares se espalharam com grande rapidez pelo Palmar de Troya e por outras cidades da Andaluzia, mobilizando um considerável número de devotos e curiosos. A Figura 1 apresenta um grupo de fiéis reunidos junto ao altar erguido no local das aparições:

Figura 1 - Devotos das aparições palmarianas reunidos junto ao altar da Virgem do Carmo em *El Palmar de Troya* (Domingo de Ramos de 1973).



Fonte: Arquivo pessoal do autor.³

1 Nomes das **quatro primeiras videntes do Palmar**: Josefa Guzmán Hidalgo, Rafaela Gordo Cabrera, Ana García Gonzalez e Ana Aguilera Saborío. As meninas tinham, à época, idades entre 11 e 13 anos.

2 O arbusto sobre o qual teria aparecido a Virgem Maria em El Palmar de Troya era da espécie *Lentisco*, planta decídua que pode alcançar até 4 metros de altura.

3 **Figura 1** - Arquivo pessoal do autor. Reprodução somente para fins acadêmicos.

Partindo da análise da Figura 1, pode-se observar um pequeno grupo de devotos reunidos junto ao altar erguido no lugar das Aparições do *Palmar de Troya*. A estrutura constituía-se de uma coluna de cimento pintada de verde, sobre a qual havia uma estátua de Nossa Senhora do Carmo *Stella Maris*⁴ e um quadro da Santa Face de Jesus, reprodução do rosto do Sudário de Turim.⁵ Neste protoespaço sagrado, ocorriam as principais manifestações sobrenaturais dos videntes que, durante seus êxtases místicos, manifestavam abruptas mudanças de voz, prostravam-se sobre o solo e faziam gestos estranhos, como se estivessem vendo e ouvindo personagens celestiais.

As quatro meninas que inauguraram as aparições marianas de *El Palmar de Troya* logo perderam o protagonismo, pois outros videntes começaram a se manifestar com demasiado destaque, dentre os quais estava o eletricitista sevilhano Clemente Dominguez y Gómez (1946-2005) que ficou completamente cego no mês de maio de 1976 quando sofreu um acidente de carro que provocou a perda dos seus olhos. Apesar das limitações causadas pela deficiência visual, ele permaneceu à frente do grupo religioso que havia fundado cerca de um ano antes: os *Carmelitas da Santa Face*.⁶ Segundo o próprio Clemente, esta organização seria a maior e mais importante ordem religiosa católica dos últimos tempos. A Figura 2 apresenta o referido vidente e líder do grupo palmariano:

Figura 2 - Clemente Domínguez, já ordenado bispo católico, no início de uma missa celebrada em *El Palmar de Troya* (1977).



Fonte: Arquivo pessoal do autor.⁷

⁴ “A imagem representa Maria de Nazaré vestida com um hábito marrom e um véu branco sobre seus cabelos, segurando, em sua mão direita, o escapulário carmelita. Com a mão esquerda, sustenta Jesus, idealizado como uma criança de poucos meses de idade. O Menino Jesus está sobre o colo de sua mãe, tendo o braço direito por trás do pescoço da mesma e apresenta, com a mão esquerda, o escapulário carmelitano” (DANTAS, 2021, p. 31, 32).

⁵ Na perspectiva católica, o **Sudário de Turim**, também denominado de **Santo Sudário**, é um lençol funerário tecido em linho. Segundo a tradição, o pano teria envolvido o corpo sem vida de Jesus de Nazaré quando este foi depositado num túmulo de pedra no ano 33, deixando sua imagem estampada no lençol.

⁶ A *Ordem dos Carmelitas da Santa Face em companhia de Jesus e Maria* foi oficialmente criada no Lugar das Aparições de El Palmar de Troya a 23 de dezembro de 1975.

⁷ **Figura 2** - Arquivo pessoal do autor. Reprodução somente para fins acadêmicos.

É possível observar na Figura 2 o vidente fundador do movimento religioso palmariano, Clemente Domínguez y Gómez, paramentado como bispo católico. Na ocasião, ele trajava as vestes cerimoniais (alva, casula, luvas, mitra e anel) para presidir uma missa pontifical no altar do Lugar das Aparições, em julho de 1977. Clemente havia recebido as ordens do sacerdócio e do episcopado no início do ano de 1976, graças à imposição das mãos do arcebispo vietnamita Pierre Martin Ngô Đình Thục,⁸ que esteve em *El Palmar de Troya* atendendo aos pedidos de seguidores e simpatizantes dos Carmelitas da Santa Face.

Nesse contexto, a Igreja Palmariana foi criada oficialmente como instituição separada da Igreja Católica Apostólica Romana no dia 6 de agosto de 1978. Tudo começou quando o principal vidente do Lugar das Aparições de *El Palmar de Troya*, Clemente Domínguez, se autodeclarou legítimo sucessor do Papa Paulo VI (1897-1978)⁹ ao tomar conhecimento de sua morte e justificou sua ação em uma mensagem que ele afirmou ter recebido de Jesus de Nazaré, através de uma aparição quando estava em Bogotá, na Colômbia, iniciando a edificação de um Vaticano alternativo ao existente em Roma. A partir de 1978, o autoproclamado Papa Gregório XVII do *Palmar de Troya* começou a publicar uma vasta quantidade de decretos e dogmas, os primeiros documentos oficiais da *Igreja Palmariana* como organização religiosa independente, demarcando a criação de um sistema religioso autônomo, com Papa e liturgias próprias.

2 A PROCLAMAÇÃO E A ABERTURA DO SANTO, MAGNO E DOGMÁTICO CONCÍLIO PALMARIANO (1980)

Ao iniciar o segundo ano do seu pontificado, em 1 de janeiro de 1980, o Papa Clemente Domínguez proclamou um Ano Santo¹⁰ em comemoração aos mil novecentos e oitenta anos do nascimento de Jesus de Nazaré. Panfletos, cartazes e outros documentos foram emitidos pela Santa Sé Palmariana, convocando todos os fiéis para participar nas solenidades de abertura, além de outros atos penitenciais e devocionais que seriam realizados na Basílica Catedralícia¹¹ de Nossa Mãe do Palmar

8 Pierre Martin Ngô Đình Thục (1897-1984) foi um arcebispo tradicionalista católico romano nascido no Vietnã. Originário de uma rica família, Thục recebeu a sagração episcopal em 1938 e participou, já na década de 1960, de praticamente todas as sessões do Concílio Ecumênico Vaticano II. Thục era também irmão do presidente do Vietnã do Sul, Jean-Baptiste Ngô Đình Diêm, que foi assassinado pelo exército de seu país num golpe de estado em 1963. A partir dessa data, seu irmão Thục, que era o arcebispo titular de Hué, partiu para o exílio na Itália, de onde passou a administrar, simbolicamente, a Diocese de Bulla Regia, dando também assistência eclesial a outras localidades igualmente fora daquele país.

9 O Papa Paulo VI (1897-1978), nascido Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, foi Papa da Igreja Católica Apostólica Romana de 1963 até a data de sua morte. Ele sucedeu a João XXIII (1881-1963), pontífice que convocou e inaugurou o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Seu pontificado foi marcado pela concretização das reformas litúrgicas aprovadas durante este concílio, particularmente com a introdução do Novo Rito da Missa para toda Igreja, o qual é realizado na língua de cada país, substituindo o latim do Rito Tridentino. Disponível em: <http://www.igrejaortodoxahispanica.com/Biografias/Paulo_VI.html>. Acesso em 13: fev. 2020

10 Na perspectiva católica, um Ano Santo ou o Jubileu é o período de 1 ano durante o qual se concedem indulgências aos fiéis que cumpram certas disposições e normas estabelecidas pelo Vaticano. O Ano Santo pode ser de caráter ordinário ou extraordinário.

11 A Basílica Catedralícia de Nossa Mãe do Palmar Coroada é o templo sede da Igreja Palmariana, onde reside seu Papa, bispos e monjas de clausura.

Coroadas.¹² Durante a missa pontifical do dia 1 de janeiro de 1980, houve também, por parte do Papa Gregório XVII, o anúncio de que um grande concílio seria iniciado para atualizar a doutrina e ampliar as tradições católicas de origem romana, dado que, na perspectiva do sistema religioso palmariano, a verdadeira Igreja havia sido transferida de sua antiga sede italiana para o povoado espanhol de *El Palmar de Troya*.

A data escolhida para a abertura do concílio foi 30 de março de 1980, dia da comemoração anual da primeira aparição da Virgem que deu origem ao grupo que formaria a Ordem dos Carmelitas da Santa Face, em 1968. Neste dia também seria realizada a celebração do Domingo de Ramos¹³ na Basílica do Palmar. A Figura 3 apresenta um registro da procissão de abertura do Concílio Palmariano:

Figura 3 - Grupo de diáconos e bispos na procissão de abertura do Concílio (30/03/1980).



Fonte: Arquivo de Moisés Garrido Vázquez/ Autor da foto: Victor Ramírez.¹⁴

Conforme observa-se na Figura 3, na referida procissão, todos os diáconos, padres e bispos da Igreja Palmariana caminharam paramentados com capas de cor azul, em alusão à Virgem do Palmar Coroadas, levando a bandeira da Santa Sé do *Palmar de Troya*,¹⁵ cruces e turíbulo.¹⁶ Por meio dessa grande procissão, o Papa Clemente deu início ao Santo, Magno e Dogmático Concílio, desfilando pela desértica área externa da Basílica, sob o sol escaldante das dez horas da manhã, até entrar

12 **Nossa Mãe do Palmar Coroadas** é o título dado a imagem de Nossa Senhora do Carmo *Stella Maris*, que foi entronizada no altar do Lugar das Aparições em setembro de 1972, e que é a padroeira da Igreja Palmariana. Em 1977, a estátua foi revestida com mantos de tecido e coroadas canonicamente, permanecendo exposta no altar principal da Basílica Catedralícia até os dias atuais.

13 O **Domingo de Ramos** é uma festa móvel do calendário católico, celebrada anualmente no domingo anterior à Páscoa. A solenidade comemora a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, quando teria sido aclamado por seus seguidores com ramos de palmeira.

14 **Figura 3** - Cedida ao autor pelo escritor Moisés Garrido Vázquez. Autor da foto: Victor Ramírez.

15 A **bandeira da Santa Sé palmariana**, também denominada de "**bandeira papal**" é um estandarte composto por três faixas, sendo duas de cor marrom e a terceira - ao centro - de cor branca com o brasão pontifício. Nas missas pontificais e procissões das grandes solenidades, a bandeira papal é conduzida com a cruz processional à frente do cortejo. A referida insígnia foi inspirada na bandeira do Estado do Vaticano.

16 **Turíbulo** é um vaso de metal sustentado por correntes anexas ao mesmo. Nas liturgias católicas é usado para queimar e espalhar incenso em ocasiões especiais e grandes solenidades

solenemente no templo, em meio a aplausos e vivas dos fiéis presentes. Junto ao pontífice, encabeçando o colégio episcopal palmariano, estavam os bispos Isidoro María¹⁷ e Elías María¹⁸ que, respectivamente, ocupavam os postos de Secretário e Subsecretário de Estado da Igreja, conforme apresenta a próxima figura:

Figura 4 - O Papa Gregório XVII revestido com a capa magna na procissão de abertura do Concílio Palmariano (30/03/1980).



Fonte: Arquivo de Moisés Garrido Vázquez/ Autor da foto: Victor Ramírez.¹⁹

A Figura 4 nos permite observar com nitidez de detalhes o pitoresco desfile do Papa Clemente e de seus clérigos, além de exibir claramente a paisagem local, onde predominava a aridez. Em muitos sermões e prédicas, o fundador da Religião Palmariana se referiu à sede de sua Igreja como “deserto espiritual”, de onde o “autêntico Vigário de Cristo” reinava escondido. Em outros textos propagandísticos palmarianos o terreno das aparições, onde foi construída a basílica, também é mencionado como um “papado no meio do deserto”.

Ao adentrar na Catedral-basílica de Nossa Senhora do Palmar Coroada, Clemente Domínguez foi ovacionado pelos muitos fiéis presentes, grande parte espanhóis, alemães e irlandeses, que aclamaram seu líder enquanto os bispos entoavam o hino gregoriano “Tu és Pedro”. A próxima figura é um dos registros desse momento da cerimônia.

17 O Bispo Padre Isidoro María de la Santa Faz, posteriormente Papa Pedro II, nascido Manuel Alonso Corral em 1934, foi o segundo líder da Igreja Católica Palmariana, assumindo o papado imediatamente depois da morte de seu predecessor Gregório XVII (Clemente Domínguez y Gómez) em 2005. Manuel Corral foi, desde o princípio do grupo religioso palmariano, a segunda pessoa mais importante em sua hierarquia, pois era o administrador de suas finanças e de muitos assuntos internos. Pedro II faleceu no dia 15 de julho de 2011, após seis anos como Papa de El Palmar de Troya.

18 O Bispo Padre Elías María de la Santa Faz (Carmelo Pacheco Sánchez) foi a terceira pessoa mais importante da Igreja Palmariana até sua trágica morte em 1997, quando ocupava o cargo de Vice-Secretário de Estado. Elías María foi um grande colaborador e amigo pessoal do Papa Gregório XVII, sendo o responsável por inúmeras funções administrativas dentro da Ordem dos Carmelitas da Santa Face, e funções cerimoniais, como a de *vestidor* da imagem da Virgem e decorador da basílica (DANTAS, 2020, p. 148).

19 **Figura 4** - Cedida ao autor pelo escritor Moisés Garrido Vázquez. Autor da foto: Victor Ramírez.

Figura 5 - Entrada do Papa Gregório XVII e demais clérigos na cerimônia de abertura do Concílio Palmariano (30/03/1980).



Fonte: Arquivo pessoal do autor.²⁰

Para a solenidade de abertura oficial do Santo, Magno e Dogmático Concílio, Clemente Domínguez se apresentou com as insígnias do seu poder temporal e pastoral – símbolos copiados da Igreja Católica Apostólica Romana.

A primeira insígnia foi a *tiara*, coroa tríplice que representa a autoridade do Papa como Príncipe, Pai e Rei, Vigário de Jesus Cristo na Terra e sucessor do Apóstolo Pedro. A tiara papal palmariana é uma coroa confeccionada em ouro e prata no ano de 1979, adornada com pedras preciosas e figuras de anjos de marfim. No Catolicismo Romano, até o pontificado de Paulo VI (1963-1978), foi recorrente o uso da tiara pelos papas nas grandes solenidades. Com as reformas resultantes do Concílio Vaticano II, o próprio Paulo VI decidiu remover a tríplice coroa dos atos oficiais, fazendo-a cair em desuso. Por conseguinte, a insígnia foi igualmente rejeitada por seus sucessores. Sob a liderança de Clemente, a Igreja Palmariana caminhou na contramão desse pensamento e incluiu o *Triregnum*²¹ em suas liturgias, de modo a construir uma narrativa de continuidade e de “resgate” das antigas tradições “abandonadas” por Roma.

A segunda insígnia ostentada por Gregório XVII foi a *férula*, um báculo²² de uso próprio dos papas e que possui uma grande cruz em sua extremidade superior.

²⁰ **Figura 5** - Arquivo pessoal do autor. Reprodução somente para fins acadêmicos.

²¹ *Triregnum* é o termo latino que designa a tiara papal, pois representa os “três reinos” temporais do Papa.

²² *Báculo* ou cajado é o bastão pastoral que representa a autoridade e a missão do bispo e/ou abade. Geralmente possui a

A férula papal pertencente à Igreja do *Palmar de Troya* foi igualmente confeccionada em 1979, sendo de ouro com adornos esmaltados e gemas com figuras da Virgem Maria e de outros santos.

A terceira insígnia utilizada pelo Papa cego, no ato de início da reunião conciliar, foi a capa magna. A vestimenta, um manto de cor vermelha escura com bordados de ouro, media quase 5 metros e possuía uma cobertura de pele de arminho²³, inspirada nos mantos de muitos reis e imperadores europeus. Conforme as crenças palmarianas, baseadas nas aparições e êxtases protagonizados por Clemente, o Papa do *Palmar de Troya* detém os títulos de “Caudilho” e “Rei do Universo”. Após a entrada triunfal, houve a celebração da missa pontifical em latim no altar-mor da basílica, como exhibe a próxima figura:

Figura 6 - Orações ao pé do altar no início do pontifical de abertura do concílio (30/03/1980).



Fonte: Arquivo pessoal do autor.²⁴

Conforme evidencia a Figura 6, para iniciar a missa solene de abertura do Concílio Palmariano, Clemente trocou seus paramentos e substituiu a capa magna vermelha por outra de cor azul-celeste, adornada com bordados e com uma grande estampa da Virgem do Palmar. Junto ao autoproclamado pontífice, seus capelães portavam mitras de cor branca sobre a cabeça e o assistiam como mestres de cerimônia. Ao lado de Gregório XVII, haviam também outros dois bispos palmarianos e dois diáconos igualmente vestidos de azul que participavam do rito. Diante do

ponta curvada, mas sua forma pode ser diferente dependendo do modelo confeccionado. Na Igreja Palmariana, os báculos dos bispos não possuem a ponta curva, como no catolicismo romano, mas sim um Crucifixo.

²³ **Arminho** é um pequeno mamífero que habita as florestas temperadas, árticas e subárticas da Europa, Ásia e América do Norte. Da pelagem do animal, geralmente de cor branca, são feitos inúmeros tipos de vestimentas, inclusive religiosas.

²⁴ **Figura 6** - Arquivo pessoal do autor. Reprodução somente para fins acadêmicos.

retábulo-mor da Basílica Catedralícia, foram recitadas as “orações aos pés do altar” que, no Ritual Tridentino²⁵ católico, dão início à missa com uma série de preces, atos de contrição e de absolvição. Ao lado altar, sobre o presbitério do templo da Santa Sé do Palmar, os demais bispos reunidos na festa de abertura do concílio, segurando seus báculos, assistiram à missa pontifical e todo o cerimonial foi atentamente acompanhado pelos fiéis palmarianos que lotaram a basílica naquele dia e rezaram ladainhas e rosários.

A Figura 6 também permite observar que havia sobre o altar da Catedral-basílica um conjunto de arranjos florais decorando toda a estrutura e as imagens ali expostas, em particular a de Nossa Mãe do Palmar Coroada que havia sido revestida com um manto de cor branca. Ao término da missa solene, Gregório XVII foi conduzido na *sédia gestatória*²⁶ entre os fiéis presentes, sendo, uma vez mais, homenageado e exaltado, conforme evidencia a seguinte figura:

Figura 7 - O Papa Gregório XVII (Clemente Domínguez y Gómez) sobre a sédia gestatória no final da missa de abertura do concílio (30/03/1980).



Fonte: Arquivo pessoal do autor.²⁷

A Figura 7 é um registro do final da missa de abertura do concílio que havia sido presidida pelo fundador da Igreja Palmariana. Ao término da cerimônia, Cle-

²⁵ O ritual da missa católica romana estabelecido no século XVI após a revisão e seleção de vários textos anteriores, recebe a nomenclatura de “*Missa Tridentina*” ou “*Rito Tridentino*” em alusão ao Concílio de Trento, que organizou os textos oficiais de uso na liturgia.

²⁶ “Quanto à *sédia gestatória*, essa se constitui de uma cadeira portátil usada para carregar os papas. Na Igreja Católica Romana, o último Papa a utilizar a sédia foi João Paulo I durante sua cerimônia de posse como Bispo de Roma na Basílica de São João de Latrão em 1978. A sédia gestatória utilizada até a atualidade pelos papas palmarianos foi confeccionada ainda no pontificado de Gregório XVII, mais especificamente no final do ano de 1992, como relatou o ex-bispo Dámaso María. É um trono dourado, forrado com veludo vermelho bordado. Possui duas longas hastes de madeira em suas laterais para que possa ser carregada nos ombros de doze homens, seis de cada lado. A usada anteriormente era mais simples, igualmente feita de madeira e com alguns adornos em sua base” (DANTAS, 2021, p.86).

²⁷ **Figura 7** – Arquivo pessoal do autor. Reprodução somente para fins acadêmicos.

mente Domínguez foi levado em procissão sobre os ombros de doze diáconos que conduziram o autoproclamado pontífice na sédia gestatória. Clemente foi revestido pelo hábito coral papal, com a murça²⁸ vermelha de arminho e com uma grande cruz peitoral dourada. Terminadas as comemorações, alusivas ao início do concílio, os bispos reunidos com Gregório XVII começaram a trabalhar na elaboração dos primeiros textos doutrinários e litúrgicos que seriam aprovados nas sessões.

3 A TOTAL RUPTURA COM A IGREJA CATÓLICA E O ESTABELECIMENTO DE NOVAS DOCTRINAS E LITURGIAS

Muitos dos referenciais de matriz católica romana tradicionalista reproduzidos pela Igreja do *Palmar de Troya* foram diluídos e, em certos aspectos, ampliados pelas modificações doutrinárias e práticas litúrgicas realizadas a partir da década de 1980. Assim, sabendo da emergência de ideias e posicionamentos progressistas perpetrados por muitos clérigos que haviam participado do Concílio Vaticano II (1962-1965), o grupo criado por Clemente Domínguez desejou mostrar estar profundamente afastado de qualquer ideal que caminhasse nesta direção. Recordando José Oscar Beozzo (BEOZZO, 2015) no livro *Pacto das Catacumbas*, que instituiu diretrizes pastorais voltadas aos pobres e à aproximação do clero católico romano a questões sociais, e observando aquilo que a documentação produzida²⁹ pela Igreja Palmariana falou muitas vezes sobre o Vaticano II, tornou-se evidente uma linha de radicalização de pensamento por parte dos religiosos em *El Palmar*.

Se o Concílio Vaticano II desejou modificar e adaptar a Igreja Católica Romana às rápidas modificações e necessidades do mundo de seu tempo, o pensamento palmariano caminhou na direção contrária. Deste modo, o Concílio de Clemente trabalhou sob inspiração direta do Concílio de Trento (1545-1563),³⁰ tendo suas diretrizes ampliadas através das novas doutrinas e decretos dogmáticos. No Palmar, cada uma das sessões era registrada por documentos impressos de convocatória e atas que descreviam acontecimentos e pautas votadas, além de vídeos e fotografias realizadas pelo clero e pelos fiéis com câmeras de uso pessoal.³¹

Um dos primeiros textos aprovados em sessão conciliar, posteriormente impresso e distribuído ao fiéis, foi o *Credo Palmariano*. Ao contrário do Catolicismo Romano, que, com base nas diretrizes dos primeiros concílios de Niceia e Constan-

28 A *murça* ou *mozeta* é uma capa que cobre os ombros, parte das costas e dos braços, geralmente até a altura do cotovelo. A vestimenta faz parte do conjunto de trajes corais do clero católico, sendo confeccionada em diferentes formatos e cores a depender da veste e do grau hierárquico.

29 Em uma série de textos publicados pela Ordem dos Carmelitas da Santa Face, o Concílio Vaticano II é mencionado como *conciliábulo*, um plano maligno que teria implantado heresias no Catolicismo.

30 O *Concílio de Trento* foi XIX Concílio Ecumênico da Igreja Católica Apostólica Romana. Foi convocado pelo Papa Paulo III e concluído pelo Papa Pio IV no século XVI.

31 Alguns dos mais importantes documentos audiovisuais do Santo, Magno e Dogmático Concílio Palmariano são as gravações de vídeo provenientes dos arquivos do ex-bispo Antonio María de la Santa Faz (Xavier Perals), que registraram cerimônias e outros acontecimentos no Palmar de Troya daquele período.

tinopla³², formou os alicerces de sua profissão de fé trinitária, a Igreja Palmariana, sob orientação de Gregório XVII, elaborou um imenso tratado que descreve todas as suas crenças, com especial destaque ao papel de Maria na história da redenção do mundo. O livreto com o texto do novo credo teve centenas de cópias impressas em espanhol e noutros idiomas para distribuição entre o clero e os fiéis. A cada ano, no dia 12 de outubro, acontecia uma sessão especial do concílio que coincidia com a terceira festa anual³³ de Nossa Mãe do Palmar Coroada. Por esta razão, o Papa Clemente passou a invocar a Virgem com um novo título, o de “Iluminadora do Santo Concílio Palmariano”. Observe a próxima figura:

Figura 8 - Detalhe de um documento de convocação à quinta sessão do Concílio Palmariano (1983).



Fonte: Arquivo de Moisés Garrido Vázquez.³⁴

No cabeçalho do panfleto, junto à tiara papal com as chaves cruzadas, também figuravam as imagens da Santa Face e da Virgem do Palmar. Além disso, o folheto remete ao antigo endereço da sede administrativa da Igreja,³⁵ que, à época, se situava na cidade de Sevilha, Rua *Abad Gordillo*, número 5. Abaixo do subtítulo ainda é possível observar a informação de que todos os bispos missionários palmarianos haviam se deslocado de suas respectivas dioceses,³⁶ reunindo-se no *Palmar de Troya* para as festas do dia 12 de outubro de 1983 e ali permanecendo até o dia 31 do mesmo mês.

32 O termo “**niceno-constantinopolitano**” evoca uma relação entre o **Primeiro Concílio de Niceia**, celebrado no ano 325 d.C., no qual se adotou a profissão de fé num único Deus, e o credo do **Primeiro Concílio de Constantinopla** (ano 381 d.C.).

33 A padroeira da Igreja Palmariana é celebrada anualmente em três datas: 1 de janeiro, 16 de julho e 12 de outubro.

34 **Figura 8** - Cedida ao autor pelo escritor Moisés Garrido Vázquez.

35 Enquanto a Basílica Catedralícia, construída em El Palmar de Troya, funcionava como sede apostólica da Igreja, a **Casa Geral dos Carmelitas da Santa Face em Sevilha** funcionava como escritório administrativo e convento.

36 A Igreja Palmariana possuía mais de 100 dioceses em todo o mundo até o decréscimo da quantidade de fiéis, que a partir das décadas de 1990 e 2000 não chegava a formar uma dezena em muitos locais. Posteriormente, a Igreja deu o *status* de “capela” a todos os seus templos que ainda existem nos 21 países onde a mesma está presente.

Em 1983 também ocorreu uma importante mudança nas liturgias palmarianas. Por meio de uma Constituição Apostólica promulgada no dia 9 de outubro, Gregório XVII aboliu o antigo Rito Romano Tridentino e proclamou a vigência de uma nova missa³⁷ igualmente rezada em latim. A celebração é muito curta, pois se resume somente às palavras de consagração da hóstia e do vinho e à comunhão, não chegando a durar 5 minutos se realizada rapidamente. Por conta da brevidade do ritual, Clemente Domínguez estabeleceu o que ele denominou “Turnos de Missas”, nos quais um sacerdote palmariano repete por 12 vezes a mesma cerimônia no intervalo de uma hora.³⁸ Na metade de um turno, ao término da sexta missa, o celebrante distribui a comunhão aos fiéis presentes, prosseguindo depois com mais seis missas e concluindo o rito com a bênção final. Além das muitas eucaristias, procissões com luxuosas imagens de Cristos e Virgens Dolorosas compuseram o aparato ritualístico palmariano que foi aprimorado durante os anos do concílio. A Figura 9 é o registro de uma procissão:

Figura 9 - Procissão de Semana Santa realizada na área externa da Basílica do Palmar em 1992, último ano do concílio.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.³⁹

Em 12 de outubro de 1992, o Papa Gregório XVII celebrou uma missa pontifical solene e anunciou o encerramento do Concílio Palmariano. Em sermão, pronunciado na véspera dessa cerimônia, Clemente Domínguez afirmou que o “Santo Concílio havia sido o maior da história da Igreja, no qual o Espírito Santo se mani-

37 Artigo: “A Rainha do Carmo dos céus desceu ao Palmar de Troya com grande esplendor” (Pedro Luiz Câmara Dantas, 2019), que fala sobre o Rito Palmariano da missa. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564797542_ARQUIVO_ArtigoAnpuhRecife2019.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

38 DANTAS, Pedro Luiz Câmara. “Mostrai-nos vossa santa face e seremos salvos”: cultura política e construção dos espaços na Igreja Palmariana (1978-2005). 2020. 180f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

39 **Figura 9** - Arquivo pessoal do autor. Reprodução somente para fins acadêmicos.

festou apoteoticamente”.⁴⁰ No dia seguinte (12), também houve uma procissão com a imagem da padroeira dos Carmelitas da Santa Face, revestida com um rico manto de seda bordado, que teve sua confecção custeada pelos fiéis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Santo, Magno e Dogmático Concílio Palmariano caminhou por 12 longos anos na direção dos seus objetivos; estabeleceu uma nova profissão de fé, reinventando o catolicismo aos moldes palmarianos; atribuiu à figura de Maria novos dogmas e menções honrosas que quase ultrapassaram os limites da *hiperdulia*,⁴¹ criou uma missa e um novo missal; exaltou navegadores⁴² e ditadores.⁴³ Nesse sentido, tendo em mente que não se pode tomar o espaço como fator pré-existente ou homogêneo, particularmente em uma análise histórica, observa-se que as narrativas religiosas e os rituais solenes do Santo, Magno e Dogmático Concílio Palmariano foram produto de outras espacialidades bastante complexas. Nelas, o pensamento originário do Catolicismo Romano tradicionalista se transformou numa das bases para as novas doutrinas que, após se juntaram às mensagens das aparições e às devoções marianas da Andaluzia, criaram uma nova religião.

A elaboração de uma espacialidade sagrada, como junção de fragmentos de tempo propositalmente selecionados, foi atrelada à concepção de sagrado presente nas cerimônias mais importantes do Concílio Palmariano, convertendo-a não somente em atos de veneração das principais imagens de culto entronizadas na Basílica Catedralícia do *Palmar de Troya*, mas também em demonstrações de adoração, lealdade e submissão aos seus papas. Após a morte de Clemente Domínguez, acontecida em 21 de março de 2005, seus sucessores mantiveram a vigência de todos os ensinamentos e práticas estabelecidas durante o concílio. No entanto, apesar da aparência de piedade e devoção, a Igreja Palmariana é considerada uma seita coercitiva e perigosa por boa parte dos seus ex-seguidores.

REFERÊNCIAS

BEOZZO, José Oscar. **Pacto das Catacumbas**: por uma Igreja servidora e pobre. São Paulo: Paulinas, 2015.

BURÓN, Joaquín G.; ALONSO, António M. **El Enigma del Palmar de Troya**. Barcelona: Editorial Personas, 1976, 215p.

40 Informações extraídas do documento: PALMARIANO, Santo Concilio. Sermón Pronunciado por Su Santidad el Papa Gregorio XVII en la Basílica Catedralícia de Nuestra Madre del Palmar Coronada el día 11 de octubre de 1.992. Sevilla: [s. n.], 1992, 6 p.

41 *Hiperdulia* é um termo teológico de origem grega, usado por muitas Igrejas Apostólicas (em particular a Católica Romana e uma série de denominações Ortodoxas), que significa “alta veneração”. A palavra é utilizada para descrever os cultos a Maria, por ser superior aos demais santos.

42 O navegador genovês **Cristóvão Colombo (1451-1506)** é santo para a Igreja Palmariana. Sua canonização foi realizada por Gregório XVII em 1979, tendo suas “virtudes heroicas” ampliadas por meio de documentos do Concílio Palmariano.

43 O ditador espanhol **Francisco Franco Bahamonde (1892-1975)** é considerado santo pela Igreja Palmariana. Foi canonizado em 1978 e recebeu menções honrosas do Papa Gregório XVII durante o concílio.

CARRERA, Óscar. **El Palmar De Troya** (Historia del Cisma Español). España: Ediciones Atlantis, 2019.

CATECISMO PALMARIANO DE GRAU SUPERIOR. Sevilla: Santo Sínodo Dogmático Palmariano, 2003, 149p.

DANTAS, Pedro Luiz Câmara. **“Mostrai-nos vossa santa face e seremos salvos”**: cultura política e construção dos espaços na Igreja Palmariana (1978-2005). 2020. 180f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

_____. **O Vaticano do deserto**: história da Igreja Católica Palmariana. 1. ed. Belém: RFB, 2021, 146p.

DEL PALMAR DE TROYA, Patriarcado. **Sto. Concilio**: Tercera Apertura. Sevilla: Orden de los Carmelitas de la Santa Faz, 1981. 2p.

_____. **Memoria de los Cultos en El Palmar de Troya con Motivo de la Peregrinación del día 12 de octubre 1.983**. Sevilla: Orden de los Carmelitas de la Santa Faz, 1983. 3p.

EL TRATADO DE LA MISA A LA LUZ DE LA HISTORIA SAGRADA O SANTA BIBLIA PALMARIANA. Sevilla: Santo Sínodo Dogmático Palmariano, 2002, 248p.

EXTRACTO ACTUALIZADO DE LOS DOCUMENTOS PONTIFICIOS DE SU SANTIDAD EL PAPA GREGORIO XVII A LA LUZ DE LA HISTORIA SAGRADA O SANTA BIBLIA PALMARIANA. Sevilla: Santo Sínodo Dogmático Palmariano, 2002, 360p.

GARRIDO VÁZQUEZ, Moisés. **El negocio de la Virgen**. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2004.

PALMARIANO, S. C. **Misal Palmariano**. Sevilla: [s. n.], 1983, 35 p.

_____. **Sermón Pronunciado por Su Santidad el Papa Gregorio XVII en la Basílica Catedralicia de Nuestra Madre del Palmar Coronada el día 11 de octubre de 1.992**. Sevilla: [s. n.], 1992, 6 p.

PONTIFICAL DEL DOMINGO de Ramos y Apertura del Concilio Palmariano. Archivo de Xavier Perals. El Palmar de Troya, 1980. 22 min. 38 segs. 1 DVD de vídeo.



CAPÍTULO 12

PARA QUE AS COISAS MUDEM E NÃO FIQUEMOS PARA TRÁS: UMA ETNOGRAFIA SOB ÓTICA DA PERFORMANCE

*SO THAT THINGS CHANGE AND LET'S NOT
STAY BEHIND: AN ETHNOGRAPHY FROM THE
PERFORMANCE*

Rebeca Guimarães Barbosa¹

Eriosvaldo Lima Barbosa²

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.12

¹ Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, rebeca.guimaraes@estudante.ufcg.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/2209705896777069>

² Universidade Federal do Piauí - UFPI, eriosvaldolimabarbosa@hotmail.com, <http://lattes.cnpq.br/4370414183618374>

RESUMO

Este trabalho se deu como resultado da análise da apresentação do artista e poeta Pedro Bomba no 35º Festival de Artes de São Cristóvão-SE, sob a ótica da *performance* e usando como base as perspectivas de Richard Schechner e Victor Turner, aqui também ponho em foco a experiência pessoal que tive por ter participado desta performance enquanto plateia, e de como foi senti-la individualmente ao mesmo tempo em que a compartilhei com os que estiveram presentes no evento, abordando, dessa forma, questões ligadas ao corpo, às emoções e à memória corporal.

Palavras-chave: Antropologia da performance. Antropologia da experiência. Victor Turner.

ABSTRACT

This work was the result of the analysis of the presentation of artist and poet Pedro Bomba at the 35th Festival of Arts of São Cristóvão-SE, from the perspective of performance and using as a basis the perspectives of Richard Schechner and Victor Turner, here I also focus on the personal experience I had from having participated in this performance as an audience, and how it was to feel it individually while sharing it with those who were present at the event, thus addressing issues related to the body, emotions and body memory.

Keywords: Anthropology. Performance. Victor Turner.

1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

O Festival de Artes de São Cristóvão teve sua primeira edição em 1972, foi idealizado por estudantes e professores da Universidade Federal de Sergipe e nasce enquanto possibilidade de dar voz às expressões culturais e artísticas da época vigente do estado, bem como reafirma a importância de movimentos artísticos-culturais como forma de resistir e fazer contraponto à ditadura militar, que à época estava em seu período mais absurdo e obscuro. Embora o festival tenha ficado em torno de uma década sem acontecer, em 2018 foi o segundo ano de seu resgate. O 35º FASC aconteceu nos dias 15, 16, 17 e 18 de Novembro, com extensa programação de atividades artístico-culturais, enfatizando manifestações tradicionais da cultura popular através de cortejos pelas ruas de São Cristóvão; tendo ambientes para exibição de curtas, peças, realização de oficinas, exposições, salão de literatura e diversos palcos distribuídos pelas praças da cidade, nos quais aconteciam as apresentações de bandas e artistas locais, alguns antigos já na cena musical e outros não;

bem como outras bandas e artistas visíveis nacionalmente, que já estão há mais anos na cena musical brasileira.

O FASC é um festival que faz com que o indivíduo que está lá experiencie e participe da cidade; é um festival que gera economia através do turismo – ou das experiências das pessoas, exemplo do já conhecido e consolidado FIG - Festival de Inverno de Garanhuns - PE, que acontece anualmente nas duas últimas semanas do mês de Julho. Em ambos, as dinâmicas dos festivais se misturam à vida cotidiana da cidade.

Fui para o FASC sabendo que tinha que produzir uma etnografia para finalizar a disciplina de performance, contudo, não fazia ideia do que fazer e durante os meus dias em São Cristóvão me ocorria quase todos os dias as mesmas perguntas: “qual evento irei escolher? Como escolher?”. Entre as incertezas, vendo o passar dos dias e lembrando discussões da sala de aula nos momentos mais calmos do festival, pensei muito de Turner em *O processo ritual* (1969), apresentando o conceito de *communitas* e o conceito reelaborado de liminaridade, inspirado em *Ritos de passagem* (1909) do Van Gennep. Turner enxerga a liminaridade como uma situação social a qual indivíduos e/ou grupos sociais vivem efemeramente. Estes indivíduos e/ou grupos sociais estão/ ficam temporariamente fora da estrutura social e a partir disso é gerado o que ele chama de *communitas*. Portanto, *communitas* é uma forma de antiestrutura baseada em relações sociais, configurada pelos indivíduos e/ou grupos sociais a partir do compartilhamento de uma condição liminar em momentos especificamente ritualizados. Turner expande os conceitos de liminaridade e *communitas* para ultrapassar os contextos clássicos de rituais analisados pela antropologia e abarca hippies, por exemplo, e podemos ir mais além aqui, citando também o movimento punk, o hardcore, e enfim, outros movimentos que se agruparam e se agrupam em *communitas*. Dito isso, à época pensei que poderia falar do festival em si, do FASC, como o próprio objeto de análise, pois sendo um festival de extensa duração, é possibilitado aos indivíduos e aos grupos sociais que vivam a experiência sucessiva de compartilhamento da condição liminar, ou seja, a liminaridade no FASC não foi efêmera no sentido de durar horas, durou-se dias, e como a liminaridade não tem posição fixa na estrutura social, é gerado momentos de suspensão de obrigações e de parentesco; é gerado momentos de criatividade, de crítica, de organização coletiva para que essas críticas aconteçam, e para ser e se fazer tudo o que se quer, pois a antiestrutura é subjetiva: ela pode ser, podia ser, ela é, não é, está e não está.

Embora eu não tenha escolhido o FASC em si como objeto de análise, acho interessante pontuar estas coisas desse modo para que se entenda e perceba, principalmente para quem não é inteirado dos conceitos de liminaridade e *communitas* de Turner, que quem estava no FASC, estava suspenso da realidade cotidiana da estrutura social, entretanto, estava vivendo uma nova realidade, de quatro dias, construída e criada na antiestrutura, na qual sucessivamente, como já foi dito anteriormente, foi compartilhado as condições liminares até o derradeiro dia de festival. Enfim, passaram-se os dias de festival até que chegou o derradeiro dia e o meu retorno à Paraíba. Viajando de volta, processando tudo o que foi vivido, pensando nos trabalhos que tinha que fazer assim que chegasse em Campina Grande, lembrei-me de Pedro, que se apresentou no primeiro dia do FASC, foi aí que decidi maturar a apresentação dele, partindo do pressuposto de que precisava escolher um evento o qual tivesse muito me tocado, precisaria falar de Pedro Bomba. E para além do evento, falar de sentimento, de arte. E falar de sentimento e de arte usando a *performance*, porque se eu não puder fazer isso, se eu não conseguir falar de sentimento, de arte, de experiências, do meu dia-a-dia, das coisas que ouço, faço, falo e vejo *antropologicamente*, para mim não há sentido nenhum. Por fim, estas são minhas razões. Espero que faça sentido para o leitor, e tudo bem se não fizer, quando em vez as coisas só fazem sentido para àquelas que as sentem no momento, mas espero muito mesmo que o leitor tenha igualmente uma *experiência* lendo este ensaio, pois, parafraseando o professor John Dawsey, este ensaio, que é também ato etnográfico, pode então ser definido como a busca por uma “descrição tensa”, sim, tensa: carregada de tensões, desejando ser capaz de produzir nos próprios leitores um fechar e abrir de olhos, uma espécie de assombro diante de um cotidiano agora estranhado, um despertar (*Dawsey 1999:64*).

Nascido em Aracaju e atualmente residindo em Belo Horizonte, meu primeiro contato com Pedro Bomba foi em Campina Grande no ano de 2014. Sua breve passagem teve como objetivo realizar algumas apresentações e saraus junto do coletivo de poesia e arte da cidade chamado Coletivo Ariel. Pedro falava muito sobre Aracaju, sobre o que ele fazia com o Sarau Debaixo — que pode ser muito bem categorizado como uma *communitas* — e com os seus colegas, de fazer coisas, transformar, ocupar... O Sarau Debaixo foi um coletivo, e vou descrevê-lo como sendo um coletivo que construiu algo belo, ensinou, mudou e (trans)formou uma identidade — mais tarde falarei melhor sobre isto —, como Pedro diria, eles *faziam história* debaixo do viaduto do terminal D.I.A toda terceira terça-feira do mês. A poesia como a ferramenta articuladora deste grupo de indivíduos, os fazendo tomar as ruas, despertando o mesmo sentimento em outras pessoas: tomemos o que é nosso por direito,

tomemos a rua. Lembro-me que à época comentei muito sobre a falta de ver movimentações tão enérgicas aqui em Campina, porque é imprescindível acreditar na arte como ferramenta de mudança significativa, com afeto, com sentido – sentido este compartilhado e reverberado pelos integrantes do Sarau Debaixo com outras pessoas e entre eles mesmos, na cidade de Aracaju, aqui em Campina Grande, no mundo. Por fim, Pedro Bomba é artista e poeta aracajuano, participou do coletivo Sarau Debaixo, desenvolve os seus trabalhos a partir da oralidade poética ou *spoken word*, tem projetos e experimentações em poesia sonora ou vídeopoesia, já gravou dois EPs, os disponibilizando em seu perfil no Soundcloud¹; é autor de três livros, *O chão dispõe a queda* (2017) e *Extremamente barulhentos certos assuntos, por exemplo* (2018), *Para quem não sabia nadar* (2020), muito me ensinou e ensina, talvez até sem saber, sobre *fazer coisas*, acreditando nelas, colocando o que existe de mais subjetivo e sensível dentro de nós mesmos para fora. E é dessa forma que também continuará a se dar a escrita deste trabalho.

A performance de Pedro Bomba no FASC estava prevista para ser iniciada às 17:10 horas. Enquanto os ajustes e preparativos finais estavam em andamento, o Salão de Literatura José Augusto Garcez, na praça Getúlio Vargas, aos poucos ia sendo ocupado. O Salão era um espaço-estrutura que foi montado em forma de tenda, alguns tecidos coloridos eram as paredes e teto, havia um pequeno palco e cadeiras pretas de plástico sem apoio para os braços na frente deste palco, em volta das cadeiras haviam ventiladores médio-grandes em pé, que estavam em potência máxima, fazendo esvoaçar os cabelos das pessoas. O Salão foi sendo preenchido por pessoas cheias de expectativa, que pareciam já conhecer o trabalho de Pedro e estavam ansiosos, aguardando mais uma apresentação do poeta, havia também àquelas que certamente não o conheciam mas estavam ali porque seguiam a programação do FASC, onde constava que Pedro faria uma intervenção poética. Era possível perceber irritação em algumas com o atraso, outras só pareciam confusas, sem entender o porquê da demora, questionando se estava havendo problemas técnicos, algumas reclamavam que por causa do atraso iriam perder a programação de outros palcos, outras conversavam e fumavam cigarros com os amigos fora da tenda, parecendo não se importar. O público presente no Salão era composto majoritariamente por jovens-adultos, entre 20-30 anos, não lembro de ter visto alguém que fugisse dessa faixa etária, apenas o “apresentador” do Salão. Comentar sobre a faixa etária é importante neste caso porque talvez e com certeza, uma criança não compartilharia da mesma experiência, por exemplo, uma pessoa muito mais velha, entre 60-80 anos, também não – talvez porque o que estava por ser dito e ouvido são questões que estão muito mais impregnadas no imaginário dessas pessoas de forma naturaliza-

¹ <https://soundcloud.com/pedrobombapoesia>

da, logo, a denúncia não faria sentido. O leitor irá entender melhor um pouco mais à frente essa questão posta. — A performance contou com mais duas participantes, a DJ Disfalq², que foi a responsável por criar o ambiente sonoro da performance, e a VJ Cacods³, responsável por criar projeções visuais da/na performance. Havia quem já soubesse da participação da Cacods e Disfalq na performance, através de divulgações pelas redes sociais, outras descobriram na hora mesmo. Então, estava composto o trio: Cacods, Disfalq e Pedro Bomba. As duas entraram primeiro, Disfalq já foi envolvendo a plateia sonoramente na performance, três sinais foram emitidos, estes sinais lembram uma microfonia, ao mesmo tempo que lembra uma buzina; um sino. Eram sinais como se fossem para chamar a atenção. De repente começa uma trilha sonora, que abarca a plateia. Pedro entra, quase que tímido. Os três em seus respectivos lugares: Pedro na frente, com uma luminária de chão perto de seu rosto, ligada, Cacods e Disfalq ao lado uma da outra, de frente para a mesa onde estavam os computadores, junto de uma luminária pequena, as iluminando, elas estavam ao lado direito de Pedro, um pouco mais atrás. A trilha junto de um silêncio... se ouvia todos os ventiladores, barulhentos, os cabelos das pessoas esvoaçando, os olhos de todas — as que principalmente estavam próximas ao palco. As que estavam sentadas mais ao fundo ou em pé estavam um pouco dispersas, suponho que por estarem interessadas também em pegar as outras programações de outros palcos e lugares do FASC — que estavam presentes no Salão fixos nos três. O resto do Salão estava com as luzes apagadas, a luminária da mesa e do chão eram as únicas luzes ligadas. Começou. Se tratava então de uma leitura-performance.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em *O que é performance?* (2006), Schechner apresenta sete funções para a performance, vou citá-las, para caso do leitor não estar inteirado: 1) entreter; 2) construir algo belo; 3) formar ou modificar uma identidade; 4) construir ou educar uma comunidade; 5) curar; 6) ensinar, persuadir e/ou convencer; 7) lidar com o sagrado e/ou profano. Anteriormente, havia falado sobre o Sarau Debaixo e citei algumas destas funções sem explicá-las, agora, ficará mais claro qual foi meu intuito ao citá-las: como o próprio Schechner diz no mencionado artigo, as funções não estão listadas em ordem de relevância ou importância, contudo, a ordem e relevância muda de acordo com o que você pretende e quer realizar, e principalmente, a ordem e relevância muda de acordo com quem você é. As performances não cumprem todas essas funções de vez, mas dão ênfase a mais de uma. Para mim, a performance de Pedro — e o Sarau Debaixo — cumpriu com as funções de modificar uma

2 Janaina Vasconcelos, DJ, produtora, fotógrafa aracajuana, e em 2018 estava sendo professora substituta do departamento de Comunicação Social da UFS - Universidade Federal de Sergipe.

3 Carolina Timóteo, VJ, fotógrafa, paulista-aracajuana, estudante de Comunicação Social habilitada em Audiovisual pela UFS - Universidade Federal de Sergipe.

identidade, ensinar, curar e construir algo belo, e sim, nesta ordem. Estas funções se reverberaram corporalmente nas pessoas que estavam no Salão de Literatura José Augusto Garcez. A performance foi vista pelo corpo, sentida pelo corpo – totalmente experienciada pelo corpo. Não foi meramente nossos olhos que viram a performance e nosso cérebro memorizou algumas partes, não. O corpo em si foi o grande responsável por nos fazer ter a experiência da performance, e responsável por nos fazer senti-la e vê-la, principalmente. A performance de Pedro foi compartilhada corporalmente com as outras pessoas. E é importante frisar que a experiência corpórea é mais visceral que a experiência visual. Em *“Pontos de contato” revisitados (2013)*, Schechner fala do cérebro como sendo um local de performance, aqui interessa somente falar do nosso *segundo cérebro*.

É óbvio que todos sabem do nosso cérebro da cabeça, o que nem todo mundo sabe é de nosso segundo cérebro, o cérebro da barriga, que se trata do sistema nervoso entérico, ou simplesmente SNE, é este o responsável, por exemplo, por fazer com que as pessoas dançam em rituais, em shows, em festas; responsável por causar o frio na barriga, pelos arrepios; é este o responsável por compartilhar corporalmente experiências, é o grande responsável por gerar o transe. Então, isso significa que passamos a experiência de corpo para corpo e que a performance acontece nos corpos das pessoas. Nós construímos o mundo racional e o mundo não-racional com os nossos corpos, os nossos corpos criativos, nossas emoções não são “cerebrais”, são físicas. O nosso corpo não acaba na pele, pelo contrário. Em *As Paixões Ordinárias: antropologia das emoções (2009)*, Le Breton reconhece o corpo como carne no mundo, sendo capaz de se transformar constantemente através de experiências sensíveis, para ele, o corpo produz conhecimento e se relaciona com quem está a sua volta, gostaria de acrescentar que o corpo também produz sentimento. Quero dizer, sem soar redundante, que o corpo produz sensações, para além de conhecimento, como afirma Le Breton, e essas sensações se relacionam também com quem está em sua volta e com o quê está em sua volta. Dizer isso me faz lembrar de uma citação muito bonita e interessante de Grotowski (p. 212-13, *apud Laster, 2012*), que se dedicou em estudar o papel do corpo nas transmissões da memória coletiva, e em suas próprias palavras: “as lembranças são sempre reações físicas. A nossa pele é aquilo que não esquece. Os nossos olhos são aquilo que não esquece. O que ouvimos ainda ressoa dentro de nós. [...] Não, isso não quer dizer que o corpo lembra. O próprio corpo é a memória.” O próprio corpo é sensação, sentimento, experiência, performance, capaz de se transpor de nós mesmos: coisa viva, independente de nós.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando Pedro entrou no palco lembro que olhei para uma amiga como quem diz “*é agora!*”... Fez-se alguns segundos de silêncio, Disfalq envolvendo a plateia sonoramente, o corpo já começa a apresentar as primeiras reações à performance. Eu estava lá atrás, não consegui cadeiras lá na frente, mas estava gostando da minha visão ampla do palco. Pedro então quebra o silêncio e lê alguns trechos, e sempre que havia um ponto na frase, ele olhava por cima do óculos como quem conversa, aliás, como quem conta algo e espera a reação do outro. Com o primeiro trecho, meu corpo já reagiu com arrepios, lembro bem de uma frase específica: *fazer do pensamento uma conspiração...* Então, mais um sinal. Pedro se abaixa para que seja possível para a plateia ver cenas de um filme, que logo pudemos identificar que se tratava da construção de Brasília na década de 50, na sequência vimos cenas de um homem tomando banho, naqueles banheiros que são construídos fora da casa, geralmente em quintal. A cena deste homem ficou se repetindo por um tempo, e de alguma forma, isso incomodava. Fez-se um silêncio. Pedro começa a ler outro trecho, e a leitura deste impactou, soube imediatamente que a performance trataria disso: o homem forte, que domina, que trabalha na quentura do sol, cheio de virilidade, *brabo*, destemido... o nordestino.

Neste primeiro momento da performance, Pedro lia trechos que enfatizavam o estereótipo do homem nordestino viril, machão que tem várias mulheres... em sequência, reportagens de telejornais conhecidos por nós, como Domingo Espetacular, Fantástico, mostrando a vida de sertanejos com mais de 5, 10, 20, 25, 30 filhos, com intuito de saber qual o segredo para se *fazer* tantos filhos e como vive uma família tão enorme assim... E apesar de nós estarmos cientes de que isto aconteceu e acontece ainda, era estranho ouvir. Incomodava. O incômodo fazia meu corpo se inquietar, e senti que estava compartilhando da mesma reação com minha amiga Rô, que estava ao meu lado e ficávamos nos olhando, nos comunicando com o olhar e através de expressões, que representavam simplesmente o que estávamos achando e sentindo da performance. Diversas vezes sentia como se estivesse levando um soco na boca do estômago. Olhava para o lado e via a expressão de Rô, chocada e com o olhar fixo no palco. Prestava alguns segundos de atenção à plateia... olhos fixos no palco também. Mal piscavam. Estávamos boquiabertos. Cada vez que o sino tocava, ficava ansiosa pelo o que estava por vir, ouvir, sentir. A esta altura, já estávamos na liminaridade e completamente envolvidos na performance. Ao ouvir sobre a construção da identidade do homem nordestino e do Nordeste, eu colocava as mãos na boca, porque embora seja algo inerente ao meu dia, e de muitas outras pessoas ali no Salão, é muito estranho e diferente ouvir sobre, porque naturaliza-

mos, fomos criados nisto. Aqui, a performance também cumpriu a função de *denunciar*, de *expor uma realidade*, a da construção da identidade nordestina fundamentada nas relações de gênero: a figura do macho por excelência, que resistiu e resiste em uma região difícil, seca, decadente, fraca, impotente, pobre, preguiçosa, infrutífera, frágil... o nordestino sobreviveu e sobrevive a isso, que é consequência de uma feminização que a República e a modernidade haviam trazido; ressignificando a região, a transformando em uma região virilizada, que consegue reagir, apesar dos pesares; fazê-la forte. A figura do homem nordestino é construída baseada nisto. Três sinos. Neste momento, cheguei mais perto do palco, fiquei ao lado esquerdo dele e das pessoas sentadas e dos ventiladores. Sentei-me numa espécie de calçada... não sei se tem nome específico para isto, mas no meio supostamente era para haver uma árvore, mas havia só a terra com algumas pedras. Sentei-me ao lado de Líria e Clara, que também são de Aracaju e fazem parte também do grupo de pessoas que constroem coisas belas, formam e modificam identidades.

Após os três sinos, apareceu um letreiro na projeção, escrito “ação número dois”, entendi que a performance estava dividida em ações e me perguntei quantas teriam. Então, ouvimos depoimentos de mulheres cangaceiras, e agora Pedro começa a falar sobre, talvez, a maior representação do nordestino: Lampião. Homem nordestino o qual não teme nem a morte, é o famoso cabra-macho, que anda de *lambedeira* na cintura, não tolera meio termo nem desonra. Tudo se resolve ligeiro na bala. Neste momento, a performance estava talvez cumprindo a função de modificar uma identidade. Em contraponto à figura de Lampião-cabra-macho, depois de tocar o sinal, que inclusive é um sinal diferente do da ação um, mas que também é como se fosse para chamar a atenção e até mesmo incomodar de alguma forma, Pedro leu sobre *Os gays do cangaço*, da cidade de Serra Talhada-PE, cidade na qual Lampião nasceu. Os gays do cangaço trajam rosa, muito diferente dos tons geralmente terrosos, por causa do couro, dos cangaceiros, que representam e que dão orgulho ao ser nordestino. Pedro repetia “o mito mostra alguma coisa para esconder outra” a cada toque de sinal e leitura. Neste momento ele lia sobre a valentia do cabra-macho, que é só uma máscara para esconder a violência de gênero. O sintomático: as pessoas de Serra Talhada acharam o *cangagay* desrespeito. Para quem é desrespeito? Pedro questiona.... O nordestino nasce para ter honra em vez de vida. Fez-se silêncio...

Lembro que na sequência, ouvimos sobre haver os *emos* em Mossoró. Mais um contraponto à figura do cabra-macho que não chora, não deixa transparecer nenhum sentimento; bruto, e que se orgulha disto. O Nordeste teria sido construído dessa maneira, com o derramar do sangue, com a violência, sem o medo de matar e morrer. Arrepios. Ouvimos sobre dona Madalena, sertaneja corajosa, até sofreu com

queda de raio mais de uma vez, avó de muitos netos e mãe de muitos filhos, nunca deixou faltar nada, tão guerreira que não a chamava de Vó Madalena, e sim, de Vó Chico. Ouvi isso e pus as mãos na boca. Chocada. Olhei para Rô ao meu lado, ela balançava a cabeça atordoada. Pedro disse: *“parece não haver saída”*. Então, começa a tocar uma música interpretada por Luiz Gonzaga, *Xote dos Cabeludos*:

*“...Cabra do cabelo grande
Cinturinha de pilão
Calça justa bem cintada

Costeleta bem fechada
Salto alto, fivelão
Cabra que usa pulseira
No pescoço medalhão
Cabra com esse jeitinho
No sertão de meu padrinho
Cabra assim não tem vez não
Não tem vez não
Não tem vez não...”*

Aqui, a performance cumpria a função de ensinar e de modificar uma identidade. É muito absurdo e dolorido a forma pela qual naturalizamos tantos processos socio-históricos, por estarmos inseridos neles, e talvez por isso, não percebemos, não tomamos consciência. Nos acostumamos a ver o que vemos e não conseguimos observar sob outro ângulo. Depois de Luiz Gonzaga, ouvimos uma música de Dorgival Dantas, *Caçador ou Corre Veado*, que estava sendo interpretada por outra banda, Solteirões do Forró:

*“... De todas as caças que eu já cacei
A mais complicada eu vou lhe dizer
Se chegar perto e ela corre
Pode ter certeza que é o veado
Corre veado,
Corre veado
Se não eu te como
Cozido ou assado...”*

Como não fazer imediatas associações à homofobia? Como não sentir arrepios quase que intermináveis de desconforto? Quando a música interpretada por Luiz Gonzaga começou a tocar, Pedro se abaixou, começou a quebrar tijolos, eu ainda não havia visto estes tijolos, então, só quando levantei e me aproximei mais do palco pude visualizá-los. Enquanto as músicas tocavam ele quebrava os tijolos. Devia ter uns 10 tijolos, 15 tijolos, não sei. Disfalq o olhava, séria, concentrada. Cacods olhava muito para o computador, mas também olhava para Pedro e para nós da plateia. Inclusive, na Figura 1, Pedro está abaixado justamente quebrando os tijolos. Esta ação foi muito impactante... os barulhos dos ventiladores, as músicas, Disfalq e Cacods sérias, imersas no transe, a plateia absurdada. Por mais que não houvesse silêncio no ambiente, minha cabeça estava silenciosa e meu corpo letárgico. Transe completo. A ação da quebra de tijolos proporcionou ao meu corpo lembrar memórias de tantas e tantas histórias relacionadas à figura do homem nordestino, cabra-macho, fortão. Quando as músicas acabaram, Pedro parou de quebrar os tijolos e levantou-se. Agora, a ação número três começava, a derradeira ação. A trilha tocava, igual a que tocou no início da performance. Então, ouvimos sobre como o presente tem relação íntima com o passado, e que os problemas, o nosso imaginário, as contradições, enfim, tudo isto está conectado e situado culturalmente, historicamente e politicamente... *"No tempo inventado por nós o que é o Nordeste?"*, pergunta Pedro. Ouvimos sobre o *mito* eleito presidente e sobre uma campanha de arrecadação de alimentos, lançada na internet, avisando que quem for para a posse do *mito* dia 1 de Janeiro de 2019, leve 1 kg de alimento não perecível em prol dos..... nordestinos. Paradoxo à figura do nordestino cabra-macho: embora cabra-macho, é *necessitado*. Um lugar é imposto ao nordestino. O tempo que criamos e inventamos... há lugar para o nordestino? Que lugar é este? O lugar de acabado, de miséria, apenas? *"Alguém olhe por nós, nos tire da miséria!"*, Pedro gritava.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No derradeiro momento da leitura-performance, a plateia é questionada: somos cúmplices do cabra-macho? Até quando seremos cúmplices disso?... silêncio... Disfalq põe a última trilha para tocar e na projeção podemos ver informações sobre os textos lidos por Pedro e outras informações sobre a performance.

Acabou.

Pedro apaga a luminária próxima ao seu rosto e sai. Aplausos. Disfalq e Cacods também saem do palco. Choque. Eu neste momento estava boquiaberta. Pedro, em seguida, agradece à Cacods e Disfalq pela participação e diz: *"o nome dessa performance é 'para que as coisas mudem e não fiquemos para trás'"*. Um pouco de euforia.

Mais aplausos. Olho as pessoas ao meu lado, todas compartilhando a mesma sensação: absurdo. Com o fim, cada um foi saindo de seus lugares, se levantando devagarinho, alguns sorrisos, comentários com as amigas e amigos, caras de choque, caras de desnoiteio, algumas deixaram por definitivo o Salão, outras não, ficaram por lá, ainda fui falar com Pedro, abraçá-lo, matar a saudade, fazia anos que não nos víamos! Comentei rapidamente dos estudos em performance, como se estivesse tudo predestinado para que eu escrevesse sobre o que tinha acabado de experienciar.

À época de escrita deste trabalho e compartilhei duas reflexões que me ocorreram a partir da experiência pessoal com a performance de Pedro. A primeira, foi pensar sobre sair do momento de liminaridade: o corpo demora para sair do transe. À época não me propus a divagar sobre esta reflexão, mas hoje, penso que demoramos para sair do transe porque é preciso tempo para maturar experiências sensoriais, afinal, estamos falando de corpo, estamos falando de um sistema de terminações nervosas, de um segundo cérebro, que age quase que separadamente de nossa mente. O indivíduo ainda fica letárgico, com nosso cérebro da barriga maturando tudo que viveu, provocando um *delay*, e acredito que esse *delay* varia de corpo para corpo, devido a nossa singularidade: cada corpo é um corpo, incompatíveis para comparação. Pois cada um produz sensações e processa de maneiras diferentes experiências, mesmo que estas sejam compartilhadas com outros corpos. Cada corpo é um universo totalmente singular.

A segunda reflexão que me ocorreu é a forte denúncia realizada por Pedro, que não pode deixar de passar despercebida neste trabalho etnográfico, visto que foi o ponto principal de sua apresentação. Gostaria de lembrar algumas funções que a performance de Pedro cumpriu: modificar uma identidade, ensinar; e no decorrer da descrição, também mencionei expor e denunciar uma realidade. A reverberação desta construção imagética do nordeste, que é resultado de uma identidade político-cultural alimentada por discursos e elementos, apagam sua infinita pluralidade; e isto é xenófobo e colonial. Avancemos. Existem milhares nordestes dentro do Nordeste; não existe “a cultura nordestina”; os estereótipos denunciados por Pedro em sua performance evidenciam bem a maneira pela qual o nordeste e o nordestino são observados, e principalmente, a maneira pela qual essa invenção da “cultura nordestina” e do nordestino é perpetuada. Findo por aqui esta reflexão, infelizmente, mas em outro momento e espaço pode ser possível uma maior discussão, que exige urgência. Avancemos. Que as coisas mudem e não fiquemos para trás.

REFERÊNCIAS

SCHECHNER, Richard. “O que é performance?”, em *Performance studies: an introduction*, second edition. New York & London: Routledge, p. 28-51. 2006.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. (1974). Editora Vozes.

TURNER, Victor. *Dramas, Campos e Metáforas*. (2008). Rio de Janeiro: Eduff ISBN 978-85-228-0419-1.



CAPÍTULO 13

SANTIFICANDO UM REGIME: O CULTO AO DITADOR FRANCISCO FRANCO BAHAMONDE NA IGREJA PALMARIANA

*SANCTIFYING A REGIME: THE CULT TO THE
DICTATOR FRANCISCO FRANCO BAHAMONDE
AT THE PALMARIAN CHURCH*

Pedro Luiz Câmara Dantas¹

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.13

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN - Brasil). E-mail: pluizcd@gmail.com

RESUMO

A Igreja Palmariana é uma religião que fundamenta suas origens nas aparições marianas registradas pela primeira vez no dia 30 de março de 1968, que reuniram centenas de devotos e curiosos na pequena aldeia andaluza do *Palmar de Troya*. Seu fundador, Clemente Domínguez Gómez, que era cego e afirmava ter visões celestiais, proclamou-se legítimo Papa Católico com o nome de Gregório XVII dez anos depois, no dia 6 de agosto de 1978. A partir desse acontecimento, a Igreja Palmariana começou a normatizar seus princípios doutrinários e litúrgicos, rompendo integralmente com suas raízes católicas tradicionalistas, estabelecendo um novo rito da missa que não dura mais do que cinco minutos e realizando a canonização de controversos personagens da história espanhola, como foi o caso do ditador Francisco Franco Bahamonde (1892-1975), a quem veneram como “invicto caudilho da paz”. Os palmarianos edificaram um complexo projeto de espacialização, estabelecendo-se com sede física no povoado de *El Palmar de Troya* através de uma imensa catedral barroca que desejou ser tão grande quanto a Basílica de São Pedro, no Vaticano. Com base nesses e noutros elementos, o presente trabalho busca investigar e discorrer sobre o desenvolvimento do culto prestado a Franco na Igreja Palmariana, tendo como fontes uma vasta quantidade de informações extraídas de muitos documentos elaborados pela mesma entre 1978 e 2005 e os depoimentos de estudiosos e de ex-fielis, que são de fundamental relevância para o entendimento do tema abordado.

Palavras-chave: Igreja Palmariana. El Palmar de Troya. Franco.

ABSTRACT

The Palmarian Church is a religion that fundamentals its origins to the Marian apparitions registered for the first time on March 30, 1968, which gathered hundreds of devotees and prying eyes in the little Andalusian village of *Palmar de Troya*. Its founder, Clemente Domínguez Gómez, who was blind and claimed to have celestial visions, self-proclaimed the legitim Catholic Pope under the name of Greogory XVII ten years later, on August 6, 1978. From this happening, the Palmarian Church started to standardize its doctrinal and liturgical principles, utterly breaking up with its traditionalist Catholic roots, establishing a new rite of mass that does not last more than five minutes, and canonizing controversial characters of Spanish history, as it was the case of the dictator Francisco Franco Bahamonde (1892-1975), whom they worship as “undefeated caudillo of peace”. The Palmarians have built a complex spatialization project, setting up its headquarters in the village of *El Palmar de Troya* through a large baroque cathedral in which they desired to be as big

as Saint Peter's Basilica in the Vatican. Based on these and other different elements, the present work seeks to investigate and expatiate on the development of the cult offered to Franco at the Palmarian Church, having a vast amount of information extracted from many documents elaborated by the same church between 1978 and 2005 as sources and the testimonies given by experts and former members, who are fundamentally relevant for the understanding of this addressed subject.

Keywords: Palmarian Church. El Palmar de Troya. Franco.

1 INTRODUÇÃO

A Igreja Cristã Palmariana é uma instituição religiosa criada oficialmente no dia 6 de agosto de 1978, graças a uma cisma que a estabeleceu como organização independente e separada da Igreja Católica Apostólica Romana. Os palmarianos, dentre outras particularidades, possuem Papa próprio,¹ colégio episcopal, sede apostólica e primacial, além de uma congregação de clausura organizada sob o nome de Ordem dos Carmelitas da Santa Face² desde dezembro de 1975. A Igreja Palmariana é considerada uma seita destrutiva e excludente por boa parte dos seus antigos adeptos, sacerdotes e freiras, mas está devidamente inscrita no Registro de Entidades Religiosas³ do Ministério de Justiça da Espanha desde 1988, ano em que obteve total autonomia jurídica e econômica sob respaldo das leis espanholas. A Figura 1 apresenta a sede mundial dessa religião:

1 Foram quatro os papas palmarianos desde sua fundação: **Gregório XVII (1978-2005)**, **Pedro II (2005-2011)**, **Gregório XVIII (2011-2016)** e **Pedro III (desde 2016)**.

2 De acordo com o *Catecismo Palmariano de Grau Superior*, edição em português (2003), a **Ordem dos Carmelitas da Santa Face** foi fundada, por vontade de Jesus e Maria, em **23 de dezembro de 1975** no Lugar das Aparições de *El Palmar de Troya*.

3 O certificado emitido pelo **Ministério de Justiça da Espanha** registra a **Igreja Palmariana** como **entidade religiosa reconhecida** desde **1 de junho de 1988**.

Figura 1 - A Basílica Catedralícia de Nossa Mãe do Palmar Coroada, templo sede da Igreja Palmariana.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.⁴

Conforme apresenta a Figura 1, a Catedral-basílica do *Palmar de Troya* é um templo de grandes dimensões.⁵ Sua construção foi realizada entre 1978 e 2014 sobre o exato local da primeira aparição de Maria, que teria se manifestado a quatro meninas na tarde do dia 30 de março de 1968, com o título de Nossa Senhora do Carmo. Essa história é a gênese do movimento religioso fundado no povoado andaluz de *El Palmar de Troya* que, a partir da propagação de suas mensagens e narrativas, cativou grandes quantidades de curiosos e interessados, originando um grupo de oração que diariamente se reunia no Lugar das Aparições⁶ do povoado. A próxima figura apresenta uma imagem de Maria no interior do templo da Santa Sé do Palmar.

4 **Figura 1** - Arquivo pessoal do autor. Reprodução somente para fins acadêmicos.

5 O **Templo da Santa Sé Palmariana**, também denominado de **Basílica Catedralícia de Nossa Mãe do Palmar Coroada**, ou simplesmente **Basílica do Palmar**, é a sede mundial da Igreja Palmariana. O edifício está **construído sobre uma área de 3.200 m²** dentro do terreno onde ocorreram as aparições, este, por sua vez, foi comprado pela Ordem dos Carmelitas da Santa Face na década de 1970.

6 O **Lugar das Aparições** palmarianas era originalmente uma granja situada há 1km do povoado de *El Palmar de Troya*. O terreno tinha o nome de *Alcaparrosa*.

Figura 2 – Representação da Virgem Maria na Capela do Santíssimo Sacramento, interior da Basílica Palmariana. Segundo as narrativas das visões sobrenaturais, a mãe de Jesus de Nazaré apareceu inúmeras vezes em *El Palmar de Troya*. Foto de 1989.



Fonte: Arquivo pessoal de Clara Ramírez (ex-fiel palmariana).⁷

Dentro desse cenário, repleto de devoções e êxtases sobrenaturais, a chegada de dois jovens ao local, vindos da cidade de Sevilha, modificou completamente os rumos do grupo ali formado, levando-o ao cisma com a fundação de uma nova Igreja. Clemente Domínguez Gómez (1946-2005) e Manuel Alonso Corral (1934-2011) foram os precursores de uma nova Ordem religiosa que, em 6 de agosto de 1978, se tornou a Igreja Católica Apostólica Palmariana.⁸

2 O PAPADO PALMARIANO E OS ESTATUTOS DA NOVA IGREJA

Desde sua fundação, a Igreja Palmariana reclamou para si a legítima sucessão do papado católico, tendo como primeiro chefe supremo Clemente Domínguez Gómez, eletricitista nascido em Sevilha que em 1968 começou a frequentar o Lugar das Aparições de *El Palmar de Troya* como simpatizante. Após sofrer um acidente automobilístico, no mês de maio de 1976, enquanto viajava ao país Basco acompanhado por um grupo de sacerdotes, ele ficou completamente cego. No entanto, apesar das limitações causadas pela deficiência visual, Clemente permaneceu à frente do movimento religioso que havia fundado cerca de um ano antes: a *Ordem dos Carmelitas*

⁷ **Figura 2** - Cedida ao autor pela ex-fiel palmariana Clara Ramírez.

⁸ O primeiro nome oficial da instituição foi **Igreja Católica Apostólica Palmariana**, porém no Registro de Entidades Religiosas do Ministério de Justiça da Espanha, a organização foi oficialmente reconhecida com a denominação de **Igreja Cristã Palmariana dos Carmelitas da Santa Face**.

da Santa Face em Companhia de Jesus e Maria. Segundo ele, esta seria a maior e mais importante congregação católica dos últimos tempos. Sua autoproclamação papal ocorreu no exato dia da morte de Paulo VI⁹ (6 de agosto de 1978), através de uma mensagem celestial que teria sido revelada durante uma missa celebrada em Bogotá.

Clemente escolheu para si o nome de Gregório XVII e afirmou que o Catolicismo genuíno já não era mais Romano, pois o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) havia introduzido heresias e falsas doutrinas na Igreja. Assim, em referência ao povoado de *El Palmar de Troya*, local das aparições de Maria e de outros santos, sua religião recebeu a nomenclatura de *Palmariana*. Durante seu pontificado, Gregório XVII estabeleceu o Código de Direito Canônico Palmariano, além de um complexo sistema de normas e regulamentos para a vida de seus sacerdotes, freiras e fiéis. Todo clérigo do Palmar deve ter, obrigatoriamente, uma cédula de identidade que a cada cinco anos é renovada e serve como documento oficial de identificação. A Figura 3 apresenta a referida carteira:

Figura 3 – Documento religioso de identidade de um bispo palmariano.



Fonte: Arquivo pessoal de Juan Márquez (ex-bispo Dámaso Maria da Santa Face).¹⁰

9 O **Papa Paulo VI** (1897-1978), nascido Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, foi Papa da Igreja Católica Apostólica Romana de 1963 até a data de sua morte. Ele sucedeu a João XXIII (1881- 1963), pontífice que convocou e inaugurou o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Seu pontificado foi marcado pela concretização das reformas litúrgicas aprovadas durante este concílio, particularmente com a introdução do Novo Rito da Missa para toda Igreja, o qual é realizado na língua de cada país, substituindo o latim do Rito Tridentino. Disponível em: <http://www.igrejaortodoxahispanica.com/Biografias/Paulo_VI.html>. Acesso em 13: fev. 2020.

10 **Figura 3** – Cedida ao autor por Juan Márquez (ex-bispo Dámaso Maria da Santa Face).

Pautado na Figura 3, pode-se observar o modelo de carteira de identidade religiosa palmariana, vigente na década de 1990, na qual figuravam as imagens da Santa Face e da Virgem do Palmar Coroada, além das assinaturas do titular do documento e do Secretário Geral da Ordem Palmariana que, à época, era o Bispo Isidoro Maria.¹¹ A cédula de identificação apresentada na foto (Figura 3) pertenceu ao Bispo Dámaso Maria da Santa Face, religioso da Igreja do *Palmar de Troya* entre os anos 1992 e 2000, que contribuiu para a elaboração deste estudo através de importantes relatos. Segundo ele, a experiência como frade e bispo foi, a princípio, fascinante e positiva, pois tudo no Palmar parecia grande, barroco e piedoso. Porém, com o passar dos anos, o recrudescimento das normas de conduta para o clero, por meio de permanente observância de todas as tarefas e posturas de cada frade em particular, levou à descrença e à decepção, além do cansaço físico e psicológico pela constante obrigação de se realizar um incontável número¹² de missas nos altares da Basílica ou rezar larguíssimos rosários. A Figura 4 é o registro de uma dessas celebrações palmarianas:

Figura 4 - O Bispo Dámaso Maria ao término de uma adoração eucarística presidida por ele em setembro de 2000.



Fonte: Arquivo pessoal de Juan Márquez (ex-bispo Dámaso Maria da Santa Face).¹³

A Figura 4 permite analisar o momento final de uma cerimônia de adoração eucarística presidida pelo então Bispo Dámaso no altar-mor da Catedral-basílica do *Palmar de Troya*. Ele estava paramentado com a alva, a estola e uma capa de asperge dourada e era assistido por outros dois bispos que trajavam dalmáticas. Atrás dele,

11 O Papa Pedro II, nascido Manuel Alonso Corral em 1934, cujo nome religioso enquanto bispo era Isidoro Maria da Santa Face, foi o segundo líder da Igreja Católica Palmariana, assumindo o papado imediatamente depois da morte de seu predecessor Gregório XVII em 2005. Manuel Corral foi, desde o princípio do grupo religioso palmariano, a segunda pessoa mais importante em sua hierarquia, pois era o administrador de suas finanças e de muitos assuntos internos. Pedro II faleceu no dia 15 de julho de 2011, após seis anos como Papa de *El Palmar de Troya*.

12 A Igreja Palmariana, desde 1983, possui seu próprio ritual da missa, que por ser demasiado breve é repetido dezenas de vezes em turnos celebrados na Basílica do Palmar e nas capelas que a Igreja possui.

13 Figura 4 - Cedida ao autor por Juan Márquez (ex-bispo Dámaso Maria da Santa Face).

no canto esquerdo da imagem, pode-se ver que também haviam dois religiosos segurando quadros. As estampas emolduradas eram, respectivamente, a imagem da Virgem do Palmar Coroada e de Santa Teresa D'Ávila¹⁴ que são figuras principais nas devoções do sistema religioso palmariano. A Figura 5 apresenta a imagem da referida santa:

Figura 5 - Santa Teresa de Jesus Coroada, imagem de culto palmariano entronizada na Catedral-basílica em 1985.



Fonte: Arquivo pessoal de Moisés Garrido Vázquez.¹⁵

A Figura 5 é uma fotografia da estátua de Santa Teresa D'Ávila que, em 1 de janeiro de 1985, foi entronizada na Basílica Catedralícia do *Palmar de Troya* e solenemente coroada pelo então Papa Gregório XVII, com assistência de seus Secretários de Estado. A partir desse dia, a imagem passou a ser venerada com o título de *Santa Teresa de Jesus Coroada*. Anualmente, no dia 16 de julho, a referida escultura é conduzida numa procissão dentro do terreno da Basílica, seguida pela imagem da Virgem do Palmar, título de Maria mais venerado pela Ordem dos Carmelitas da Santa Face. A imagem da santa é, originalmente, a mesma de Nossa Senhora do Carmo que foi entronizada e cultuada no primeiro altar do Lugar das Aparições de *El Palmar de Troya* e coroada canonicamente no dia 1 de janeiro de 1977. A próxima figura é um registro desse ícone religioso:

¹⁴ **Teresa de Ávila** (1515- 1582) foi uma religiosa católica espanhola, membra da Ordem Carmelita e mística do século XVI, importante por suas obras acerca da vida contemplativa e espiritual e por sua atuação na Igreja durante a Contrarreforma. Disponível em: <http://www.igrejaortodoxahispanica.com/Biografias/Teresa_de_Avila.html>. Acesso em: 13 fev. 2020.

¹⁵ **Figura 5** - Cedida ao autor pelo jornalista e escritor Moisés Garrido Vázquez.

Figura 6 – Nossa Mãe do Palmar Coroada, santa padroeira da Igreja Palmariana.



Fonte: Arquivo pessoal de María Inmaculada Fisas Aymerich (ex-fiel palmariana).¹⁶

Durante o ano, a padroeira da Igreja do Palmar é celebrada em três datas: 1 de janeiro, 16 de julho e 12 de outubro. A imagem é conduzida em procissão num andor de prata, coberta por um pálio de seda bordado a ouro. Entretanto, apesar da aparente estética católica tradicional, da organização das liturgias e das suntuosas procissões, o férreo regime palmariano tornou este tipo de celebração extremamente fatigante para muitos adeptos, visto que vários religiosos estiveram ali por obrigação, como relatou o ex-bispo Dámaso.

Dentro do conjunto de crenças e ritos desenvolvidos em *El Palmar de Troya*, o pensamento católico romano tradicionalista se uniu às devoções marianas da Andaluzia, dando proeminência à figura de Maria e a personagens históricos da Espanha, como a própria Teresa D'Ávila e o General Francisco Franco Bahamonde, canonizado ainda no primeiro ano do pontificado de Clemente Domínguez.

¹⁶ **Figura 6** – Cedida ao autor pela ex-fiel palmariana María Inmaculada Fisas Aymerich.

3 A QUESTÃO DE FRANCO E A SANTIFICAÇÃO DE SEU REGIME

Desde sua autoproclamação no dia 6 de agosto de 1978, o Papa Gregório XVII elevou aos altares palmarianos um grande número de novos santos. Muitos deles eram figuras de destaque na História da Espanha e do mundo, fiéis e religiosos palmarianos. De acordo com o historiógrafo e teólogo Magnus Lundberg (2017), boa parte dos primeiros santos palmarianos foram pessoas de diferentes tipos e origens.¹⁷ Além disso, Clemente deu preferência a pessoas que morreram entre o século XI e o período de fundação da Igreja Palmariana, inserida no que Lundberg chamou de “era atual”. Muitas freiras, sacerdotes e bispos católicos espanhóis mortos durante a Guerra Civil (1936-1939) também foram elevados aos altares do *Palmar de Troya* sem sequer terem seus nomes incluídos na lista dos “servos de Deus” ou dos “veneráveis” do Catolicismo Romano. Clemente rapidamente os considerou santos, canonizando centenas deles de uma só vez em ocasiões solenes celebradas no altar-mor do Templo da Santa Sé Palmariana. A Figura 7 é um registro desse espaço de culto:

Figura 7 - Altar principal da Basílica Catedralícia de Nossa Mãe do Palmar Coroada durante Turno de Missas (1989).



Fonte: Arquivo pessoal de Clara Ramírez (ex-fiel palmariana).¹⁸

¹⁷ Os primeiros santos palmarianos são de vários tipos. Eles viveram em muitas partes diferentes do mundo e morreram entre o século XI e a era atual. Ainda assim, a maioria era espanhola. Uma categoria importante dos santos palmarianos são os bispos, padres e freiras mortos durante a Guerra Civil Espanhola. Além dos santos explicitamente nomeados, Gregório XVII canonizou um grupo “incontável” de pessoas, que lutaram no lado nacionalista na guerra. Ele explicou que, embora a guerra fosse uma cruzada, nem todos os mortos na guerra eram cruzados santos: alguns não se uniram ao exército pela direita, razões cristãs (LUNDBERG, 2017, p. 214-215).

¹⁸ **Figura 7** - Cedida ao autor pela ex-fiel palmariana Clara Ramírez.

Durante as grandes peregrinações do ano, notadamente nos dias da Semana Santa ou noutras solenidades, o Papa palmariano costuma realizar o ritual de canonização de novos santos, que foram, em grande medida, fiéis falecidos, frades e monjas da Ordem dos Carmelitas da Santa Face. Também ocorrem Turnos de Missas¹⁹ celebrados pelos bispos nos muitos altares dentro da Catedral-basílica ou no altar-mor, onde estão as imagens da Santa Face de Jesus²⁰ e da Virgem do Palmar Coroada.

O livro *Extrato dos Documentos Pontifícios de Sua Santidade o Papa Gregório XVII* (2002), fez uma grande lista de santos canonizados por Clemente desde 1978. Somente como exemplo, nos Documentos Papais de números 25, 26, 27 e 30, a quantidade de canonizados somada chegou a 1.861 santos. Dentro desse contexto, uma das mais polêmicas canonizações realizadas pelo Papa Gregório XVII, foi a do ditador espanhol Francisco Franco Bahamonde (1892-1975). Sua morte aconteceu em 20 de novembro de 1975, cerca de um mês antes da fundação da Ordem dos Carmelitas da Santa Face. A Espanha ainda vivia à sombra do regime franquista e muitos simpatizantes do movimento palmariano viam naquele Lugar das Aparições um refúgio para seus ideais de extrema direita. Em uma das aparições da Virgem Maria, registrada em novembro daquele mesmo ano, o vidente Clemente teria recebido da santa a seguinte mensagem: “Filhinhos meus da Espanha, rogai por vosso chefe de Estado. Também está sofrendo. A Espanha lamentará sua morte. Rezai por ele”.²¹

Por intermédio dessa breve mensagem, advinda de uma das aparições acontecidas a Clemente em novembro de 1975, pode-se observar as primeiras evidências da inserção de uma cultura política no movimento palmariano. A junção de narrativas heroicas sobre o passado colonialista espanhol, sempre manifestadas nas comunicações dadas ao vidente fundador da Ordem dos Carmelitas da Santa Face, estava conectada ao alvorecer da inserção de um pensamento político. O falecimento do *Caudillo*, a 20 de novembro de 1975, resultou na transição de regime na Espanha, dando espaço para a restauração do sistema monárquico representativo na pessoa do então Príncipe Juan Carlos de Borbón, como apontou Lundberg (2017).²²

19 **Turno de Missas** é a denominação dada ao conjunto de doze (12) missas celebradas segundo o Rito Palmariano. Devido à brevidade de uma única missa, que geralmente não passa de 5 minutos, o Papa Gregório XVII instituiu esse tipo de celebração simultânea a fim de que os padres pudessem realizar uma grande quantidade de missas por dia.

20 A imagem da **Santa Face palmariana** (em espanhol: *Santa Faz*) é uma pintura que reproduz o rosto do **Sudário de Turim**, considerado pelos católicos como relíquia sagrada de Jesus de Nazaré, por ter sido o pano que teria envolvido seu corpo sem vida. Essa imagem dá nome à Ordem Carmelita palmariana e está presente em todos os altares de seus templos.

21 Transcrição da mensagem da aparição sobre Franco. EL PALMAR de Troya: Episodio 1 - 'Bendita tú eres' | #0. Produção: #0 de Movistar+. [S.l.]: Movistar+, 2020. 1 vídeo YouTube (9min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9at_RzaBlDo>. Acesso em: 15 fev. 2020.

22 Nas 'Leis Orgânicas' da era Franco, a Espanha foi declarada um estado católico confessional e, após longas discussões, foi assinado um acordo com a Santa Sé em 1953. Na Espanha de Franco, minorias religiosas, como comunidades protestantes, foram ativamente e, durante alguns períodos, violentamente reprimidas. No discurso nacionalista, ser não-católico era ser não-espanhol ou anti-espanhol. O regime de Franco considerava os maçons uma ameaça particularmente séria à sociedade e à religião, e um Tribunal especial para a Supressão da Maçonaria foi fundado. A Maçonaria era vista como o principal expoente do internacionalismo liberal (e protestante). Na retórica nacionalista, a Espanha era uma nação providencial, sendo um fiel baluarte católico contra o liberalismo, a Maçonaria, o protestantismo e o comunismo, sob a forte liderança de seu grande Caudillo (LUNDBERG, 2017, p. 13).

Foi sob a ditadura de Francisco Franco que a Espanha retomou seu status de Estado confessional católico, suprimindo minorias religiosas, particularmente protestantes. A Maçonaria, inserida no imaginário tradicionalista católico como anti-cristã, muitas vezes apelidada de *Sinagoga de Satanás*, também sofreu duras sanções. Assim, muitos simpáticos da monarquia espanhola e do nacional-catolicismo franquista se aproximaram do movimento palmariano graças aos seus peculiares conceitos de fé advindos das mensagens dadas ao vidente Clemente. No *Palmar de Troya*, a tradição católica se misturou às histórias dos heróis espanhóis e de suas conquistas e mostrou a condução do Estado, durante os anos de Franco, como um período glorioso, como destacou o Décimo Quarto documento papal de Gregório XVII, promulgado ainda em 1978.²³

Uma vez mais, como em praticamente todas as mensagens palmarianas, o apelo ao político se tornou evidente. A constante reprovação do Marxismo, atrelada aos poderes dos céus que teriam sido conferidos ao papado estabelecido em *El Palmar de Troya*, se misturou às narrativas de vida de seus santos. Franco, como antigo governante da Espanha, por ter se declarado católico praticante em toda a sua vida, logo se tronou uma figura interessante às ideias palmarianas, conforme afirmou o documento que tratou de sua canonização.²⁴

O Papa Gregório XVII conclamou seus seguidores a permanecerem fiéis aos ideais antimarxistas e antimaçônicos do Catolicismo Romano tradicionalista, agora manifestados na Igreja Palmariana. A coincidência da data de morte de José António Primo de Rivera (1903-1936), fundador da Falange Espanhola, com a posterior data de morte de Franco, também foi apresentada como um acontecimento providenciado pelos céus. Francisco Franco tornou-se, então, para a Religião Palmariana, Santo e Doutor da Igreja, assim como Teresa D'Ávila e tantos outros religiosos ou personagens da história espanhola que se destacaram em seus campos de atuação política e religiosa. O fundador do movimento falangista também foi canonizado pelo Papa Clemente e teve seu nome incluído na mesma lista de "Santos Doutores da Igreja", na qual figuram os dados sobre Franco.

Outro acontecimento controverso, também relacionado à veneração prestada a Franco pela Igreja Palmariana, foi a colocação de sua estátua na fachada da Basílica do *Palmar de Troya* em 2014. A imagem de Franco, adornada com uma auréola

23 São Francisco Franco foi o invicto Caudilho da guerra contra o comunismo, e também foi o Caudilho da Paz. Durante sua carismática Chefia de Estado, restabeleceu o Santo Crucifixo em todos os centros oficiais. Restabeleceu o sagrado respeito à Igreja Católica, convertendo-a em religião única do estado e da pátria (EXTRACTO DE LOS DOCUMENTOS PONTIFICIOS, 2002, p. 37).

24 Queremos lembrar que a morte de São Francisco Franco coincidiu providencialmente com o dia do martírio do fundador da Falange Espanhola. Pedimos ao Apóstolo São Tiago Maior, que a invicta espada de São Francisco Franco, continue tremulando nos ares para fortalecer os autênticos católicos na santa luta contra a Maçonaria e contra o Marxismo (EXTRACTO DE LOS DOCUMENTOS PONTIFICIOS, 2002, p. 37).

la dourada, permaneceu ali por um curto período de tempo, até que precisou ser removida devido aos protestos das autoridades do povoado e de outras cidades da Andaluzia. A Figura 8 apresenta a referida estátua do ditador canonizado pela Igreja Católica Palmariana:

Figura 8 - Estátua de São Francisco Franco no pátio interno da Basílica do Palmar (2015).



Fonte: Igreja Palmariana/ Arquivo pessoal do autor.²⁵

Com os protestos e a iminente ameaça de uma ação judicial contra a Igreja, sua cúpula dirigente decidiu remover a estátua da fachada da basílica em julho de 2015. Quanto ao destino da escultura, existiram muitas versões. Pouco tempo depois de sua remoção, alguns fóruns virtuais que discutiam temas relacionados à Igreja Palmariana deram variadas versões para o destino da imagem. A narrativa mais aceita foi a de que um rico palmariano de *Liechtenstein* doou uma grande quantia em euros em troca da estátua, beneficiando os cofres da Igreja. Depois disso, especulou-se que, na verdade, a imagem estaria no pátio da grande capela palmariana da Alemanha, localizada em *Unterschwandorf*. A remoção dessa escultura da fachada do templo sede da Igreja só ocorreu para evitar maiores problemas, mas internamente seu culto permanece.

O que atualmente se sabe, após uma profunda análise de fotografias e informações cedidas por ex-membros da Igreja, é que a referida representação do ditador espanhol permanece dentro da Basílica do *Palmar de Troya*, no pátio interno do convento dos frades, em um lugar que só é nitidamente visível aos seus frequentadores. Em muitas capelas palmarianas, existem bustos e quadros de Francisco Fran-

²⁵ **Figura 8** – Arquivo pessoal do autor. Reprodução somente para fins acadêmicos.

co desde sua canonização. Muitas dessas representações iconográficas são bastante discretas, porém outras possuem grande destaque, inclusive altares dedicados somente a ele, onde os sacerdotes celebram Turnos de Missas. A Figura 9 é o registro de uma dessas imagens:

Figura 9 - Fotografia de São Francisco Franco no altar da capela palmariana de *Tösens*, Áustria (2000).



Fonte: Arquivo pessoal do autor.²⁶

A Figura 9 é um documento iconográfico do ano 2000. Nela, pode-se constatar a presença do culto a Francisco Franco nas capelas palmarianas da Europa, em particular no altar da que é mostrada na foto, situada em *Tösens*, Áustria. Junto ao retrato do *Caudilho*, havia também uma imagem de São José, do Arcanjo Miguel e do Padre Pio de Pietrelcina (1887-1968),²⁷ que para a Igreja Palmariana é tido como santo protetor do Lugar das Aparições.

Na Basílica do Palmar e em muitas capelas localizadas em território espanhol, não somente imagens de Franco se fizeram presentes, mas também outros símbolos de seu governo. Nesses espaços de culto, bandeiras e escudos da Espanha franquista figuravam e – ainda hoje – estão expostos como sinais de veneração ao ditador e ao seu regime. Durante o período em que Franco esteve no comando do Estado Espanhol, ou seja, entre os anos 1939 e 1975, o brasão de armas da Espanha possuía uma grande águia com um escudo sobre o peito, em alusão ao antigo símbolo dos

²⁶ **Figura 9** - Arquivo pessoal do autor. Reprodução somente para fins acadêmicos.

²⁷ **Padre Pio de Pietrelcina** (1887-1968), nascido Francesco Forgione, foi um frade e sacerdote católico italiano, membro da Ordem dos Capuchinhos, **canonizado pelo Papa Gregório XVII no Palmar de Troya em 12 de setembro de 1978. Na Igreja Católica Romana, o Padre Pio foi canonizado pelo Papa João Paulo II em 16 de junho de 2002.**

Reis Católicos,²⁸ em suas conquistas ultramarinas, que unia os emblemas dos reinos de Leão, Castela, Aragão, Navarra e Granada.

Segundo relatos da ex-fiel palmariana Clara Ramírez,²⁹ não há como esquecer que a origem do movimento religioso palmariano se deu durante o período franquista e que Clemente Domínguez era fiel seguidor de suas bandeiras de extrema-direita. Os palmarianos achavam interessante a ideia de estar alinhados ao regime, pois temiam que a burocracia e a censura de estado pudessem derrubar e extinguir os empreendimentos que a Ordem dos Carmelitas da Santa Face estava levantando. Ainda segundo a ex-seguidora da Igreja do *Palmar de Troya*, todo ano, no dia da morte de Franco (20 de novembro), se faziam Turnos de Missas em sua homenagem na Basílica Palmariana e nas capelas. Ao final, o ditador era aclamado com três vivas, seguidos de aplausos e da execução do Hino Nacional da Espanha. As Figuras 10 e 11 apresentam o escudo da Espanha franquista em espaços de culto palmariano:

Figuras 10 e 11 - Da esquerda para a direita: o escudo da Espanha franquista pintado no teto da capela Palmariana de Valência (1985) e o mesmo escudo, confeccionado em bronze, no altar das joias da Virgem do Palmar Coroada, interior da Basílica Palmariana (1996).



Fonte: Arquivo pessoal de Clara Ramírez (ex-fiel palmariana).³⁰

A Figura 10 permite observar o escudo pré-constitucional da Espanha posicionado no teto do templo palmariano de Valência, em 1985, logo acima do altar principal, onde figuravam as imagens de Nossa Mãe do Palmar e da Santa Face. À ocasião, uma Primeira Comunhão, celebrada em 1985 pelo bispo Justo Maria, contou com a participação de um considerável grupo de fiéis valencianos. Todo o ritual

²⁸ **Reis Católicos** é a denominação dada aos monarcas Isabel e Fernando II, que comandaram os territórios espanhóis no século XV. Seu reinado foi caracterizado pela imposição do Catolicismo como única religião de estado, além do início das grandes navegações.

²⁹ Os depoimentos e fotografias gentilmente enviados pela ex-fiel palmariana Clara Ramírez foram de fundamental importância para a elaboração deste estudo.

³⁰ **Figuras 10 e 11** - Cedidas ao autor pela ex-fiel palmariana Clara Ramírez.

seguiu as rubricas do Missal Palmariano³¹ e os fiéis rezaram o Rosário Penitencial pelas intenções de seu Papa e de toda a Espanha, como é de costume nesse tipo de ofício religioso. Já na Figura 11, o brasão franquista era parte da ornamentação de um altar para a exposição das joias utilizadas como adorno na imagem da padroeira dos palmarianos. A presença do antigo escudo espanhol dentro da capela e da Basílica evidenciou a onipresente junção entre religião e política, tão reclamada pela Igreja Palmariana, que tentou refundar o Estado Espanhol do tempo de Franco através de suas narrativas e práticas ritualísticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção do espaço enquanto totalidade e fragmento, num mundo sob forma de mensagem transcendente da realidade, foi inserida nas ideias políticas presentes nos textos produzidos pela Igreja Palmariana. Ao canonizar Francisco Franco, especialmente para torná-lo um personagem de culto e de referencial político, essa religião aglutinou todos os fragmentos das espacialidades e culturas que a inspiraram, definindo o regime franquista como modelo ideal de estado atrelado à religião. Houve, então, uma espécie de “sacralização da História” que formou um sistema sectário profundamente fechado em conceitos e ideias de tempos e acontecimentos passados da Espanha, enquanto potência colonizadora, excluindo integralmente a possibilidade de criticar qualquer erro cometido e somente para exaltar e deificar seus “acertos”.

REFERÊNCIAS

BURÓN, Joaquín G.; ALONSO, António M. **El Enigma del Palmar de Troya**. Barcelona: Editorial Personas, 1976, 215p.

CARRERA, Óscar. **El Palmar De Troya** (Historia del Cisma Español). España: Ediciones Atlantis, 2019.

CATECISMO PALMARIANO DE GRAU SUPERIOR. Sevilla: Santo Sínodo Dogmático Palmariano, 2003, 149p.

DANTAS, Pedro Luiz Câmara. **“Mostrai-nos vossa santa face e seremos salvos”**: cultura política e construção dos espaços na Igreja Palmariana (1978-2005). 2020. 180f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

EL TRATADO DE LA MISA A LA LUZ DE LA HISTORIA SAGRADA O SANTA BIBLIA PALMARIANA. Sevilla: Santo Sínodo Dogmático Palmariano, 2002, 248p.

31 O **Missal da Igreja Palmariana** foi promulgado por Gregório XVII a partir das Constituições Apostólicas que estabeleceram o rito da missa para toda a Igreja em 9 de outubro de 1983. O livro possui estética similar à dos Missais Católicos Romanos anteriores ao Concílio Vaticano II.

EXTRACTO ACTUALIZADO DE LOS DOCUMENTOS PONTIFICIOS DE SU SANTIDAD EL PAPA GREGORIO XVII A LA LUZ DE LA HISTORIA SAGRADA O SANTA BIBLIA PALMARIANA. Sevilla: Santo Sínodo Dogmático Palmariano, 2002, 360p.

GARRIDO VÁZQUEZ, Moisés. **El negocio de la Virgen.** Madrid: Ediciones Nowtilus, 2004.

GINZBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha:** quatro visões da literatura inglesa. Tradução Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GREGORY, P. XVII. **Palmar de Troya – The light for the Church and for the World.** Volume 1. Northern Ireland: Gregorian Publications, 1979.

MADRID (ESPAÑA). Ministerio de Justicia. **Certificado del Ministerio de Justicia.** Subdirección General de Relaciones con las Confesiones. 1 p. Registro: 2016.

PALMARIANO, S. S. D. **Historia Sagrada o Santa Biblia Palmariana de Grado Superior Según el Magisterio Infalible de la Santa Iglesia – Quinto Tomo: Parte 17 – Resumen Histórico de todos los Papas apacentadores de la Santa Iglesia fundada por Nuestro Señor Jesucristo.** Sevilla: [s.n.], 2001. 1156 p.

_____. **Misal Palmariano.** Sevilla: [s. n.], 1983, 35 p.

Comunicações pessoais

Depoimentos da ex-fiel Clara Ramírez, do ex-bispo Dámaso Maria da Santa Face (Juan Márquez), e do ex-bispo administrador da página do *Facebook Palmarian church/Iglesia palmariana*.



CAPÍTULO 14

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FRENTE ÀS INFLUÊNCIAS DA MÍDIA NA FORMAÇÃO DA CULTURA DAS CLASSES

*EDUCATION CHALLENGES FACING MEDIA
INFLUENCES IN THE FORMATION OF CLASS
CULTURE*

Wesley Vieira da Silva¹

Ricardo Pessoni²

Telma Vieira Lopes Soares³

Joelma Vieira Lopes⁴

Kênya Maria Vieira Lopes⁵

DOI: 10.46898/rfb.9786558891611.14

1 E-mail: wesley@ifto.edu.br , Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7277-664X>

2 E-mail: ricardo.pessoni@ifto.edu.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2544056050868537>

3 E-mail: telmalopesvieira@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8521-6374>

4 E-mail: joelma.vllara@hotmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5543562059054410>

5 E-mail: kenya@ifto.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5930-5464>

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a influência que a mídia tem na produção da cultura das classes e os desafios que a educação enfrenta na conscientização e formação da cultura social crítica. A ideia de fazer uma abordagem sobre o tema surgiu a partir da leitura Santos (2006). Nessa, consta uma abordagem que completará o entendimento sobre um dos temas que acreditamos ser de suma importância para que se perceba a influência da mídia na personalidade do indivíduo e na formação da cultura social. Entendemos que a educação deve ser capaz de propiciar os meios de conscientização e formação do homem crítico, desmitificando a ideologia dominante com uma prática que seja apta a transformar o indivíduo em sua forma de pensar. O educador que propor a lutar por uma sociedade crítica e esclarecida enfrentará desafios.

Palavras-chave: Alienação. Educação. Cultura Social. Capitalismo. Mídia.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the influence that the media has on the production of class culture and the challenges that education faces in raising awareness and forming a critical social culture. The idea of approaching the theme arose from the reading of Santos (2006). In this, there is an approach that will complete the understanding of one of the themes that we believe to be of paramount importance for realizing the influence of the media on the individual's personality and on the formation of social culture. We understand that education must be able to provide the means of awareness and formation of the critical man, demystifying the dominant ideology with a practice that is able to transform the individual in his way of thinking. The educator who proposes to fight for a critical and enlightened society will face challenges.

Keywords: Alienation. Education. Social Culture. Capitalism. Media.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo tecer algumas considerações sobre a temática cultura social, desafios da educação frente às influências da mídia na formação da cultura das classes, em especial, no que diz respeito a um de seus elementos culturais, a nosso ver, o mais importante deste: a comunicação de massa.

A escolha do tema surgiu a partir das indagações que tivemos por meio da leitura de Santos (2006). A comparação fora inevitável com realidade cultural ob-

servada e com os desafios que a educação tem na conscientização e formação do ser social. A sociedade se encontra bombardeada por inúmeras informações, pessoas totalmente envolvidas com situações de alienação, onde as mesmas fazem aquisições, consumos desnecessários de produtos e serviços. A cultura dominante com suas astúcias e propagandas vendem para a grande massa que não tem discernimento do que realmente querem ou daquilo de que necessitam.

Nesse sentido, buscaremos analisar a cultura das classes sociais e a influência da mídia na produção dos valores e costumes ou na mudança destes. A educação na conscientização e formação do ser social permitirá a compreensão do estado de dominação e da imposição da cultura dominante. O assunto abordado neste trabalho levará o leitor a compreender a situação frente à cultura das classes e seu estado de subordinação à cultura dominante.

O tema em análise é objeto de constante estudo por aqueles que procuram entender a dinâmica da vida social e suas relações no contexto histórico e cultural da sociedade onde vivem, procurando entender as várias manifestações, e as implicações de um componente de seu elemento cultural, a mídia, uma vez que as classes dominantes, por meio desta ferramenta, têm alienado as massas, buscando impor uma cultura que visa à perpetuação das classes dominantes sobre as classes dominadas, para que estes, considerados menos esclarecidos, portanto, fáceis de aceitarem a imposição destas, tornem-se consumidores cada vez mais de produtos, cuja necessidade fora inventada pela mídia severa, que trabalha em favor da classe social dominante.

Não temos como intento apresentar apenas os aspectos negativos da mídia, pelo contrário, observamos aspectos positivos dela. Essa faz parte na nossa evolução histórica, portanto, parte da nossa cultura, sendo inegável sua importância na difusão do conhecimento e de diversas formas de expressão. Na medida em que a mídia é usada como um instrumento de criação e difusão da cultura, sua apropriação é que deve ser submetida às críticas e não deveria ser usada para obtenção de vantagens pelo capitalismo cruel e massacrante. Entendemos que os educadores possuem uma visão ampla desses aspectos e podem fazer com que seus educandos reflitam sobre o poder que tem a mídia na difusão de conhecimento. É importante também que os educadores percebam na mídia o caráter transmissor de mensagens típicas de uma sociedade dominante.

A educação na sua essência deverá ser capaz de transformar o cidadão para que este tenha condições de emancipação pelo conhecimento e de poder interferir

na sua realidade, uma vez que este cidadão tenha condições de situar-se em relação ao seu estado de alienação.

O ato de ser crítico, livre para pensar sobre a realidade a sua volta e nela poder interferir, construir sua história não é tão fácil, logo, os meios de comunicação têm dificultado o pensamento crítico e autêntico. Nesse contexto, Freire (1987) afirma que existe a intenção de forma obscura de tornar difícil o pensar autêntico, situação que se torna perceptível na atualidade. A maneira como observamos os meios de comunicação, sobretudo, a televisão, pode influenciar os posicionamento das pessoas, impedindo que elas vejam determinadas situações em nossa sociedade.

2 A MÍDIA COMO FERRAMENTA DE ALIENAÇÃO E SUA INTERFERÊNCIA NA FORMAÇÃO DA CULTURA SOCIAL

A sociedade vive momentos de constantes mudanças. A evolução da tecnologia e o fácil acesso às informações levam o sujeito a ter a necessidade de estar adaptado a essa nova realidade da cultura social. Santos (2006) nos mostra como seria essa nova configuração da sociedade e como esta se impõe para a manutenção do poder sobre a cultura considerada dominada:

No caso das modernas sociedades industrializadas é comum que elas sejam consideradas como sociedades de massa, onde as instituições dominantes têm de prover e até mesmo criar as necessidades de multidões e de seus participantes anônimos, da mesma forma que desenvolve mecanismos eficazes para controlar essas massas humanas, fazê-las produzir, consumir e se conformar com seus destinos e sonhos. (p, 66)

Nesse contexto, percebemos que a cultura dominante mantém, com sua força, controle, quase que absoluto, sobre a cultura dominada. A sociedade dominada pela alienação está à mercê dos desmandos de uma cultura que dita às regras a serem cumpridas. Temos, nesta situação, um cenário de total dominação a começar pelo monopólio da comunicação, uma ferramenta de controle e alienação, que, por meio de programas, invertem os valores da família que é a base da nossa sociedade, propagandas de um mundo muito distante da realidade que vive a maioria da sociedade, criando um desejo de aquisição e com isso muitas frustrações para aqueles que desconhecem a influência da mídia na cultura. A cultura dominante é estratégica e tem seus mecanismos de controle social, uma de suas estratégias, e que também se constitui em elemento cultural pertencente à própria sociedade, é a mídia, um poderoso instrumento de informação que a cultura capitalista tem usado nos ditames das regras da vida da sociedade.

Para que possamos avançar no entendimento sobre a cultura das massas, é preciso compreender como funciona o sistema capitalista, compreender um pou-

co sobre a lógica desse sistema e sua forma sutil de condicionar as massas a fazer exatamente o que deseja, para se perpetuarem. É pertinente afirmar que a forma de controle social se dar pela utilização dos meios de comunicação, a mídia em geral. Faz sentido esclarecer que os elementos próprios da sociedade e de grande relevância para esta é um dos principais instrumentos de manipulação e de controle por parte da cultura dominante. Santos (2006, p.68) afirma que “o rádio, a televisão, a imprensa, e o cinema”, são instrumentos eficazes de manipulação das massas, trabalham para igualar as mesmas, tornando-as homogêneas, niveladas.

É importante salientar que a mídia formada em geral por grandes empresas da comunicação é transmissora da cultura que se deseja implantar, são elas porta vozes do sistema capitalista, traçando um perfil de modelo de sociedade que deseja estabelecer, mudando costumes, hábitos, crenças e vendendo produtos acabados, tido como sendo os ideais, modelos estes, próprios e autossustentáveis da perpetuação desse sistema. O cidadão esclarecido, que conhece a realidade em que está inserido deve ser capaz de criticar, selecionar o melhor, perceber o quanto é sutil o seu caráter controlador e manipulador, para que uma vez, tomando conhecimento, possa intervir na realidade e superar a situação de exploração e alienação.

3 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA SUPERAÇÃO DA ALIENAÇÃO SOCIAL

A educação tem como desafio despertar e educar a sociedade para o tamanho do problema que a mesma vem enfrentando em relação à situação de alienação. Um fator importante desse pensamento é observar que a própria educação tem se tornado aliada desse sistema de classe dominante, ensinando suas regras, leis de mercado, alienada e transmitindo ou ensinando o que convém à perpetuação e crescimento do capitalismo na sociedade. É preciso que educadores despertem diante de tal situação, levem as pessoas a pensarem de forma crítica, de modo que elas possam conhecer sua realidade e o que está a sua volta. É preciso aprender a conhecer o que já se pensava ser conhecido, fazer uma releitura de mundo e de sociedade, como diria Freire (1987), libertando-se e ajudando aos que necessitarem ser libertados, conhecer o agressor e a ele não ter como exemplo, para não entrar em contradição.

O educador, nesse contexto das mídias e das constantes inovações tecnológicas, deve ter uma preocupação em sua constante preparação para enfrentar os desafios que a lógica desse sistema impõe. É preciso que os educadores trabalhem em conjunto para melhorar a qualidade no ensino em todos os níveis. É imprescindível que se faça um trabalho de conscientização, principalmente com os estudantes da Educação Básica, para que sejam pessoas críticas, adultos capazes de analisar o

contexto no qual estão inseridos, capazes de atuarem na sua própria história e não meros reprodutores de uma realidade pensada e pronta para ser executada.

Nesse contexto de complexidade temos um paradigma, em que, a grande massa alienada, e reprodutora de costumes alheios à sua realidade, tem uma paixão quase que descontrolada pela mídia, que tende a dominar e influenciar os vários aspectos da cultura e os comportamentos sociais. Usar a mídia como uma ferramenta e instrumento de esclarecimento conscientização é um desafio para as escolas e educadores. É necessário permitir que os educandos tenham uma postura ativa e não passiva frente à mídia. Dessa forma, é importante ter o cuidado de, em vez de usar a mídia para aumentar o conhecimento, não se tornar preso e simplesmente um reprodutor consolidando ainda mais os desejos do sistema capitalista, da alienação e do controle do nosso pensar e modo de agir.

Assim afirma Santos (2006):

Por todas essas razões, esses meios de comunicação de massa fazem parte da paisagem social moderna. Eles penetram em todas as esferas da vida social, no meio urbano ou rural, na vida profissional, nas atividades religiosas, no lazer, na educação, na política. Tais meios de comunicação não só transmitem informações, não só apregoam mensagens. Eles também difundem maneiras de se comportar, propõem estilos de vida, modos de organizar a vida cotidiana, de arrumar a casa, de se vestir, maneiras de falar e de escrever, de sonhar, de sofrer, de pensar, de lutar, de amar. (p 69).

Nesse aspecto, a educação tem como dever a missão de promover a mudança desse cenário. É preciso que os educadores assumam esse compromisso, tarefa árdua, frente ao tamanho do desafio que tem a vencer. São inúmeras as barreiras que trabalham na contra mão da emancipação do cidadão livre para pensar. É preciso que nossa sociedade busque o quanto antes, a libertação, conforme nos afirma Freire (1987):

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (p 38).

A busca pela libertação exige sabedoria, os homens precisam sentir-se parte do processo, para que haja uma ruptura com o opressor. Isso é possível quando há uma constante reflexão sobre os processos que envolvem o problema e o contexto no qual esse sujeito está inserido. Tomado esse conhecimento, é preciso permitir que essa mudança de paradigma seja algo transformador, uma saída do seu atual estado de alienação, para isto, é preciso que estes se descubram como sujeitos de sua história, autocríticos e, em conjunto, promover a libertação que não partirá de quem

nega que ela exista, os opressores. São de fato os oprimidos que devem reconhecer-se oprimidos para buscar a sua libertação.

Debrey (2003) discorre sobre a postura do educador e o seu papel na educação para transformação social:

É preciso, portanto, que o educador assuma sua responsabilidade política, com competência técnico-científica, no contexto de uma pedagogia voltada para a formação da cidadania ampliada... rompendo a mistificação da ideologia da cidadania, em consonância com a práxis revolucionária da luta de classes, na conquista de uma sociedade justa e igualitária. (p 76).

A educação para conscientização das massas é um desafio a ser enfrentado, visto que os elementos culturais que a compõem são os instrumentos de sua alienação. Fazer com que estes instrumentos tenham um enfoque pedagógico, de maneira que sejam capazes de transformar sua realidade é tarefa árdua, deve existir um comprometimento muito maior por parte daqueles que fazem educação, a começar na própria composição do currículo escolar. Entendemos que os currículos atuais não são capazes de proporcionar a mudança que esperamos, por serem estes, construídos, em sua maioria, a partir de um pensamento homogêneo e alienador, o que na visão do sistema, é muito mais fácil de trabalhar com uma massa enorme, pensando igual, tendo uma visão de mundo semelhante, isso não dificultaria a permanência daqueles que desejam a perpetuação do estado de alienação por parte das massas da sociedade. Não haveria interesse para que estes se descubram seres pensantes, críticos? Tal situação não estaria na contramão do desejo dos dominadores permanecerem no comando? A transformação que se espera que a educação seja capaz de fazer está nos projetos de uma sociedade capitalista que procura a todo custo manter o seu status de poder e dominação?

Mészáros (2005, p.35) afirma que a “mudança educacional radical, não pode ser se não o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema”, é preciso que os educadores mudem de estratégias, utilizando-se de todos os meios para que mudem esse sistema planejado e pensado para crescimento e permanência contínua no poder. Ainda conforme o autor:

A educação institucionalizada... serviu - no seu todo -ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário a máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacável impostas. (MÉSZÁROS, 2005. p 35).

Um dos grandes desafios da educação é o de não servir aos propósitos capitalistas enraizados dentro do nosso sistema de ensino, legitimando os interesses deste, em detrimento de uma maioria carente de educação, sendo meros receptores de informações que servem ao propósito inicial de aliená-los, internalizar os objetivos obscuros do capital. A educação que se espera é aquela que seja capaz de ultrapassar as barreiras do capitalismo. Nesse sentido, faz-se necessário um comprometimento ainda maior, é preciso que o ensino ministrado seja um ensino sólido que legitima a vontade do sistema, geradores de pensamentos pequenos, conformados com a situação em que se encontram como sendo uma fatalidade. Existiria por parte da mídia um conformismo, em que os temas que são realmente importantes, não são de interesses da grande massa? Estaria a mídia adormecida para o que realmente é importante e que afetam diretamente a vida e maneira de viver?

Temas como política, segurança, educação e saúde podem não ser objetos de discussão na grande massa. A mídia discute sobre situações e temáticas que podem não contribuir com o pensamento crítico. Ao discutir sobre novelas, relacionamentos, moda, jogos e diversão em geral, tira-se o foco das questões que podem afetar diretamente a condição social. Estaria a mídia alienada e condicionada à vontade do sistema capitalista, sendo essa a estratégia do sistema de condicionar as massas para não pensarem criticamente, e assim servirem aos propósitos do capitalismo?

A mídia é uma poderosa ferramenta de manipulação social por ser parte da cultura dominante deixa claro seu objetivo, que é a expansão do sistema capitalista. Nesse sentido, é importante pensar como a educação dessas classes pode ser trabalhada para reeducação sem, contudo, deixar de lado sua origem cultural e seus valores legítimos. Pensar na educação sobre essa ótica envolve perceber que esta não pode ser dissociada do meio cultural. A mídia é parte desse elemento cultural, e deve ser por meio desta que a educação tem de utilizar-se para trabalhar na conscientização e transformação social. A educação deve ser utilizada e pensada como instrumento de emancipação e libertação do homem preso, escravo da cultura alienante do capitalismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação deve ser capaz de propiciar os meios de conscientização e formação do homem crítico, desmitificando a ideologia dominante com uma prática que seja apta a transformar o indivíduo em sua forma de pensar.

Entende-se que o educador deve assumir sua responsabilidade política, ação inerente a sua prática que deve ser a de propiciar meios para que os estudantes se-

jam capazes de conhecer o sistema e a ele se impor, trazendo para o diálogo o que outrora fora lhes encoberto pela cegueira da alienação, e estes possam desenvolver um pensamento crítico, racional, despertando o interesse pela busca do homem livre e capaz de interferir na realidade por meio da busca incessante pelo conhecimento. Considerando o poder que a mídia tem e sua influência na produção da cultura e do pensamento da grande maioria das classes da sociedade, estes são alguns dos desafios que os educadores têm para enfrentar.

É imprescindível que haja o rompimento com o atual estado de alienação. É necessário o abandono das ideias mistificadas que vem sendo repassadas ao longo de décadas pelo próprio sistema educacional, os modelos prontos para serem executados, pensados para permanência e perpetuação do sistema dominante, mascarados pela elite da sociedade em detrimento daqueles que mais precisam de conhecimento: a grande massa da sociedade. A educação que se sonha deverá ir muito além do simples querer, é preciso combater de frente com o sistema que se encontra na zona de conforto, tendo sempre o cuidado de a ele não se alienar, até aqueles que sonham com a mudança das estruturas da sociedade. De tal forma, corre-se o risco de cairmos na fatalidade de que “é assim mesmo” e que não temos as possibilidades de mudanças.

O educador que propor a lutar por uma sociedade crítica e esclarecida deve ter a coragem de enfrentar tais desafios, construindo junto com a mesma o ideal de justiça e respeito às diversidades existentes, buscando os saberes necessários para emancipação do sujeito social, capaz de se reconhecer como parte dela e por ela ser reconhecido.

REFERÊNCIAS

DEBREY, Carlos. **A lógica do Capital na Educação brasileira: A reforma da educação profissional (1990-2000)**. Goiânia: Alternativa, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, José Luiz dos. **O Que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.



PESQUISAS EM TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS

VOLUME 5



PESQUISAS EM TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS

VOLUME 5

